

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Gabriela Schmitt

Desestabilizando Frida:
mulheres e família no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul (1880-1910)

Porto Alegre

2023

Gabriela Schmitt

Desestabilizando Frida:
mulheres e família no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul (1880-1910)

Dissertação de Mestrado em História
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr^a. Helen Osório

Porto Alegre

2023

Ficha catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

Schmitt, Gabriela
Desestabilizando Frida: mulheres e família no Vale
do Taquari, Rio Grande do Sul (1880-1910) / Gabriela
Schmitt. -- 2023.
201 f.
Orientadora: Helen Osório.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Imigração. 2. Pós-abolição. 3. História da
Imigração alemã. 4. História das Mulheres. 5. História
da Família. I. Osório, Helen, orient. II. Título.

Gabriela Schmitt

Desestabilizando Frida:
mulheres e família no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul (1880-1910)

Dissertação de Mestrado em História
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2023.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Helen Osório (Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Universidade Federal de Santa Maria

Dr^a. Maíra Ines Vendrame

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr. Marcos Antônio Witt

Instituto Histórico de São Leopoldo

Dedico às vítimas das enchentes catastróficas do rio Taquari de 2023 e 2024. À minha mãe Neli que perdeu a colheita de uma vida inteira e segue disposta a plantar.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é uma sobrevivente do processo e do contexto em que foi escrita. Iniciou quando a pandemia de COVID-19 se espalhava pelo mundo e terminou quando uma enchente catastrófica devastou grande parte da região estudada, inclusive minha própria casa. Tempo e paciência foram os guerreiros necessários para enfrentar essas batalhas. Além deles, algumas pessoas foram fundamentais, pois ofereceram suporte e acreditaram na pesquisa, mesmo nas vezes em que pensei em desistir.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dr^a. Helen Osório, sempre empática e disponível, indicando caminhos para a pesquisa e me fazendo refletir e ter *insights* preciosos. A generosidade com que compartilhou sua experiência e conhecimento foi fundamental para que eu pudesse enxergar além das minhas limitações e inexperiência. Te levarei sempre na memória. À banca examinadora, Dr^a. Máira Ines Vendrame e Dr. Marcos Antônio Witt, agradeço o tempo que dispuseram para a leitura, para a banca e pelas sugestões. Ao Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti, minha gratidão pelos ensinamentos desde a graduação até o mestrado, teus ensinamentos estão presentes em todas as linhas desta pesquisa.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pelo atendimento e atenção prestados desde meados de 2018. Ao Arquivo Histórico Municipal de Lajeado pela salvaguarda do patrimônio documental e disponibilização de forma digital, importante no período pandêmico. Aos genealogistas e memorialistas que realizaram e realizam, de forma independente, primorosos registros históricos, sem os quais pouco saberíamos sobre a vida cotidiana das comunidades.

À Amanda, Martina, Marcos e Matheus agradeço às noites de risada que compartilhamos. Às minhas amigas e colegas de profissão, Camila, Gabrielle, Luiza, Taiane e Raquel, sorte a minha estar ao lado de vocês desde as primeiras semanas da graduação. Que tenhamos sempre um “teto todo nosso” para continuarmos a pesquisar. À minha melhor e eterna amiga/irmã Jéssica, o que seria de mim sem você?

Para minha família. Às minhas dindas, Leonilda e Janice pelos conselhos, suporte e colo. À minha afilhada Camila, te desejo um futuro brilhante. Minha prima Juliana e minha tia Iara, agradeço por me acolherem em Porto Alegre, em minhas inúmeras viagens para visitar o arquivo. Às minhas gatas, Amora, Frida e Hannah dedico todo o meu carinho e cuidado, muitas vezes, elas que me fizeram levantar e seguir.

Ao meu namorado, André, todo amor e alegria disponíveis no meu ser. Obrigada por estar ao meu lado, inclusive enquanto escrevo esses agradecimentos. Você foi minha fortaleza em meio a tempestade. Como diz o poeta Chico César: “Para viver em estado de poesia, me entranharia nestes sertões de você (...) É belo vê-lo o amor sem anestesia, dói de bom, arde de doce, queima, acalma, mata, cria.”

Às mulheres da minha vida. Minha mãe, Neli, que muitas vezes se esqueceu dela mesma para me criar, que me deu liberdade e segurança para estudar, que fala “eu te amo” através do cuidado diário. Eu te amo mãe, obrigada. Minha filha, Yasmin, tão doce e serena que parece o oposto de mim, você é a razão desta pesquisa, por você estudei, para te dar um futuro melhor. Eu te amo, filha. Minha avó, Lucinda (*in memoriam*), não te conheci e nem me conhecestes, mas tua memória seguirá viva enquanto as mulheres de nossa família existirem. Tua história está nesta dissertação.

“Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua
maneira.” Liev Tolstói, 1877.

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a história das mulheres no Vale do Taquari/RS entre as décadas de 1880 e 1910, consideradas em contextos familiares e suas experiências sociais e econômicas. As questões norteadoras foram as seguintes: qual o perfil socioeconômico das famílias no Vale do Taquari (1880-1910)? Quais as experiências e as agências das mulheres diante da ordem socioeconômica estabelecida? É possível fazer uma crítica aos padrões imaginados sobre as mulheres em contexto familiar em áreas marcadas pela imigração europeia? Como fonte principal de análise dispus de inventários *post mortem* e sua documentação anexa, trabalhados e analisados a partir da metodologia serial e da Micro-história italiana. Identifiquei os mitos que envolveram a história dos germânicos que ocuparam o Vale do Taquari, analisando a imigração, a migração, a colonização e seus desdobramentos nesta região. Em seguida, verifiquei a estrutura socioeconômica e patrimonial das famílias, estabelecendo comparações entre ricos e pobres. Também, analisei os casos específicos de viúvas que chefiavam suas famílias, considerando o ciclo de vida familiar, as suas experiências e as agências históricas. A análise massiva permitiu encontrar um caso excepcional de uma mulher solteira, parda e parteira que subverte e desestabiliza a ideia de “Frida” como a única história a ser contada sobre as mulheres no Vale do Taquari, abrindo possibilidades de análise de experiências e agências de mulheres negras integradas à essa sociedade.

Palavras-chave: Imigração. História da Imigração alemã. Pós-abolição. História das Mulheres. História da Família.

ABSTRACT

The object of this research is the history of women in Vale do Taquari/RS between the 1880s and 1910s, considered in family contexts and their social and economic experiences. The guiding questions were the following: what is the socioeconomic profile of families in Vale do Taquari (1880-1910)? What are women's experiences and agencies in the face of the established socioeconomic order? Is it possible to criticize the imagined patterns of women in the family context in areas marked by European immigration? As the main source of analysis, I had post-mortem inventories and their accompanying documentation, worked on and analyzed using the serial methodology and Italian Microhistory. I identified the myths that surrounded the history of the Germans who occupied the Vale do Taquari, analyzing immigration, migration, colonization and their consequences in this region. Next, I checked the socioeconomic and patrimonial structure of families, establishing comparisons between rich and poor. Also, I analyzed the specific cases of widows who headed their families, considering the family life cycle, their experiences and historical agencies. The massive analysis allowed us to find an exceptional case of a single, mixed-race woman and midwife who subverts and destabilizes the idea of "Frida" as the only story to be told about women in the Vale do Taquari, opening possibilities for analyzing the experiences and agencies of black women integrated into this society.

Keywords: Immigration. History of German Immigration. Post-abolition. History of Women. Family History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do mega-espaço São Leopoldo-Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS).....	44
Figura 2: Mapa do Centenário da imigração com destaque para o Vale do Taquari (1924)	45
Figura 3: Mapa do Centenário da Imigração com localização detalhada do Vale do Taquari (1924)	46
Figura 4: Croqui dos municípios do Vale do Taquari (1943).....	48
Figura 5: Herdeiros da família Ruschel (nomes e idades).....	75
Figura 6: Nota de falecimento, Anna Maria Scholer Ruschel (1903)	76
Figura 7: Nota de falecimento, Miguel Ruschel (1903)	77
Figura 8: Relação de imigração da família Ruschel, 1846	81
Figura 9: Família Ruschel	82
Figura 10: Família Ruschel.....	84
Figura 11: Vapor de luxo Estrella.....	85
Figura 12: “Vó Brazelina Alves” (1945)	89
Figura 13: Brazelina e seu neto Miro Silva	90
Figura 14: Acervo da Casa de Cultura de Lajeado. Lajeado, 2023	90
Figura 15: Enchente em Estrela (1941)	101
Figura 16: Comércio de Felipe Roberto Scherer e Gustavo Jaeger	132
Figura 17: Anúncio Carlos Naschold	140
Figura 18: Mapa da Fazenda São Gabriel e da vila de Estrela (1887)	150
Figura 19: Área urbana de Estrela (2014)	150
Figura 20: Rua Coronel Flores	151
Figura 21: Rua da Praia	152
Figura 22: Moysés Alves de Menezes	155
Figura 23: Alunas da escola de parteiras de Gabriel Schlatter	158
Figura 24: Ficha de Parteira.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos inventários em urbanos e rurais, Estrela e Lajeado (1880-1910).....	67
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Patrimônio (£), ocupações e naturalidade da faixa de fortuna mais rica de Estrela (1880-1910)	72
Quadro 2: Bens na cidade de Lajeado, Anna Maria e Miguel Ruschel (1903)	86
Quadro 3: Bens na cidade de Estrela, Anna Maria e Miguel Ruschel (1903)	87
Quadro 4: Patrimônio (£), profissão e naturalidade do 10% mais pobres de Estrela (1880-1910)	93
Quadro 5: Bens semoventes da família Markus (1903)	95
Quadro 6: Bens de raiz da família Markus (1903)	95
Quadro 7: Bens da família Vargas	97
Quadro 8: Autos de pobreza, Estrela (1880-1910)	98
Quadro 9: Informações sobre as famílias constantes nos Autos de pobreza	98
Quadro 10: Escravizados constantes no inventário <i>post-mortem</i> de Chrispiniano José Martins (1883)	101
Quadro 11: Meação de Elisabetha Graebin (1898)	129
Quadro 12: Avaliação do inventário de Elisabetha Graebin (1912)	131
Quadro 13: Dívidas passivas de Elisabetha Graebin	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População, por sexo, segundo os municípios (1890).....	55
Tabela 2: Sedes paroquiais católicas e protestantes existentes no Vale do Taquari (1824)	57
Tabela 3: Distribuição da riqueza inventariada por faixa de fortuna, Estrela 1880-1910 (em libras esterlinas).....	63
Tabela 4: Distribuição da riqueza inventariada por faixa de fortuna, Lajeado 1880-1910 (em libras esterlinas).....	63
Tabela 6: Famílias encabeçadas por viúvas conforme o ciclo de vida, 1880-1910 (%)	120
Tabela 7: Distribuição da riqueza inventariada de famílias jovens chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910).....	124
Tabela 8: Distribuição da riqueza inventariada de famílias maduras chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910).....	125
Tabela 9: Distribuição da riqueza inventariada de famílias velhas chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910).....	126
Tabela 10: Média (\bar{x}) de fortuna por família nos grupos de ciclo de vida familiar (£)	126
Tabela 11: Tutoria no Vale do Taquari (1880-1910)	135
Tabela 12: Representatividade percentual dos bens de raiz no patrimônio de famílias jovens pobres	139

LISTA DE SIGLAS

APERS

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

SL-LNRS

São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO VALE DO TAQUARI	28
1.1. O projeto colonizador no Rio Grande do Sul	28
1.2. O estabelecimento das desigualdades: a colonização privada no Vale do Taquari..	39
2. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO VALE DO TAQUARI	62
2.1. Estrutura socioeconômica e patrimonial do Vale do Taquari (1880-1910)	62
2.2. Os proprietários do “Vapor de luxo Estrella”: dimensões sociais e econômicas da Família Ruschel	71
2.3. O pequeno patrimônio de Augusta: dimensões sociais e econômicas de famílias pobres no Vale do Taquari	92
3. DIANTE DO FIM	113
3.1. Viuvez, chefia familiar feminina e ciclo de vida familiar no Vale do Taquari	113
3.2. “Diz a viúva...”: tutoria e declarações de mulheres chefes de família no Vale do Taquari	133
3.3. Além de Frida: Luiza de Quadros Machado	143
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
FONTES MANUSCRITAS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	181

INTRODUÇÃO

As mulheres no Vale do Taquari/RS (1880-1910), consideradas em contextos familiares¹, e suas experiências sociais e econômicas constituem o objeto de pesquisa da dissertação. Ao estudar mulheres e famílias no Vale do Taquari compreendo a variedade de grupos étnicos, mas considerando a grande representatividade demográfica e documental de germânicos, são esses os que mais aparecem na análise. Todavia, destaco a participação de um contraponto: trata-se de Luiza de Quadros Machado, uma mulher solteira, parda e parteira. Portanto, essa não é uma pesquisa assentada somente no campo de estudos da História da Imigração, uma vez que os sujeitos da pesquisa não consistem apenas em imigrantes germânicos.

O que motivou a escolha dessa temática foram aspectos tanto acadêmicos quanto pessoais. “Desestabilizando Frida” é um título alegórico que faz referência à ideia construída e sublimada acerca da presença das mulheres em regiões de imigração e colonização europeia, tal é o caso do Vale do Taquari.² “Frida”³ é uma personagem característica da imigrante alemã,

¹ Conforme as disposições de Simona Cerutti o contexto não é um cenário incontornável, mas os elementos que escolheu-se dialogar e a partir do qual inscreve-se nossa própria proposição intelectual, estruturando a pesquisa. CERUTTI, Simona. “A Contrapelo”: diálogo sobre método. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Inês (org.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Cap. 3. p. 59-68.

² Optou-se por aderir as diferenciações usadas pelo historiador Marcos Antônio Witt acerca do termo “colônia”. Ou seja, quando estiver escrita com inicial maiúscula “Colônia” designará o empreendimento agrícola de assentamento dos imigrantes, que posteriormente tornou-se uma vila ou cidade. Já quando estiver escrita com inicial minúscula “colônia” se vinculará à propriedade territorial que foi recebida pelos imigrantes. “Dessa forma, a Colônia era dividida em muitas colônias”. WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

³ A personagem “Frida” surgiu anos após a criação da empresa “Fritz”, no ano de 1982, a fim de ser sua companheira. Conforme informações na descrição da história da empresa, em site próprio, Frida seria uma “senhorinha alegre e simpática”. No ano de 1999 as personagens foram redesenhadas e unidas para a criação da marca “Fritz & Frida”, conformando a identidade visual da empresa do ramo alimentício. Disponível em: <http://fritze-frida.com.br/sobre>. Acesso em: 21 ago. 2021. Todavia, as personagens são características em cidades de imigração germânica no Rio Grande do Sul, à exemplo da cidade de Santa Cruz do Sul/RS que possui um monumento em homenagem no seu pórtico. Segundo informações da prefeitura, o monumento foi apresentado na *Oktoberfest* do ano de 1987, “[...] para simbolizar a cultura germânica. A adoção do casal como símbolo da festa pretendeu mostrar a família como muito importante na nossa cultura”. Disponível em: <https://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/bonecos-fritz-e-frida>. Acesso em: 21 ago. 2021. Na cidade de Estrela, um dos espaços dessa pesquisa, encontram-se monumentos parecidos com os de Santa Cruz do Sul, todavia, os personagens são chamados de “Chuck” e “Ruth”, idealizados para o 53º Festival do Chucrute; trata-se de um casal com trajes típicos, construídos no trevo de acesso à cidade, retratando a influência da colonização alemã no município. SANTOS, Airton E. **Chuck e Ruth restaurados e prontos para o 53º Festival do Chucrute em Estrela-RS**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrelariograndadosul.blogspot.com/2018/04/chuck-e-ruth-restaurados-e-prontos-para.html.html>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

que, em conjunto com “Fritz”, representa um núcleo familiar padrão⁴, remetendo a grupos germânicos.⁵ Ela é, sobretudo, uma companheira alegre, simpática e “acessória” (aparentemente destituída da agência, que era protagonizada pelo homem “pioneiro”).

Dos aspectos pessoais que motivaram a pesquisa, pontuo que como mulher, residente no Vale do Taquari, de uma família predominantemente pobre e chefiada por mulheres, cresci ouvindo histórias sobre a região que não se encaixavam na minha realidade concreta. Os festivais, bailes e discursos pregavam a existência de uma comunidade imaginada ou fantasiada, que remetia a um passado glorioso, construído por poucas famílias proeminentes. Sem dúvida, tais narrativas conformaram as características atuais da região que se mostram, em grande parte, conservadoras e alheias às problemáticas já muito discutidas, como relações de gênero, raça e classe.⁶

Ao “Desestabilizar Frida” pretendo, portanto, confrontar a ideia de um passado único, mesmo para as famílias imigrantes europeias, discutindo as diferenças e as desigualdades e compreendendo a diversidade de experiências em áreas de imigração, tal qual é o caso de Luiza de Quadros Machado. Essa pesquisa iniciou-se como desdobramento do meu Trabalho de Conclusão de Graduação, em que identifiquei aspectos estruturais do município de Estrela, com uma análise ainda principiante, mas que considero um passo fundamental para a promoção dessa investigação. Aliou-se a isso meu desejo de pesquisar sobre mulheres, impulsionado por uma experiência de vida marcada por histórias de mulheres que, sozinhas ou auxiliadas por outras mulheres, sustentaram-se e sustentaram suas descendentes.

Essa pesquisa foi realizada sem o auxílio de bolsa de pesquisa, durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e do governo de Jair Messias Bolsonaro, e entregue para a banca durante a enchente catastrófica de 04 de setembro de 2023 que varreu cidades inteiras do Vale do Taquari, inclusive a casa em que cresci. Esses processos influíram em seu resultado, seja para o acesso às fontes, que dependiam de viagens, seja por tempo dedicado aos estudos e condições psicológicas e econômicas. Principalmente, o que se apresenta como resultado é um entrelaçamento de questões, associadas a problemáticas caras tanto em âmbito pessoal, como acadêmico. É o caso do autogerenciamento ou agência feminina, relacionada com a participação da mulher na vida familiar e na comunidade.

Os problemas de pesquisa foram elementos desafiadores e propostos através das

⁴ Leia-se por padrão a família nuclear tradicional europeia (pai, mãe, filhos e filhas).

⁵ Quando empregado, tal caracterização se referirá a indivíduos oriundos de países de regiões germânicas da Europa, como Alemanha, Áustria, Suíça e Polônia.

⁶ Percepção pessoal.

seguintes questões: qual o perfil socioeconômico das famílias no Vale do Taquari (1880-1910)? Quais as experiências e agências das mulheres diante da ordem socioeconômica estabelecida? E a partir dessas respostas: é possível fazer uma crítica aos padrões imaginados sobre as mulheres em contexto familiar em áreas marcadas pela imigração europeia?

Sublinhando a falta de trabalhos acerca da presença feminina e a incipiente discussão sobre família, especialmente vinculadas com análises de caráter socioeconômico na região do Vale do Taquari, e mesmo a necessidade de discutir, de forma mais abrangente, a experiência de mulheres de classes e etnias diversas em contexto familiar no interior do Rio Grande do Sul, justifica-se esse trabalho. Compreendo que os estudos sobre a História das mulheres, inextricável dos de gênero, avançaram sobremaneira nas últimas décadas, mas ainda existem campos a serem explorados e lacunas a serem preenchidas.

A escolha do Vale do Taquari como local de análise emergiu por proporcionar oportunidades de pesquisa importantes, considerando os aspectos étnicos – a imigração europeia e o contexto escravista – e de classe. Mergulho em uma região predominantemente rural e com desigualdades sociais importantes, provenientes, especialmente, da colonização privada das terras, como já investigado anteriormente.⁷

A fim de analisar a produção historiográfica sobre mulheres em contexto imigratório, realizei buscas no site de René Gertz que disponibiliza uma listagem de textos que têm a imigração e a colonização como temática principal. A coleção conta, atualmente, com mais de 5.000 obras, entre livros, artigos, dissertações e teses. Pesquisei as palavras-chaves “mulher” e “gênero” entre todos os títulos. Para “mulher” obtive 72 respostas, ou seja, apenas 1,44% das obras registradas; já “gênero” parece ter gerado menos interesse: somente 29 pesquisas, ou 0,58% do total, demonstraram essa preocupação – não descarto a hipótese de que outros trabalhos tematizem mulheres e gênero, mas não evidenciam tais termos em seu título.⁸

Seguirei a perspectiva de Maíra I. Vendrame acerca da escrita da História da Imigração no Rio Grande do Sul: “Desse modo, os núcleos coloniais não serão apresentados por uma imagem idílica de sociedade homogênea, tranquila, submissa e imóvel, muito pelo contrário, ela era permeada por tensões, solidariedades e iniciativas autônomas, tudo isso ligado a valores

⁷ Trata-se do meu Trabalho de Conclusão de Graduação: SCHMITT, Gabriela. **Nas Margens do Taquari: estudo socioeconômico de estrela (1870-1900)**. 2019. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

⁸ GERTZ, René. **Bibliografia sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. 2023. Disponível em: <https://www.renegertz.com/17-outros-textos/textos/76-bibliografia-imigracao-colonizacao-alema-rs>. Acesso em: 15 jul. 2023.

e racionalidade específica que guiava condutas individuais e coletivas”.⁹ O que levou os imigrantes a embarcarem rumo ao Brasil foi justamente não submeterem-se às condições socioeconômicas estabelecidas, mas gozar das liberdades e das vantagens que a mudança representava, certamente esses objetivos não foram alcançados com alheamento.

Convém também lembrar o que indica Marcia S. Stormowski sobre a literatura tradicional, que explícita ou implicitamente explica o enriquecimento de parte da população imigrante a partir de qualidades supostamente inerentes ao indivíduo ou ao grupo étnico. A autora não nega as dificuldades vividas pelos imigrantes, mas aponta a necessidade de atenuar essa visão, já que as dificuldades não eram apenas vividas pelos imigrantes. Estes, inclusive, receberam auxílios para adquirir terras, amenizando sua situação em comparação com outros atores sociais daquela sociedade.¹⁰

Marcos J. Tramontini, em sua pesquisa, indica que o “isolamento social” e o “isolamento geográfico”, muito repetidos pela historiografia tradicional da imigração, precisam ser reavaliados, pois podem sugerir que esses grupos eram impermeáveis à sociedade brasileira, organizados fora das estruturas sociais do país. Não refuto, conforme Tramontini, a influência do isolamento geográfico e demográfico no mundo colonial, responsável pela “solidão do imigrante”, mas sim o determinismo do isolamento nas experiências dos imigrantes.¹¹ Da mesma forma, Marcos A. Witt colabora para a definição acerca da historiografia clássica da imigração e a necessidade da derrubada de mitos:

É preciso definir, ainda, o que se entende por historiografia clássica da imigração alemã: enquadram-se nesse grupo aqueles que se esmeram na louvação étnica, na qual as características de um grupo se sobrepõem aos demais componentes da sua história. É de fundamental importância para esta historiografia destacar os termos “civilizado”, “ordeiro” e “trabalhador”, dentre outros, e suprimir tudo aquilo que poderia macular a imagem dos imigrantes e de seus descendentes. Ao contestar essas ideias, o presente trabalho tem a pretensão de derrubar mitos ou, no mínimo, balançá-los no sentido de mostrar que entre submeter-se à legislação e encontrar alternativas para a prática cotidiana foram necessários ajustes, concessões e conflitos.¹²

Dando prosseguimento às explicações temáticas, para o estudo da História da Família, trago a avaliação de Ana S. V. Scott sobre a evolução da História da família no período colonial

⁹ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

¹⁰ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 13.

¹¹ TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000. p. 140.

¹² WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**, *op cit.*, p. 27.

e imperial: as contribuições de Gilberto Freyre e Oliveira Viana auxiliam para a compreensão da relação entre Família e Estado na construção da nação; as de Caio Prado Júnior ajudam a entender sobre o desregramento e promiscuidade da “casa-grande”; e as de Sérgio Buarque de Holanda contribuem para a compreensão acerca da família patriarcal e latifundiária e da invasão do público pelo privado. Na década de 1990 avançou-se aos estudos das famílias negras com contribuições como a de Manolo Florentino e José Roberto Goés. Scott sublinhou que as discussões sobre família ocorriam na História Social e prolongavam-se para a Demografia Histórica, História das Mulheres e História das Mentalidades, sem um consenso sobre o significado de família ou a diferença da família latino-americana e europeia. A autora contribuiu para os estudos de História da Família em Portugal e suas adaptações na colônia, instigando estudos comparados.¹³

Segundo Scott, é consenso entre os historiadores as dificuldades de analisar o conceito de família, pois diz respeito a uma instituição quase universal, disseminada por todas as sociedades no tempo. A palavra família é carregada de diferentes conotações que merecem críticas pertinentes, especialmente, por ser parte da realidade cotidiana e base da concepção de mundo. O conceito de família seria aceito de forma implícita e acrítica por vincular-se a uma realidade cotidiana naturalizada¹⁴. Além disso, o conceito é carregado por múltiplas e, por vezes, opostas visões: a família vista como instrumento de opressão social; ou a família como abrigo frente ao mundo hostil. A família é considerada unidade de reprodução biológica e social, constituindo uma instituição dinâmica que apresenta dificuldades conceituais em relação à definição de seus próprios laços: quem faz parte da família? Essa definição é restrita ou ampla?¹⁵

Hebe Mattos sublinha que desde Freyre o modelo de família patriarcal marcou um lugar definitivo no imaginário acadêmico do Brasil escravista, mas que recentemente tal modelo foi contestado pelos estudos demográficos. Dessa forma, ocorre a associação entre a família extensa (em que convive mais de uma geração e agregados) e família patriarcal, em oposição à predominância de famílias nucleares que encontram-se na análise de listas nominativas, além das evidências a respeito da importância da família escravizada.¹⁶

Acerca dos estudos sobre a família livre e escravizada, independentemente da região do

¹³ SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 1. p. 13-39. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

¹⁴ SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 1. p. 14-34. p. 21.

¹⁵ *Ibid.*, p. 22.

¹⁶ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Brasil, Mattos destaca a importância da percepção dos significados culturais das associações familiares na sociedade escravista e seu papel no estabelecimento de hierarquias e relações sociais. Dessa forma: “Numa sociedade em que os processos de desenraizamento e as relações pessoais exerciam papéis estruturais, o acesso às relações familiares não pode ser tomado como um dado natural, nem a mobilidade, como indicador de anomia.”¹⁷ A constituição familiar, portanto, poderia significar inserção ou reinserção social, potencializando, por exemplo, a aquisição de propriedades, ou seja, a família era um capital social.¹⁸

O conceito de família adotado aqui provém da síntese proposta por Ana M. L. Rios, com três instâncias: a família nuclear, composta por pai e/ou mãe e filhos solteiros; a família ampliada, com a incorporação da família dos filhos e outros parentes consanguíneos; e a família estendida, incluindo pessoas sem vínculo biológico. Para tanto, se levou em conta a proposição de Rios: “Quando se pensa a família como objeto de estudos históricos não é a relação biológica de parentesco que está em questão, mas o significado que ela tem socialmente, o que é o parentesco enquanto relação social.”¹⁹

Desse ponto, emerge o debate sobre o universo das famílias imigrantes europeias no fim do século XIX e início do século XX. Caracterizo, dessa forma, como uma experiência histórica de contatos interétnicos. Scott afirma a necessidade de uma exploração sistemática mais apurada, com fontes seriadas, contribuindo para o estudo da população e da família.²⁰ Estendo essa compreensão para o período imperial, pois, segundo a supracitada autora, o período colonial concentra a maior parte dos trabalhos acerca da temática, já a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX se ressentem pela escassez de estudos. Recortes que abrangem, justamente, meus focos de pesquisa²¹.

Maria S. Bassanezi²² elenca a posição específica das mulheres que participaram das migrações em massa nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Em sua maioria eram mulheres pobres, analfabetas ou semialfabetizadas, seguindo projetos pessoais ou familiares, afetadas por transformações socioeconômicas, políticas e demográficas, em regiões como Europa e Ásia. Esses excedentes populacionais seguiram as migrações oceânicas,

¹⁷ *Ibid.*, p. 66.

¹⁸ *Ibid.*, p. 70.

¹⁹ RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição**: famílias negras em paraíba do sul, 1872-1920. 1990. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 7.

²⁰ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família...**, *op cit.* p. 33.

²¹ *Ibid.*, p. 34.

²² BASSANEZI, Maria Sílvia. Migrações internacionais: mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. Cap. 9. p. 202-230.

fomentadas pelo barateamento do transporte, dos auxílios financeiros prometidos e pelas redes sociais que se formavam entre os países. Ao chegarem no Brasil deveriam ser inseridas, dentre outras dimensões, nas trilhas legislativas do país, em que homens e mulheres eram colocados em patamares desiguais de direitos. Acima de tudo, a segunda Constituição, de 1891, foi elaborada em clima “republicano”. Portanto, ao que concerne às famílias e mulheres: reconhecia-se e validava-se o casamento civil, determinando sua gratuidade; ao mesmo tempo que afirmava-se a igualdade de todos, ainda que as mulheres não estivessem incluídas neste estatuto de igualdade, como informa Iáris R. Cortês²³.

A História da Infância é partidária da História da Família e das Mulheres. Segundo Scott, esse campo recebeu atenção historiográfica no último quartel do século XX, já a História da Juventude não atraiu o interesse que merece no caso brasileiro. Eloisa H. C. da Luz Ramos e Witt analisaram, especificadamente, as crianças na imigração. No período das grandes migrações da Europa para América, no século XIX, junto com pais e mães, ou mesmo sozinhas, vieram as crianças. Os projetos imigratórios davam preferência às famílias, portanto, nesse contexto, crianças e jovens imigrantes eram coadjuvantes e os adultos os protagonistas. As crianças colaboravam para que os objetivos da imigração fossem alcançados, especialmente como força de trabalho, o que não excluía relações de afeto²⁴.

Por fim, as mulheres serão consideradas em relação ao contexto familiar, pois, nas regiões de colonização, sua presença estava ligada à migração de todo o grupo familiar. Além disso, nossas fontes de análise trazem informações familiares que não podem ser ignoradas, mas, nesta dissertação, faço o esforço de não as perceber como mães e esposas inertes. Essas mulheres, muitas vezes, partiam da Europa acompanhadas por pais, maridos e irmãos, ou partiam com a família após o estabelecimento do companheiro. Mesmo que não sejam as protagonistas na historiografia tradicional tinham papel fundamental para o grupo familiar.

Em relação ao espaço geográfico de pesquisa, delimita-se o Vale do Taquari, especificadamente os municípios de Estrela e Lajeado (1880-1910). Trata-se de uma região do estado do Rio Grande do Sul, localizada no quadrante nordeste da região central, com uma área de 4.825,4 km² e população atual total de 381.015 habitantes, com 36 municípios conectados

²³ CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito: a trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. Cap. 13. p. 311-341.

²⁴ RAMOS, Eloisa H. C. da Luz; WITT, Marcos A. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 3. p. 57-83.

pelo rio Taquari.²⁵ O rio possui um curso de 515 km desde sua nascente em Aparados da Serra, com o nome de rio das Antas, sendo sua foz no Delta do Jacuí, e sobressai a fertilidade do solo nessa região, como indica Dalva N. Reiheimer.²⁶

Em 1849 o município de Taquari foi emancipado da Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo, em 1876 foi criado o município de Estrela e, por fim, em 1891 funda-se o município de Lajeado, conformando a região do Vale do Taquari.²⁷ Inicia-se, nesse período, a chegada de imigrantes europeus, especialmente germânicos, acentuando as disputas sobre as propriedades da então província, sob o desenrolar da Lei de Terras da região sudeste, de 1850. Entre as décadas de 1850 e 1870 o Vale do Taquari caracterizou-se por apresentar os maiores volumes de comercialização fundiária da província, com áreas de matas e solo fértil, devido às cheias recorrentes do rio Taquari, conforme Cristiano L. Christillino.²⁸

Taquari é o “município-mãe” da região e foi, inicialmente, considerado para a composição da pesquisa. Todavia, durante o levantamento de dados, percebi que destoava do conjunto uniforme composto por Estrela e Lajeado, especialmente, pela procedência dos imigrantes/migrantes. Taquari contava, principalmente, com imigrantes portugueses, sendo uma região de povoamento mais antigo, ao passo que Estrela e Lajeado receberam os imigrantes/migrantes germânicos, conformando uma nova área de apropriação e comércio de terras. Dessa forma, optei por trabalhar com a microrregião Estrela e Lajeado, possibilitando uma análise mais estreita das suas particularidades.

O recorte por municípios acaba por fragmentar, em certa medida, a continuidade das fontes, ainda assim, considerei a escolha válida. Todavia, parto da hipótese de que, mesmo com a sequência de emancipações, as estruturas regionais permaneceram similares, através da presença de aspectos gerais, como o caráter rural, fluvial e o mesmo tipo de estrutura fundiária. Provém disso a delimitação temporal das décadas de 1880 a 1910, ou seja, o momento de formação e estabelecimento das comunidades de Estrela e Lajeado. A partir dessas disposições, apresento, a seguir, uma revisão com a bibliografia regional considerada relevante para a dissertação.

²⁵ Cf. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Taquari>. Acesso em: 06 set. 2021.

²⁶ REIHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público**: ações e implicações dessa relação. 2007. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

²⁷ Cf. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

²⁸ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004., p. 171.

a) *Apropriação de terras e economia:*

Essas temáticas encontram-se, especialmente, nas pesquisas de Cristiano L. Christillino, que investigou as apropriações de terra na região do Vale do Taquari (1840-1889), discutindo a exclusão dos lavradores nacionais de suas posses a partir da Lei de Terras de 1850. Demonstrou como as colônias particulares de imigração europeia foram a saída econômica tomada pela elite fundiária da região. Bem como, a exclusão dos lavradores nacionais, o custo social do aumento das pequenas propriedades produtoras de origem imigrante europeia. Da mesma forma, o autor explorou a expansão da fronteira fundiária sobre as áreas florestais, os litígios entre os terratenentes e a procura pelo acesso à terra.²⁹

Nessa direção, Júlia L. Gregory, pesquisou a atuação do empresário-negociante Antônio Fialho de Vargas no comércio de terras do Vale do Taquari, a fim de compreendê-la após a chegada de imigrantes/migrantes europeus, em 1850.³⁰ Foi a empresa Batista Fialho & Cia. que estabeleceu a Colônia Conventos (Lajeado). A região caracterizava-se economicamente pelo comércio de lotes coloniais para imigrantes/migrantes germânicos e pela agricultura em pequenas unidades produtivas.³¹

b) *Diversidade étnica:*

A maioria das pesquisas desenvolvidas acerca dessas populações são de ordem arqueológica, oferecendo oportunidades de investigação nessa área e em outras, como estudos sobre contatos interétnicos, territorialidades e História Ambiental. Um número expressivo de monografias, dissertações e teses foram localizadas, e as temáticas mais recorrentes dizem respeito à arqueologia, aos povos Caingangues e às paisagens urbanas e rurais.³²

²⁹ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**, *op cit.*; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. 353 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

³⁰ GREGORY, Júlia Leite. **Terra, Fortuna e Família: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)**. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada: Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)** [recurso eletrônico] / Júlia Leite Gregory -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 33.

³¹ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**, *op cit.*, p. 211.

³² Cf. SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. **“Eles viram que o índio tem poder, né!”** o protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 19 dez. 2016.

Sobre as experiências de africanos e seus descendentes, é perceptível um movimento recente na direção dessas discussões.³³ Karen D. Pires, por exemplo, dissertou sobre o trabalho escravizado, a paisagem urbana e rural e a família escravizada, essencialmente, através do jornal *O Taquaryense*.³⁴ Já Fernanda C. Schmitt discutiu a temática da escravidão relacionada com a imigração, percebendo os conflitos e disputas locais no período imperial.³⁵

Em relação à imigração europeia, muitas das obras foram escritas por memorialistas e genealogistas locais de forma autônoma, elencando a história de algumas famílias e eventos ligados às comunidades.³⁶ Em algumas dessas obras percebo a romantização e glorificação de um passado mítico, que se alimenta da busca da identidade germânica, italiana, açoriana etc.

c) *Família*

Geralmente, dispõem-se sobre o tema lateralmente. As exceções são as pesquisas de Júlia L. Gregory, sobre a família Fialho de Vargas – a partir desse caso se sabe que ocorriam casamentos estratégicos para a sedimentação do *status* e a acumulação patrimonial, através da endogamia e consanguinidade.³⁷ Além disso, as famílias açorianas formavam alianças, através dos casamentos e apadrinhamentos que fortificavam a sobrevivência do grupo no Brasil.³⁸

Outra contribuição interessante é a de Marcos A. Dal Cin sobre o cotidiano da localidade Conventos, entre os anos 1860-1903, através dos livros de registros paroquiais: esta pesquisa traz elementos genealógicos e a teia de relações sociais estabelecida naquela sociedade.³⁹ Por fim, se tem o trabalho de Karen D. Pires, que pesquisou em sua tese de doutorado os temas de compadrio, parentesco e família de escravizados.⁴⁰

³³ Cf. FRANZ, Eloísa. **O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2014. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2012.

³⁴ PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul**. 2021. 167 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2021.; PIRES, Karen Daniela. **“O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX”**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, 20 dez. 2016.

³⁵ SCHMITT, Fernanda Chemin. **Escravidão e Imigração: conflitos e disputas na sociedade escravista do vale do Taquari no período imperial**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

³⁶ Indica-se: SCHIERHOLT, José Alfredo. **Abrindo o Baú**. [20--]. Disponível em: <http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/>. Acesso em: 09 set. 2021.

³⁷ GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social colonização privada**, *op cit.*; GREGORY, Júlia Leite. **Terra, Fortuna e Família**, *op cit.*

³⁸ *Ibid.*, p. 165.

³⁹ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de Conventos/RS - 1860 a 1903**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

⁴⁰ PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família**, *op cit.*

Como fundamentação teórica dispus do conceito de “Distinção” elaborado por Pierre Bourdieu a partir das discussões sobre “Capital simbólico” e “Classes sociais”. Interessou-me a tese central da dupla objetividade, em que as classes sociais são categorizadas através da relação entre a distribuição de propriedades materiais e o capital simbólico. As diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros provenientes, são convertidas em distinções reconhecidas nas representações formadas pelos agentes. Essas diferenças são, portanto, aceitas como legítimas e funcionam como um capital simbólico, do qual o lucro é a distinção, mesmo intraclasse.⁴¹

O conceito de classe provém da obra de Edward P. Thompson e é considerado eminentemente histórico, com continuidades e rupturas. A classe e a consciência de classe constroem-se a partir das experiências dos sujeitos no processo histórico das lutas de classe, privilegiando as agências de homens e mulheres no tempo.⁴² Thompson aponta a necessidade de situar as análises nos contextos históricos e materiais específicos, bem como suas influências, compreendendo as explorações e resistências nas relações de poder.⁴³ Para a compreensão da obra de Thompson me apoiei na leitura de Simona Cerutti. A autora indica que o pesquisador deve desfazer-se da ideia de uma construção consensual de sociedade, buscando fontes eficazes para identificar as tensões e os métodos necessários para analisá-las.⁴⁴

Dois conceitos provêm da obra de Thompson e são encontradas no problema de pesquisa desta dissertação: experiência e agência. Tais conceitos estão presentes em debates que vão além do campo histórico, sendo parte de outras disciplinas e contextos. Conforme Cerutti, agência/ação para Thompson é “a expressão das capacidades de um grupo definido, dotado de consciência e de vontade que interpreta o mundo social e age sobre ele [...]”.⁴⁵ Já o conceito de experiência, para Suzanne Desan, não está definido claramente na obra de Thompson, mas os indícios são de que é determinada pelo “ser social” e no lugar ocupado na estrutura das relações humanas no mundo material. Ressalta-se, especialmente, que as classes inferiores não eram vítimas de forças históricas externas e determinantes, mas tinham papel ativo e essencial na sua

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.96, p.105-115, julho de 2013. p. 111-113.

⁴² THOMPSON, Edward. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁴³ THOMPSON, Edward. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SP. EDUNICAMP, 2001. (Capítulo: Algumas observações sobre classe e falsa consciência).

⁴⁴ CERUTTI, Simona. Quem está embaixo? Uma releitura de E. P. Thompson, historiador das sociedades modernas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Inês (org.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Cap. 4. p. 69-98. p. 69.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 82.

própria história e na definição da identidade cultural.⁴⁶

Para Joan W. Scott, categorias como “mulher” ou “trabalhador”, não devem ser tomadas como fixas, sob o custo de serem naturalizadas ao invés de analisadas.⁴⁷ Ademais, o conceito de experiência, essencializaria a identidade e ratificaria o sujeito, mas estaria tão imbricado na linguagem cotidiana que não poderia ser abandonado. Para estudar a experiência deve-se discutir suas origens na explicação histórica, analisando a produção do conhecimento, sem reproduzir categorias naturalizadas ou postulando uma certa neutralidade do historiador.⁴⁸

Eleni Varikas discute gênero, experiência e subjetividade segundo as pesquisas de Tilly e Scott. Tal debate problematiza “em que medida a história das mulheres se impôs”. Sua primeira análise é o consenso acerca da imposição do debate, a partir disso que se articularam as posições sobre as tarefas e agendas a serem cumpridas pelos estudos acerca das temáticas.⁴⁹ Foi e têm sido a vontade política de ver as mulheres como sujeitas na história que contribuiu e contribui para o encontro das pesquisadoras feministas com as *experiências* históricas de mulheres, inclusive no terreno da História Social. Esse terreno é acolhedor, relacionando experiência, opressão e possibilidades de ação para os “excluídos da história”, mas também androcêntrico: o sujeito da história era usualmente masculino e neutro. Daí a reflexão sobre os métodos e objetos da História das Mulheres.

Ao referir-se à experiência feminina, Varikas preocupa-se não com uma realidade objetiva antecedente à linguagem ou exterior a ela, mas com as maneiras pelas quais as mulheres viveram e interpretaram sua existência de mulher, ou de mãe, ou de doméstica, por exemplo; afinal, múltiplas forças pesam sobre as escolhas e ações das mulheres. Varikas concorda com Scott acerca da falta de rigor teórico que marcou o emprego da noção de *experiência* na História Social entre 1960 e 1970, especialmente dos usos positivistas.

Nesse sentido, discute-se sobre a impossibilidade de se chegar aos fatos históricos brutos do passado. Portanto, é preciso, enquanto historiadoras, estarmos conscientes das tensões que atravessam o trabalho, abertas a “descobertas”, esclarecimentos, perspectivas, interrogações, expondo posicionamentos e aspirando a honestidade científica. Portanto, “respeitar a iniciativa humana”, como inspira Tilly, compreendendo que escolher entre a História Social e a

⁴⁶ DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Cap. 2. p. 63-96. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. p.78-96.

⁴⁷ SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998., p. 312.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 325.

⁴⁹ VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, S.L., n. 3, p. 63-84, 1994.

desconstrução é um falso dilema.

Ratifico que as mulheres às quais me refiro nesta dissertação são mulheres plurais, em múltiplas posições, casadas, viúvas, solteiras e separadas, que articulavam-se com outras e formaram novas configurações de família. Daí a indicação de seguir as orientações de Thompson e estudar o processo histórico no qual estavam envolvidas, mas perguntando-se: “quem está embaixo?”, sem que essa resposta seja autoevidente. Isso implica ir além da própria História das Mulheres, observando economia, cultura e política. Além disso, observo, a exemplo de Cerutti, alguns percursos individuais, com uma variedade de experiências em diferentes campos da vida social, para além das hierarquias sociais – quando as fontes permitem.⁵⁰

Corroborando com essas perspectivas uma importante referência dessa dissertação é Giovanni Levi que dialoga com o conceito de “economia moral” de Thompson e aponta a existência de uma racionalidade específica, não regulada pelo mercado, mas pelas necessidades do grupo.⁵¹ Levi, ao dissertar sobre o estudo da família, alerta que o discurso sobre a estratificação social não pode limitar-se às dimensões das propriedades, mas precisa conduzir à compreensão das estratégias familiares complexas, em que atuavam mecanismos que levavam ao sucesso e ao insucesso e para a sobrevivência e o desaparecimento. A organização do presente e do futuro e o mecanismo das relações, tanto em vida como na morte são estratégias importantes de se considerar: “As estruturas familiares, os mecanismos protetores da caridade e da clientela e uma certa rede de amigos, vínculos e proteções deviam preencher um quadro que os cálculos estritamente econômicos representavam apenas de maneira parcial e distorcida.”⁵²

A História da Família precisa ser contextualizada, pois isolada pode oferecer conclusões desviantes, levando a supor uma igualdade entre pares que não confere com um quadro mais complexo de análise. As famílias eram conjuntos diferenciados e hierarquizados, embora fossem coesos, quadros de igualdade e desigualdade foram identificados por Levi. Ainda, compreendem-se os possíveis anacronismos de se considerar os grupos domésticos como unidades de análise, como indica o mesmo autor. Nesse sentido, faço um esforço para não presumir que as escolhas, estratégias e organização do grupo doméstico existiam somente em

⁵⁰ CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII, In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Cap. 8. p. 173-201. Tradução de: Dora Rocha.

⁵¹ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S.A., 2000.

⁵² LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**, *op cit.*, p. 96.

prol dele mesmo e em contraposição ao contexto social. Também, os indivíduos não serão isolados do grupo, já que as relações internas e externas criam condicionamentos complexos e significativos.⁵³

Ademais, seguindo as orientações de Levi e, tendo em vista o caráter socioeconômico da pesquisa, levo em conta que o patrimônio da família se constitui em fases sucessivas: os complexos mecanismos de financiamento da nova família em sua fase inicial; a formação do patrimônio e da renda ao longo do ciclo de existência da família; o recebimento dos presentes de casamento e investimentos na formação profissional; e da transmissão de tarefas, bens, relações e prestígio, valiosos socioeconomicamente.⁵⁴

Enfim, o conceito de *raça* será aqui tomado como relacional, já que os casos encontrados na documentação são provenientes, especialmente, das relações entre brancos e negros. Analiso a imigração contestando o essencialismo étnico, pois compreendo que a etnicidade constrói-se nas relações. A orientação provém das pesquisas de Karl Monsma e Marcus V. de Freitas Rosa. Como apontam os autores, após o 13 de maio, nas regiões do Brasil que receberam grande número de imigrantes, houve um avanço econômico destes grupos, especialmente em relação à população pobre e negra.⁵⁵

A construção das realidades sociais, especialmente as realidades familiares, atuavam de maneira diversa para mulheres brancas e não-brancas, já que às mulheres brancas era cabível compartilhar, em certa medida, o poder dos homens brancos, ainda que por pretensas escolhas e recompensas do patriarcado. Para mulheres negras, as possibilidades eram menores⁵⁶, a articulação entre racismo e violência de gênero ganhou contornos específicos no caso brasileiro, como informa a intelectual Lélia Gonzales: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. [...] veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular [...] Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.”⁵⁷

⁵³ *Ibid.*, p. 122.

⁵⁴ LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 1. p. 12-31. E-book. p. 14-15.

⁵⁵ MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EduFscar, 2016, capítulo 5.; ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **ALÉM DA INVISIBILIDADE: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. 2014. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Cap. 2. Como leitura complementar dessa temática, sugere-se: *WOODRUM, Robert H. Everybody was Black Down There: Race and Industrial Change in The Alabama Coalfields. Chapter One: Race, Class, Gender and Community before 1941. p. 11 - 43*

⁵⁶ *Ibid.*, p. 172.

⁵⁷ GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 224. grifo da autora.

Com esses importantes apontamentos sobre as visões teóricas que são o alicerce da pesquisa coloca-se, por fim, que mais do que a origem da família, o interesse de análise se dá no processo histórico de seu estabelecimento e institucionalização, manifesto, entre outras formas, na organização das suas relações socioeconômicas. Visa-se, sobretudo, investigar as mulheres na história, após os processos de apagamento precedentes, e essas são as máximas fundamentais para essa dissertação.⁵⁸

METODOLOGIA E FONTES

As fontes e a metodologia de pesquisa foram construídas a partir do contato direto com as fontes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inúmeras visitas oportunizaram que uma expressiva quantidade de fontes pudesse ser explorada na pesquisa. Esta se mostrou possível devido à diversidade de informações na documentação selecionada, o que inicialmente desenhava-se como um estudo de forte base quantitativa, ampliou-se e ganhou novos contornos (que muito devem ao caráter quantitativo da investigação). Os inventários *post-mortem* formam o eixo central do trabalho e quando articulados com os registros de óbito, resultam em informações como idade, *causa mortis*, naturalidade e religião.

Os inventários *post-mortem* provenientes do cartório de Órfãos e Ausentes de Lajeado e Estrela arrolam o patrimônio material, informando sobre os aspectos socioeconômicos das famílias. São documentos judiciais que contém, além dessas informações, testemunhos involuntários, como ensina Marc Bloch.⁵⁹ Segundo João L. R. Fragoso e Renato R. Pitzer os inventários *post-mortem* são como uma fotografia do patrimônio de indivíduos ou famílias em um determinado momento. Pelo caráter massivo, recorrente e homogêneo da fonte, a reunião de séries desse documento, possibilita o estudo de uma camada expressiva de pessoas de uma região, em uma temporalidade ampla, ou seja, a fotografia pode ser transformada em um filme.⁶⁰

Ressalta-se a importância da crítica à fonte, lida não como uma verdade absoluta; a qual espero ter analisado sem cair em anacronismos. Como todas as fontes históricas, os inventários

⁵⁸ À exemplo do que indica Thompson sobre as generalizações acerca da “cultura popular”, as teorias e conceitos se esvaziam a não ser que sejam colocados, firmemente, nos contextos históricos específicos. THOMPSON, E. P. Introdução, *op cit.*, p. 17.

⁵⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁶⁰ FRAGOSO, João L. R.; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. **Revista Arrabaldes**, Petrópolis, ano I, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988. Cf. VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

possuem limitações, a principal é a falta de representatividade das camadas mais pobres da população que, ao não terem bens para legar, não inventariavam. Perde-se, com isso, informações sobre como viviam, morriam e legavam, mesmo poucos bens, principalmente, a população negra no pós-abolição. Ainda assim, os inventários são uma fonte segura para a análise de patrimônio de famílias, indivíduos e regiões, contribuindo para a compreensão da formação de hierarquias sociais. Afinal, se a pobreza inventariada já é significativa, àquela não constante nas fontes deveria ser muito maior, o que conduz a pesquisa posterior para outras fontes.

Para o caso de Estrela e Lajeado tal problemática pode ser contornada, em parte, para o estudo da população pobre, pois, conforme Marcia S. Stormovski⁶¹, famílias com herdeiros menores de idade eram obrigadas a inventariar. Nesse sentido, torna-se possível realizar uma análise mais acurada do espaço ocupado pela pobreza na hierarquia social, enriquecendo as conclusões. Talvez isso justifique o grande volume de inventários constantes no Juizado de órfãos e ausentes, instituto em que centrei a pesquisa, inclusive os inventários que tornaram-se, na verdade, “Autos de pobreza”.

A primeira análise é a de caráter quantitativo, tradicional à História Serial. Ao contrário do que ocorre nas monografias de vilarejos europeus, para o Vale do Taquari não existe uma produção histórica com trabalho de arquivo que sirva de base para as análises pretendidas nessa dissertação, daí a necessidade da História Serial. As análises estatísticas correlatas ao estudo de História Social ganharam relevância com os historiadores franceses ligados à escola dos Annales.

Para a historiografia brasileira, destaca-se a importância da metodologia serial nos trabalhos de História Agrária.⁶² A mesma também pode ser empregada em outras áreas, como a História das Mulheres e da Família, aqui contempladas. Sobre o estudo através de inventários *post-mortem*, Luís A. E. Farinatti destaca que esses documentos permitem a construção de séries e podem ensejar análises relacionais e micro históricas.⁶³

A fim de criar uma amostra de estudo com inventários, selecionou-se, entre as décadas

⁶¹ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 20.

⁶² Cf. FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1780-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007; ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho (1850-1920).** Ijuí: Ed. da. Unijuí, 1997; FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

⁶³ FARINATTI, Luís Augusto E. **Construção de séries e micro-análise, op cit., p. 58.**

de estudo (1880-1910), os anos terminados em “3” e “8”.⁶⁴ A análise por amostragem é capaz de demonstrar as hierarquias e as desigualdades sociais, fazendo emergir aspectos estruturais e individuais. O município de Estrela somou 103 inventários ao passo que Lajeado somou 110, totalizando 213 inventários. Os totais por década foram de: 49 para 1880, 76 para 1890 e 88 para 1910, compondo a amostra.

Os aspectos patrimoniais e da construção de séries, propriamente dita, compreendem a visão socioeconômica da pesquisa, pois indicam as principais atividades econômicas, os grupos socioeconômicos, as hierarquias sociais e a percepção de quem participava de tais grupos, hierarquias e faixas de fortuna. Reconhecendo o perfil socioeconômico, almejo compreender certas experiências das mulheres naquele contexto.

Serão seguidas as proposições tradicionais da História Agrária e sintetizadas por Jonas Vargas⁶⁵ acerca de como investigar os inventários, considerando a *Abertura* para a compreensão básica do processo, descobrindo se os envolvidos são solteiros ou casados, o número de filhos e situação matrimonial/civil e idade/profissão/moradia dos herdeiros, quando declaradas. Outras informações importantes são os designativos “Doutor”, “Capitão”, “Dona”, etc., símbolos de distinção social, assim como, os de pardos e pretos forros, declarados, geralmente, no início do inventário. Dessa forma, já na abertura torna-se possível reconstituir a “família nuclear” estudada e partir para inventários de familiares ascendentes e descendentes.

A *Avaliação dos bens* é de grande potencial quantitativo, considerando os bens móveis, os bens de raiz, os semoventes, o dinheiro e as dívidas passivas e ativas, oferecendo uma visão da vida privada da família e sua posição na hierarquia social. Interessam, ainda, os gastos com os estudos dos herdeiros, mesadas, roupas, materiais escolares e atendimento médico. Já a *Partilha dos bens*, parte que encerra o processo, apresenta elementos sobre a organização familiar, o planejamento interno e a administração dos bens, com as declarações acerca das preferências dos herdeiros e a Meação, que possibilita a comparação do patrimônio da viúva no momento da morte do cônjuge e após, em sua própria morte.

Segundo Eloisa H. C. da Luz Ramos e Marcos A. Witt, muitos dramas podem ser encontrados nos inventários, de forma implícita ou explícita, por exemplo, quando os pais falecem ou o juiz determina tutoria por outra família. Esses dados têm o poder de reforçar ou

⁶⁴ Respectivamente, 1883, 1888, 1893, 1898, 1903, 1908.

⁶⁵ VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários *post-mortem*. In: (APERs), Clarisse de Lourdes Sommer Alves (org.). **Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 155 et seq.

relativizar as informações que eram registradas por padres ou pastores.⁶⁶

Essa investigação foi possível graças à elaboração e manuseio de um banco de dados nominal no programa *Microsoft Access*, em que inseri as informações coletadas nas fontes de pesquisa.⁶⁷ Registrei as seguintes informações: perfil de inventariado e inventariante (parentesco/relação, sexo, idade, naturalidade, cor, profissão, religião e causa da morte); ficha dos herdeiros; escravizados; bens móveis; bens de raiz; animais; cultura; mercadoria; instrumento; equipamento; embarcação; ouro e prata; dívida ativa; dívida passiva; Monte-mor; Monte líquido; Meação; legítima. O banco de dados foi o maior suporte metodológico da pesquisa, já que permitiu inserir, organizar, extrair e comparar informações.

Para a imersão nos aspectos qualitativos dos inventários salienta-se a utilização de outras fontes, como os testamentos e tutelas. Os testamentos⁶⁸ expressam os modos de viver e os comportamentos, ao menos de um grupo social. No caso dessa pesquisa interessam os testamentos de mulheres.⁶⁹ Através dos testamentos investiga-se o estado civil, os possíveis cônjuges e filiação, importantes para o cruzamento de dados com outras fontes, como os inventários. As disposições testamentárias informam sobre as crenças e as atitudes religiosas, a partir de declarações, por exemplo, sobre o sepultamento e as rezas em memória. Nestes são indicados também os legados materiais, a posse de escravizados e as condições para alforria, os atos de caridade e religiosos, além dos pedidos especiais, que podem não ser homogêneos na fonte. Por fim, foram utilizadas as tutelas constantes nos inventários de 91 viúvas com filhos ou netos menores. Através disso analisei questões de parentesco, tutoria e administração de bens.

Feita a exposição das fontes, cabe discorrer sobre a abordagem metodológica que acompanha a História Serial, a Micro-história. A Micro-história foi desenvolvida por historiadores italianos, como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, nos anos 1970 e 1980. O grupo era integrado por profissionais que se embasavam por diferentes eixos de análise, mas com atenção à redução da escala de observação. Essa preocupação surgiu, justamente, em contraposição à História Serial e seus dados anônimos, que, se manejados de forma acrítica poderiam perder a qualidade de análise das relações sociais.

⁶⁶ RAMOS, Eloisa H. C. da Luz; WITT, Marcos A. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 3., p. 77.

⁶⁷ Agradecimento especial à minha orientadora da dissertação Helen Osório e meu orientador de graduação Luís Augusto Ebling Farinatti pelo “esqueleto” do banco de dados e auxílio em seu manuseio e investigação.

⁶⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias e resistência através dos testamentos. São Paulo: ANNABLUME, 2009.

⁶⁹ Como será discutido no primeiro capítulo da dissertação, em parte significativa dos inventários é juntada uma declaração de pobreza aos autos.

Assim como Santena para Levi, o Vale do Taquari também pode ser considerado um lugar banal com uma história comum, já que não teve nenhuma relevância considerável diante da sociedade riograndense. Mas, seus habitantes viveram uma cotidianidade interligada a fatos políticos e econômicos que fugiam ao seu controle direto e trouxeram problemas interessantes, segundo suas motivações e estratégias.

Tive a preocupação de inserir as situações encontradas nas fontes em seu contexto local. Nesse sentido, as diversas trajetórias de famílias analisadas, como os Ruschel, os Markus e os Graebin, são o pretexto para a compreensão do ambiente socioeconômico e da situação das mulheres em contexto familiar, a fim de visualizar o contexto concreto da realidade específica e elaborar comparações.

A especificidade dessa pesquisa está, especialmente, no aproveitamento profundo dos elementos que constituem a fonte principal, os inventários *post-mortem*. Tal documentação propicia estudos de base quantitativa e serial, oportunizando um diagnóstico social e econômico da sociedade investigada, tendo em vista os perigos materiais, históricos e generalistas que podem provir da análise única do excepcional. Depara-se com testemunhos involuntários da época, que apesar de não significarem uma verdade absoluta, dão credibilidade à investigação, pelo caráter massivo, reiterativo e homogêneo da fonte.

Aliados aos registros de óbitos, tutelas e testamentos, que na maioria das vezes são transcritos nos inventários, pode-se realizar análises relacionais e micro históricas, vislumbrando experiências dos sujeitos históricos. A História Serial e a Micro-história, em conjunto, oportunizam um estudo comparativo que considera fenômenos que não são individuais, como questões de gênero, raça e classe, imprescindíveis para a História das Mulheres e da Família, relacionando processos micro e macro-históricos.

A dissertação está estruturada em 3 capítulos. No primeiro tratei de temáticas relativas à imigração, colonização e seus desdobramentos no Vale do Taquari. Tal escolha foi decisiva para dar as bases de compreensão para os capítulos posteriores. A partir de literatura selecionada vislumbrei a população imigrante e migrante germânica no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari, ou seja, desde as “colônias velhas” até o processo de enxamagem que alcançou as colônias privadas do Vale do Taquari. Discuti a situação europeia que resultou nas grandes migrações oceânicas para o Brasil, além da questão da terra e da economia e seus resultados na ocupação do Vale do Taquari, recortando os municípios de Estrela e Lajeado e integrando-os nos processos macro-históricos.

No segundo capítulo, especialmente através da análise dos inventários *post-mortem*, estudei a estrutura socioeconômica das famílias no Vale do Taquari, a fim de identificar como

se dava a distribuição da riqueza, a formação das hierarquias sociais e os processos de produção de exclusão social. Para tanto, discuti dimensões como o rural e o urbano, a naturalidade, a religião e as ocupações socioprofissionais. Com esses pressupostos aprofundei-me em dois aspectos, a riqueza e a pobreza que se acentuava sobre as famílias, identificando como se originavam e eram experienciados pelos diferentes grupos sociais. Esse esforço realizou-se de forma comparativa, evidenciando as distinções que marcaram as desigualdades sociais entre as famílias.

Enfim, no terceiro capítulo investiguei e analisei as experiências e agência das famílias e, especialmente, das mulheres diante do fim de um determinado arranjo familiar. Inicialmente, abordei e analisei os ciclos de vida familiar, a viuvez e a chefia familiar feminina diante da morte do marido e pai, observando de forma estrutural as famílias jovens, maduras e velhas no Vale do Taquari, aprofundando-me na experiência de uma família em seu “ciclo” completo. Posteriormente, segui as experiências de famílias chefiadas por mulheres com filhos e netos menores, atentando-me à questão da tutela e da agência das mães na garantia dos direitos de seus filhos. Por fim, fui “além de Frida”, investigando a experiência da única mulher parda inventariada, segundo aspectos familiares, sociais e econômicos de sua experiência e agência diante dessa comunidade predominantemente germânica.

1. IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO VALE DO TAQUARI

Neste capítulo discute-se, a partir de literatura selecionada, a imigração e a colonização europeia não-lusa no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari. Abrange-se o processo de imigração desde a Europa até o estabelecimento das colônias oficiais e a posterior implantação e expansão das colônias privadas de imigração. Considerando o recorte temporal (1880-1910) se discute, especialmente, a questão da terra e da economia relacionadas ao eixo temático da imigração. A partir dessas análises sigo a investigação no Vale do Taquari, especialmente em Estrela e Lajeado – a região de estudo. Tal esforço objetiva dar as bases de compreensão para os capítulos seguintes, introduzindo as discussões tradicionais do campo da imigração e lançando novos elementos para debate.

1.1. O projeto colonizador no Rio Grande do Sul

Nas décadas analisadas nessa dissertação (1880-1910) ocorreram mudanças sociais e políticas na sociedade brasileira e riograndense, como a expansão da imigração europeia e as leis abolicionistas. A colonização europeia foi defendida como solução para a falta de gêneros e densidade populacional: seus defensores acreditavam que ela supriria a falta de gêneros alimentícios e aumentaria a densidade demográfica, importante em uma região de fronteira como o Rio Grande do Sul.⁷⁰ E assim, o projeto de colonização foi subvencionado pelo Estado brasileiro, ainda que de forma inconstante, caótica e discordante.

Na segunda metade do século XIX ocorreu uma grande migração de europeus para o Brasil, visava-se resolver questões como a suposta falta de trabalhadores e privilegiar a presença branca no país, de acordo com Paulo A. Zarth: “Abastecimento do mercado interno, povoamento com objetivos geopolíticos e considerações racistas somam-se nas análises explicativas da imigração europeia no Brasil.”⁷¹ Segundo Loraine S. Giron, no século XIX, a multietnicidade ou “miscigenação” brasileira era considerada um “problema nacional” capaz

⁷⁰ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002. p. 20.

⁷¹ *Ibid.*, p. 182.

de atrasar o desenvolvimento econômico e cultural. As teorias raciais que embasavam essas ideias eugênicas pregavam o “branqueamento de raça”.⁷²

Helga I. L. Piccolo, ao analisar a imigração alemã e a construção do Estado nacional brasileiro, encontra no relatório do presidente da província, Manoel Antônio Galvão, o desejo pela colonização branca. O branqueamento da sociedade seria visto como necessário para a construção da cidadania, a imigração representava a ampliação da esfera do trabalho livre, perturbando a ordem social escravista. Nos artigos 7º e 8º da lei provincial de 1854 os colonos eram proibidos de possuir escravizados, mas sabe-se através das fontes históricas que participaram desse negócio, especialmente após tornarem-se cidadãos brasileiros. Em contrapartida, faz-se necessário pontuar que deputados como José Bernardino da Cunha Bittencourt, preferiam imigrantes não germânicos.⁷³

No sul a agricultura foi uma das razões da colonização por europeus e o motor da economia. Compreende-se que a economia riograndense não estava isolada no mundo então dominado pelo comércio europeu, mas é preciso considerar as dinâmicas próprias dessa sociedade. Na historiografia tradicional, a pecuária impulsionou o sul, ao passo que a imigração e a colonização marcaram estudos sobre a agricultura, criando um dualismo entre o setor pastoril e o setor colonial, conforme Paulo Zarth. Todavia: “a colonização das terras florestais e o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola estão profundamente relacionados à estratégia estabelecida pelos interesses dos latifundiários [...]”.⁷⁴

No caso do Rio Grande do Sul, os imigrantes das colônias oficiais foram recrutados na Europa para tornarem-se pequenos proprietários de terra. A denominação “colônia” designa as terras que os imigrantes europeus receberam com o objetivo de estabelecer a pequena e média propriedade, conforme a legislação imperial.⁷⁵ Os imigrantes germânicos chamados de “colonos” eram os camponeses livres que migraram da Europa no início do século XIX até o início do século XX, com agricultura predominantemente familiar, seus descendentes são chamados de teuto-brasileiros.

Pretendia-se constituir uma população “ordeira e trabalhadora” que contrastasse não somente com os vizinhos ibéricos, mas com os posseiros, caracterizados como “bandidos e desordeiros”. O imigrante era idealizado: “Os imigrantes desejados deveriam compor uma

⁷² GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4).

⁷³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Rio Grande do Sul, século XIX Imigração Alemã e Construção do Estado nacional brasileiro**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-97, jul. 1997.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 20.

⁷⁵ GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *op cit.*, p. 64.

população favorável às instituições básicas da sociedade, fundamentada na propriedade.”⁷⁶ Procurava-se certas “qualidades” nos colonos trazidos da Europa – a comissão dos recrutadores era “por cabeça”, o que gerava críticas dos defensores da imigração espontânea, em contraposição à imigração contratada.⁷⁷

No início do século XIX a ocupação do Brasil se realizara através da vinda espontânea de portugueses, por africanos vitimados pela escravidão colonial e a incorporação dos indígenas. Com isso, ainda que estrangeiros estivessem presentes, não havia exponenciais correntes imigratórias impulsionadas pelo governo, afora casos que envolviam objetivos políticos e militares, como a defesa de regiões fronteiriças em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Somente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a Abertura dos Portos em 1808 surge um processo colonizador e imigratório, como apontam Aldair M. Lando e Eliane C. Barros.⁷⁸

Os povos indígenas foram vitimados pelo processo de colonização no Rio Grande do Sul. Nas regiões de imigração germânica, os Caingangues buscavam reagir às invasões com ataques aos colonos. O governo provincial combatia os indígenas através da catequização, oferta de roupas e ferramentas e repressão violenta. Idealmente o governo visava aldear e confinar as comunidades em reservas a fim controlá-las, a exemplo do que ocorrera com os guaranis em São Nicolau. Houve resistência a uma tentativa de aldeamento de Caingangues em Guarita, no Alto Uruguai. A solução foi aldeá-los em vários locais, o que se conseguiu no fim do século XIX. A consequência foi a redução drástica das terras indígenas, ocasionando dificuldades para a caça, a pesca e a coleta de alimentos, conforme Zarth.⁷⁹

Nesse contexto, a região que hoje corresponde à Alemanha passava de um ambiente essencialmente rural para industrial, com o desgaste das estruturas feudais e a revolução agrícola e demográfica. Os camponeses, enquanto servos, poderiam transmitir a terra aos seus descendentes. Mas, com a revolução agrícola, os camponeses médios tornavam-se proprietários, sob a condição de ceder 1/3 da terra ao senhor, garantindo a propriedade do que restava e sustentando a família a partir dela. Já o pequeno camponês, com poucas áreas de exploração, teria que empregar-se ao senhor como trabalhador agrícola ou arrendar suas terras. Aos seus filhos restariam minifúndios divididos em herança, que não sendo suficientes para a

⁷⁶ *Ibid.*, p. 189.

⁷⁷ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*,190-191.

⁷⁸ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e Colonização: os alemães no rio grande do sul*. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4).

⁷⁹ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 82.

sobrevivência, impulsionaram a busca pela emigração.⁸⁰

Segundo Eduardo Relly, os maiores centros germânicos de emigração para o Brasil no século XIX foram as regiões de Husrück e Eifel que não estavam passando por situação de devastação florestal, pelo contrário, essa população estava adaptada ao manejo e uso dos recursos florestais. A exclusão do camponês do manejo das florestas ocorreu pela privatização das florestas na Renânia, dessa forma, foram impelidos ao livre mercado, pagando altos preços por um produto então abundante, a madeira. Resultou disso a Revolução Liberal de 1848: “Estas condições também devem ser pensadas como causas da imigração, talvez a dimensão ecológica motivadora do processo migratório.”⁸¹ Ainda:

Por conseguinte, a crise do século XIX que obrigou milhares de pessoas a buscar novas oportunidades na América se originava, entre outras causas, de um período de profundas alterações na ordem jurídica, principalmente no que dizia respeito aos aspectos de propriedade e cidadania. As restrições impostas à tradicional gestão comunal e a questão da servidão dos camponeses e sua consequente exposição ao livre mercado foram variáveis fundamentais do processo emigratório ao Brasil.⁸²

Com esses fatores, em um primeiro momento, a emigração deu-se em vista do atraso no qual essa região encontrava-se em relação à revolução industrial. Posteriormente, ela foi estimulada pelo excedente populacional que provinha do desenvolvimento industrial, do aumento demográfico e das crises econômicas. Os pequenos artesãos, por exemplo, não encontravam espaço para competir com as forças econômicas em ascensão.⁸³ Segundo Sandra J. Pesavento:

A imigração é um processo que se insere na dinâmica do capitalismo em seu desenvolvimento. Fenômeno iniciado no século XIX, correspondeu, para os países de emigração, a um estágio de expansão do capital que trouxe, entre outros efeitos, a expulsão do camponês da terra e a destruição do pequeno artesanato, contrapartida da concentração dos meios produtivos.⁸⁴

Nesse sentido, a emigração foi a saída encontrada para fugir da fome e da miséria. As alternativas no Brasil eram: trabalhar nos cafezais do sudeste ou tornar-se agricultores no sul. O Rio Grande do Sul tornou-se atraente pela possibilidade de o imigrante transformar-se em

⁸⁰ *Ibid.*, p. 14.

⁸¹ RELLY, Eduardo. **Floresta, Capital Social e comunidade**: imigração e as picadas teuto-brasileiras. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. p. 101.

⁸² *Ibid.*, p. 102-103.

⁸³ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização: os alemães no rio grande do sul. *op cit.*, p. 15.

⁸⁴ PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS**: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 156.

pequeno proprietário de terra, o que desencadeou a característica pequena propriedade camponesa.⁸⁵ No Rio Grande do Sul, o resultado histórico da imigração foi trágico para os biomas:

Dessa forma, o camponês alemão aportou no Brasil e se deparou com uma floresta densa, desconhecida, misteriosa, abundante, desprotegida e desregulamentada juridicamente. Na Europa, o sentimento do camponês por suas florestas era caracterizado pelo zelo, pois seus recursos eram indispensáveis para a subsistência. Sua importância era traduzida através dos regulamentos que regravam o alcance da ação individual dos camponeses no manejo dos recursos florestais. No Brasil, o entendimento da floresta foi diferente. Assim, como resultado histórico destes quase duzentos anos de imigração alemã ao Brasil, o saldo do relacionamento entre o teuto-brasileiro e a floresta pode ser entendido como “trágico”, tendo em vista a devastação sofrida pelos biomas sulinos.⁸⁶

O ano de 1824 simboliza o início da imigração germânica na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a fundação da Colônia de São Leopoldo nas florestas do Vale do Rio dos Sinos, sob o novo Governo Imperial Brasileiro. Tratava-se de um regime de pequena propriedade dedicada à agricultura que serviria de modelo para todo o projeto colonizador desenvolvido no século XIX.⁸⁷ A quantidade de imigrantes que desembarcaram na província variou, conforme Lando e Barros: “Entre 1824-1830, entraram na Província 4.856 alemães, sendo que, entre 1847-1854, verificou-se um total de 2.635”.⁸⁸

As colônias oficiais de imigração foram fundadas e financiadas pelo Governo Imperial, cabendo à província riograndense a sua administração. Seus objetivos perpassavam: acelerar o desenvolvimento da agricultura, produzindo gêneros procurados no mercado interno; defender a fronteira sul do país; povoar certas áreas do estado com imigrantes europeus;⁸⁹ e introduzir povos brancos para “contrabalançar” a presença de negros e mestiços, sob a égide da discriminação racial.⁹⁰

A via oficial de colonização obteve sucesso em locais que a grande lavoura esteve ausente e propiciou a formação da pequena propriedade. Dessa forma, o processo de colonização foi uma maneira específica de ocupar o território que implicou a demarcação de

⁸⁵ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 182-183.

⁸⁶ RELLY, Eduardo. **Floresta, Capital Social e comunidade**, *op cit.*, p. 103.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 69.

⁸⁸ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e Colonização: os alemães no rio grande do sul**. *op cit.*, p. 26.

⁸⁹ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 10.

⁹⁰ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 69.

terras nas quais se estabeleceram os imigrantes europeus.⁹¹ Ou seja, os imigrantes ocuparam terras não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista, implicando no povoamento, abertura de estradas e expansão das comunicações.⁹²

Marcos J. Tramontini analisa as disputas de terra que marcaram a colonização alemã em São Leopoldo, inserindo essas problemáticas no conjunto de transformações que se desenrolavam na sociedade imperial brasileira, especialmente na estrutura fundiária, burocrático-administrativa e seus debates políticos. Destaca que o processo de colonização ocorreu em um período de transformações e indefinições das noções de propriedade, de contrato e de cidadania. Resultou disso um jogo de forças políticas de adaptação e criação de novos padrões e normas que pudessem manter e garantir a estrutura social já posta, preservando seu caráter latifundiário-escravista e limitando os espaços de atuação dos homens livres pobres, os imigrantes.⁹³

Evidencia-se o descumprimento de contratos de concessão de terras demarcadas e livres, além de dificuldades jurídicas e administrativas na regulamentação do direito de propriedade para os colonos. Essas dificuldades provinham da própria indefinição da noção de propriedade no arcabouço liberal do recente Império, especialmente em relação aos pobres. Tal ambiguidade marcou a experiência colonial em São Leopoldo nos primeiros anos: com o estímulo da pequena propriedade, mas sem a legalização desta; com a inserção dos imigrantes, mas sem a naturalização que garantiria seus direitos; e com um projeto de ocupação e povoamento sem a estrutura legal, administrativa e financeira básica para tanto. A valorização da terra acentuou essas contradições e disputas, desencadeando litígios relativos à posse.⁹⁴

Os imigrantes germânicos chegaram ao Rio Grande do Sul atraídos por incentivos como a passagem gratuita e a concessão dos lotes de terra, além de promessas como a cidadania brasileira e a liberdade de culto. Os primeiros a chegar em São Leopoldo receberam grande parte do que fora prometido, mas já na segunda leva de imigrantes enfrentaram problemas como a falta de demarcação de terras. Marcos J. Tramontini salienta que os primeiros experimentaram certo sucesso, já os que chegaram após 1828 sofreram com as irregularidades no fornecimento

⁹¹ “um modo particular de povoamento de um território. No final do século XIX, o governo imperial fundou colônias de imigrantes estrangeiros na região da Serra Geral do Rio Grande do Sul, financiando e administrando os serviços de transporte, demarcação de terras e estabelecimento de imigrantes. Os objetivos eram acelerar o desenvolvimento da agricultura e povoar a região serrana do estado, o que também facilitaria a sua ligação com o Centro-sul do país pelos caminhos da serra.” STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**, *op cit.*, p. 10.

⁹² PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. *op cit.*, p. 157.

⁹³ TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000. 424 p. p. 96.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 97-98.

de subsídios e conviveram cruelmente com a miséria. Isso ocorria não somente pelo descaso administrativo, mas também pelas consequências da Guerra Cisplatina para o tesouro imperial no fim da década de 20, além da instabilidade política do final do Primeiro Reinado que sofria críticas em relação à política de imigração.⁹⁵

O Governo Alemão interveio, resultando na garantia proposta pelo Imperador de pagamento das passagens, subsídios diários e concessão gratuita dos lotes de terra.⁹⁶ O processo se desenrolou dessa forma até a interrupção da corrente imigratória pela Lei de Orçamento, em que se verificou a dívida do governo para com os imigrantes, impedindo novos movimentos em prol da imigração. A interrupção também deu-se durante a guerra civil de 1835-45, nesse período São Leopoldo não recebeu nenhum imigrante. Em 1844 a imigração foi retomada em meio à desorganização do Governo Provincial. No ano de 1846, por exemplo, imigrantes ficaram sem direção, pois as terras destinadas a eles estariam em picadas não abertas na serra.⁹⁷ Além disso, os imigrantes mais antigos aproveitavam-se desse contexto para abrir picadas não autorizadas e vender as terras para os recém-chegados.⁹⁸

Diante dessa situação ocorreram mudanças: a possibilidade de naturalização após quatro anos de residência, a partir da lei de 23 de outubro de 1832, alterada para somente dois anos em 1843 e concedida imediatamente para os imigrantes de São Leopoldo em 1846 – o que expandiu-se para Petrópolis e São Pedro de Alcântara em 1850; a reserva de seis léguas de quadras de terras devolutas para a colonização, através da Lei 514 de 1848; a disponibilização de 36 léguas quadradas de terras devolutas para a distribuição aos colonos imigrantes, segundo a lei imperial de 28 de outubro de 1849;⁹⁹ e o loteamento gratuito das terras, a distribuição de sementes e instrumentos agrícolas, a indenização de viagem e subsídios financeiros durante a instalação e a liberdade religiosa, conforme a Lei 229 de 1851.¹⁰⁰

O cumprimento dessa última lei tornou-se oneroso para a província, foi então substituída

⁹⁵ *Ibid.*, p. 109-110.

⁹⁶ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização, *op cit.*, p. 27.

⁹⁷ As *picadas* eram formas básicas de penetração na floresta subtropical para a instalação de imigrantes, a demarcação dos espaços de lotes obedecia a critérios de natureza topográfica, com o rio e os vales servindo de limites das comunidades, a designação de *picada* também corresponde às de *linhas, travessa, travessão, schneise, pikade* ou *lajeado*, tal qual o nome de um dos municípios aqui investigados. As *picadas* eram, geralmente, compostas pelo templo católico e/ou luterano, escola, cemitério, residência do padre/pastor, salão de festas comunitárias e a casa comercial, em que se vendia o excedente da produção e adquiria-se gêneros não produzidos na comunidade. Estes espaços gozavam de relativa autossuficiência e autogestão, com a presença de ferrarias, moinhos, selarias, sapatarias, funilarias, alambique, alfaiataria e serrarias. DREHER, Martin N. Considerações sobre a História da Família Imigrante no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 11. p. 291-316.

⁹⁸ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização, *op cit.*, p. 27.

⁹⁹ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 73.

¹⁰⁰ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização, *op cit.*, p. 27.

pela Lei Provincial 304 de 1854 que dispunha sobre a venda facilitada da terra e não mais a doação. A passagem do Porto de Rio Grande até as colônias seria gratuita; receberiam ajuda financeira por 60 dias para a instalação; receberiam um subsídio de 200 réis para os solteiros e 160 réis por pessoa de família, durante 3 meses;¹⁰¹ os lotes seriam pagos somente após 3 anos de ocupação;¹⁰² e continuariam recebendo ajuda técnica do Diretor da Colônia que organizava a infraestrutura e o trabalho agrícola.¹⁰³

A Lei Provincial 304 aumentou a quantidade de imigrantes, entre 1855 e 1859 entraram 5.024 estrangeiros na Província. Além disso, a Lei 183 de 1850, proibia a introdução de escravizados nas colônias, o que não impediu que o escravismo se fizesse presente nessas áreas. Segundo Lando e Barros, a Lei 304 de 1854: “pretendia implantar um novo padrão de produção, com formas novas de propriedade e novos tipos de relações de produção”.¹⁰⁴ Na mesma lei fundamentavam-se as formações de centros urbanos, nos quais poderiam atuar imigrantes com diferentes ocupações, como carpinteiros e sapateiros, desenvolvendo as vilas que mais tarde seriam as sedes municipais. Assim formou-se a base da pequena propriedade rural que se expandiu de São Leopoldo.

A peculiaridade da imigração e colonização no Rio Grande do Sul em relação à São Paulo, conforme Sandra Pesavento e Telmo Moure, seria a menor força do latifúndio, que se constituía por grandes estâncias isoladas, nas quais não se formava participação ativa frente aos problemas econômicos e políticos em nível nacional. Não existia uma oposição à colonização, já que as estâncias exigiam, relativamente, menor capital e braços, se comparadas às fazendas de café. Dessa forma, a imigração não atuava como uma substituição da mão-de-obra escravizada ao sul e era vista de maneira favorável. Também, os primeiros imigrantes instalaram-se em áreas impróprias para a pecuária sulina¹⁰⁵, o que não prejudicava seus interesses e facilitava as comunicações entre a campanha e a região central do país.¹⁰⁶ Todavia, Zarth aponta que as restrições dos latifundiários à colonização eram a não interferência nas estâncias pastoris, indicando para ocupação as áreas florestais consideradas desertas e devolutas. Tal fórmula teve sucesso até a apropriação das últimas florestas.¹⁰⁷

¹⁰¹ PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925. p. 6.

¹⁰² ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 102.

¹⁰³ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 80.

¹⁰⁴ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e Colonização**, *op cit.*, p. 45.

¹⁰⁵ No período imperial brasileiro (1822-1889) a pecuária era a atividade econômica fundamental do Rio Grande do Sul, voltada para o mercado interno. O principal produto era o charque, produzido para alimentar os escravizados. PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. *op cit.*, p. 158.

¹⁰⁶ MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 93.

¹⁰⁷ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*

Nas colônias, produzia-se para o mercado local e exportava-se para o restante do Império, constituindo uma economia complementar da exportação nacional, característica da produção riograndense.¹⁰⁸ Segundo Moure, a imigração germânica obedeceu a três fases: entre 1824 e 1840 baseou-se em uma economia de subsistência, com a instalação e organização da produção, nas quais se importavam os manufaturados necessários e os subsídios de sustento eram arcados pelo governo; de 1840 a 1870 a agricultura de subsistência passou a produzir excedentes que eram comercializados em favor de produtos necessários aos imigrantes; e por fim, entre 1870 e 1900 surgiu uma agricultura comercial especializada e ampliou-se o mercado consumidor de produtos coloniais, que alcançava, além de Porto Alegre, a região central do país.¹⁰⁹

A soma dos objetivos do Governo Imperial e dos imigrantes que partiram da Europa alinharam-se no primeiro momento, configurando os espaços físicos e sociais que conformaram parte do Rio Grande do Sul. Havia uma preferência por parte do Governo Imperial por imigrantes germânicos, como fica evidente no trecho: “Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães, a qual não pode deixar de ser reconhecida utilidade para este Império pela superior vantagem de se empregar gente branca, livre e industriosa, tanto nas Artes como na Agricultura.”¹¹⁰

O processo de imigração foi dificultado pelo governo prussiano em 1859 através do Decreto de von Heydt, uma reação ao sistema colonial de parceria das lavouras de São Paulo, motivando o crescimento da imigração italiana em 1875.¹¹¹ Os italianos ocuparam locais ao norte das colônias germânicas em que, sequencialmente: estabeleceram-se através da agricultura de subsistência (1875-1910); desenvolveram atividades vitivinícolas (1910-1950); e instalaram cooperativas e empresas industriais baseadas na produção local.¹¹² Em 1877, por exemplo, imigrantes italianos chegam à região central do Rio Grande do Sul, formando a Colônia Silveira Martins, onde demonstraram poder de reação às ameaças contra seus interesses, com o propósito de organizar uma sociedade livre e autônoma, conforme Maíra

¹⁰⁸ LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e Colonização*, *op cit.*, p. 21.

¹⁰⁹ MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha, *op cit.*, p. 96.

¹¹⁰ Legislação brasileira sobre imigração e colonização (1822-1914), apud IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 79.

¹¹¹ O Decreto de Von Heydt suspendeu os privilégios fornecidos para as empresas de imigração da Prússia para o Brasil, todavia, no ano de 1896 foi revogado para a região sul do país. MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999. 140 p. p. 34.

¹¹² MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha, *op cit.*, p. 96.

I. Vendrame.¹¹³

Em 1879 os gastos com a imigração foram suspensos pelo Governo Imperial, substituindo o regulamento de 1867 por novas disposições referentes à imigração espontânea.¹¹⁴ Com a Constituição de 1891 o governo republicano transferiu aos estados a propriedade das terras públicas, bem como, a responsabilidade sobre a colonização. A partir de então, promoveu-se a colonização espontânea, ao invés da colonização oficial.¹¹⁵

Com o governo republicano instalado no Rio Grande do Sul pretendia-se desenvolver a agricultura e integrar as diferentes regiões, recursos continuaram sendo fornecidos aos imigrantes. Já os trabalhadores nacionais seguiram sem garantias de acesso à terra, como afirma Zarth.¹¹⁶ Nesse sentido, a organização e a assistência das estruturas coloniais eram vantagens para os imigrantes que não eram desfrutadas pelas populações locais, conforme Vendrame.¹¹⁷ O desenvolvimento das colônias de imigração, portanto, têm suas referências nos incentivos recebidos para a agricultura e escoamento da produção.

Ao longo do século XIX a agricultura colonial especializou-se em gêneros alimentícios que eram exportados ao mercado interno brasileiro, adquirindo mais vulto com a chegada dos imigrantes italianos. Daí decorre o processo de diferenciação social e de enriquecimento dos germânicos, com casas de comércio de exportação e importação em Porto Alegre, além de contatos com a Alemanha. Pesavento afirma que: “A acumulação de capital realizada pelo comércio, possibilitadora de reinvenções em outros setores (indústria, hotelaria, companhias de seguros, bancos), fez-se às custas do empobrecimento progressivo dos pequenos proprietários rurais”.¹¹⁸

A ascensão econômica do complexo colonial ocorreu paralelamente à ascensão e consolidação do Partido Liberal.¹¹⁹ Em relação à política, Jean Roche informa que durante o século XIX boa parte dos imigrantes germânicos esteve ao lado do Governo Imperial.¹²⁰ Em 1870 o Partido Liberal buscou atrair seu apoio através de políticas como a separação do estado e da igreja e o direito ao voto para não-católicos. Sabe-se que grande parte dos imigrantes era protestante e tal direito foi obtido através da Lei Saraiva de 1881. Com a referida Lei a

¹¹³ VENDRAME, Maíra Ines. “**LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES**”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

¹¹⁴MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. *op cit.*, p. 118.

¹¹⁵ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 118.

¹¹⁶ ZARTH Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Fidene-Unijuí, 1997. p. 97

¹¹⁷ VENDRAME, Maíra Ines. “**LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES**”, *op cit.*, p. 146.

¹¹⁸ PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. *op cit.*, p. 163.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 163.

¹²⁰ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**, *op cit.*

elegibilidade foi estendida para acatólicos e estrangeiros naturalizados com permanência de seis anos no Brasil, o que implicava a ida para além das Câmaras municipais, enviando representantes de seu interesse para o Legislativo.¹²¹

A década de 1880 é compreendida como um marco político e de conquista de direitos para essa população, como afirma Marcos A. Witt.¹²² O autor defende que os imigrantes não devem ser vistos de maneira isolada no estado, mas como participantes ativos dos processos políticos, econômicos e sociais.¹²³ Os imigrantes atuaram em diferentes áreas além da agricultura, como o artesanato e o comércio. São compreendidos como aqueles que receberam – direta ou indiretamente¹²⁴ – incentivos governamentais, segundo Marcia S. Stormowski.¹²⁵

Evidencia-se que, apesar das dificuldades circunstanciais e estruturais, rapidamente os imigrantes se afirmaram como força econômica, abastecendo Porto Alegre, e força política, demonstrando capacidade para participar do jogo político. Com isso: “a capacidade de organização social dos imigrantes cria um jogo de forças específico e problemático, pois os colonos se colocavam ou tentavam se fazer ouvir como homens livres, apesar de pobres e de estrangeiros”.¹²⁶ A constituição da comunidade étnica imigrante assentou-se na relação tensa e concreta com o mundo social, econômico e jurídico brasileiro, no qual era manifesta pelo governo e pelas elites locais a condição do imigrante como estrangeiro e subcidadão.

Demonstra-se a dificuldade do governo em delimitar e definir o espaço político e social desse grupo, desdobrando-se em debates sobre o direito à terra, aos subsídios e, mesmo, o direito a escravizar. Também, a dificuldade dos grupos dominantes em inserir os imigrantes em seus antigos sistemas de dominação. A afirmação da diferença, portanto, adquire significado que se transforma na base do caráter étnico da organização social dos imigrantes.¹²⁷ Essas afirmativas consagraram-se na literatura historiográfica da imigração. No próximo subcapítulo se adentrará, especificadamente, na questão das colônias privadas e seus desdobramentos no Vale do Taquari.

¹²¹ PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. *op cit.*, p. 164-165.

¹²² WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX). 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 24.

¹²³ *Ibid.*, p. 32.

¹²⁴ Indiretamente porque os incentivos contribuíram para a criação de legados materiais que certamente ultrapassaram gerações.

¹²⁵ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 16.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 395.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 397.

1.2. O estabelecimento das desigualdades: a colonização privada no Vale do Taquari

A Colônia de São Leopoldo foi um polo irradiador da colonização que alcançou, dentre outras, a região do Vale do Taquari.¹²⁸ Foram, especialmente, os teuto-brasileiros que se dirigiram às novas colônias localizadas no interior do estado, processo chamado por Jean Roche de enxamagem, do qual a região em estudo faz parte.¹²⁹

O processo de migração interna denominado de enxamagem é compreendido em quatro fases: a primeira corresponde à ocupação do Vale dos Sinos e Caí, entre 1850 e 1890; a segunda é a chegada nos afluentes do rio Caí e Taquari até a Colônia Santa Cruz, e em Silveira Martins e Santa Maria, na região central da província; a terceira, na década de 1890, alcança a região do planalto, com as Colônias de Cerro Azul, General Osório, Ijuí e São Luiz Gonzaga, com a população formada, especialmente, pela segunda geração de imigrantes; por fim, a quarta fase se dá após 1914 com o deslocamento para outros estados brasileiros, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

Acerca das causas da migração interna ressalta-se o esgotamento do solo. Os imigrantes germânicos permaneceram durante o século XIX como os principais fornecedores de gêneros agrícolas no Rio Grande do Sul, até iniciar o esgotamento do solo, nas primeiras décadas do século XX. Como afirma Roche, após 100 ou 200 anos de cultivos nas colônias velhas e 50 anos no planalto, ocorreu o cansaço do solo, resultando na migração daqueles que não encontravam mais espaço.¹³⁰ Também, a migração ocorreu para alguns grupos devido à Guerra Cisplatina, tal foi o caso do 28º Batalhão de Estrangeiros, composto por alemães, que passou por Santa Maria da Boca do Monte, onde alguns sujeitos decidiram se estabelecer, como caracteriza Gláucia G. L. de Lima Külzer.¹³¹

Outro fator para a migração esteve na dificuldade de proliferar a pequena propriedade, pois a intensificação da colonização resultou na diminuição do número de lotes de terra. Roche indica que o tamanho das áreas vendidas nas diferentes colônias foi diminuindo com o passar dos anos. Assim, se os primeiros imigrantes recebiam 77 hectares de terra em 1824, em 1851

¹²⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999. 140 p.

¹²⁹ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 268.

¹³¹ KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

recebiam cerca de 48,4 hectares. Em 1889, com as colônias privadas, a superfície chegava a 25 hectares. Além disso, a partilha da pequena propriedade em heranças contribuiu para esfacelar o minifúndio.¹³²

Com a Lei de Terras de 1850 e o processo de colonização, as áreas florestais passaram a ser privatizadas, atingindo os lavradores nacionais que buscavam terras devolutas para uma sobrevivência independente. A mercantilização do solo dificultava a posse da terra, os próprios lavradores nacionais vendiam seus lotes para imigrantes europeus. Salienta-se, com isso, que nem todos que negociavam terras nas áreas privadas de imigração eram grandes proprietários, a venda de terras de luso-brasileiros para imigrantes alemães poderia ser reflexo da exclusão dos lavradores nacionais da posse da terra, afirma Paulo A. Zarth.¹³³

No final do século XIX, com o desenvolvimento da imigração, os especuladores apropriaram-se das terras florestais para loteá-las aos migrantes e imigrantes.¹³⁴ A mercantilização do solo agrícola com a Lei de Terras de 1850 e os incentivos governamentais auxiliaram a expansão das colônias particulares.¹³⁵ Essas novas colônias, diferentemente das iniciais, foram frutos de empreendimentos de iniciativas privadas que organizaram, lotearam e revenderam terras. Tais iniciativas privadas foram comandadas, especialmente, por proprietários de grandes áreas de terras. Com o loteamento das terras essas elites regionais recebiam incentivos governamentais para adquirir mais áreas “devolutas”. Ernesto Pellanda listou 142 colônias alemãs, das quais 114 eram particulares e somente 28 eram oficiais.¹³⁶

A colonização por imigrantes/migrantes não foi, portanto, exclusividade do Estado, mas um negócio rentável para empresários possuidores de terra, fosse a posse legal ou não. Segundo Leo Waibel, nos cursos do rio Caí e Taquari, regiões próximas das colônias oficiais de imigração, especuladores apropriaram-se de grandes extensões de terra antes da Lei de Terras de 1850, instalando colônias particulares de imigração e vendendo lotes aos imigrantes e migrantes, especialmente, os provenientes das colônias oficiais.¹³⁷ A colonização oficial atuou, portanto, como impulso para a expansão da colonização privada que se aproveitava da infraestrutura e do mercado desenvolvido.¹³⁸ Segundo Roche, acerca da colonização privada das terras nas regiões dos vales:

¹³² ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 88.

¹³³ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002. p. 87

¹³⁴ *Ibid.*, p. 92.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 73.

¹³⁶ PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925. p. 42.

¹³⁷ WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1979. (1ª ed.1955). p. 234

¹³⁸ PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 93.

[...] a colonização aí se realizou na segunda metade do século XIX, sob a influência paradoxal das leis 1850-1855, destinadas a proteger as terras públicas contra as apropriações abusivas. Os proprietários ou especuladores que rapidamente haviam ocupado grandes áreas sem explorá-las, não encontraram melhor justificação do que fundar colônias particulares. Algumas delas trazem ainda o nome de “Fazenda”. As mais apreciadas eram as que se abriam nos terraços fluviais, inundáveis e de solo particularmente fértil.¹³⁹

Muitas empresas privadas agiam por conta própria, custeando o transporte e a instalação colonial, visando a restituição do pagamento pelos germânicos. Também ocorriam subsídios do Estado em certos empreendimentos, quando empresários eram contratados para o desenvolvimento de projetos particulares de colonização. O comércio de terras tornou-se, portanto, um grande negócio para os proprietários de terra.¹⁴⁰

Todavia, tanto a iniciativa privada quanto a pública tinham dificuldades em recuperar os valores investidos na colonização, pois as dívidas eram altas e o prazo para o pagamento pequeno. Rosane M. Neumann informa, a respeito de colônias no noroeste da província, como Cruz Alta, que as empresas colonizadoras não se interessavam em receber indivíduos sem capital e “sustentá-los”.¹⁴¹

O Vale do Taquari no fim do século XIX e início do século XX era uma região na qual ocorria a imigração e migração de pessoas de diferentes regiões, a inserção na economia da província através do loteamento colonial e a emancipação dos municípios proeminentes. Essa região passou pelo processo de colonização privada, uma dinâmica inicial de formação social capitalista. Dessa forma, a reprodução social foi embasada por um crescimento econômico gerador de desigualdades assentadas na concentração de capital. A imigração germânica tornou-se um pressuposto do capitalismo quando a terra passa a ser um equivalente de capital na venda de lotes.¹⁴²

Na segunda metade do século XIX a região passou por uma crise econômica advinda da ferrugem no trigo, da concorrência paraguaia na produção de erva-mate e da diminuição da extração de madeira devido à grande exploração. Com isso, a venda de lotes coloniais foi vista como saída econômica para os grandes proprietários de terras. A entrada de imigrantes

¹³⁹ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 182.

¹⁴⁰ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 96-99.

¹⁴¹ NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemã em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do rio grande do sul**. 2009. 632 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.p. 435.

¹⁴² LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **Capitalismo e Colonização: os alemães no rio grande do sul**. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 46.

germânicos se intensificou em 1853 quando as fazendas dos grandes proprietários e de companhias de colonização foram loteadas e vendidas, exemplifica Marcos R. Kreutz:

A partir desse período iniciou-se a colonização das fazendas: Conventos, Estrela, Nova Berlin, São Gabriel, Boa Vista, Mariante, dos Barros, Teutônia, Bom Retiro, São Caetano, Arroio do Meio, Conventos Vermelhos, entre outras. Os relatórios dos presidentes (governadores) do Rio Grande do Sul chamaram atenção do crescimento dessas colônias, especialmente, as de Estrela, Conventos e Teutônia. Os registros de transmissão de tabelionato mostram que, na década de 1860, foi grande o número de compra e venda de lotes de terras pelos imigrantes.¹⁴³

Ressalta-se que no Vale do Taquari foram as empresas privadas de colonização as responsáveis pelo projeto colonizador. As terras adquiridas ficavam nas planícies próximas aos rios e arroios da região e a participação germânica ocorreu, principalmente, nos municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Forquetinha, Marques de Souza, Santa Clara Sul, Colinas e Teutônia.¹⁴⁴

Na margem esquerda do Taquari, no município de Estrela, a Companhia Colonizadora, dos comerciantes porto-alegrenses Schilling e Beck e do brummer De la rue, em 1858 fundou a colônia Bela Vista, atual Teutônia, num total de 13 Picadas. Carlos Arnt a dirigiu com diligência desde 1868, canalizando para lá, além de imigração leopoldense, 300 famílias vestfalianas, os “sapatos de pau” de dialeto e costumes próprios, que se fixaram hoje no município de Vestfália. [...] Corvo emancipou-se em 1992, com o nome de Colinas.¹⁴⁵

No período de 1850 a 1890 se concentraram no Vale do Taquari o maior volume de comercializações fundiárias do RGS, foram criadas 1 colônia oficial de imigração (Monte Alverne) e 27 particulares, o maior número da Província, sem contar o grande número de linhas e picadas não registradas como tais.¹⁴⁶

O naturalista Robert Avé-Lallemant, em 1858, observou o caso do Tenente Coronel Victorino José Ribeiro, fundador da Colônia Estrela no Vale do Taquari.¹⁴⁷ Indicou que empresários como ele se martirizavam ao supor que se sacrificavam em prol do progresso e da civilização no Brasil.¹⁴⁸ Mas, segundo Avé-Lallemant:

¹⁴³ KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli T. G. **O povoamento do Vale do Taquari**, Rio Grande do Sul. Lajeado: UNIVATES, 2017. 85 p. p. 74.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 75.

¹⁴⁵ FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 51.

¹⁴⁶ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

¹⁴⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p. 379.

¹⁴⁸ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 95.

[...] todos eles, digam-me o que quiserem, querem ganhar dinheiro com a imigração, tirar vantagens financeiras do trabalho da colonização. Atraídos pelos lucros, formavam-se, para esse aliciamento de homens, firmas e companhias, às quais é pago o prêmio de 30 mil-réis por indivíduo de mais de 12 anos de idade e o de 15 mil-réis por criança de dois a doze anos.¹⁴⁹

Ocorre, com a especulação proveniente do processo de imigração e colonização, a valorização do preço das terras, mesmo de campo nativo, especialmente nas áreas próximas aos núcleos coloniais oficiais.¹⁵⁰ Marcos A. Witt insere a região do Vale do Taquari no mega-espço São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS), compreendendo a circulação dos agentes históricos entre os espaços coloniais:¹⁵¹

¹⁴⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 381.

¹⁵⁰ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 96.

¹⁵¹ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX). 2008. 409 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 23-24.

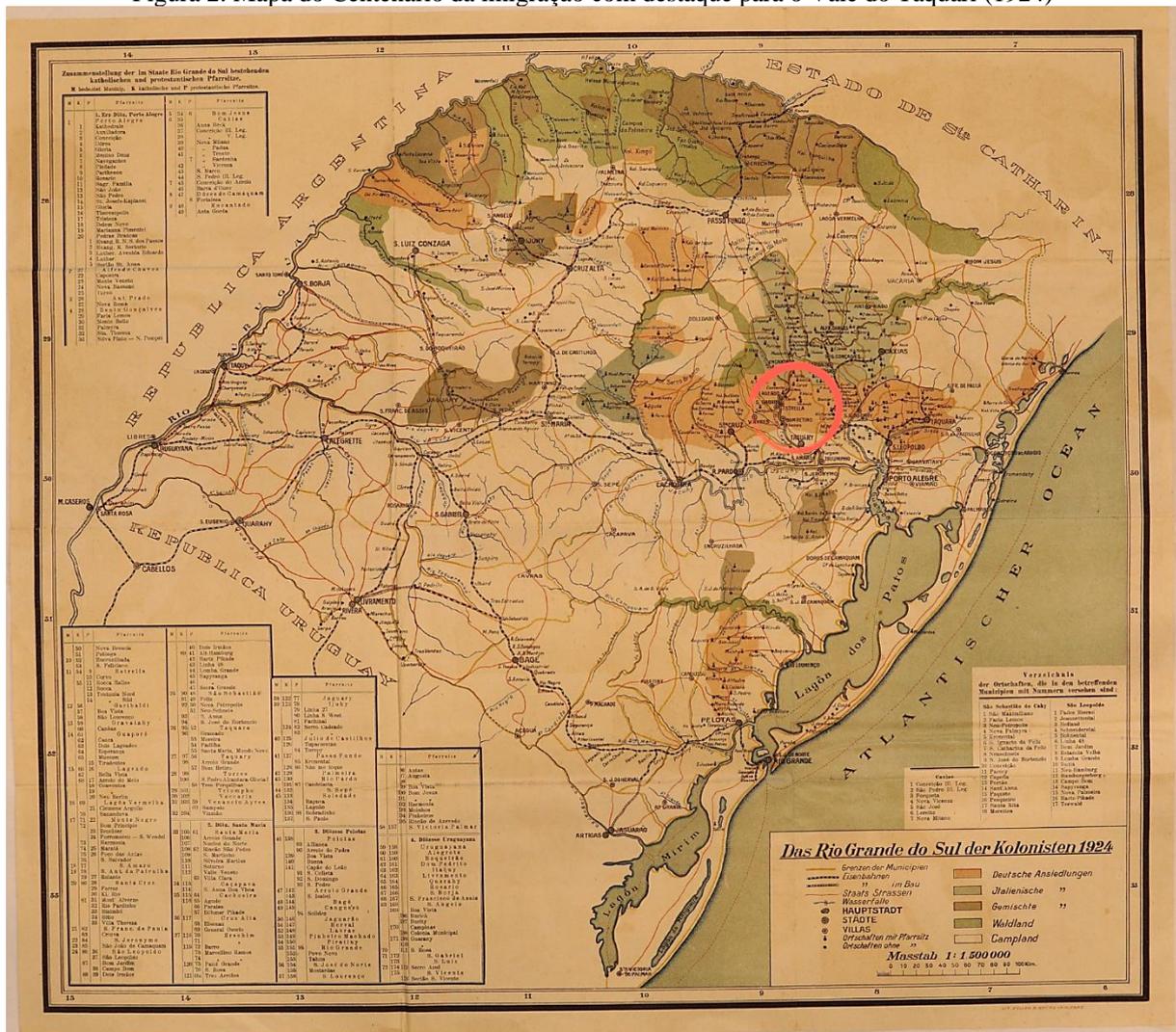
Figura 1: Mapa do mega-espço São Leopoldo-Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS)



Fonte: WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol.** *op. cit.*, p. 25.

As terras disponíveis no Rio Grande do Sul se reduziam e as ferrovias e portos se ampliavam, como a ligação ferroviária do estado com outras regiões do país através da estrada de ferro Rio Grande-São Paulo. No período de 1880-1910 a região do Vale do Taquari ganhou novos contornos. Localizemos a região através do mapa do centenário da imigração de 1924:

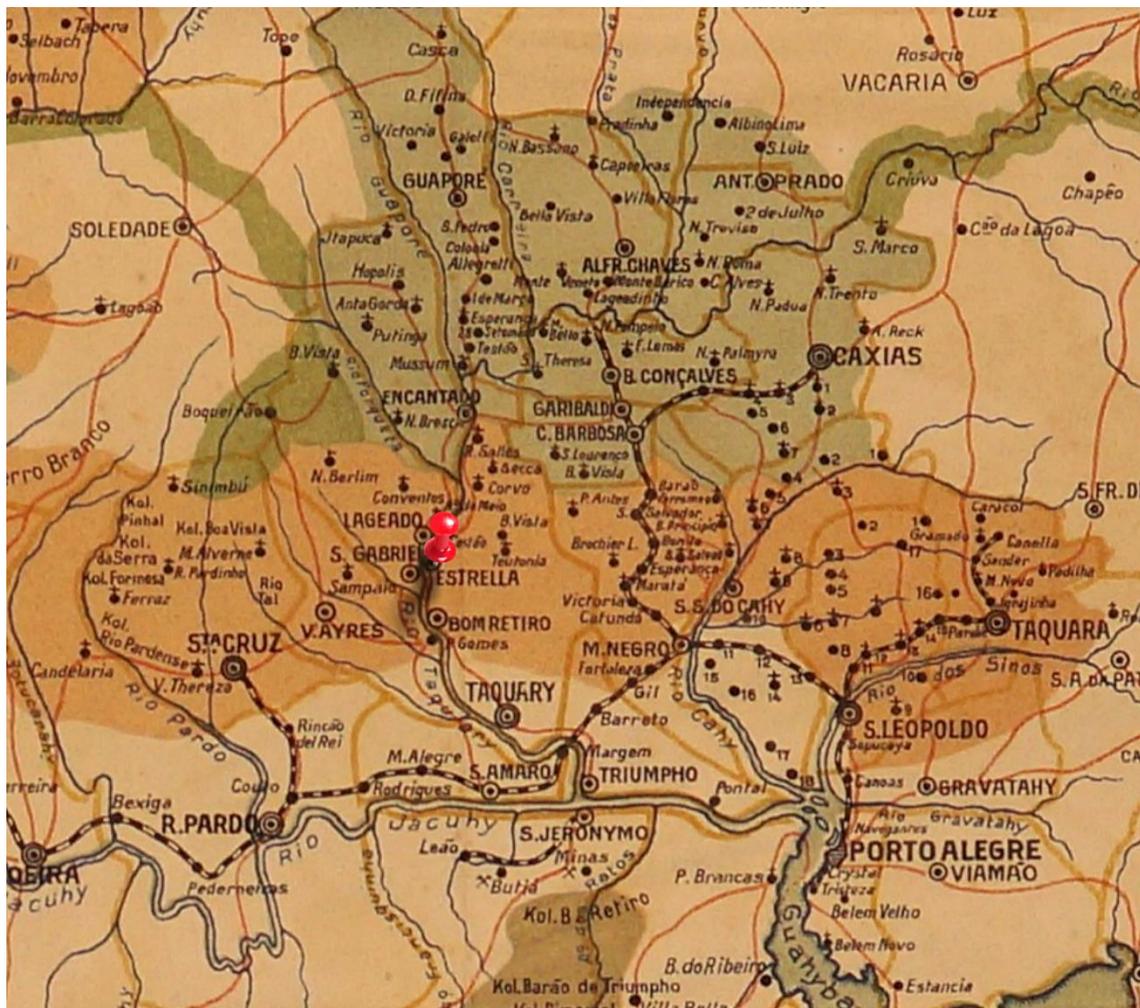
Figura 2: Mapa do Centenário da imigração com destaque para o Vale do Taquari (1924)



Fonte: LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Mapa do RS: centenário da colonização – 1924. Centenário da Colonização – 1924.** 2010. Mapoteca.¹⁵²

¹⁵² Para melhor visualização, sugere-se o acesso à Mapoteca no link referenciado.

Figura 3: Mapa do Centenário da Imigração com localização detalhada do Vale do Taquari (1924)



Fonte: LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Mapa do RS: centenário da colonização – 1924.** Centenário da Colonização – 1924. 2010. Mapoteca.

O Vale do Taquari corresponde à região destacada do mapa, estendendo-se do município de Taquari, passando pelas vilas de Bom Retiro e São Gabriel (atual Cruzeiro do Sul) e chegando aos municípios de Estrela e Lajeado. O limite norte alcançava a localidade de Roca Sales e toda região é banhada pelo rio Taquari. O mapa escolhido foi confeccionado uma década após o recorte temporal final da dissertação, ajudando a compreender os contornos que, aos poucos, consolidavam-se. Além do rio Taquari, via fluvial de conexão com Porto Alegre ao desaguar no rio Jacuí, observa-se a existência de estradas estaduais que interligavam toda a região e se expandiam pelo estado, embora a ferrovia ainda não estivesse instalada.

Interessante observar a proximidade do Vale do Taquari com a região das “Colônias velhas”, como São Leopoldo, confirmando a preferência da iniciativa privada por áreas próximas aos núcleos oficiais de colonização para a comercialização de terras. Outro aspecto interessante do mapa refere-se às manchas coloridas, que correspondem às categorias dos

assentamentos ocupados por imigrantes italianos e germânicos. As manchas amarelas designam ocupações germânicas, as manchas verde-claras ocupações italianas e as manchas marrons ocupações mistas.

Verifica-se que à região do Vale do Taquari coube parte dos assentamentos germânicos, ao menos para o caso de Lajeado e Estrela. Taquari encontra-se na parte designada como “acampamento” no mapa, o que indica uma região de povoamento português, mais antigo.¹⁵³ Desse aspecto decorre a escolha em trabalhar, especialmente, com os municípios de Estrela e Lajeado nessa dissertação. A fundação dos núcleos coloniais povoados por germânicos no Vale do Taquari deu-se nos seguintes anos:

Organograma 1: Fundação dos núcleos coloniais no Vale do Taquari

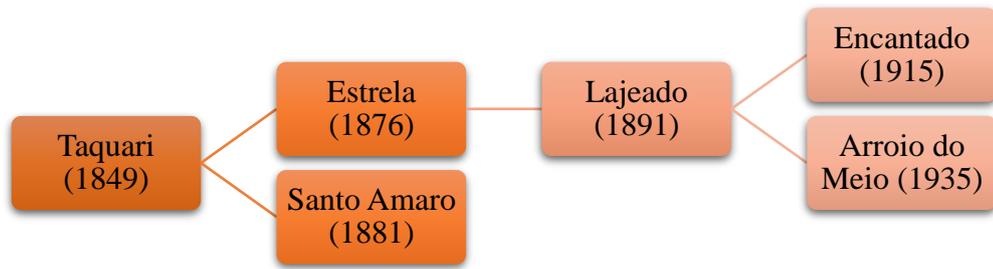


Fonte: BERNARDES, Nilo. **Bases Geográficas do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unijuí, 1997. 140 p. (Coleção Ciências sociais, Coleção Ciências sociais (Ijuí, Brasil)). p. 73-74.

Segue um organograma das emancipações político-administrativas do Vale do Taquari, com destaque para Estrela e Lajeado:

Organograma 2: Emancipações político-administrativas do Vale do Taquari (1849-1935)

¹⁵³ Cf. ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.; GERHARDT, Marcos. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, vol. IV. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015; LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.; NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemã em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora meyer no noroeste do rio grande do sul**. 2009. 632 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 42.



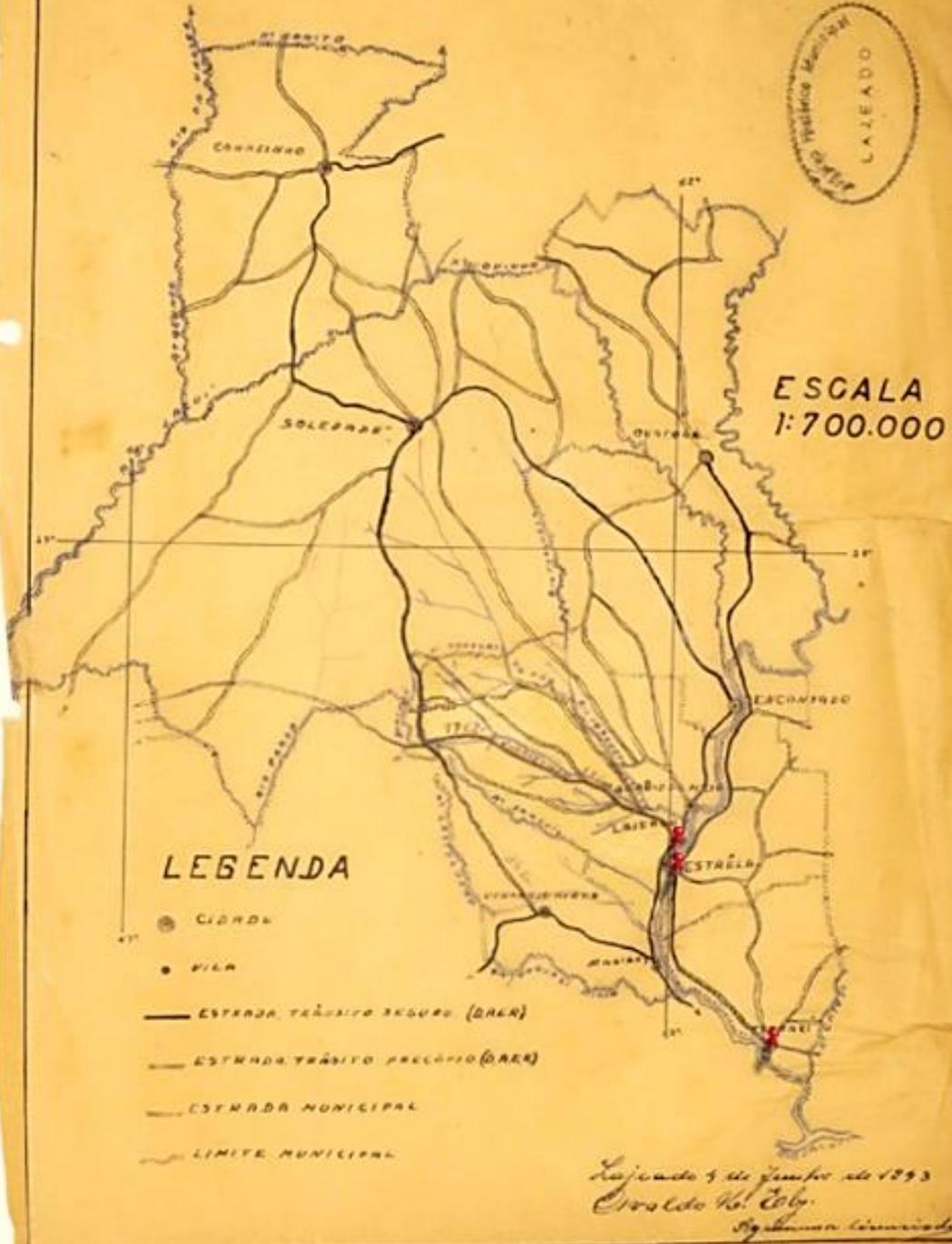
Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

O mapa a seguir mostra mais alguns detalhes da região:

Figura 4: Croqui dos municípios do Vale do Taquari (1943)

002

"CROQUIS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARÍ





Fonte: LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Croquis dos Municípios do Vale do Taquari**. Mapoteca.¹⁵⁴

A escolha desse mapa se deu por demonstrar os contornos regionais, incluindo as cidades então emancipadas e os limites municipais, demonstrando uma similaridade no tamanho de cada município. Além disso, em 1943, ano de confecção do mapa, a região contava com uma expressiva quantidade de estradas consideradas seguras, especialmente nos municípios novos. Em Taquari, no entanto, a estrada se encontrava em situação precária, de certo pela ampliação e/ou reforma de estradas nos municípios emancipados, o que indica o desenvolvimento da infraestrutura regional. Salienta-se que a presença de colonos foi também pensada a fim de conservar estradas no interior da província, como afirma Zarth.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Legendas que aparecem no mapa, por posição: cidade; vila; estrada trânsito seguro D.A.E.R.; estrada trânsito precário D.A.E.R.; estrada municipal; limite municipal.

¹⁵⁵ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 191.

Sabe-se que os transportes eram obstáculos a serem superados para o escoamento da produção, encarecendo os produtos, absorvendo os lucros e limitando a capacidade de compra e acumulação de capital. Em 1874 foi instalada a primeira estrada de ferro no Rio Grande do Sul, entre Porto Alegre e São Leopoldo, já em 1876 foi ampliada até Novo Hamburgo e em 1904 até Taquara.¹⁵⁶ Possuir um meio de transporte adequado, portanto, poderia ser um fator de distinção. Foram os germânicos que organizaram a navegação fluvial no rio Jacuí, no rio dos Sinos, no Caí e Taquari.¹⁵⁷ Segundo Hilda A. H. Flores:

Ao primitivo serviço de lanchões à vela, para transporte, e de canoas e caíques a remo para cruzar o rio, seguiu na década de 1850 serviço regular de barca e, desde 1875, a Navegação Arnt, que se tornaria notória. A rodovia veio em 1956, asfaltada posteriormente.¹⁵⁸

É possível que o desenvolvimento no Vale do Taquari esteja conectado com a atuação da empresa Batista & Fialho em Porto Alegre, pois em 1859 a empresa solicitou ao governo da província a construção de uma estrada de rodagem na margem direita do rio Taquari, já que a presença de cachoeiras dificultava a navegação em certos períodos do ano, conseqüentemente, afetando o escoamento da produção. Mesmo que a construção dessas estradas não seja fruto das demandas da Batista & Fialho, percebe-se a estratégia da empresa em investir na colonização através da infraestrutura local.

Júlia L. Gregory informa a respeito da necessidade de estradas: “Os relatórios provinciais da segunda metade do século XIX confirmam essa necessidade, pois estão repletos de registros de construções de obras públicas em várias regiões da província”.¹⁵⁹ Neumann pontua que o desenvolvimento das colônias influenciou a criação da infraestrutura, com vias de ligação para o escoamento da produção e aquisição de produtos. Para tanto, faziam-se necessárias estradas de rodagem, vias fluviais e ferrovias, aspectos importantes para o governo republicano na virada do século XX.¹⁶⁰

Sabe-se que a construção de estradas é importante para o desenvolvimento comercial das regiões nesse contexto. Em Caxias do Sul, por exemplo: “A disposição inicial das estradas internas e externas e dos centros urbanos, sem dúvida, teve influência sobre o desenvolvimento

¹⁵⁶ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. *op cit.*, p. 430.

¹⁵⁷ MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 97.

¹⁵⁸ FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul**, *op cit.*, p. 51.

¹⁵⁹ GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada: Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)** [recurso eletrônico] / Júlia Leite Gregory – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 134.

¹⁶⁰ NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**. *op. cit.*, p. 43.

posterior do município de Caxias, sobretudo, pela distância dos demais centros, que era multiplicada pelo relevo acidentado da região”.¹⁶¹ Vale lembrar que o Vale do Taquari também é uma região montanhosa, daí a importância das configurações espaciais.

Nesse movimento de expansão, o sucesso de empresas e indivíduos ligados à iniciativa privada não possuía uma garantia determinada, ocasionando fracassos, a depender de estratégias e trajetórias diversas. A Batista & Fialho, por exemplo, já atuava no ramo das obras públicas, sendo esse um dos fatores de seu sucesso. Ocorria, certas vezes, a falta de envio de relatórios solicitados pelo governo aos empresários, e Antônio Fialho de Vargas participou de um desses casos. Dessa maneira, é possível que o governo provincial não tivesse conhecimento acerca de todas as linhas e picadas abertas, já que nem sempre eram criadas por empresas em si, mas por latifundiários que loteavam suas fazendas. Isso foi verificado por Gregory através da falta de informações sobre a colonização privada nos relatórios das décadas de 1870 e 1880.¹⁶²

Financeiramente, percebeu-se o enorme dispêndio de gastos públicos com a colonização, fazendo com que as empresas privadas comesçassem a arcar com essas despesas. O governo apenas demarcaria e mediria as terras à venda. Deu-se, a partir disso, entraves envolvendo as empresas de colonização, como a falta de conhecimento dos idiomas dos imigrantes e seus costumes e a falta de agentes atuantes na busca de imigrantes em terras europeias. Esses aspectos demandavam investimento de capital, o que tornava o empreendimento inseguro até para os possíveis imigrantes.

Como consequência, a província atuou no bem-estar daqueles já estabelecidos, melhorando a infraestrutura das colônias e as vias de comunicação, além da regularização dos títulos de propriedade. As dívidas foram perdoadas pela Fazenda Provincial, fazendo com que pagassem somente o valor das terras. Com tais mudanças visava-se a propaganda dos imigrantes aos seus conterrâneos, ainda que essa infraestrutura tenha demorado a ser desenvolvida. Dessa forma, com a Lei n.º 403 de 1857 definia-se o auxílio financeiro para sociedades ou indivíduos trazidos no valor de 30 mil réis por imigrantes maiores de 12 anos e 15 mil réis por crianças com 2 até 12 anos, fomentando contratos de imigrantes por empresas privadas, mesmo sem o consentimento do governo.¹⁶³

¹⁶¹ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 33.

¹⁶² GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada.** *op cit.*, p. 115-117.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 118.

Com isso, as primeiras colônias privadas, como de Pelotas, D. Pedro II e Monte Bonito, não prosperaram, diferentemente das colônias públicas em Santa Cruz (1849) e São Leopoldo (1824). A partir da década de 1870, algumas colônias particulares começaram a prosperar, como a Colônia São Lourenço, a Colônia Teutônia e a Colônia Maratá, acima de tudo, pela experiência acumulada.¹⁶⁴

No Vale do Taquari foi Antonio Fialho de Vargas o comerciante de terras mais relevante, sua primeira colônia foi a Colônia Conventos (1853), de onde se expandiu a colonização germânica na região.¹⁶⁵ Gregory informa que na segunda metade do século XIX os fazendeiros do Vale do Taquari loteavam e vendiam suas propriedades para empresários que, então, estabeleciam as colônias. Dessa forma, houve uma valorização entre 1850 e 1880: “o preço médio do hectare no município de Taquari aumentou 1960%. Passou de 2\$690 réis (dois mil seiscientos e noventa réis), em 1850, para 45\$876 réis (quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis réis), em 1880.”. O fluxo de imigração para essa área foi o maior da província nas décadas de 1850 e 1860.¹⁶⁶

Considerando o contexto de loteamento colonial ressalta-se a análise de Maíra I. Vendrame sobre a importância de eventos ocorridos no país de origem e que afetaram a inserção dos imigrantes no Brasil. A mudança representava a liberdade e a possibilidade de tornarem-se proprietários:

A emigração também deve, então, ser entendida como uma maneira de resistência da população em defesa de suas tradições e modos de vida. A miséria do campo, os altos impostos, a falta de terras, o alistamento militar e as novas formas de trabalho, que provocavam mudanças culturais, eram os motivos que levavam as pessoas a desejar emigrar. Já que estavam fugindo das dificuldades sócio-econômicas e defendendo seus costumes, quando da instalação no Novo Mundo procurariam organizar esse da sua maneira, não aceitando imposição de regras e condições que restringissem a liberdade das comunidades coloniais. [...] Essa modificação iniciava quando do seu estabelecimento no lote colonial, onde a sensação de liberdade começava a ser sentida, superando as dificuldades que apareciam. Já a percepção de que estavam num lugar onde eram proprietários de suas terras, senhores e não mais servos, proporcionava-lhes distanciamento das obrigações sócio-econômicas que haviam marcado seu cotidiano na velha pátria.¹⁶⁷

Nesse sentido, é preciso analisar os imigrantes como sujeitos ativos com lógicas próprias

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 118-129.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 33.

¹⁶⁶ *Ibid.*, *op cit.*, p. 28.

¹⁶⁷ VENDRAME, Maíra Ines. “**LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES**”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 171-173.

de ação, com objetivos e estratégias para alcançá-los. Dentre essas estratégias, por exemplo, estava a comunicação com seus pares, formando redes de relações com informações acerca dos aspectos da imigração. Além disso, destaca-se que, ao menos para o caso da península itálica, esses povos possuíam experiências pretéritas de imigração. Sendo assim, essas experiências podem ter ocorrido para o caso dos germânicos, assim como, redes e trocas de informações.¹⁶⁸

Eduardo Relly argumenta, por exemplo, que a origem do capital social que esteve presente nas comunidades das picadas teuto-brasileiras derivou da gestão e experiência das terras comunais do contexto europeu na Baixa Idade Média. Não entraremos aqui em tal discussão, mas ressalta-se a herança de tradições comunais no desenvolvimento histórico e social das áreas de imigração. A Picada Essig, estudada pelo autor, localiza-se no Vale do Taquari e foi ocupada por germânicos e seus descendentes. Estes teriam carregado consigo sua cultura, relacionamento com a natureza e instituições que mediavam essa interação, tendo a floresta um papel importante na adaptação desses povos que lançavam mão de capital social e da reconstrução da vida comunitária.¹⁶⁹

Outro aspecto que reitera a participação ativa dos imigrantes germânicos na sociedade brasileira se dá na sua inserção no sistema escravista. Segundo Zarth, é amplamente divulgado que não se utilizava cativos nas colônias de imigrantes, pois mesmo com a proibição legal (leis 143, de 21 de julho de 1848 e 183, de 13 de outubro de 1850), o tipo de produção e a pequena área de lavouras dificultavam a compra de escravizados.¹⁷⁰ Todavia, a historiografia recente denuncia a presença de escravizados nessas regiões, atuando em atividades agrícolas, pequenas indústrias e comércio, ou seja, em setores rurais ou urbanos. A escravidão, portanto, foi tomada para além das *plantations* agroexportadoras, se fez presente no projeto colonizador e imigrantista, beneficiando agricultores e comerciantes europeus.

Karen D. Pires afirma que por muitos anos a historiografia regional do Vale do Taquari ocultou e rechaçou aspectos referentes à escravidão, o que desencadeou uma lacuna histórica danosa. A historiadora observou o uso do trabalho escravizado por imigrantes/migrantes germânicos em Estrela através de cartas de alforria, esses dados contradizem o que a legislação

¹⁶⁸ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 143-144.

¹⁶⁹ RELLY, Eduardo. **Floresta, Capital Social e comunidade**: imigração e as picadas teuto-brasileiras. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. p. 95

¹⁷⁰ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 124.

impunha acerca da presença de escravizados em áreas de colonização.¹⁷¹

Fernanda C. Schmitt analisou a escravidão no Vale do Taquari no contexto da imigração germânica, no período imperial. Examinou o cotidiano das relações sociais, a fim de observar a agência dos escravizados. Também, observou o impacto da imigração germânica na escravidão, evidenciando a manutenção desta e as estratégias de sobrevivência dos escravizados. Enfatiza, nesse sentido, que a invisibilidade dos escravizados e da população negra é fruto da construção das narrativas heroicas da imigração. Portanto, a presença dos imigrantes/migrantes na região foi essencial para a racialização dessa sociedade.¹⁷²

Witt, ao relacionar escravidão e imigração, confirma a hipótese de que os imigrantes germânicos e seus descendentes inseriram-se na política e buscaram assemelhar-se aos vizinhos nacionais por meio da compra e manutenção de escravizados:

No âmbito das relações interétnicas, buscou-se demonstrar que o uso da mão de obra escrava por parte dos imigrantes alemães e seus descendentes integrou-se ao cenário econômico, político, social e, inclusive, religioso nas Colônias. [...] Aproximando escravidão e imigração, relativiza-se a tese do isolamento tanto entre as Colônias quanto entre os colonos alemães e seus descendentes com os nacionais; de igual modo, redireciona-se o holofote dos conceitos de “civilizado”, “ordeiro” e “trabalhador” para o agricultor ou artesão que sabe o que quer, que se articula com os pares ou com os outros para buscar o que julga de direito.¹⁷³

Logo, o processo migratório vivido influencia tanto o lugar em que se chega, quanto os indivíduos que participam desse processo. Vejamos agora outros aspectos socioeconômicos da região. Para observar a população das cidades do Vale do Taquari no período, utilizou-se o Censo do ano de 1890, momento no qual Lajeado estava em processo de emancipação de Estrela:

Tabela 1: População, por sexo, segundo os municípios (1890)

Município	Homens	Mulheres	Total
Taquari	7.182	7.216	14.398
Estrela	8.275	7.648	15.903

¹⁷¹ PIRES, Karen Daniela. "O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX". 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 20 dez. 2016.

¹⁷² SCHMITT, Fernanda Chemin. **Escravidão e Imigração: conflitos e disputas na sociedade escravista do vale do taquari no período imperial**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

¹⁷³ WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3352/2688>. Acesso em: 2 jul. 2021. p. 31.

Lajeado	16.251	14.457	30.708
---------	--------	--------	---------------

Fonte: ESTATÍSTICA, Fundação de Economia e. **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981. 332 p.

A partir desses dados, verifica-se uma expressiva concentração populacional em Lajeado em relação aos municípios mais antigos. Observa-se o crescimento no número de habitantes que corresponde aos processos de emancipação dos municípios. É possível que Lajeado tenha concentrado, especialmente, os imigrantes germânicos e teuto-brasileiros que ocuparam os loteamentos privados, ao passo que Taquari e Estrela eram ocupados pelas populações mais antigas. Ademais, em Lajeado a diferença entre a população masculina e a feminina era maior que nos outros municípios o que pode indicar a mobilidade espacial para frentes de expansão.

Sabe-se que Lajeado emancipou-se oficialmente em 1891, possivelmente em vista dessa expressiva população. À título de comparação, temos que a população de Caxias – Colônia pública fundada em 1875 –, no ano de 1890, era de 18.506 habitantes, ou seja, tanto locais de “acampamento”, como Taquari, ou colônias públicas, como Caxias, não tiveram um aumento significativo de densidade demográfica quanto os locais de colonização privada. Salienta-se, portanto, que a imigração e a colonização foram proveitosas do ponto de vista demográfico, pois como afirma Zarth: “Com o alto índice de natalidade nas colônias de imigrantes, a população do Rio Grande do Sul subiu de 70.656 habitantes em 1814 para 1.149,070 habitantes em 1900”.¹⁷⁴

O mapa do centenário da colonização de 1924 também oferece a visão de um aspecto cultural importante para a compreensão dessa população: a religião. Roberto Radünz e Olgário P. Vogt, analisam a fundação das comunidades luteranas entre a população imigrante e ressaltam que, ao contrário do catolicismo, na igreja da imigração protestante não havia uma hierarquia ou sínodo. A organização sinodal adquiriu forma no final do século XIX. As comunidades decidiam sobre seu ordenamento sem interferências, com uma diretoria eleita em assembleia – tal organização de poder ampliava-se diante da pouca presença do estado, resultando em tensões e conflitos.¹⁷⁵ Segue uma compilação de sedes paroquiais católicas e protestantes¹⁷⁶ então existentes:

¹⁷⁴ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 74.

¹⁷⁵ RADÜNZ, Roberto; VOGT, Olgário Paulo. Relações de poder e o luteranismo em Santa Cruz do Sul - século XIX. **PLURA** - Revista de Estudos de Religião, [s. l], v. 4, n. 1, p. 4-19, jan. 2013.

¹⁷⁶ Refere-se à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Tabela 2: Sedes paroquiais católicas e protestantes existentes no Vale do Taquari (1824)

Confissão	Taquari	Estrela	Lajeado	Total
católicos	2	2	3	7
protestantes	2	6	5	13
Total	4	8	8	

Fonte: LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Mapa do RS: centenário da colonização – 1924**. Centenário da Colonização – 1924. 2010. Mapoteca.

Enquanto em Taquari, com ocupação mais antiga, ocorria um equilíbrio no número de paróquias católicas e protestantes, em Estrela e Lajeado predominam as protestantes. Dessa forma, sobressai uma maioria expressiva de protestantes, pois, das 20 sedes paroquiais totais dos três municípios, 13 eram protestantes, sendo que das 16 sedes constantes em Estrela e Lajeado, 11 eram protestantes, quase o dobro.

As sedes paroquiais católicas e protestantes dividiam-se por localidades, somente os centros municipais contavam com ambas as paróquias. No centro do município de Estrela encontravam-se as duas sedes paroquiais, a católica e a protestante, já nas localidades, geralmente, apenas uma destas. Somente Roca Sales contava com uma sede católica e uma sede protestante; as localidades Corvo, Secca, Teutônia Norte e Teutônia Sul eram protestantes. Em Lajeado o cenário era parecido: o centro e a localidade de Arroio do Meio contavam com sedes de ambas as religiões, Bela Vista era uma sede católica e Conventos e Nova Berlim (atual Marques de Souza) possuíam apenas sedes paroquiais protestantes, conforme Simone E. Weber.¹⁷⁷

A maioria dos imigrantes/migrantes declarava sua religião entre a Católica Apostólica Romana e a Igreja Evangélica Luterana, ocorrendo uma divisão desses grupos nas colônias. Nos contratos estabelecidos com governo imperial havia um acordo de liberdade de culto, (vale lembrar que até 1890 a religião oficial do Brasil era a Católica Apostólica Romana). Com isso, assinala-se que todos, mesmo os luteranos, deveriam fazer os registros civis conforme a legislação brasileira, ou seja, na igreja Católica.

Arthur B. Rambo corrobora, em parte, os dados aqui mencionados. Segundo o autor, no início do século XX, Lajeado dividia-se em 62% de católicos e 38% de protestantes, já Estrela dividia-se em 32% de católicos e 68% de protestantes.¹⁷⁸ Evidencia-se, com isso, que as maiores

¹⁷⁷ WEBER, Simone Elisa. **Colonização Germânica no Vale do Taquari: os colonos católicos de Santa Clara (século XIX)**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 28 nov. 2016.

¹⁷⁸ RAMBO, Arthur Blásio. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924**. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p. 506.

dificuldades com relação à inserção na sociedade civil foram dos imigrantes/migrantes de confissão luterana, ainda que em 1891, com a instituição do registro civil, comece a ser permitido o registro de casamentos mistos e de não-católicos.

Weber estudou os imigrantes católicos da comunidade Santa Clara, no século XIX. Esta pesquisa concorda com ela quando assinala que o isolamento étnico e geográfico foi estimulado pela estrutura geral com a qual se deu o processo de colonização: com a intenção do Governo Imperial de criar unidades coloniais em locais distantes dos centros populacionais e com participação política restrita, ao menos para os que não faziam parte da elite imigrante.¹⁷⁹ Mantiveram-se, dessa forma, traços culturais como a língua, os grupos comunitários e a religião. A comunidade de Santa Clara, por exemplo, era um núcleo católico com poucos traços do luteranismo. Contudo, importa salientar o que indica Witt: “Não se pode ser ingênuo e pensar que fatores como a origem étnica e idioma tenham se colocado como impedimento para as lutas mais do que imprescindíveis para a nova etapa de suas vidas, agora em solo brasileiro.”¹⁸⁰

Vendrame lembra da importância das sedes paroquiais para a vida social das comunidades, pois estas representam lugares de culto, encontros e manifestações sociais. Com isso, “a vida convergia para o centro religioso, fosse ele o centro da vila ou da linha colonial perdida entre as montanhas”.¹⁸¹ Esses centros eram importantes para as comunidades germânicas, considerando a “solidão” que a imigração gerava, pois os lotes privados diferiam da organização comunitária aldeã europeia, conforme Relly.¹⁸²

Os ritos religiosos demarcavam as dimensões sociais desde o nascimento, através do batismo, até a morte, nos velórios. Esses espaços eram também de disputas, a exemplo das ocorridas na ex-Colônia Silveira Martins. Ali deram-se divergências entre os moradores e o sacerdote Antônio Sório, bem como, com a Câmara Municipal de Santa Maria. Esses episódios demonstram um senso de legitimidade da comunidade que buscava defender seus interesses, sendo por isso vista como “anárquica” pelas lideranças religiosas e políticas.¹⁸³

A partir de tal compreensão, contemplou-se, ainda que estruturalmente, a organização social dos imigrantes/migrantes germânicos que ocuparam o Vale do Taquari. Portanto, reafirma-se a importância de observar os aspectos referentes à etnicidade e organizações políticas, sociais e culturais. Acerca da imigração no Vale do Taquari, esta dissertação discute com mais detalhes a formação das estruturas socioeconômicas e patrimoniais como parte da

¹⁷⁹ WEBER, Simone Elisa. *Colonização Germânica no Vale do Taquari*, *op cit.*

¹⁸⁰ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol*, *op cit.*, p. 32.

¹⁸¹ VENDRAME, Máira Ines. “**LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES**”, *op cit.*, p. 70.

¹⁸² RELLY, Eduardo. *Floresta, Capital Social e comunidade*, *op cit.*, p. 123.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 138.

implementação do projeto de colonização que gerou desigualdades socioeconômicas, refletindo-se na vida dos agentes históricos e das famílias locais.

Por fim, as fontes e referências anteriores informaram sobre aspectos importantes da sociedade, da economia e da cultura que se instalou no Vale do Taquari nas últimas décadas do século XIX, proveniente do processo histórico da imigração na província. No próximo capítulo os inventários *post-mortem* oferecerão uma visão das desigualdades e das hierarquias socioeconômicas que recaíram sobre as famílias da região.

Com esse capítulo afirma-se a efervescência do processo colonizador que antecedeu e se expandiu nas décadas analisadas na dissertação (1880-1910), especialmente a questão da terra, da economia, da escravidão e da imigração europeia. Considera-se que a colonização europeia não-lusa foi um instrumento para questões impostas pelas elites latifundiárias e mesmo pelo Governo, como: a suposta falta de mão-de-obra após a Abolição – justificativa que estava envolta no racismo institucionalizado, já que pretendia-se embranquecer o país com imigrantes germânicos, a quem eram impostos predicados como ordeiros e trabalhadores, contrastando com os vizinhos ibéricos, com os lavradores nacionais, com os ex-escravizados e com os povos indígenas; a premente falta de abastecimento interno, tendo em vista o caráter agroexportador que se consolidava; e o aumento da densidade demográfica, com objetivos econômicos e geopolíticos de ocupação dos territórios ao Sul, ao instalarem-se em áreas de floresta, impróprias para a pecuária – o que não afetava os latifundiários – e facilitava as comunicações da campanha com o sudeste.

Com a fundação da Colônia oficial de imigração de São Leopoldo em 1824, os primeiros imigrantes desfrutaram da possibilidade de tornar-se pequenos proprietários de terra, caracterizando a pequena propriedade camponesa. Ainda assim, os próprios imigrantes também sofreram limitação nos espaços de atuação como homens livres, brancos e pobres, como a falta de legalização das propriedades e de garantia da cidadania, problemas resultantes da estrutura burocrático-administrativa liberal do Império nascente.

Salienta-se os incentivos e subsídios recebidos pelos imigrantes, que os colocou em um patamar superior de sobrevivência em relação aos brasileiros pobres, escravizados e libertos. Dessa forma, refuta-se a ideia de isolamento social dos imigrantes, que se organizaram interna e externamente para resolver problemas comuns frente às autoridades, participando do debate político e inserindo-se como força econômica, participando, inclusive, da escravidão. Dessa forma, os imigrantes afirmaram suas *distinções*, garantindo reconhecimento no plano econômico e social.

A expansão para as colônias privadas, especialmente na região tema de estudo, foi realizada, em parte, pelos teuto-brasileiros, ou seja, descendentes dos primeiros imigrantes que ocuparam as colônias oficiais. Verificou-se que essa população expandiu-se devido ao esgotamento do solo e a redução do número de lotes coloniais disponíveis, que diminuiu gradativamente tanto em disponibilidade quanto em tamanho. Quem encabeçou esse processo foram os especuladores de terras que se aproveitavam da infraestrutura e do mercado desenvolvido pelo Estado quando da construção das colônias oficiais. No Vale do Taquari salienta-se o caso do especulador Victorino José Ribeiro, que fundou a Colônia Estrela.

Afirma-se que a região do Vale do Taquari foi colonizada por germânicos que ocuparam as Colônias de Estrela, Conventos, Teutônia e Arroio do Meio, posteriormente emancipadas como os municípios de Estrela e Lajeado, o espaço de análise. Lajeado sobressaía em população em relação à Estrela e ao município-mãe, Taquari. A densidade demográfica foi expressiva nessas colônias particulares de imigração, mesmo em comparação à Colônia oficial de Caxias. Além disso, a população manteve traços culturais como a língua e a religião protestante.

Esses novos municípios receberam incrementos em sua infraestrutura física. Tais subsídios indiretos contribuíram sobremaneira para a construção da prosperidade socioeconômica. Já nas primeiras décadas de ocupação os germânicos organizaram a navegação fluvial, incluindo a do rio Taquari. Percebe-se a atuação de companhias de colonização de Porto Alegre pressionando pela melhoria da infraestrutura para o escoamento da produção colonial, demonstrando o compromisso dos especuladores com o crescimento dessas áreas. Antonio Fialho de Vargas foi o comerciante de terras mais relevante do Vale do Taquari, fundador da Colônia Conventos, que teve seu ápice de fluxo imigratório nas décadas de 1850 e 1860, com um vultuoso aumento no preço médio do hectare de terra.

Dessa forma, salienta-se que os imigrantes foram sujeitos ativos, com objetivos e estratégias para alcançá-los, a exemplo da inserção na escravidão. As narrativas heroicas acerca da imigração contribuíram e ainda contribuem para racializar essa sociedade, ou seja, o processo de ser germânico ou descendente desses no Brasil se dá na relação desigual estabelecida com o outro. Todos esses aspectos reafirmam a importância de se observar diferentes dimensões da vida social dos imigrantes frente às estruturas que encontraram no Brasil. Essa trajetória foi marcada por diferenças geradoras de desigualdades que

impulsionaram certos indivíduos para luta por sobrevivência e outros para a luta por *distinções* sociais, conforme a teoria bourdieusiana.¹⁸⁴

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.96, p. 105-115, julho de 2013.

2. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO VALE DO TAQUARI

Com este capítulo disserta-se, a partir das fontes documentais – especialmente os inventários *post-mortem* – a estrutura socioeconômica das famílias no Vale do Taquari. Se investigará aspectos como a distribuição das riquezas, analisando a formação de hierarquias e de exclusões sociais. Para compor essa estrutura, analisam-se dimensões sociais como o rural e o urbano; naturalidades; religiões; ocupações socioprofissionais; e condição jurídica. Partindo dessas premissas, o estudo se aprofunda em duas faces das dimensões sociais, a riqueza e a pobreza, buscando suas origens, disseminação e resultados para os diferentes grupos sociais. Esse esforço visa agir comparativamente para evidenciar a formação das distinções que marcaram as desigualdades sociais entre as famílias do Vale do Taquari.

2.1. Estrutura socioeconômica e patrimonial do Vale do Taquari (1880-1910)

Resultou, das discussões anteriores, a oportunidade de investigar de maneira detalhada o processo colonizador e imigratório em suas estruturas socioeconômicas. No presente subcapítulo, portanto, se investigará a estrutura socioeconômica e patrimonial do Vale do Taquari, representada pelas Colônias germânicas de Estrela e Lajeado. Sobretudo, se analisará as hierarquias e desigualdades sociais a partir da pesquisa realizada com os inventários *post-mortem*.

Dos 213 inventários utilizados para formar a amostra com a qual se fez as análises socioeconômicas, destaca-se a presença de 143 homens e de 70 mulheres inventariados(as). As relações de parentesco entre inventariados e inventariantes variaram, mas a categoria que sobressai entre os inventariantes é a de viúva, com o total de cem. Tal constatação indica que a pesquisa disserta, portanto, acerca de mulheres viúvas que enfrentaram um momento de ruptura e de reconfiguração familiar, “chefiando” suas famílias e acionando estratégias de sobrevivência, ainda que sob tutela, no caso de algumas.

Inicialmente a investigação será pautada através do município de Estrela, que resultou em um corpo documental de 103 inventários *post-mortem*, dos quais 78 apresentaram a avaliação completa dos bens, requisito para a análise quantitativa. Com isso, dos 103 inventários, 78 constituem a pesquisa quantitativa, 18 não continham a avaliação de bens e 7 são autos de pobreza, que serão investigados qualitativamente.

Com a observação dos patrimônios inventariados, percebeu-se que os 10% mais ricos somaram 52,4% do total avaliado, ou 16.385,81£ de um total de 31.235£, o que demonstra a

concentração de metade da riqueza entre poucas famílias. Já os 10% mais pobres somaram apenas 1.127,07£, ou 3,5% da fortuna total. Agora, vejamos de maneira detalhada a concentração da riqueza no município através da distribuição da riqueza inventariada por faixas de fortuna:

Tabela 3: Distribuição da riqueza inventariada por faixa de fortuna, Estrela 1880-1910 (em libras esterlinas)

Monte-mor (libras)	Inventários (n.)	Inventários (%)	Fortuna (libras)	Fortunas (%)
menos de 100	12	15	747	2
de 100 a 500	52	66	13.007	41
de 500 a 1 mil	9	11	6.374	20
de 1 a 2 mil	3	3	4.578	14
de 2 a 5 mil	2	2	6.528	21
De 5 a 12 mil	-	-	-	-
Total	78	100	31.200	100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*. Amostra de inventários *post-mortem* de Estrela.

A tabela reafirma a grande desigualdade econômica, pois as duas faixas mais pobres, com 82% dos inventários, somaram apenas 43% da riqueza, ou seja, menos da metade do total da fortuna é distribuído entre 64 inventários, caracterizando uma pobreza significativa. Além disso, mesmo que haja uma aparente igualdade entre as faixas mais ricas, observa-se que a faixa de 2 a 5 mil é composta por somente 2 inventários, que concentram uma quantia equivalente à fortuna da antepenúltima faixa, com 9 inventários e com 6% a mais em relação à fortuna da penúltima faixa, que possui 3 inventários. Nenhum inventário foi localizado para a faixa mais rica de análise (5 a 12 mil), diferindo do que ocorre em Lajeado. Vejamos:

Tabela 4: Distribuição da riqueza inventariada por faixa de fortuna, Lajeado 1880-1910 (em libras esterlinas)

Monte-mor (libras)	Inventários (n.)	Inventários (%)	Fortuna (libras)	Fortunas (%)
menos de 100	28	30	1.433	2
de 100 a 500	43	46	9.653	18
de 500 a 1 mil	10	10	7.261	13
de 1 a 2 mil	7	7	9.707	18
de 2 a 5 mil	4	4	13.296	25
de 5 a 12 mil	1	1	11.713	22
Total	93	100	53.064	100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*. Amostra de inventários *post-mortem* de Lajeado.

O corpo documental do município de Lajeado apresenta um total de 110 inventários, sendo que destes, 93 apresentaram avaliação completa dos bens e fazem parte da análise quantitativa. Do total de inventários, 6 não apresentaram a avaliação completa de bens e 11 são autos de pobreza. A análise dos patrimônios inventariados demonstrou que os 10 inventários mais ricos somaram 32.495,17£, o que resulta em 61% do total da riqueza inventariada, que corresponde a 53.063,61£, ou seja, mais de 50% da riqueza estava concentrada entre poucos. Já os 10 inventários mais pobres somaram, apenas, 159,24£, resultando somente em 0,3% da fortuna total. Tal fator demonstra a concentração da riqueza entre poucas famílias, como ocorre em Estrela. No caso de Lajeado, quase metade da riqueza (47%) inventariada está em mãos de somente 5% dos inventariados.

Assim como Estrela, Lajeado também demonstra uma grande desigualdade econômica e as duas faixas mais pobres, com 76% dos inventários, somaram apenas 20% da riqueza. As faixas médias, com 28 inventários, correspondem a somente 19% da fortuna, valor menor que o caso das faixas médias de Estrela. É interessante notar que Lajeado é, ao mesmo tempo, mais rica e mais pobre que Estrela, possivelmente pelo crescimento causado pela especulação comercial dos lotes coloniais, realizadas por empresas como a Batista & Fialho, conforme Júlia L. Gregory.¹⁸⁵

Tais números apontam, tanto para o caso de Lajeado como para Estrela, que as desigualdades poderiam ser ainda maiores, já que os inventários representam as camadas mais ricas da população, aquelas que tinham bens a legar, ou seja, uma parte da população pobre sequer é representada em termos patrimoniais. Todavia, é importante ressaltar que nas áreas de colonização existe uma significativa presença de inventários de pessoas pobres que eram obrigadas, por lei, a inventariar, quando se verificava a presença de herdeiros menores de idade. O mesmo ocorre no caso de Caxias do Sul, o que diversifica as situações socioeconômicas, segundo Márcia S. Stormowski.¹⁸⁶

Um caso parecido com Estrela e Lajeado é o de Caxias do Sul, no mesmo período. Sobre este, Stormowski aponta que os 10% mais ricos detinham 50% de toda a riqueza inventariada,

¹⁸⁵ GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada:** Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX) [recurso eletrônico] / Júlia Leite Gregory – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

¹⁸⁶ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social:** o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 20.

já os 10% mais pobres detinham apenas 0,81%. Os 50% mais pobres detinham apenas 11% da riqueza. Assim, mesmo a pobreza de Caxias, com imigrantes/migrantes italianos, é semelhante à Estrela e Lajeado, com germânicos. Tais elementos demonstram que, tanto nas colônias oficiais quanto nas colônias privadas de imigração, a maioria dos imigrantes vivia em situação de pobreza, enquanto o capital era acumulado nas mãos de poucos. Esta situação, portanto, não dependeu da origem étnica, seja germânica ou italiana.¹⁸⁷

Outra comparação é com os germânicos de Santa Maria, pesquisados por Gláucia G. L. de Lima Külzer:

Dentre os resultados da análise das fortunas deste grupo destaca-se que apenas 1,9% dos inventariados com mais de 10.000 libras esterlinas controlavam 22% da riqueza. Constatou-se ainda que as duas menores faixas de renda (1-500 libras esterlinas) representadas por 51% dos indivíduos concentravam apenas 8% da riqueza, em todo período. [...] podemos constatar que a maior parte dos inventariados teuto-alemães (73%) se fixavam na faixa entre 1 a 1000 libras, perfazendo apenas 19% da riqueza. Os indivíduos que pertenciam à faixa situada entre 1.001 a 10.000 libras e acima de 10.000 libras representava apenas 27% dos inventariados possuindo 81% da riqueza. Esses dados revelam que a maioria dos teuto-alemães que realizaram inventários em Santa Maria no período de 1858-1889 não possuía grande fortuna. No período analisado, consideramos a faixa, acima de 10.000 libras, representativa de uma grande fortuna. É o caso, de um único inventário com um cabedal de 16.651 libras que detinha sozinho 26% da riqueza total.¹⁸⁸

Percebe-se similaridades patrimoniais entre as populações germânicas de Estrela, Lajeado e Santa Maria, mas sublinha-se a diferença entre os núcleos coloniais desses locais. Enquanto o Vale do Taquari passa por um amplo processo de enxamagem, Santa Maria conta apenas com pequenos grupos de imigrantes que lá se estabeleceram. Verifica-se uma maioria de indivíduos nas faixas menos afortunadas, concentrando uma pequena parcela da riqueza. Portanto, parece ter havido uma tendência ao empobrecimento da maioria dos germânicos participantes do processo de enxamagem. Por outro lado, também constata-se o enriquecimento de poucos, conformando uma sociedade desigual. Também em Santa Maria, somente um indivíduo transcendeu 10.000 libras de fortuna, como o caso de um único inventariado do Vale do Taquari, com 11.713£. Ambos eram comerciantes – um alfaiate, para o caso de Santa Maria, e o outro comerciante de terras, para o caso do Vale do Taquari. Contudo, ressalta-se que, também em Santa Maria, a terra era o maior referencial de riqueza, ainda que por outras razões

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 88.

¹⁸⁸ KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. p. 55.

além da colonização, como a criação de gado.¹⁸⁹

Se comparada com regiões mais ricas da província, voltadas para a economia pecuária, percebe-se como a economia do Vale do Taquari era periférica. Por exemplo, a riqueza da elite charqueadora de Pelotas, pesquisada por Jonas M. Vargas¹⁹⁰ resultou em 611.287£ entre os anos de 1830 e 1885, dessa forma, mesmo em conjunto, as fortunas totais de Estrela e Lajeado, representam somente 13,7% da riqueza pelotense. Já a elite agrária de Alegrete, pesquisada por Luís A. E. Farinatti¹⁹¹, tinha seus montantes-brutos superiores a 10.000,00£. Valor parecido foi encontrado em somente um inventário da presente amostra, trata-se de Chrispiniano José Martins, negociante de terras de Lajeado, que teve sua fortuna avaliada em 11.713£.

Chrispiniano, possivelmente, faz parte da ocupação mais antiga do local, que, a exemplo de Antônio Fialho de Vargas, atuou no comércio de terras. Até suas fortunas se assemelham, já que Antônio somou 13.062£.¹⁹² Era natural de Santa Catarina, portanto, não fez parte da imigração colonial da região, sendo, possivelmente, descendente de açorianos. Católico, faleceu com 77 anos. Com seus negócios totalizou, no momento da morte, 31 bens de raiz nas cidades de Taquari, Lajeado e Estrela e é o inventariado mais rico da amostra. Portanto, o inventariado mais rico era brasileiro de origem portuguesa, com terras nos três municípios da região, parte da elite que participou do loteamento colonial.

Daiane S. Rossi aponta que para entender a pobreza se faz necessário relacioná-la com a posição social e o *status*, perpassando por questões de gênero, capital social, redes e estratégias. Entendo que estes são fatores importantes também para a compreensão das desigualdades sociais. A pobreza, especialmente notada para o caso de Lajeado e Estrela, é mais complexa do que a simples economia dos recursos, daí provém a necessidade das análises que seguem.¹⁹³

A partir do patrimônio dos inventariados é possível ter uma ideia sobre a predominância rural ou urbana na região. Para tanto, observaram-se os bens de raiz constantes nos inventários e suas características rurais ou urbanas. Seguem as informações encontradas para os municípios de Estrela e Lajeado:

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 78.

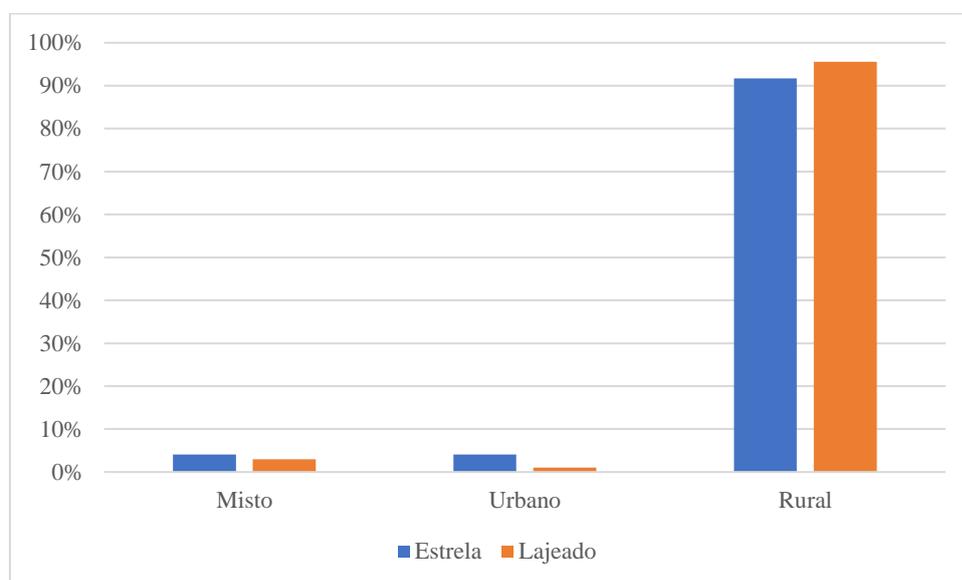
¹⁹⁰ VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. p. 156.

¹⁹¹ FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 37.

¹⁹² GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada**, *op cit.*, p. 53.

¹⁹³ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. 2019. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

Gráfico 1: Distribuição dos inventários em urbanos e rurais, Estrela e Lajeado (1880-1910)



Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*. Amostra de inventários *post-mortem* de Estrela e Lajeado.

Para o município de Estrela, 73 inventários apresentaram na sua avaliação bens de raiz. Desses, 91%, possuíam bens em espaço rural, ao passo que somente 4% ocupavam o espaço exclusivamente urbano e outros 4% eram mistos, ou seja, possuíam bens de raiz tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Para o município de Lajeado, 91 inventários apresentaram bens de raiz. Desses, 95% possuíam bens em espaço exclusivamente rural, ao passo que somente 1% era urbano e 3% eram mistos. Afirma-se o predomínio absoluto de patrimônios rurais e a presença massiva de agricultoras e de agricultores. Confirma-se a formação da pequena propriedade camponesa nessa área de colonização privada da terra, como discutida por Paulo A. Zarth.¹⁹⁴

A partir desses dados, afirma-se que essa região foi predominantemente rural durante todo o período de análise. Relacionando os índices com as faixas de fortunas, percebeu-se, por exemplo, que os inventários mais ricos de Lajeado e Estrela foram considerados mistos, ou seja, possuíam bens de raiz tanto no espaço urbano, quanto rural, de certo pela especulação fundiária. Os inventários considerados exclusivamente urbanos estão localizados nas faixas intermediárias, caracterizando parte da população artesã ou comerciante. Já a grande maioria, os inventários rurais, estão distribuídos por toda a pirâmide social, sendo especialmente

¹⁹⁴ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002. p. 45.

observáveis nas faixas mais pobres da população.

Quanto à questão racial, no geral, percebeu-se pouca preocupação em registrar a cor dos inventariados, mas, dado a grande quantidade de imigrantes e de seus descendentes, é possível pensar em uma normalização da cor branca – portanto, registrava-se apenas a naturalidade –, enquanto as “exceções” de cor, essas sim, eram registradas – tal é o caso da única pessoa declarada parda a deixar seus bens inventariados. Marcus V. de Freitas Rosa aponta que a construção das fontes foi feita por sujeitos brancos e tal fator movimentou a racialização, já que a cor de pele escura era identificada em conjunto com outros atributos considerados inferiores e atribuídos nesse processo.¹⁹⁵ Portanto, o branqueamento da população enquadrava a diversidade brasileira em modelos eurocêntricos de civilização. Dessa forma, havia uma tendência a não referir os imigrantes/migrantes pela cor, mas pela nacionalidade.

Ainda, convém destacar o que indica Hebe Mattos acerca da dificuldade em encontrar os libertos nas fontes após a abolição, notando o desaparecimento da discriminação da cor e da raça. Mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, essas classificações se fazem ausentes.¹⁹⁶ O Vale do Taquari parece não ter fugido dessa tendência. Levamos em conta a proposição da autora:

Tento demonstrar que a noção de “cor”, herdada do período colonial não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais a etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Dessa perspectiva, a cor inexistente antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição.¹⁹⁷

Relembra-se que os inventários proporcionam uma amostra da sociedade no tempo, além de representar as camadas mais ricas da população. Nesse sentido, a inexistência de outras naturalidades e cores nesta pesquisa não significa sua inexistência no espaço social, mas reitera o quão desigual era essa sociedade. Outras pesquisas demonstram a significativa presença indígena e negra na região, como as pesquisas de Paulo R. S. Moreira, Karen D. Pires e Moisés I. B. Vedoy.¹⁹⁸

¹⁹⁵ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **ALÉM DA INVISIBILIDADE**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). 2014. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. p. 21.

¹⁹⁶ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 31.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 1

¹⁹⁸ Cf. MOREIRA, Paulo Roberto S. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativoiro (Taquari - RS - século XIX). **Encontro Estadual de História, Memória e Patrimônio**, XI.; 2012, Rio Grande. Anais eletrônicos. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2012; PIRES, Karen Daniela. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e**

Os conhecimentos sociais e econômicos podem ser refinados a partir da investigação do perfil sócio-ocupacional desse ambiente predominantemente rural, no qual ocorre uma concentração de riqueza, desencadeando desigualdades socioeconômicas. Alguns matizes acerca dos estratos sociais poderão ser encontrados através do cruzamento de fontes, como inventários *post-mortem* e registros de óbito.

Dos 213 inventários, somente 35 tiveram a profissão declarada. As categorias profissionais foram as seguintes: negociante; lavrador; sapateiro; doméstica; parteira; agrimensor. O grupo mais expressivo é o de lavradores (19), seguido por domésticas (10), negociante (3), sapateiro (1), parteira (1) e agrimensor (1). Confrontando a ocupação e as naturalidades encontradas, temos que os teuto-brasileiros (13), ou descendentes de germânicos, dividiam-se em 9 lavradores, 3 domésticas e 1 sapateiro; os germânicos (13), dividiam-se em 7 lavradores e 6 domésticas; os de sobrenome português (3), que pode indicar tanto portugueses, descendentes de portugueses, africanos ou descendentes de africanos, dividiram-se em 1 lavrador, 1 doméstica e 1 parteira; e por fim, dois holandeses eram lavradores; uma italiana era negociante; e um austríaco e um luxemburguês eram lavradores.

Esses números confirmam o caráter predominantemente rural da região, já que a ocupação mais frequente é a de lavrador e está presente em todos os grupos de naturalidade, desses consta apenas uma mulher categorizada como agricultora. Esses dados são reiterados por Marcos A. Dal Cin conforme as profissões dos pais de crianças batizadas na localidade Conventos, em Lajeado:

Nas observações em que consta a profissão dos pais de nascidos e batizados, observa-se que, de um total de 2.550, em 696 anotações, os pastores registraram as profissões e, em 1852, não foi encontrado nenhum registro quanto ao ofício paterno. O maior número de registros de profissão dos pais dos batizados, que encontra-se nos livros, é o de lavrador, com 469 citações, seguidas de colono com 126, agricultor e marceneiro com 18, negociante com 15 e pedreiro com 9, moleiro 6, alfaiate e ferreiro 5, sapateiro 4, serrador 3, carpinteiro, construtor de moinhos, curtidor e médico com duas citações cada e carpinteiro de carretas, fabricante, folheiro, médico homeopata, mestre de escola particular, oficial de justiça, professor, professor particular, e vendista, todos com uma citação. Do total de nascidos/batizados, não há indicação da profissão dos pais em 1.583 registros.¹⁹⁹

Santo Amaro/RS - final do século XIX, *op cit.*; VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos**: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí. 100 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

¹⁹⁹ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã**: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de conventos/RS - 1860 a 1903. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/2856>. Acesso em: 11 set. 2021. p. 83.

Ao comparar com a pesquisa de Külzer acerca da presença germânica em Santa Maria da Boca do monte, verifica-se que também lá as famílias alemãs eram, em grande parte, lavradoras, representando 35% do total. Já 16% atuavam no comércio, 12% em atividades diversas, 5% negociantes e 2% militares. Dessa comparação percebe-se que, mesmo em diferentes regiões de estabelecimento, os germânicos atuaram na agricultura, em menor escala no artesanato e, os mais afortunados, inseriram-se em “negócios”, possivelmente, o negócio da terra.²⁰⁰

A profissão de negociante é um marcador importante para a região do Vale do Taquari, especialmente, os negociantes de terras. Estes eram atuantes no loteamento colonial e enriqueceram com companhias privadas de colonização e empreendimentos diversos, no que pode ser compreendido como o avanço do capitalismo, mesmo em uma região remota do interior da província. Marcos A. Witt²⁰¹ lembra que o investimento em terras tornou-se mais lucrativo que a escravidão, especialmente na zona colonial que partia de São Leopoldo. O mercado imobiliário da colonização privada se tornou um dos negócios mais prósperos da história da imigração germânica no Rio Grande do Sul. Assim: “o mecanismo que levou “exponenciais” ao mercado imobiliário foi o mesmo: à medida que as terras foram sendo valorizadas pela expansão colonial, perderam o *status* exclusivo de local de moradia e de plantio para o de bem vinculado a um mercado em ascensão”.²⁰²

Por fim, convém lembrar outros aspectos importantes para a economia regional, como a presença dos cursos de água, que aumentava a fertilidade do solo e, conseqüentemente, a prosperidade da agricultura. Além disso, outras atividades encontradas por Júlia L. Gregory para a Colônia Conventos estão ligadas à extração de madeira, com a presença de engenhos de serrar, além da extração de azeite, máquinas moedoras de grãos e atafonas. Também importam os produtos para a subsistência como feijão, milho e batata, que tinham seus excedentes exportados, além de trigo, fava, cevada, centeio, amendoim, vinha, algodão, fumo, banha e toucinho.²⁰³

A expressiva categoria de doméstica é usada como um distintivo para mulheres ricas ou de famílias influentes, como é o caso de Ana Maria Scholer Ruschel, a mais rica inventariada de Estrela. Isso fica visível se considerar que se encontrou apenas uma doméstica entre os

²⁰⁰ KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**, *op cit.*

²⁰¹ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX). 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 24.

²⁰¹ *Ibid.*, p.32. p. 160.

²⁰² *Ibid.*, p. 195.

²⁰³ GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada**, *op cit.*, p. 151.

brasileiros que apresentaram sobrenome português, tal distinção difere, por exemplo, dos serviços domésticos desempenhados majoritariamente por mulheres livres e imigrantes europeias no Rio de Janeiro, estudadas por Natália B. Peçanha.²⁰⁴ Também se evidencia uma mulher que trabalha “fora de casa”, mas que ainda assim atua em uma “área feminina”, o parto e que essa mulher era parda (seu caso é explorado no subcapítulo 3.3).

Percebe-se o cotidiano das mulheres em diferentes estratos sociais, através do público e do privado. Conforme Scheila dos S. Dreher, para mulheres de classes altas e médias ocorria uma distinção entre as duas esferas, participando, especialmente, da esfera privada; já mulheres pobres e empobrecidas, preocupavam-se, provavelmente, com a sobrevivência diária, com jornadas duplas de trabalho e exploração econômica e social. Essas experiências plurais, confundindo público e privado, inscreveram-se nos corpos das mulheres: “Foi a partir de tal cotidiano, com suas múltiplas realidades, que elas reconstruíram seu mundo na “nova” pátria, num misto de continuidades e descontinuidades.”²⁰⁵

Enfim, uma série de interesses ajudou a conformar esse espaço social desigual, e a formação, manutenção, extensão e alianças de/entre poderes de certas famílias foram importantes para a configuração desses processos históricos de enriquecimento e exclusão. Veremos, nos próximos dois subcapítulos, as nuances entre a fortuna e a pobreza das famílias do Vale do Taquari (1880-1910).

2.2. Os proprietários do “Vapor de luxo Estrella”: dimensões sociais e econômicas da Família Ruschel

Considerando as distinções que marcaram a inclusão e a exclusão socioeconômica da população do Vale do Taquari, neste subcapítulo se investigará a atuação de uma família imigrante rica, participante do processo de enxamagem.²⁰⁶ Os Ruschel se inseriram na sociedade estrelense e deixaram legados *distintivos* importantes para seus descendentes.²⁰⁷ Portanto, o que segue é um estudo da população e da família mais rica de Estrela, representando

²⁰⁴ PEÇANHA, Natália Batista. O Serviço doméstico e o mundo do trabalho carioca: uma análise das relações de trabalho de criadas nacionais e estrangeiras na passagem do século XIX para o XX. *Revista Marcanan*, Rio de Janeiro, n.21, p. 11-28, maio/agosto. 2019.

²⁰⁵ DREHER, Scheila dos Santos. “O pontinho da balança”: história do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2007. p. 59.

²⁰⁶ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

²⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.96, p. 105-115, julho de 2013.

o Vale do Taquari.²⁰⁸

A tabela a seguir demonstra alguns aspectos acerca da população mais rica da amostra do município de Estrela. Para tanto, selecionou-se um total de 5 inventários e o critério de escolha se deu por esses integrarem as duas faixas mais ricas da população, representando 6% do total e somando 35% da fortuna investigada para Estrela:

Quadro 1: Patrimônio (£), ocupações e naturalidade da faixa de fortuna mais rica de Estrela (1880-1910)

Ano	Nome	Monte-mor	Ocupação	Naturalidade
1893	João Brentano	2.868	Negociante	germânica
1898	Valentim Schwingel	935	Negociante	germânica
1903	Anna Maria Scholer Ruschel e Miguel Ruschel	3.659	Doméstica e proprietário	alemã
1908	Francisca Ghilardi	1.956	Negociante	italiana
1908	Luiza Schüller	1.463	Doméstica	alemã

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*. Amostra de inventários *post-mortem* de Estrela.

Ao observar a cronologia das fortunas, percebe-se que a década de 1880 não está representada entre os mais ricos, mas, no ano de 1893, encontra-se João Brentano, o segundo mais rico da amostra geral. As fortunas são desiguais nas décadas de 1890 e 1900, especialmente, pelos expoentes representados por Brentano e a família Ruschel. Relacionando o ano com o Monte-mor, percebe-se que os anos finais do século XIX e iniciais do século XX são representativos entre os mais ricos. Isto pode ter relação com alguma variação da moeda no tempo ou com o maior tempo disponível para a formação das fortunas, somente após a primeira década de análise dos inventários aparece um enriquecimento de mais de mil libras.

Os indivíduos da tabela são, em sua maioria germânicos, com exceção de Francisca Ghilardi, que é italiana. Ou seja, ainda que os italianos sejam minoria entre a população da região, estão representados entre os mais ricos. Não foram encontradas na documentação as naturalidades de João Brentano e de Valentim Schwingel. Mas, a partir da listagem no acervo Benno Lermen, que conta com notas de falecimento de imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos, fiz associações entre os sobrenomes e suas possíveis naturalidades. Dessa forma, a hipótese é de que tanto Valentim Schwingel quanto João Brentano sejam imigrantes ou descendentes de imigrantes germânicos, já que possíveis parentes foram encontrados com

²⁰⁸ O primeiro contato da pesquisa foi com o município de Estrela, resultando em uma aproximação mais estreita para a análise. Considerando os prejuízos e atrasos decorrentes da pandemia de Coronavírus, optou-se por trabalhar com esse município nos subcapítulos 2.2 e 2.3.

proveniência de São Leopoldo para o primeiro e Novo Hamburgo para o segundo.²⁰⁹

As ocupações são elementos interessantes, já que demonstram a participação social desses indivíduos. João Brentano, o segundo mais rico da amostra geral, teve sua ocupação definida como negociante e seus únicos bens são seis colônias de terras no valor de 2.304£, o que representa 80% de sua fortuna total. Além disso, não possuía animais e tinha dívidas ativas e passivas, indícios de atuação como negociante de terras. João era, portanto, parte dos imigrantes ou descendentes de imigrantes que atuaram na venda de colônias para outros imigrantes ou descendentes de imigrantes, o mais lucrativo negócio da região nesse período. Reforça-se o processo de acumulação de capital com o comércio de lotes coloniais.

Entre as mulheres, duas foram designadas como domésticas, posição social que deveria ser identificadora das mulheres mais bem afortunadas. Luiza Schüler deixou viúvo Jacob Schüler, com quem teve dez filhos, em sua maioria adultos já casados, demonstrando que se tratava de uma família mais antiga. Não é possível definir em absoluto a ocupação econômica da família, todavia, a hipótese é de que fossem agricultores, já que não contavam com mais de um terreno para moradia, no qual criavam animais, como carneiros e porcos.

Um caso interessante é o de Francisca Ghilardi, uma negociante. Faleceu com 49 anos de idade, viúva de Fortunato Ghilardi, com quem teve dez filhos. O negócio da família era a “Casa Ghilardi Fortunato”, localizada na picada Glückalf e com filiais na picada Clara e na picada Berlim, uma loja de variedades, com produtos como tecidos, roupas, miudezas, ferragens, louças, xaropes, livros, secos e molhados, bebidas etc. Encontram-se dívidas passivas com casas comerciais de Porto Alegre, por exemplo, a alemã Bromberg e Cia, uma das maiores distribuidoras de maquinário alemão na América do Sul.²¹⁰

Com esses dados, percebem-se as relações entre casas comerciais de Estrela e Porto Alegre, verificando o escoamento da produção e mesmo as relações econômicas entre imigrantes italianos e germânicos. Além disso, a designação de Francisca como “negociante” pode implicar sua participação ativa no gerenciamento das casas comerciais, demonstrando a participação das mulheres imigrantes em espaços além do doméstico e passíveis de registro em cartório. Destaca-se que Francisca transpôs o patamar da subsistência, considerando especialmente sua posição de viúva, e tornou-se investidora.

Também em Caxias do Sul o comércio era a atividade que mais permitia a acumulação

²⁰⁹ UNISINOS, Instituto Anchieta de Pesquisas. Acervo Benno Lermen. [20--]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

²¹⁰ MACHADO, Janete Rocha. Empreendedorismo teuto-rio-grandense: o caso das empresas Bromberg & cia. **RIHGRGS**, Porto Alegre, v. 1, n. 155, p. 77-104, dez. 2018.

de riquezas. Marcia S. Stormowski encontra cinco indivíduos que se dedicavam a atividades comerciais.²¹¹ Um dos inventariados que fazem parte dos 10% mais ricos em Caxias possuía terras em Lajeado. Trata-se de Carlos Webber, possivelmente imigrante ou descendente de imigrantes germânicos, com uma “sociedade em serrarias”. Talvez suas terras em Lajeado fossem usadas para extração de madeira, um dos recursos destaque de exploração no Vale do Taquari.²¹²

Mas, sublinha-se a especulação sobre sua compra de terras. Antônio Fialho de Vargas, conforme Júlia L. Gregory, era um dos moradores mais proeminentes da região do Vale do Taquari e empresário da colonização. Sua empresa, em sociedade com o irmão Manoel Fialho de Vargas e o amigo João Batista Soarez da Silveira e Souza, era a Batista Fialho & Cia. Declarou mais de 15 mil hectares de terra, sendo essa a maior extensão encontrada nos estudos da historiadora, além disso, também atuava como prestamista. Foi o fundador da Colônia Conventos e declarou sua fortuna em 13.062£.²¹³

Fialho de Vargas era descendente de imigrantes açorianos que residiu em diferentes lugares, como na Aldeia dos Anjos e Vacaria. Por volta de 1857, mudou-se para Santo Amaro, município de Taquari, próximo de onde havia adquirido terras e instalado a Colônia Conventos. Antônio se tornou um grande comerciante de terras da região do Vale do Taquari.²¹⁴ Para o presente estudo, o que interessa analisar desse caso é que a acumulação do capital do comércio de terras era um negócio português que passou a ser realizado por germânicos, que também obtiveram sucesso.

Conclui-se, com os dados analisados sobre a população mais rica de Estrela, que o tempo era um fator importante para a acumulação de capital. Famílias mais antigas e provenientes dos processos de migração interna, possivelmente tinham mais chances de prosperar. Desse modo, todos os integrantes do grupo mais rico são imigrantes ou descendentes de imigrantes germânicos, com exceção de uma italiana. Ainda, quase todos estavam envolvidos com o comércio, especialmente o comércio de terras, reafirmando que esse era o negócio mais lucrativo da região, acompanhado pelo comércio de gêneros, envolvendo o escoamento da

²¹¹ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005., p. 90.

²¹² GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada: Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)** [recurso eletrônico] / Júlia Leite Gregory – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021., p. 151.

²¹³ *Ibid.*, p. 53.

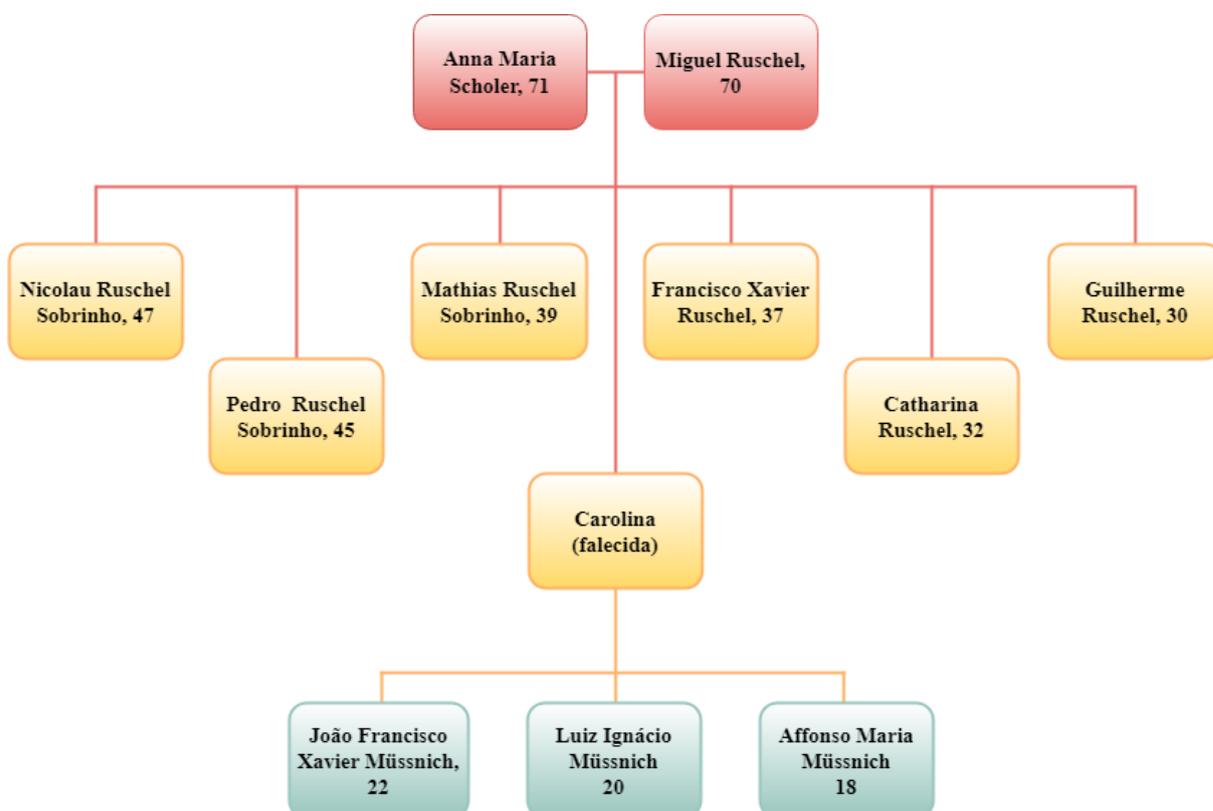
²¹⁴ GREGORY, Júlia Leite. **Terra, Fortuna e Família: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX).** 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019., p. 41.

produção e, por fim, a agricultura. Dentre esses casos selecionou-se um em específico para uma análise mais atenta: a ascensão econômica e social da família Ruschel.

No dia 19 de novembro de 1903, no Juízo de Órfãos e Ausentes, na sede do município de Estrela, o escrivão Antônio Carlos Porto recebeu Nicolau Müssnich para fazer o inventário dos bens de sua sogra, Anna Maria Scholer Ruschel, e de seu sogro, Miguel Ruschel.²¹⁵ Anna Maria faleceu em sua residência, no dia 20 de julho de 1903, e Miguel Ruschel também faleceu em sua residência, no dia 18 de outubro. O casal deixou herdeiros netos menores de idade, o que justifica a abertura do processo no Juízo de Órfãos e Ausentes. Anna faleceu com 71 anos e sua *causa mortis* foi registrada como “velhice”. Já Miguel faleceu com 70 anos, e a *causa mortis* registrada foi “paralysis” devido à queda de cavalo. Ambos faleceram em datas próximas, foram enterrados em cemitério católico e não deixaram testamento.

Nicolau buscou a justiça a fim de nomear um inventariante que “comprometido na forma da lei dê andamento ao feito”. Em vista disso, o nomeado como inventariante foi o próprio suplicante. Observemos o título de herdeiros:

Figura 5: Herdeiros da família Ruschel (nomes e idades)



²¹⁵ APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 411. Ano: 1903. Inventariados: Anna Maria Scholer Ruschel e Miguel Ruschel. Inventariante: Nicolau Müssnich.

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 411. Ano: 1903. Inventariados: Anna Maria Scholer Ruschel e Miguel Ruschel. Inventariante: Nicolau Müssnich.

Vejam os a nota de falecimento de Anna Maria Scholer Ruschel:

Figura 6: Nota de falecimento, Anna Maria Scholer Ruschel (1903)

Todesanzeige und Danksagung.

Allen unseren zahlreichen, entfernt wohnenden Verwandten, Freunden und Bekannten geben wir die Trauerkunde von dem Ableben unserer teuren Gattin, Mutter, Schwieger-, Groß- und Urgroßmutter

Anna Maria Ruschel, geb. Scholer.

Sie starb, zwar nicht ganz unerwartet, doch überraschend schnell, am 20. ds. Mts. im Alter von nahezu 71 Jahren. Seit vielen Jahren mit einem hartnäckigen Magenleiden behaftet, ertrug sie die ihr dadurch verursachten unsäglichen Schmerzen mit wahrhaft christlicher Geduld. In den letzten Jahren ihres Lebens kam noch ein neuer Schlag für sie, indem sie das Gedächtnis-Vermögen fast vollständig verlor, so daß sie oft ihre eigenen Angehörigen nicht mehr erkannte. Mit der hl. letzten Selung zur Reise in die Ewigkeit gestärkt, verschied sie sanft und schmerzlos um 7 $\frac{1}{2}$ Uhr morgens. Die Verstorbene hinterläßt außer ihrem Gatten, der nun auch schon 6 Jahre körperlich vollständig gelähmt, jedoch von Herzen gesund und geistig frisch darnieder liegt, 6 noch lebende Kinder, 28 Enkel und 1 Urenkel; 2 Kinder sind ihr bereits im Tode vorausgegangen. Sie kam im Alter von 14 Jahren mit ihren Eltern nach Brasilien eingewandert und verheiratete sich im Jahre 1855 mit Michael Ruschel, mit dem sie 48 Jahre in glücklicher und zufriedener Ehe lebte.

Zu gleicher Zeit benützen wir die Gelegenheit an dieser Stelle unsern tiefgefühlten Dank auszusprechen für die uns von allen Seiten gewordene herzliche und wohlthunende Teilnahme, das zahlreiche Geleite der Verewigten zu ihrer letzten Ruhestätte, für die Blumen- und Kranzspenden und dem hochw. Herrn P. Emil Reichmuth für seine Krankenbesuche und tröstlichen Worte an der Bahre derselben.

Ihre arme Seele empfehlen wir dem Gedenken der Gläubigen und der Priester beim hl. Opfer.

Estrela, den 22. Juli 1903.

Die trauernden Hinterbliebenen.

Fonte: UNISINOS., Instituto Anchietano de Pesquisas -. Acervo Benno Lermen. [20--]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

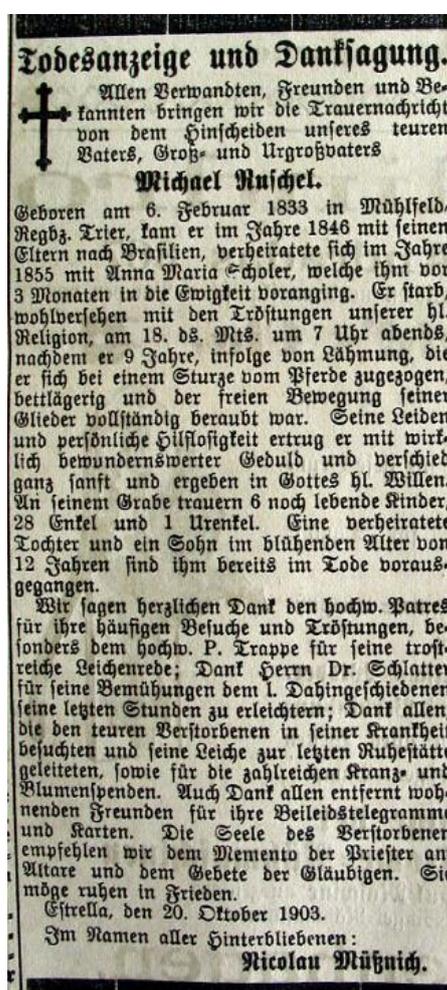
Segue a tradução:

Obituário e agradecimentos. Damos a todos os nossos numerosos e distantes parentes, amigos e entes queridos, os atos fúnebres da morte da cónjuge, sogra, parente, avó, bisavó Anna Maria Ruschel, nascida Scholer. Ela morreu, não de forma totalmente inesperada, mas surpreendentemente rápida, no dia 20 de dezembro, com quase 71 anos, por muitos anos afligida por uma doença teimosa (no estômago), ela suportou a dor indescritível que isso lhe causou com verdadeira paciência cristã. Nos últimos anos de sua vida, ela sofreu um novo golpe, pois perdeu quase completamente a memória de modo que as vezes não reconhecia mais seus próprios parentes. Fortalecida em uma jornada para a eternidade, faleceu suavemente e sem dor às 7 horas da manhã. Além de seu marido, que agora está fisicamente paralisado há 6 anos, mas é sincero e com ânimo renovado, a falecida deixa para trás 6 filhos ainda vivos, 28 netos e 1 bisneto, dois filhos nasceram dela já mortos. Ela imigrou para o Brasil com os pais aos 14 anos e casou-se com Miguel Ruschel em 1855, com quem viveu feliz por 48 anos. Ao mesmo tempo temos a oportunidade de expressar nosso profundo sentimento. Com a mesma contribuição, aproveitamos esse momento

para expressar o nosso profundo sentimento pelo cordial e benéfica participação que recebemos de todas as partes, as numerosas escoltas ao seu túmulo final/eterno, pelas doações de flores e guirlandas, e ao mais importante Sr. P. Emil Reichmuth por suas visitas e palavras de conforto na cama. Recomendamos a tua pobre alma à lembrança dos fiéis e dos sacerdotes no Santo Sacrifício. Estrela, dia 22 de julho de 1903. O enlutado. (Tradução própria)

Agora, a nota de falecimento de Miguel, com algumas informações sobre sua família, religião e enfermidade:

Figura 7: Nota de falecimento, Miguel Ruschel (1903)



Fonte: UNISINOS., Instituto Anchieta de Pesquisas -. Acervo Benno Lermen. [20--]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Tradução:

Obituário e agradecimentos. Levamos a notícia de luto do falecimento de nosso querido pai, avô e bisavô Miguel Ruschel, a todos os que estão distantes, amigos e conhecidos. Nasceu em 6 de fevereiro de 1833 em Mühlfeld. Regbz. Trier, ele foi para o Brasil com seus excelentes pais em 1846, casou-se com Anna Maria Scholer em 1855, que o precedeu para a eternidade há 3 meses.

Ele morreu, bem provido de conforto de nossa santa religião, no dia 18, às 19h, após nove anos acamado e completamente privado da liberdade de movimentos dos membros devido a paralisia que sofreu por uma queda de cavalo. Ele suportou seus sofrimentos e desamparo pessoal com paciência verdadeiramente admirável e faleceu com muita gentileza e devoção na Santa Vontade de Deus. 6 filhos vivos, 28 netos e 1 bisneto choram em seu túmulo. Uma filha e um filho há 12 anos o precederam na morte. Gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento aos padres pelas frequentes visitas e consolações, especialmente ao Sumo Padre Trappe por seu consolador discurso fúnebre; ao Dr. Schlatter por seus esforços para tornar as últimas horas mais fáceis; a todos os que visitaram o querido defunto em sua doença e acompanharam seu corpo ao seu último descanso, bem como pelas inúmeras doações de coroas de flores e flores. Agradeço também a todos os amigos que moram longe por suas condolências e telegramas. Recomendamos a alma do defunto à lembrança dos sacerdotes no altar e às orações dos fiéis. Você pode descansar em paz. Estrela, 20 de outubro de 1903. Em nome de todos os enlutados: Nicolau Müssnich. (Tradução própria)

Um detalhe importante diz respeito a demarcada posição católica, os casos demonstram a importância dos padres para o cuidado e a cura de doenças físicas, o que não exclui a possibilidade de terem recorrido a benzedeiras ou suportes “mágicos”. Maíra I. Vendrame informa que muitos padres ficaram conhecidos entre a população colonial.²¹⁶ A religião era aspecto fundamental da vida colonial, buscando suprimir, por vezes, elementos considerados pagãos. É interessante observar o agradecimento ao Dr. Schlatter “por seus esforços para tornar as últimas horas mais fáceis”. Vendrame indica a existência de conflitos entre padres e médicos, mas que: “Os imigrantes compreendiam suas doenças dentro de um universo cultural, compartilhado com seus curadores”; no subcapítulo 3.3 o médico Gabriel Schlatter reaparecerá na pesquisa.²¹⁷

Além disso, verifica-se o forte laço familiar e o caráter informacional do obituário, uma forma de explicar os acontecimentos e a doença/causa da morte aos entes que se encontravam distantes. O trecho de agradecimento às muitas doações de flores e de telegramas de enlutados é um indício de uma grande rede de relações. A partir disso, e considerando o nível de riqueza da família Ruschel, pode-se supor que Miguel Ruschel estaria entre os chamados “exponenciais” por Witt. Os imigrantes ou descendentes de imigrantes alemães “exponenciais” eram aqueles que se destacavam no plano socioeconômico/político, negociavam interesses próprios e estavam articulados, tanto com os mais pobres, quanto com a elite nacional e

²¹⁶ VENDRAME, Maíra Ines. “LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 183.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 193.

alemã.²¹⁸

Anna Maria e Miguel formavam um casal de naturalidade alemã. A categoria socioprofissional de Anna foi declarada como doméstica e a de Miguel como proprietário. Inúmeras são as fontes de informação acerca da árvore genealógica da família Ruschel desde a Alemanha até seu estabelecimento em cidades do Rio Grande do Sul, frutos de pesquisas realizadas por memorialistas e genealogistas.²¹⁹ Nesse sentido, a família Ruschel se insere entre uma gama de famílias imigrantes sobre as quais certos indivíduos ou descendentes investigam a origem europeia, muitas vezes buscando evidenciar certo “pioneirismo” em terras riograndenses.

Com isso, a idealização encontrada acerca da família Ruschel é um exemplo do que comumente sobressai em biografias e histórias de famílias de imigrantes europeus. Vejamos alguns trechos de uma pequena biografia:

Lembranças da viagem, rebuliço, despedidas, bagagens, carroças, pequenos barcos e por fim, um veleiro, o brigue Hanseat que o conduzira ao Novo Mundo, ao Brasil. Trouxe no coração, a esperança, a coragem e o desejo de trabalhar para alcançar a prosperidade. Venceria. [...] Estabelecida a família e iniciados os trabalhos, verificaram com orgulho, que a terra generosa retribuía o trabalho regado com suor, garantindo colheitas abundantes. Prosperaram. No Brasil, ainda nasceriam mais dois irmãos. [...] Esse brasileiro por opção, bilingue, era um criador de riquezas. Os pioneiros aparecem quando são necessários, no local e momento certo. Miguel foi um deles. [...] Miguel tornou-se conhecido como “Capitão Miguel”, talvez para diferenciá-lo de outro Miguel ou por consideração regional, respeito, liderança e criatividade.²²⁰

O trecho inicia demonstrando a despedida da terra natal, momento que parece cercado de nostalgia pelo que se deixa e de entusiasmo pelo que se vai conhecer. O desejo de trabalho aparece como fio condutor para a construção do sucesso vindouro, o que tensiona as relações de trabalho ocorridas no Brasil escravista, no qual o trabalho manual era, acima de tudo, reservado aos escravizados. Os significados em relação ao trabalho, portanto, diferiam, o que pode ter influenciado o enriquecimento de parte dos imigrantes europeus. Esses significados se vinculavam com aspectos sociais e culturais como a religião, a exemplo da expressão usada por

²¹⁸ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 24.

²¹⁹ Cf: FURTADO, Wilton Xavier. **Descendentes de Sebastian Ruschel**. 2021. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/r%FCschel/d1.htm>. Acesso em: 15 set. 2021. SILVIO. **Parentesco múltiplo**. 2010. Disponível em: <http://ruschelheberle.blogspot.com/2010/04/parentesco-multiplo.html>. Acesso em: 11 set. 2021.

²²⁰ Genealogista e historiador. Cf: LAMPERT, Leandro. **Meus escritos**. 2021. Os Ruschel - origem, história e genealogia. Disponível em: <http://leandrolampert.blogspot.com/2021/04/osruschel-origem-historia-e-genealogia.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

sacerdotes beneditinos: *ora et labora* – o trabalho aqui tem um caráter de valor moral.²²¹

Salienta-se que a imigração influencia os indivíduos, configurando novos grupos sociais e modificando as estruturas tanto do local do qual se parte, quanto ao qual se chega. Os sonhos e expectativas são transportados, como aponta Rosane M. Neumann: “No momento da chegada, o imigrante imaginava encontrar a nova *Heimat* com uma infraestrutura semelhante àquela deixada em sua aldeia natal: um pequeno povoado central, cercado pelos campos de cultivo”.²²² A respeito desse desejo, tem-se como exemplo a empresa colonizadora Meyer, estudada por Neumann, que se propôs a formar uma colônia étnica, na qual os imigrantes pudessem “permanecer” alemães. Todavia, mesmo esses casos idealizados devem ser relativizados, pois como aponta a historiadora, certos imigrantes não se adequavam à vida na colônia, já que eram provenientes de locais urbanizados, especialmente os profissionais de ofício.²²³

Selecionou-se, portanto, informações mais recorrentes e condizentes com aquelas observáveis nas fontes encontradas nos registros religiosos e cartoriais, a fim de introduzir o estudo acerca da família Ruschel. Parece dado comum entre os genealogistas que a família Ruschel seja originária da região do Saar-Hunsrück, no sudoeste da Alemanha, especificadamente na vila de Mühlfeld, próximo à Trier (informação reiterada no obituário). O “patriarca”, pai de Miguel Ruschel, foi Sebastian Ruschel, nascido em 1806 em Scheuren e morto em 1882 na Freguesia de Santo Inácio do Feliz/RS.

Sebastian casou-se com Anna Maria Mayer em Otzenhausen, na Alemanha. A “matriarca” Anna nasceu em Mühlfeld no ano de 1808 e faleceu em 1888 em Estrela. Como aponta Leandro Lampert ao observar mapas da região, Sebastian e Anna viviam em comunidades próximas, na qual se encontravam pequenas aldeias nas quais as terras já deveriam estar esgotadas, tendo em vista a menor quantidade de aldeias em comparação a locais próximos.²²⁴

Outras informações de cunho oral, coletadas por Lampert, indicam que Sebastian Ruschel, pai de Miguel, trabalhava com uma carruagem para transporte de passageiros em Mühlfeld, local no qual o casal residiu até embarcar para o Brasil. Esses dados sugerem que o casal vivia em uma área em que as terras estavam escasseando, considerando as informações

²²¹ VENDRAME, Maíra Ines. “**LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES**, *op cit.*, p. 47.

²²² NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do rio grande do sul. 2009. 632 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 193.

²²³ *Ibid.*, p. 435.

²²⁴As informações sobre Sebastian Ruschel e Anna Maria Mayer, por exemplo, foram fruto de contato do memorialista Leandro Lampert com os arquivos católicos de Trier, o Bischöfliches Generalvikariat, ou Vicariato Geral Episcopal. LAMPERT, Leandro. **Meus escritos**, *op cit.*

geográficas e o ofício de Sebastian. Possivelmente a família Ruschel imigrou conforme o contexto de expulsão dos camponeses das terras, ocorrida na Alemanha. Segue a relação da imigração da família Ruschel, na qual constam os nomes e as respectivas idades no momento do embarque:

Figura 8: Relação de imigração da família Ruschel, 1846

35	64	Sebastian Ruschel		38	Leopoldo	Catharina	Anna
36	611	Maria	M.	39			
37	613	Nicolau	/	16			
38	614	Miguel	/	14			
39	615	Maria	/	11			
40	616	Catharina	/	9			
41	617	João	/	7			
42	618	Anna	/	6			
43	619	Jacob	/	3			
44	620	Matheus	/	1			

Fonte: ROCKENBACK, Família. **Família:** Sebastian Ruschel / Anna Maria Mayer. [20--]. The Next Generation of Genealogy Sitebuilding.

O casal partiu em direção ao Brasil no ano de 1846 já com uma idade razoável, Sebastian com 38 anos e Anna Maria com 39 anos, vários filhos nasceram na Alemanha, respectivamente: Nicolau (16); Miguel (14); Maria (11); Catharina (9); João (7); Anna (6); Jacob (3); Matheus (1). Inicialmente estabeleceram-se em um lote de terras na Picada Dois Irmãos, em São Leopoldo. Posteriormente, mudaram-se para uma colônia de terras na Picada Feliz, próximo ao rio Caí. Esse local era predominantemente católico, ao contrário de Dois Irmãos, predominantemente protestante, o que pode indicar uma escolha em conviver com uma comunidade que professava sua fé. Segundo o memorialista Carlos A. T. Coutinho, Sebastian teria construído uma grande casa para abrigar a família, sendo essa uma “parada obrigatória” para imigrantes, principalmente, italianos, que se dirigiam para a região serrana da província.²²⁵

Sebastian, provavelmente, oferecia hospedagem temporária para os recém-chegados, conforme Maíra I. Vendrame:

²²⁵ COUTINHO, Carlos Alberto Tavares. **Fábrica de Cerveja João Ruschel / Cervejaria Ruschel / Polka**. 2015. Disponível em: <http://cervisiafilia.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

As trajetórias dos imigrantes mostram que, após a chegada nos núcleos coloniais, movimentações internas ocorriam frequentemente. Como a intenção era garantir um local que apresentasse condições favoráveis para a sobrevivência do grupo, a hospedagem temporária em casa de conhecidos foi utilizada como um mecanismo estratégico enquanto avaliavam as opções. Essa prática parece ter sido recorrente na última década do século XIX, aproveitando que as famílias pioneiras já haviam obtido sua estabilidade. Como os novos núcleos de colonização estavam localizados distantes das primeiras ocupações, aqueles acabaram servindo como ponto de apoio e referência para as famílias que chegavam.²²⁶

Observa-se, com isso, que Sebastian e Anna Maria compõe a primeira geração de sua família a chegar no Brasil, estabelecendo-se nas “colônias velhas” e, possivelmente, dispondo de terras e equipamentos através dos incentivos do Governo Imperial. Coutinho afirma que Sebastian teria sido proprietário de um curtume. Já a maioria de seus filhos fizeram parte do processo de “enxamagem”, espalhando-se pela província, especialmente para as colônias particulares do Vale do Taquari. Conclui-se que Sebastian acumulou recursos que oportunizaram a compra de lotes por seus filhos nessas novas terras.

Mas nem todos os filhos migraram, João Ruschel permaneceu em Feliz para cuidar do curtume e de uma selaria. Além disso, teria seguido os passos do pai em outro ramo, a produção de cervejas, fundando a Cervejaria Ruschel.

Figura 9: Família Ruschel



Sebastião Ruschel e familiares em 1880

Fonte: COUTINHO, Carlos Alberto Tavares. **Fábrica de Cerveja João Ruschel / Cervejaria Ruschel / Polka**. 2015. Disponível em: <http://cervisiafilia.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

²²⁶ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. 2013. 477 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 152.

Dos dez filhos gerados pelo casal, interessou, para esta dissertação, a trajetória de um deles: Michael ou Miguel Ruschel. Miguel e Anna Maria Scholer Ruschel casaram-se no Brasil, em 1855, quando ele tinha 22 e ela 23 anos. Foram parte da família que migrou para Estrela, junto de outros irmãos, divisão que pode ter ocorrido devido ao grande número de pessoas para ocupar as terras de Feliz. Aqui, destaca-se a falta de informações sobre a trajetória da família de Anna Maria enquanto Scholer. Não se percebeu a mesma preocupação dos memorialistas e genealogistas em investigar e destacar a atuação de Anna. Sua participação parece ser acessória, característica encontrada no personagem “Frida”.

A segunda sede da Fazenda Estrela, fundada em 1830, de onde posteriormente se formaria o município de Estrela, pertencia em 1872 a Antônio Victor de Sampaio Menna Barreto e foi adquirida pela família Ruschel, que instalou um hotel e casa comercial. Provavelmente, os Ruschel seguiram os passos do pai, hospedando imigrantes ou seus descendentes recém-chegados em Estrela:

Povoou-o com migrantes da antiga Colônia de São Leopoldo, dentre eles, procedente de Feliz, a família Sebastião Ruschel, que muito serviço prestou ao município. O filho Miguel Ruschel adquiriu a antiga sede da ex-fazenda Estrela e deu-lhe destino variado: desde próspera casa comercial, abrigo para imigrantes recém chegados, açougue, cervejaria, escola, salão da sociedade, sede da administração municipal, agência postal e até prisão. Por último, e por várias décadas, foi hotel.²²⁷

Quando ocorreu a instalação do município de Estrela, Miguel assumiu o cargo de vereador. Além disso, a propriedade dos Ruschel serviu como primeira sede da administração municipal, portanto, a família ocupou a sede da Fazenda Estrela e deu-lhe um destino variado, acentuando sua demarcada posição de influência.

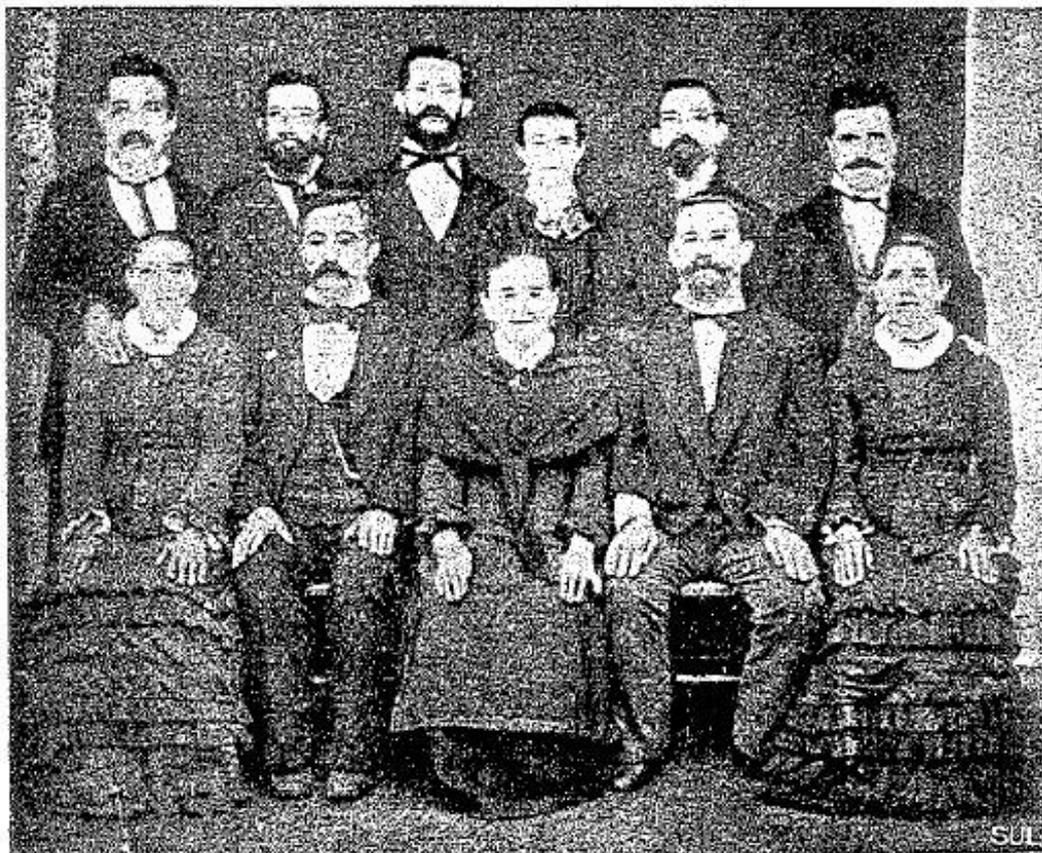
Pode-se perceber mais elementos que possibilitam classificar os Ruschel como “exponenciais”, mesmo em relação à geografia. Como aponta Marcos A. Witt, situar-se na parte central do município, perto de igrejas, escolas e da estrada principal, possibilitava vantagens em relação àqueles que viviam mais distantes.²²⁸ Ademais, era um fator que agregava valor ao

²²⁷ FLORES, Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 51.

²²⁸ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**, *op cit*, p. 198.

capital simbólico da família, associando o espaço ao seu sobrenome e facilitando as interações sociais.

Figura 10: Família Ruschel



Na ordem em que estão sentados, da esquerda para a direita, no primeiro plano: Ana Ruschel Stürmer, Miguel Ruschel, Maria Mayer (a mãe), João Nicolau Ruschel (Kloss) e Maria Ruschel Klein; no segundo plano: Pedro Ruschel, Nicolau Ruschel, Mathias Ruschel, Catarina Ruschel Kern, João Ruschel e Jacob Ruschel.

Fonte: ROCKENBACK, Família. **Família:** Sebastian Ruschel / Anna Maria Mayer. [20--]. The Next Generation of Genealogy Sitebuilding.

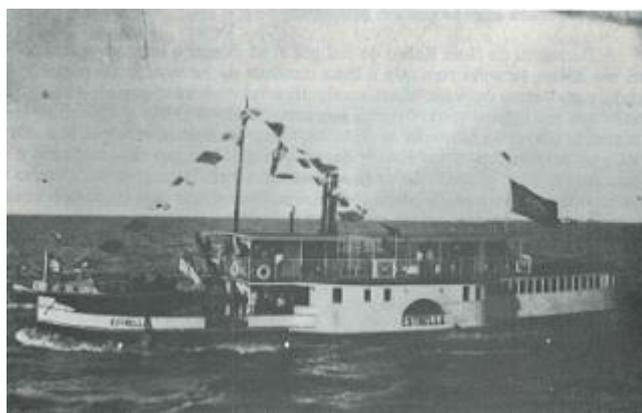
A família Ruschel parece ter tido, de fato, grande proeminência política na região do Vale do Taquari, pois Miguel, além de dono do sobrado no qual foi instalada a primeira administração municipal, também foi vereador no ano de 1890 e ostentava o título de “Capitão” na região.²²⁹ Também Pedro Ruschel, seu irmão, foi vereador no município de Estrela, tendo sido acusado de corrupção no ano de 1885, no contexto da emancipação do município, marcado por grilagem e especulação sobre as terras e propriedades, como analisa Cristiano L.

²²⁹ SCHIERHOLT, Jose Alfredo. **Estrela:** ontem e hoje. Estrela: Novak - Editora Multimídia, 2002. 1213 p.

Christillino.²³⁰

Lampert discorre sobre as atividades econômicas de Miguel Ruschel, indicando sua “supervisão” na casa comercial conjugada com hospedaria, aberta por seus filhos Nicolau, Mathias e Francisco.²³¹ Em 1904, os três irmãos abriram uma empresa fluvial de transporte de carga que viajava entre a cidade de Muçum e Porto Alegre. Compravam produtos coloniais e os transportavam e revendiam na capital, ao passo que traziam mercadorias para serem vendidas em seu comércio. Iniciaram os negócios com poucas embarcações, mas aumentaram a frota, chegando a adquirir o “vapor de luxo Estrella”, por 20 contos de réis. Reitera-se a acumulação de capital proporcionada pelo comércio, possibilitando o investimento em outros setores, como afirma Sandra J. Pesavento.²³²

Figura 11: Vapor de luxo Estrella



LAMPERT, Leandro. **Meus escritos**, *op cit.*

Desde as “colônias velhas” a importância da navegação foi constitutiva da atividade comercial:

As primeiras descrições da Colônia de São Leopoldo já identificavam o rio dos Sinos como um elemento da natureza indispensável para o progresso do núcleo de imigrantes alemães recém-formado. Desde logo, ficou visível que proprietários de lanchões e de outros tipos de embarcação controlariam o transporte através dos rios, sobretudo aqueles que estivessem ligados às casas de comércio, tanto da Colônia quanto da capital da província. Inúmeros estudos apontaram para a relevância desse tipo de serviço, tanto nos rios ligados aos vales, quanto nas lagoas do LNRS, demonstrando que o desenvolvimento da Colônia-Mãe esteve profundamente interligado à expansão e ao incremento da

²³⁰ Cf. CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

²³¹ LAMPERT, Leandro, **Meus escritos**, *op cit.*

²³² PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 163.

navegação.²³³

Os filhos de Miguel e Anna teriam desenvolvido empreendimentos na cidade de Muçum, com a construção de instalações portuárias, uma refinaria de banha, uma fábrica de latas e um armazém. Em Estrela estavam presentes no porto e tinham a propriedade de um armazém em Bom Retiro. Cabe ressaltar que em Bom Retiro localizava-se um porto que se tornou o escoadouro natural da colônia Teutônia, sendo esse o porto mais relevante na fase de instalação das colônias de imigração, como aponta Dalva N. Reiheimer.²³⁴

As propriedades dos Ruschel foram vendidas, posteriormente, para a Cia. Navegação Arnt, a empresa de navegação com maior destaque no estado, atuando na linha Taquari-Porto Alegre.²³⁵ Esses movimentos demonstram que a família Ruschel enriqueceu desde a imigração de Sebastian Ruschel até a inserção socioeconômica de Miguel e Anna na região de Estrela e o desenvolvimento dos empreendimentos dos seus filhos.²³⁶ Mesmo sendo moradores de Estrela, o casal tinha bens na cidade de Lajeado:

Quadro 2: Bens na cidade de Lajeado, Anna Maria e Miguel Ruschel (1903)

Bens	Avaliação (£)
Terras: onze colônias e $\frac{3}{4}$ de terras de matos, contendo cada colônia cem mil braças quadradas de área, situadas em Travesseiro, dividiam-se ao norte com terras de F.S. Ribeiro, ao sul com Frederico Dexheimer, ao leste com terras de Amélia Fialho e ao oeste com terras de Joaquim Alves Xavier e Weizenmann	875
Terras: 441,220 braças quadradas de terras no lugar denominado Conventos Velhos, que se dividem ao sul e a leste com o rio Taquari, ao oeste com terras de herdeiros do falecido Henrique Theodoro Rohenkohl e ao norte com terras de Pedro Ruschel Sobrinho	1.095
Total	1.970

Fonte: APERS, Acervo Judiciário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo

²³³ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**, *op cit*, p. 288.

²³⁴ REIHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público**: ações e implicações dessa relação. 2007. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. p. 33.

²³⁵ *Ibid.*, 116.

²³⁶ Miguel Ruschel Sobrinho, possivelmente sobrinho de Miguel Ruschel, aparece no trabalho da historiadora Simone Elisa Weber como um comerciante que auxiliou Antonio Fialho de Vargas e a família Azambuja a atrair imigrantes católicos: “Ruschel teria adquirido uma porção de terras na Colônia São Bento, loteado e revendido os lotes a colonos católicos trazidos de Feliz e Dois Irmãos”. Tal fato indica que nas colônias privadas as diferenças entre imigrantes católicos e protestantes deveriam ser acentuadas, já que os “pioneiros” da iniciativa privada haviam acumulado riqueza e contactavam, especialmente, pessoas da mesma naturalidade e religião, como fez Miguel. WEBER, Simone Elisa. **Colonização Germânica no Vale do Taquari**: os colonos católicos de Santa Clara (século XIX). 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 28 nov. 2016., p. 60.

411. Ano: 1903. Inventariados: Anna Maria Scholer Ruschel e Miguel Ruschel.

Com os bens descritos, pode-se observar a grande quantidade de lotes coloniais (11) e de terras na cidade de Lajeado, que não era o local de residência de Miguel e Anna Maria Ruschel. Nesta, faziam divisas com terras de outras famílias proeminentes da região, como os Fialho, que têm como nome-destaque Antônio Fialho de Vargas, fundador da Colônia Conventos e comerciante de terras da região do Vale do Taquari.²³⁷ Além disso, percebe-se que uma das divisas de terras se dá com seu próprio filho, Pedro Ruschel Sobrinho. Assume-se que essa abundância de terrenos que não são de moradia ou agricultura são, de fato, lotes comerciais de terras. Já no município de Estrela os bens de raiz são os seguintes:

Quadro 3: Bens na cidade de Estrela, Anna Maria e Miguel Ruschel (1903)

Bens	Avaliação (£)
Terreno: um terreno nesta vila, na quadra n°59, com 50 palmos de frente e 150 de fundo, esquina das antigas ruas Santo Antonio e São Miguel	2
Terreno: um terreno na quadra n° 7, com 50 palmos de frente e 150 de fundos, esquina das antigas ruas da Praça e São Gabriel	3
Terreno: doze terrenos da quadra n°37, confrontando com as ruas Marechal Deodoro e antigas Santa Rita da Praça e São Gabriel	44
Terreno: um terreno na rua Treze de Maio com uma casa construída de madeira e tijolos, ocupada por João Francisco Müssnich	74
Terreno: um terreno na rua Marechal Deodoro, esquina da rua Treze de Maio, com 200 palmos de frente, com uma casinha ocupada por Guilherme Ruschel	86
Transporte fluvial: a metade do Vapor Estrela	148
Terras: uma colônia no lugar denominado Corvo, neste município, dividindo-se por um lado com João Brentano, por outro com terras da Serrinha, por outro com terras vendidas a Luiz Augusto Scari e pelo outro com terras que são ou foram de Francisco dos Santos Pinto.	213
Terras: área de terras servindo de potreiro, fazendo frente à rua Marechal Deodoro, terrenos da comunidade católica, terras de Henrique Horn, fundos ao rio Taquari, dividindo-se ao sul com terras dos herdeiros de Pedro Horn e ao norte com terrenos da herança e a rua Treze de Maio	220
Terreno: um terreno na rua Marechal Deodoro com uma casa que serve de negócio e armazém	223
Terreno: onze terrenos da quadra n°13, fazendo divisas às ruas Dr. Tostes, Dr. Júlio de Castilhos, antigas ruas da Praça e São Gabriel, terreno de Nicolau Ruschel Sobrinho, com um sobrado e mais benfeitorias	297
Terras: 443,000 braças quadradas de terras, formando três colônias de n° 17, 18 e 19 com 100 mil braças quadradas cada uma	372
Total	1688

²³⁷ GREGORY, Júlia Leite. **Terra, Fortuna e Família**, *op cit.*, p. 41.

Fonte: APERS, Acervo Judiciário, Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 411. Ano: 1903. Inventariados: Anna Maria Scholer Ruschel e Miguel Ruschel.

Observa-se uma quantidade expressiva de bens na cidade de Estrela, sendo 4 lotes coloniais e 16 terrenos, que, por encontrarem-se em ruas conhecidas, estavam no ambiente urbano do município. Dois desses terrenos foram ocupados por parentes da família Ruschel: João Francisco Müssnich, que possivelmente era parente do genro de Miguel, o inventariante Nicolau Müssnich. Já o terreno central, na rua Marechal Deodoro, com uma “casinha”, era ocupado por seu filho Guilherme Ruschel. O restante consistia em lotes comerciais de terra, mesmo em áreas urbanas. Para mais, foi inventariada a metade do Vapor Estrela, que, conforme as informações dos memorialistas e genealogistas, era uma sociedade de Miguel com seus filhos.

Percebe-se que alguns bens tinham o valor bem elevado, como as terras em Conventos Velhos, colônia fundada por Antônio Fialho de Vargas, que totalizaram 1.095,382£ e o terreno na rua Marechal Deodoro com uma casa que servia de negócio e armazém, avaliado em 223,435£. No município de Estrela os bens somaram 1.688,922£, já os de Lajeado somaram 1.970,506£. Sabendo que o Monte-mor de Miguel Ruschel e Anna Maria Scholer Ruschel atingiu a fortuna de 3.659,433£, identificou-se que 100% do total estava empenhado em bens de raiz, comércio e no Vapor Estrela.

Não possuíam animais ou culturas, de modo que não é possível inferir atividade agrária. Tais números demonstram a importância do comércio de terras nesse contexto de loteamento colonial, já que a família Ruschel era uma das mais afortunadas da região do Vale do Taquari, e é a representante mais rica da amostra para o município de Estrela. Conclui-se que eram comerciantes dedicados à especulação com compra e venda de terras, além de comércio e transporte da produção agrária da região.

Como o inventário foi aberto em 1903 não poderiam constar escravizados, mas Miguel Ruschel não fugiu ao padrão escravista brasileiro e possuiu escravizados. Miguel aparece na pesquisa de Fernanda C. Schmitt referente à escravidão, especificamente, na compra de dois escravizados, no ano de 1875, em São Leopoldo.²³⁸ Tal compra demonstra que as redes de relação da família Ruschel alcançavam mesmo os negócios escravistas, assim como, a inserção dos imigrantes germânicos nessa atividade.

Encontrou-se, ainda, uma fotografia de uma então ex-escravizada, chamada de “Vó

²³⁸ SCHMITT, Fernanda Chemin. **Escravidão e Imigração**: conflitos e disputas na sociedade escravista do vale do taquari no período imperial. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021., p. 57.

Brazelina Alves”, na imagem abaixo ela aparece com duas crianças brancas no colo, possíveis descendentes de Miguel:

Figura 12: “Vó Brazelina Alves” (1945)



Fonte: Acervo da Casa de Cultura de Lajeado. Lajeado, 2023.

Também consta uma imagem de Brazelina com seu neto, Miro Silva:

Figura 13: Brazelina e seu neto Miro Silva



Figura 14: Acervo da Casa de Cultura de Lajeado. Lajeado, 2023

As fotografias demonstram aspectos da escravidão praticada pelos germânicos. Identificada como “vó”, Brazelina deve ter experienciado a face da escravidão que normaliza a presença de escravizados, ex-escravizados e libertos como “parte da família”, mas que, não gozam dos direitos legados aos parentes consanguíneos. Tal dispositivo, era (e ainda é) acionado em relações que visam manter pessoas presas à determinado sistema de exploração.

Brazelina tinha 95 anos em 1945, ou seja, experienciou tanto o período de escravidão quanto de liberdade, sem romper vínculos com a família Ruschel, conforme a fotografia em um período tão avançado. Se tinha 95 anos em 1945, temos que nasceu em 1850, portanto, se não obteve carta de alforria, foi liberta em 1888, quando tinha 38 anos. Não se sabe, exatamente, com que idade ela foi comprada pelos Ruschel, mas é possível que tenha sido já nos estertores da escravidão, como os outros escravizados que eles possuíam.

Josemir J. Gregory encontrou, ainda, o registro de compra do escravizado Aguedo, preto, com 28 anos e oleiro.²³⁹ A compra data de 23 de abril de 1883, por 600 réis. A análise

²³⁹ Através do livro de “Compra e venda de escravos: recorte temporal de setembro/1763 a maio/1888”. GREGORY, Josemir José. **Fazenda da Estrela**: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, dez. 2015.

constante desses dados é que a família Ruschel se dispôs a comprar escravizados às vésperas da abolição, sem impedimento econômico ou moral para a compra, demonstrando o *ethos* da família e da relação de certos imigrantes e seus descendentes com a escravidão. Também, a ocupação do escravizado com olaria pode estar ligada com a construção civil, em vista da quantidade de terrenos. Sendo assim, uma família rica de germânicos se inseriu em uma sociedade escravista mesmo nos seus estertores.

Com esses dados acerca do processo imigratório, interessa observar que, para o caso dos Ruschel, e possivelmente outros, a inserção socioeconômica através do comércio era realizada pelos próprios imigrantes. Seja pela compra de extensões de terras e revenda de lotes para novos migrantes, seja com a inserção nas estruturas sociais brasileiras, como a escravidão. Por fim, o caso dos Ruschel foi escolhido por condensar os elementos discutidos até aqui acerca do acúmulo de capital por parte de alguns imigrantes e seus descendentes, bem como, certos aspectos culturais que cercaram sua trajetória. Consequentemente, a família Ruschel representa uma outra perspectiva sobre a imigração, como indicado por Witt:

A que rompe com a tese do isolamento tanto entre as Colônias quanto entre os colonos alemães e seus descendentes com os nacionais; a que redireciona o holofote do “civilizado”, “ordeiro” e “trabalhador” para o agricultor ou artesão que sabe o que quer, que se articula com os pares ou com os “estranhos” para buscar o que julga de direito; a que impulsiona e mantém colonos alemães e seus descendentes na disputa política e/ou por cargos públicos; a que percebe conluíus, arranjos e fraudes no que se relaciona à prática política; e a que estimula a semelhança entre os colonos abastados com seus vizinhos nacionais através da compra e manutenção de escravos.²⁴⁰

Afirma-se que a família Ruschel transpôs o patamar da subsistência e tornou-se uma investidora, compondo parte da elite regional. Concorda-se com Witt acerca da importância do rastreamento dos investimentos econômicos, políticos e sociais para a compreensão do processo colonial estudado. Verifica-se, com isso, uma lógica de sobrevivência, de crescimento e de enriquecimento que não passa somente pela economia, mas relaciona-se com a inserção política e social.²⁴¹

Observa-se que a família Ruschel se envolveu nas diversas dimensões que compunham o universo dos “exponenciais”. Comparativamente com o caso da família Voges, investigado por Witt, demonstra inúmeras similaridades. Ocorreu um investimento social e financeiro ao longo do século XIX que coloca essa família no grupo dos “exponenciais”:

[...] no plano econômico, a aquisição de terras, a construção de moinho e

²⁴⁰ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**, *op cit.*, p. 102.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 230-231.

engenho, a compra e manutenção de escravos, a abertura da venda, a sociedade na navegação fluvial, colocaram Voges e sua família como um dos grupos “exponenciais” no mega-espaço compreendido entre a Colônia-Mãe e o LNRS.²⁴²

A família Ruschel e as demais famílias ricas aqui investigadas, ao ocupar e explorar as potencialidades econômicas do Vale do Taquari, transpuseram barreiras naturais e sociais, ampliando o espaço colonial iniciado em São Leopoldo no ano de 1824. Da análise deduzo que essas famílias atuaram, especialmente, no comércio de terras, característica de uma área de colonização privada. Por conseguinte, a colonização privada não foi negócio exclusivo de portugueses ou descendentes de portugueses. Famílias de imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos, relacionados com as colônias velhas, tornaram-se gradativamente influentes, adquirindo capital econômico e simbólico. Suas distinções originaram-se de investimentos, negociações e conflitos, acumulados desde a chegada da primeira geração ao Brasil e transmitida aos seus descendentes, em termos de capital econômico e simbólico, com fortunas agrárias ou mercantis.

Assim como ocorreu na ex-Colônia Silveira Martins, investigada por Vendrame, no núcleo colonial estabelecido no Vale do Taquari, ao menos para o caso dos que prosperaram, criou-se uma sociedade na qual os próprios imigrantes eram senhores. Estes não se comportaram de forma ordeira e passiva, como coloca a historiografia tradicional, mas inseriram-se e atuaram com autonomia na organização dessa sociedade desigual.²⁴³

Finda-se assim esse subcapítulo, que visou compreender a riqueza na região do Vale do Taquari a partir das experiências da família Ruschel, acompanhando, ainda que brevemente, sua trajetória desde a Alemanha até o estabelecimento em Estrela. Considerando as informações registradas, analisadas e referenciadas até aqui, seguimos para o próximo subcapítulo que buscará investigar, comparativamente, os aspectos socioeconômicos do Vale do Taquari sob a perspectiva e experiência das famílias pobres.

2.3. O pequeno patrimônio de Augusta: dimensões sociais e econômicas de famílias pobres no Vale do Taquari

A desigualdade social que se impôs no Vale do Taquari foi especialmente sentida pela

²⁴² *Ibid.*, p. 83.

²⁴³ VENDRAME, Maíra Ines. “LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

população pobre que ali se encontrava. Neste subcapítulo se realizou uma análise geral, seguida por breves trajetórias de algumas famílias pobres de Estrela, imigrantes/migrantes e nacionais, e o processo de exclusão socioeconômica que experienciaram. Analisa-se ainda, aspectos acerca da população escravizada e liberta após a abolição.

Inicialmente, segue uma análise geral acerca da pobreza nesse espaço. A tabela abaixo demonstra alguns aspectos sobre a população mais pobre da cidade de Estrela, ou seja, o grupo da última faixa de fortuna – menos de 100£.²⁴⁴

Quadro 4: Patrimônio (£), profissão e naturalidade do 10% mais pobres de Estrela (1880-1910)

Ano	Nome	Monte-mor	Ocupação	Naturalidade
1883	Mathias Marmitt	19	agricultor	brasileira - São Leopoldo
1898	Henrique Grave	75	agricultor	<i>germânica</i>
1898	Dietrich Stahlhäfer	52	agricultor	<i>germânica</i>
1898	Manoel Antonio Krenzberg	51	agricultor	brasileira - Encruzilhada
1898	Maria Lupatinha Verzeletti	26	agricultora	<i>italiana</i>
1903	Frederico Markus	68	agricultor	brasileira - riograndense
1903	Alexandre Luiz de Vargas	29	sapateiro	brasileira - riograndense
1908	Domingos / Dominik Dahm	46	agricultor	alemã

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*.²⁴⁵

Os oito inventários em análise representam 10% da população mais pobre de Estrela. Ao relacionar os anos com o Monte-mor percebe-se o aumento da população pobre, que pode ter ocorrido devido ao aumento da população inventariada, tanto de pobres quanto de ricos, assim como, o maior tempo disponível para a acumulação de riqueza, geradora de pobreza resultante das desigualdades. Isso demonstra que, na mesma medida em que certos indivíduos eram ricos nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, uma expressiva maioria era pobre, já que os inventários representam, principalmente, as camadas mais ricas da população.

Com relação à naturalidade, encontram-se um alemão, três teutos, dois germânicos, uma italiana e um nacional. Conclui-se que, enquanto entre os mais ricos predominam os próprios imigrantes germânicos, entre os mais pobres predominam teuto-brasileiros, o que mostra que

²⁴⁴ Assim como realizou-se no subcapítulo anterior, aqui Estrela é o município central do debate.

²⁴⁵ O itálico sinaliza dados inconclusivos, ou seja, que não estavam explícitos na documentação. A partir dos sobrenomes realizou-se buscas na base de dados do site *Familysearch*, com isso, inferiu-se a naturalizada a partir da relação entre essa informação os processos históricos de imigração ocorridos no Vale do Taquari. FAMILYSEARCH. **Surname**. 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/surname>. Acesso em: 28 nov. 2022.

para a geração seguinte do processo imigratório as oportunidades estavam escasseando.

Quanto às ocupações, somente duas são indicadas: agricultor e de sapateiro. Todos os agricultores são de origem europeia, sejam imigrantes ou seus descendentes. Não estão representados os “lavradores nacionais”.²⁴⁶ Como já se observou, o caráter agrário do Vale do Taquari era expressivo, mas a ocupação de Alexandre Luiz de Vargas é significativa, trata-se de um sapateiro, o único não descendente de imigrantes germânicos ou italianos, com um ofício usualmente urbano e desenvolvido por escravizados, o que levanta a hipótese de que Alexandre fosse um ex-escravizado.

Comparativamente, em Caxias do Sul, a maioria da população pobre também era constituída por agricultores na primeira metade da década de 1890. Possuíam entre os bens, geralmente: um lote rural; uma casa; uma pequena produção agrícola ou criação de animais. As famílias em Caxias eram, sobretudo, jovens e com filhos pequenos com no máximo 10 anos. Além disso, eram famílias que migraram logo após se formarem ou que se formaram já no Brasil. Assim, essas famílias pobres dependeram dos benefícios governamentais para a formação da unidade econômica de subsistência, conforme Márcia S. Stormovski.²⁴⁷ O mesmo ocorreu no Vale do Taquari, segundo os dois casos analisados a seguir.

Em 26 de agosto de 1903, Augusta Markus procurou o Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela para informar o falecimento de seu marido Frederico Markus, no dia 21 de julho de 1903. Frederico tinha 29 anos e teve sua profissão registrada na certidão de óbito como lavrador. O casal teve três filhos: Luiza Markus, com 5 anos; Alvina, com 3 anos; e Paulina, com apenas 5 meses. Os bens da família foram os seguintes:

²⁴⁶ Os lavradores livres pobres começaram a despertar a atenção de historiadores como Paulo Afonso Zarth na década de 1980 em trabalhos de História Agrária. Já o historiador Cristiano Luís Christillino usou, após Zarth, e para o caso do Vale do Taquari, o termo “lavrador nacional” a fim de diferenciar os sujeitos envolvidos no mundo rural, especialmente, em relação aos imigrantes europeus e seus descendentes a partir de 1850. Faz essa opção para diferenciar os grupos que conseguiram se integrar socialmente, explicando que os “lavradores nacionais” são um grupo de difícil categorização, já que englobam elementos de diversas origens étnicas, como ex-escravizados, portugueses, tropeiros, indígenas, etc. Também o historiador Marcos Antônio Witt usa o termo “nacional” para designar os descendentes de portugueses e açorianos, assim como os “brasileiros” para os escravizados libertos. ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002. CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004. WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 23.

²⁴⁷ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 94.

Quadro 5: Bens semoventes da família Markus (1903)

Bens semoventes	Avaliação (£)
um cavalo	2
uma vaca	1
quinze porcos	4
Total	7

Fonte: APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 418. Ano: 1903. Inventariado: Frederico Markus.

Agora os bens de raiz:

Quadro 6: Bens de raiz da família Markus (1903)

Bens de raiz	Avaliação (£)
uma área de terras na picada Clara da Colônia Teutônia, com 34.500 braças ² de superfície, fazendo frente à estrada pública da dita picada, fundos às terras de Frederico Hergemöller, por um lado com terras de Augusto Reichelt e pelo outro com terras de Frederico Borgelt	51
uma casa de morada de tábuas	4
uma estrebaria	2
Total	58

Fonte: APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 418. Ano: 1903. Inventariado: Frederico Markus.

Como se pode observar, a família Markus era jovem, com a união formalizada e filhos ainda pequenos. Não se sabe qual foi a causa da morte de Frederico, mas, certamente, teve grande impacto no desenvolvimento familiar posterior. Os bens semoventes são um indicativo de como vivia a família, possuindo um cavalo para o transporte e locomoção; uma vaca para a produção de leite, importante para o sustento das crianças e produção de alimentos; e os porcos, possivelmente, a maior fonte de proteínas da família.

Esses bens são capazes de sintetizar como viviam inúmeras famílias em suas pequenas propriedades na região do Vale do Taquari. Após a fundação das colônias, as famílias possuíam a lavoura, porcos, cerca de um ou dois cavalos e poucas vacas leiteiras para consumo próprio. Ou seja, a família Markus, em 1903, ainda vivia a primeira fase da colonização: a de subsistência.²⁴⁸

Os bens de raiz indicam a localização rural do inventário, tendo em vista o designativo de “picadas”, locais de difícil acesso nos quais, através de estradas de terra, formaram-se

²⁴⁸ MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 93.

comunidades. A casa, construída de tábuas, também deveria ser comum, já que a região era um local de exploração da madeira, o que tornava o produto mais acessível. Havia também uma estrebaria, construção destinada aos animais e instrumentos agrícolas. Com esse inventário, deu-se uma ideia geral de como vivia boa parte da população na região do Vale do Taquari, a população pobre.

Essa situação de pobreza pode ser identificada no Monte-mor da família Markus que resultou na quantia de 68,272£, das quais 49,652£ foram consumidas por dívidas passivas constantes em notas promissórias assinadas pelo falecido. Dessa forma, sobrou ao Monte partível apenas 18,619£, das quais 9,309£ foram para a Meação da viúva, e 3,103£ para a legítima de cada filho. Temos como hipótese que o terreno foi comprado e, em seguida, Frederico faleceu, fazendo com que a morte e a consequente dívida, liquidassem com a prosperidade econômica da família. Se a hipótese estiver correta, verifica-se aqui a outra face do comércio de terras em uma área de colonização privada, aquela que compra, endivida-se e empobrece.

O inventário foi encerrado no dia 28 de setembro de 1903, nenhuma outra informação foi encontrada acerca do destino da família Markus ou das estratégias que Augusta tomou após quitar as dívidas do falecido marido e os impostos em atraso com a Fazenda do Estado. Agora, veremos alguns vestígios de uma família que se encontrava na parte urbana do município de Estrela.

No dia 7 de julho de 1903, no cartório de registro civil de Estrela, compareceu Serafim Ignacio da Silveira exibindo o atestado do “Capitão cirurgião” João Ubaldo Nery, no qual declarava que no mesmo dia, em casa própria, às cinco horas da madrugada, faleceu seu cunhado, Alexandre Luiz de Vargas, em consequência de tuberculose pulmonar. Alexandre tinha 36 anos, era sapateiro, natural da província riograndense e casado com Rita Ignacia da Silveira de Vargas. O casal residia em Estrela e tinha duas filhas, Rosalina, com 11 anos e Liontina Jeronyma, com 4 anos. O corpo de Alexandre foi sepultado no cemitério católico de Estrela.

Em 16 de agosto de 1903 a esposa do falecido, Rita Ignacia da Silveira de Vargas, através de seu procurador, o advogado Francisco Ferreira Brito, buscou o Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela para informar o falecimento e a ausência de testamento. Do casamento ficaram duas filhas herdeiras menores de idade e poucos bens, assim “vem pedir a V. S. se digne admiti-la a prestar o compromisso de inventariante, para poder fazer arrolamento dos diminutos bens, visto ser muito pobre”.

As declarações de Rita indicam que os únicos bens deixados pelo marido foram:

Quadro 7: Bens da família Vargas

Bens	Avaliação (£)
um terreno, número 33, na quadra 33, com 50 palmos de frente na rua Venâncio Aires e 150 de fundos a intestar com o terreno número 34, dividindo por um lado com o terreno número 31 e pelo outro com o terreno número 35	19
casa pequena em péssimo estado	9
Total	29

Fonte: APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 413. Ano: 1903. Inventariado: Alexandre Luiz de Vargas.

Ao contrário do que ocorreu com a família Ruschel, poucas são as informações acerca da família Vargas, na realidade apenas se encontrou o inventário dos bens de Alexandre e sua certidão de óbito. Ainda assim, tais elementos auxiliam na visualização de como se dava a estrutura dessa família.

É possível verificar que era uma família jovem, já que Alexandre faleceu com apenas 36 anos, vitimado pela tuberculose. Se faleceu com 36 anos, em 1903, temos que seu nascimento ocorreu, aproximadamente, em 1867, e que no ano de 1892, quando tinha 25 anos, nasceu a primeira filha do casal, Rosalina, seguida por sua irmã Liontina, em 1899.

O Monte-mor do inventário de Alexandre Luiz de Vargas correspondeu à 29,791£, a Meação da viúva foi de 14,895£ e a legítima de cada herdeira foi de 7,447£. Sabe-se, portanto, que restou para Rita e suas duas filhas somente o terreno no qual tinham uma “casinha pequena em péssimo estado” construída na Rua Venâncio Aires. Talvez Rita e suas filhas morassem perto de Guilherme Ruschel, filho de Miguel Ruschel, que teve seu terreno e sua “casinha” na rua Marechal Deodoro avaliada em 86,891£, quase o triplo de todos os bens da família Vargas. Se não foram vizinhos ou conhecidos, sabe-se que ao menos Rita encontrou Nicolau Müssnich, genro e inventariante de Miguel Ruschel, quando declarou que não sabia ler e nem escrever no momento da partilha de bens no Cartório de Órfãos e Ausentes, do qual Nicolau fora escrivão. Ou seja, distinções assentadas na desigualdade econômica e social podem ser verificadas entre essas duas famílias.

Se os inventários demonstram aspectos socioeconômicos da parte mais rica da população, os autos de pobreza podem oferecer uma visão acerca da população mais pobre, a que não tem nada a legar, ou possui bens tão insignificantes que sequer compensam a avaliação. Ainda assim, alguns indivíduos procuraram ou foram chamados ao Cartório de órfãos e ausentes de Estrela e registraram sua pobreza, que é aqui investigada. Foram os que seguem:

Quadro 8: Autos de pobreza, Estrela (1880-1910)

Ano	Nome
1888	Rodolpho Ahlert
1893	Guilherme Henrique Lienemann
1893	Ernesto Brönstrup
1898	Anna Rempel
1898	Manoel Maria da Rocha
1898	Jorge Henrique Ernesto Rohd
1898	Guilherme Markus

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*.

Se as informações acerca dos inventariados com bens a legar não contém tantas informações para compor uma trajetória, como a que se fez da família Ruschel, aqueles que efetivamente declararam suas pobreza geraram ainda menos interesse para a história tradicional das famílias no Vale do Taquari. Nenhum registro de suas vidas foi encontrado fora do ambiente cartorial. Ainda assim, serão exibidos pequenos verbetes, com as informações que foram coletadas:

Quadro 9: Informações sobre as famílias constantes nos Autos de pobreza

Família/ano do Auto de Pobreza	Descrição
Ahlert (1888)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Rodolpho Ahlert e Eliza Ahtmeier • filhos: Guilherme (4), Luiza (2), Frederico (09 meses) • obs: indicação de que Rodolpho faleceu sem deixar bem algum, o tutor foi o avô paterno Wilhem Ahlert
Brönstrup (1893)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Ernesto Brönstrup e Guilhermina Brönstrup • obs: a indicação da viúva foi de que nada possuíam
Lienemann (1893)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Guilherme Lienemann e Luiza Lienemann • obs: a indicação da viúva foi de que não havia bem algum para inventariar, pois o casal era muito pobre
Markus (1898)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Guilherme Markus e Lisette Markus • filhos: Joana (13), Guilherme (11), Henrique (9), Frederico (3) • obs: Guilherme faleceu em 1895, mas o inventário foi aberto somente em 1898
Rohd (1898)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Jorge Henrique Ernesto Rohd e Mathilde Elisa Rohd
Rempel (1898)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Pedro Rempel e Anna Rempel • filhos: João (15), Luiza (13), Emília (11), Reinhold (8), Albino (6) Ernestina (4), Clara (2), Leopoldo (05 meses)
Rocha (1898)	<ul style="list-style-type: none"> • casal: Manoel Maria Rocha e Maria Angélica da Silva • filhos: João (9), Maria Cândida (8), Julieta (7)

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela,

Inventário *post-mortem*.²⁴⁹

Os dados apontam a presença expressiva de germânicos ou descendentes de germânicos. Entre as que declararam a pobreza são representativas famílias jovens, assim como entre os mais pobres da amostra socioeconômica. Os filhos possuíam no máximo 15 anos; três famílias sequer tinham filhos, o que pode indicar a interrupção da constituição familiar no seu início. Casos de famílias com crianças muito jovens ou ainda bebês podem ter apresentado grande dificuldade, especialmente para as viúvas; crianças pequenas e bebês não poderiam contribuir para o trabalho agrícola no qual crianças maiores participavam, além de demandar cuidados especiais, como a amamentação. Esses dados indicam a interrupção da construção de um possível patrimônio, o que colocava os agentes em situações penosas, dependendo certamente de uma rede de apoio familiar a fim de se reestruturarem.

Dentre essas, a história da família Rocha sobressai, sendo a única não germânica. No ano de 1898, Maria Angélica declarou que foi casada e teve filhos com Manoel, porém, gostaria de contrair novas núpcias. Buscou o cartório em face da proibição do artigo sétimo do decreto n.º 181 de 24 de janeiro de 1890, inovação do período republicano, que trata da proibição de casar-se viúva, sem finalizar o inventário do antigo cônjuge.²⁵⁰ Declarou, sob juramento, que não tinha nenhum bem a partilhar com os filhos do extinto casal, realizando a declaração de pobreza e recebendo a certidão para habilitar-se ao novo casamento.

Ressalta-se a agência que teve Maria Angélica da Silva, que, por cerca de três anos da morte de seu marido até a busca dos procedimentos legais, deve ter acionado estratégias de sobrevivência para se sustentar e sustentar seus três filhos, até encontrar no recasamento uma oportunidade de compartilhar as dificuldades da vida.

²⁴⁹ APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 117. Ano: 1888. Inventariado: Rodolpho Ahlert. Inventariante: Eliza Ahtemeier Ahlert. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 190. Ano: 1893. Inventariado: Ernesto Brönstrup. Inventariante: Guilhermina Brönstrup. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, *Inventário post-mortem*, Processo: 197. Ano: 1893. Inventariado: Guilherme Henrique Lienemann. Inventariante: Luiza Lienemann. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 288. Ano: 1898. Inventariado: Guilherme Markus. Inventariante: Lisette Markus. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 290. Ano: 1898. Inventariado: Jorge Henrique Ernesto Rohd. Inventariante: Mathilde Elisa Rohd. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 297. Ano: 1898. Inventariado: Manoel Maria da Rocha. Inventariante: Maria Angelica da Silva. APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo: 274. Ano: 1898. Inventariado: Anna Rempel. Inventariante: Pedro Rempel.

²⁵⁰ “§ 9º O viúvo ou a viúva, que tem filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal.” PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (1890). Lei n.º 181, de 24 de janeiro de 1890. **Lei Sobre O Casamento Civil: das pessoas que podem oppor impedimentos, do tempo e do modo de oppol-os, e dos meios de solvel-os.** Rio de Janeiro.

Marcos A. Witt também encontra autos de pobreza em suas investigações.²⁵¹ Nesses, surge um caso parecido com o da família Ahlert, em que o avô paterno foi constituído como tutor dos netos. Da mesma forma, Eliza Ahtemeier Ahlert indicou para tutor de seus filhos o avô paterno, Wilhelm Ahlert, o que indica que dali proviria o auxílio necessário para seu sustento e dos seus filhos. Também, os casos de tutoria se encaixam na lógica da sociedade patriarcal, na qual homens eram designados como tutores, aspecto que é mais bem estudado no subcapítulo 3.2 dessa dissertação.

Outra interessante comparação pode ser feita para a região em estudo, considerando suas desigualdades sociais e econômicas e diz respeito ao rio Taquari. Como se pode observar ao entrar em contato com a história da população rica, o rio teve importância econômica, fazendo com que empreendimentos fossem realizados, como a compra de lanchas e vapores pelos irmãos Ruschel. Para a população pobre, no entanto, o rio assumia outros significados. É por ele que, possivelmente, chegou a população escravizada que viveu e deixou descendentes na região. Já apontou Karen D. Pires que o transporte do comércio escravista na província dava-se, especialmente, através do porto de Rio Grande, e de lá seguia para Porto Alegre, até a rede hidroviária do rio Taquari.²⁵²

A autora, ao estudar o trabalho escravizado na região, destaca aqueles que trabalhavam como marinheiros, sugerindo que no interior da província esse pode ter sido um meio de contato com escravizados de outras regiões. Além disso, o rio também estava nas perspectivas de ex-escravizados no período posterior à abolição, já que a maioria dessa população teria se estabelecido no chamado “bairro Oriental”, onde exerciam atividades por empreitada, como as de carga e descarga. Também, a proximidade com o transporte fluvial pode ter feito com que muitos seguissem até Porto Alegre em busca de melhores oportunidades.

O bairro Oriental era uma região mais modesta da cidade e sua proximidade com o rio fazia com que as inundações fossem frequentes e atingissem as moradias. Assim, provavelmente, as cheias não eram vistas por seus moradores como o momento de fertilização dos solos para a agricultura, mas de prejuízos financeiros e risco para a integridade física. Esse elemento auxilia na compreensão de que os significados são atribuídos a partir do local social em que um determinado indivíduo se encontra. Ser pobre, morar em uma região periférica e de

²⁵¹ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 167.

²⁵² PIRES, Karen Daniela. **“O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX”**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 20 dez. 2016.

margem (nos dois sentidos do termo), pode ter influenciado a vida de muitas pessoas.

Figura 15: Enchente em Estrela (1941)



Fonte: SANTOS, Airton E. **Estrela-RS – Enchente de 1941 – 70 anos**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrela-riograndedosul.blogspot.com/2011/06/estrela-rs-enchente-de-1941-70-anos.html>. Acesso em: 11 de out. 2021.

Os descendentes de escravizados pouco são representados entre os que deixaram bens para avaliação, o que evidencia as *distinções* provenientes dos processos históricos em voga.²⁵³ Convém sublinhar que parte das investigações desta dissertação insere-se no período escravista brasileiro e a região do Vale do Taquari não foi imune a esse processo histórico. Assim, se não se encontram cores diversas nas faixas mais ricas da população, essas estão presentes entre os “bens semoventes” dos inventários que trazem informações sobre a população escravizada.

No município de Lajeado, encontrou-se um inventário com escravizados: o de Chrispiniano José Martins, de 1883. Constaram 12 escravizados em seu poder e mais uma relação de escravizados proveniente de seu casamento com a falecida Gertrudes Rosa de Jesus. Conforme citado no subcapítulo 2.1, Chrispiniano era negociante de terras de Lajeado, possivelmente descendente de açorianos e o inventariado mais rico da amostra geral, tinha terras nos três municípios da região e fez parte da elite que participou do loteamento colonial.

Quadro 10: Escravizados constantes no inventário *post-mortem* de Chrispiniano José Martins (1883)

Nome	Nação	Idade	Profissão	Valor (£)	Cor	Observação
Theodoro		40	agrícola	71	pardo	solteiro, filho natural de Ludovina

²⁵³ Supomos que os escravizados e seus descendentes encontravam-se em sua maioria em Taquari, devido ao caráter luso e mais antigo da formação social naquele município.

Antonio		28	agrícola	71	preto	solteiro, natural de Taquari, filiação desconhecida
André		23	agrícola	71	preto	solteiro, natural de Taquari, filiação desconhecida
Paulo		40	agrícola	22	preto	solteiro, de São Paulo, filiação desconhecida
Adão	África	70	agrícola	4	preto	solteiro, filiação desconhecida
Pulcheria	África	50	cozinheira	8	preta	filiação desconhecida
Custódia		25	lavadeira	17	preta	solteira, natural de Taquari, filiação desconhecida
Luiz		50		35	preto	
Alberto		12	agrícola	35	preto	filho de Jacintho e Leopoldina, solteiro, natural de Santo Amaro
Francisco	África	30	agrícola	<i>sem avaliação</i>	preto	solteiro, filiação desconhecida
Jacintho	África	50	agrícola	<i>sem avaliação</i>	preto	casado, filiação desconhecida, é falecido
Leopoldina	África	40	lavadeira	<i>sem avaliação</i>	preta	casada, filiação desconhecida, esposa de Jacintho
Antonio		36	agrícola	<i>sem avaliação</i>	pardo	solteiro, do Ceará, filiação desconhecida
Zeferina		12		<i>sem avaliação</i>		solteira, natural de Santo Amaro, filha legítima de Jacintho e Leopoldina.

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*

Em que pese, mesmo que a escravidão tenha deixado marcas profundas na construção familiar dos escravizados, elemento visível nas observações quanto à filiação desconhecida, é interessante observar os laços familiares formados. Leopoldina fora casada com Jacintho, tiveram o filho Alberto e a filha Zeferina. Sabe-se que Jacintho faleceu antes da formulação do inventário, nesse sentido, Leopoldina criou seus filhos, possivelmente, com o auxílio das redes de solidariedade que deveriam se formar no interior da própria comunidade escravizada.

Lembra-se que em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que tornou livres os filhos nascidos de escravizadas a partir da promulgação. No entanto, os chamados “ingênuos” deveriam permanecer com o senhor até os oito anos. Após, o governo indenizaria o senhor e recolheria o ingênuo, ou o senhor permaneceria com o menor até os vinte e um anos, explorando seu trabalho. Como o inventário foi realizado no ano de 1883, percebe-se que Alberto e Zeferina permaneceram junto à sua família e no mesmo sistema de exploração, já que constaram entre os bens semoventes – ao menos durante esse período.

Franciele R. de Oliveira investigou o processo de escravidão e liberdade através da trajetória de uma família negra, em Santa Maria/RS, constituída por uma criança nascida de Ventre Livre. Aponta, nesse sentido, que, ainda que a Lei seja amplamente interpretada como uma primeira interferência do Estado nas relações entre escravistas e escravizados, o rumo das

crianças estava, principalmente, na mão do escravista e das mães. A liberdade, portanto, era precária, na medida em que os menores continuavam trabalhando na casa senhorial mesmo após a Abolição, o que tensiona aspectos sociais referentes à visão cotidiana de ser escravizado ou ser liberto, suprimindo aspectos legais.²⁵⁴

Outro elemento interessante que aparece no testamento de Chrispiniano é quando alega: “que não deve nada há ninguém, só finezas e obrigações. Fica liberta a minha escrava Pulcheria e meu escravo Adão, e se esse quiser continuar em companhia de meus filhos e rogo esses o tratem até seu falecimento”.²⁵⁵ Essa estratégia deixada em testamento foi um dispositivo comum no período escravista. No município de Estrela, Pires identificou nove alforrias condicionais e duas incondicionais, entre 1882 e 1886, e delas se depreende que houve uma predominância das alforrias condicionais, mesmo a partir de 1884.²⁵⁶

Aline Sônego, ao analisar as décadas finais da escravidão e a transição para a mão-de-obra livre em Cachoeira/RS, também identificou casos de liberdade sob condição.²⁵⁷ Demonstra-se que a segunda forma mais frequente de concessão da carta de liberdade foi a de o liberto continuar servindo ao senhor. Entre os anos de 1884 e 1888 a prestação de serviços ou o pagamento correspondente ao serviço a ser prestado foram a forma majoritária de alcance de liberdade em Cachoeira.

A prestação de serviço ou o pagamento do valor pelo período determinado foi uma forma de seguir com a exploração sem nada dever, ou de lucrar com um valor acima da avaliação do escravizado, já que o preço da liberdade era maximizado em caso de compra imediata. Tal dispositivo reverberava nos prejuízos da desvalorização da propriedade escravista. Segundo Sônego, a respeito da liberdade sob condição: “coloca em xeque a falácia da abolição da escravidão em 1884 na Província, já que neste ano 93,24% das alforrias foram concedidas mediante cláusula de prestação de serviços ou pagamento pelo valor por que o escravo foi avaliado.”²⁵⁸

O Monte-mor de Chrispiniano foi de 11.712,739£, o conjunto dos escravizados

²⁵⁴ OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no rio grande do sul. 2017. 393 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

²⁵⁵ APERS, Acervo Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Lajeado, Inventário *post-mortem*, Processo: 26. Ano: 1883. Inventariado: Chrispiniano José Martins.

²⁵⁶ PIRES, Karen Daniela. **“O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX”**, *op cit.*, 2016. p. 107.

²⁵⁷ SÔNEGO, Aline. **“Sob a condição que continue em nossa companhia”**: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (cachoeira, 1871/1889). 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 116.

equivaleu a 2,8% do patrimônio total. Lembra-se que no ano de 1883 se estava às vésperas da abolição, o que certamente influenciou na desvalorização, além dos investimentos estarem se voltando para o loteamento colonial.

Conclui-se, a partir desses dados, que Chrispiniano fez parte da elite descendente de portugueses que conformou a formação social antiga do Vale do Taquari, inserida na sociedade escravista. Corroborar-se com Marcos A. Witt quando afirma que o investimento em terras era mais lucrativo que a escravidão colonial, especialmente na zona colonial que partia de São Leopoldo, como o Vale do Taquari²⁵⁹. Por fim, demonstra-se o fim gradativo dessa formação social antiga e seus elementos escravistas, sobreposta por outras formas de povoamento e lógicas econômicas, lançando-se ao comércio de terras.

A análise de Estrela evidencia outra dimensão desse processo: trata-se de um inventário de germânicos com escravizados, o de Carolina Catharina Koch, realizado em 1883, do qual foi inventariante seu marido Henrique Mallmann. O inventário localiza-se na penúltima faixa de fortuna da cidade de Estrela, seu Monte-mor equivaleu à 168,887£ e foi categorizado como rural, segundo a profissão do viúvo, lavrador.

As informações descritas no inventário sobre o escravizado são as que seguem: “Guilherme; 18 anos; agrícola; preto; 100 mil réis (8,896£) da parte que coube da herança de Henrique Pedro Koch; avaliado em 600 mil réis (53,380£)”. O valor do escravizado correspondeu a 5% do patrimônio, mas seu valor total equivale, por exemplo, à área de terras da família Markus, de 51,39£.²⁶⁰ O valor é parecido com o pesquisado por Gláucia G. L. Külzer, no qual dois escravizados, pertencentes a uma família alemã foram avaliados em 22,4£.²⁶¹

No caso de São Leopoldo, um escravizado custava praticamente o preço de duas ou três colônias de terras:

Um lote colonial em São Leopoldo, por exemplo, oscilava entre 300\$000 réis e 1:500\$000 réis nas décadas de 1850 e 1860, enquanto um escravo era negociado por cerca de 1:000\$000 réis, conforme os inventários *posto mortem*. Ou seja, com o preço de um escravo era possível comprar duas ou três colônias de terra, dependendo da localização. Segundo as estatísticas oficiais, São Leopoldo possuía 1,804 cativos em 1859, para um total de 18.690 (8% da população apenas). É um número baixo, porém significativo para uma colônia alemã, onde a escravidão era proibida por lei.²⁶²

²⁵⁹ WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**, *op cit*, p. 160.

²⁶⁰ APERS, Acervo Judiciário, Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 60. Ano: 1883. Inventariada: Carolina Catharina Koch. Inventariante: Henrique Mallmann.

²⁶¹ KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

²⁶² ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 124.

No Vale do Taquari constatou-se que os lotes coloniais oscilaram entre 500\$000 (24,0£) e 14:000\$000 (672,1£) entre as décadas de 1880 e 1910, já os escravizados foram negociados por cerca de 600\$000 (28,0£), conforme os inventários *post-mortem*. Neste caso, com o preço de um escravizado era possível comprar um lote de terra menos valorizado, o que confirma a possibilidade de os sujeitos mais pobres acessarem o mundo escravista. Convém considerar a proximidade da abolição nesta pesquisa, reduzindo o valor dos escravizados em comparação com São Leopoldo, ao passo que o loteamento colonial aumentava o preço das terras. Portanto, no Vale do Taquari, neste contexto, a terra era mais valorizada e a posse de escravizados facilitada.²⁶³

No decorrer do inventário é possível identificar que o escravizado Guilherme foi parte da herança de Carolina, não seu escravizado direto. Mas, Guilherme, sendo agricultor, pode ter trabalhado em roças de muitos dos herdeiros do pai de Carolina, mesmo que seu valor tenha sido dividido em herança, considerando as relações de parentesco e auxílio no trabalho, geralmente presentes no espaço rural.

Percebe-se, com esse caso, a participação de germânicos na escravidão colonial às vésperas da abolição, sem impedimento econômico ou moral, como ocorreu também com a família Ruschel. Mesmo tratando-se de lavradores germânicos relativamente pobres, segundo sua localização nas faixas de fortuna e que poderiam apresentar relações de valor moral com o trabalho manual, não deixaram de apropriar-se da mão-de-obra de escravizados. O fato de pertencerem a uma minoria social (pobres) não fez com que não se apropriassem do trabalho daqueles considerados inferiores pela sociedade na qual se inseriram. Confirmam-se as relações entre escravidão e imigração no Vale do Taquari, assim como a inserção política e social dos germânicos, assemelhando-se com os vizinhos nacionais, conforme Witt.²⁶⁴

Ao analisar as fontes documentais, Fernanda C. Schmitt deparou-se com uma expressiva presença de escravizados na região, em um período concomitante à colonização germânica, que a análise da presente dissertação ratifica.²⁶⁵ Com essas conclusões, é possível sublinhar que a

²⁶³ Seria possível comparar os valores e tamanhos das colônias em posse dos especuladores e aquelas deixadas em inventário por agricultores a fim de perceber as flutuações provenientes do loteamento colonial, pois percebeu-se que as terras mais valorizadas são as que estão em posse dos primeiros. Todavia, tal esforço não coube nesta pesquisa.

²⁶⁴ WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3352/2688>. Acesso em: 2 jul. 2021. p. 31.

²⁶⁵ SCHMITT, Fernanda Chemin. **Escravidão e Imigração: conflitos e disputas na sociedade escravista do vale do taquari no período imperial**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

escavidão se fez presente no Vale do Taquari mesmo entre as faixas menos afortunadas e em um período tão tardio. Os indícios apresentados até aqui demonstram uma contraposição historiográfica sobre a construção identitária do Rio Grande do Sul, apresentado, por vezes, como essencialmente branco e com a escravidão residual e benevolente, como aponta Sônego.²⁶⁶

Afirma-se a importância de desestabilizar aspectos econômicos e sociais mesmo entre as classes subalternas, para a compreensão da construção das distinções e hierarquias sociais que envolveram o projeto imigrantista. Especialmente, desestabilizar a construção da imagem do Rio Grande do Sul como uma Europa nos trópicos e do Vale do Taquari como local próspero e receptivo para todos.

Ao concluir a análise da estratificação qualifica-se a pobreza no contexto da fonte de pesquisa. Ela esteve presente tanto nos espaços rurais quanto nos espaços urbanos, tendo em vista os dois primeiros casos citados no presente subcapítulo. Além disso, alcançou os imigrantes alemães e seus descendentes, assim como os lavradores nacionais, ainda que aos primeiros sobrassem melhores oportunidades. Ao observar as profissões encontradas para os grupos socioeconômicos, verifica-se que aos pobres estavam destinados ofícios de ordem manual, trabalhando na terra ou em pequenas oficinas, em contraste com proprietários, negociantes e escrivães das famílias ricas.

No mais, é crucial observar que os camponeses pobres estavam no início do ciclo de vida familiar, ou seja, eram jovens e uma tragédia abalou as perspectivas de prosperidade futura e esse é um elemento fundamental que será discutido no próximo capítulo. Como indica Márcia S. Stormowski, famílias jovens com filhos ainda crianças são mais vulneráveis, assim como as com filhos que não trabalham mais com os pais.²⁶⁷ Dessa forma, famílias que contam com os filhos jovens, solteiros e em idade produtiva estão em seu auge, influenciando na capacidade de acumulação de bens. Acerca do sustento, a remuneração/colheita aos/dos pobres era para a subsistência familiar em pequenas propriedades ou terras de outrem, nas quais aqueles com um pouco mais de dispositivos sociais e econômicos conseguiam formar pequenas roças e criação de animais.

Uma conclusão importante, ao menos para o caso dos imigrantes pobres, é sobre a capacidade econômica inicial de aquisição de lotes. Esse grupo deveria ser composto,

²⁶⁶ SÔNEGO, Aline. Para além do verniz europeu: considerações sobre as gentes e cores na ocupação territorial do município de Cachoeira/RS. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/17309>. Acesso em: 16 ago. 2022.

²⁶⁷ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**, *op cit*, p. 23.

sobretudo, por jovens casais da segunda geração de imigrantes que vieram das colônias velhas com recursos para a compra de um lote colonial, considerando que os 10% mais pobres possuem terras. Assim, o casal jovem com recursos possui a *possibilidade* de se endividar e prosperar futuramente.

O caso dos germânicos de Estrela e Lajeado assemelha-se ao dos imigrantes de Silveira Martins investigado por Daiane S. Rossi, àqueles recorreram à Intendência de Santa Maria, em 1905, solicitando isenção de impostos devido a uma praga de gafanhotos. Trata-se de um momento de “derrapagem social”, pois eram homens e mulheres que sobreviviam sobre seu próprio sustento, mas um problema excepcional fez com que passassem por uma situação de pobreza que *poderia* ser temporária: no caso do Vale do Taquari, a morte do cônjuge. Esses pobres, possivelmente, eram vistos como mercedores de ajuda.²⁶⁸

Convém ressaltar que os imigrantes e descendentes de imigrantes que ocuparam o Vale do Taquari foram fruto do processo de enxamagem.²⁶⁹ Consideramos na pesquisa um excedente populacional que não esteve previsto no processo de criação das colônias oficiais de imigração e que, portanto, não teve acesso, diretamente, às vantagens desfrutadas pelos primeiros imigrantes. Todavia, mesmo que as famílias germânicas pobres não tenham obtido o sucesso econômico e social da família Ruschel, interessa observar que a *possibilidade* de enriquecimento esteve no seu horizonte e foi destruída pela morte prematura de um membro da família. E essa *possibilidade* é uma *distinção* em relação aos lavradores nacionais e escravizados.

Com esse capítulo verificou-se a estrutura socioeconômica e patrimonial do Vale do Taquari sob o prisma do processo colonizador e imigrantista. Para tanto, analisou-se 213 inventários *post-mortem*: 103 do município de Estrela e 110 do município de Lajeado. Desses: 143 de homens e 70 de mulheres. Sobressaiu no parentesco entre inventariantes e inventariados a categoria de viúva, considerada, portanto, a base da investigação.

Quanto ao aspecto patrimonial, observou-se a concentração de riqueza entre poucas famílias em ambos os municípios. A desigualdade econômica apresentou-se mesmo intraclasse. Em Estrela, menos da metade da fortuna distribuía-se entre 80% da população da amostra, caracterizando uma significativa pobreza. O caso de Lajeado não difere, mais de 50% da riqueza

²⁶⁸ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. 2019. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019. p. 129-130.

²⁶⁹ ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**, *op cit.*, p. 76.

concentrava-se entre uma pequena parcela de ricos. Ainda que os casos se assemelhem, Lajeado despontou com maior desigualdade econômica – que, vale lembrar, poderia ser maior devido à sub-representatividade da fonte em relação aos pobres.

Localizou-se o Vale do Taquari como uma economia periférica da província. Por exemplo, somente um inventariado teve seu montante total com valor aproximado aos montantes brutos da elite agrária de Alegrete. Tratava-se de um negociante de terras com origem portuguesa, ou seja, um dos especuladores de terra com experiência socioeconômica mais antiga, o que justifica sua fortuna.

Comparou-se o caso de Lajeado e Estrela com a área de colonização oficial de Caxias do Sul e verificou-se semelhança socioeconômica, caracterizada pela pobreza em que viviam a maioria dos imigrantes/migrantes, assim como, a concentração de capital entre poucos. Ou seja, a desigualdade socioeconômica esteve posta no processo de colonização e da imigração nas colônias oficiais, expandindo-se para as áreas de colonização privada. Em que pese os subsídios recebidos, a pobreza dessa população esteve no horizonte dos especuladores de terra, eles expandiram sua área de atuação observando o esgotamento das terras públicas para a ocupação por imigrantes e teuto-brasileiros.

Também confirmou-se o caráter rural da região, com grande presença da agricultura, conformando a constituição da pequena propriedade camponesa. Especialmente, a população pobre encontrava-se nos espaços rurais, enquanto que as faixas intermediárias assentavam-se no espaço urbano, desenvolvendo o artesanato e o comércio. Os mais ricos, principalmente os especuladores de terra, ocupavam ambos os espaços para a comercialização.

Quanto às ocupações socioprofissionais, verificou-se uma maioria de lavradores, presentes em toda a pirâmide social. Os mais ricos atuavam como negociantes de terra; entre as mulheres, poucas receberam um distintivo de doméstica, ao passo que se encontrou uma agricultora e uma parteira. As *distinções*, que marcaram os grupos dos que negociaram terras e daqueles que se endividaram para obtê-las, marcou os processos de enriquecimento e exclusão.²⁷⁰

No segundo subcapítulo adentrou-se no universo da população rica. Esta concentrou-se nas duas últimas décadas da análise, resultado do maior tempo disponível para a acumulação de fortuna entre a população proveniente do processo imigratório, já que há uma maioria de germânicos nesse grupo. A maioria dos mais ricos teve sua ocupação socioprofissional localizada no ramo de especulação de terras, como negociantes e proprietários. Considerando

²⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.96, p. 105-115, julho de 2013.

as naturalidades e as ocupações, verifica-se que mesmo os imigrantes e seus descendentes atuaram no negócio da terra (do qual muitos de seus conterrâneos foram vítimas). Reitera-se a importância socioeconômica da especulação sobre a compra de terras e conclui-se que esse tipo de acumulação de capital era um negócio “português” que passou a ser realizado por germânicos, que também obtiveram sucesso.

Entre as mulheres ressalta-se o distintivo de doméstica entre as mais ricas e a atuação de Francisca Ghilardi, negociante italiana de uma casa comercial, com duas filiais nas picadas da região. O caso de Francisca é representativo da atuação das viúvas nos negócios das famílias, administrando e estabelecendo relações econômicas com a capital. Francisca transpôs o patamar de subsistência e tornou-se uma investidora. Esse destaque do comércio entre os mais ricos também é verificado na pesquisa de Márcia S. Stormowski acerca da colonização oficial de Caxias do Sul.²⁷¹

Selecionou-se a família mais rica da amostra de Estrela para análise. Trata-se do casal Miguel e Anna Maria Scholer Ruschel que, já envelhecidos, faleceram em Estrela, deixando sete filhos e três netos. A família desfrutava de demarcada posição católica e de grande rede de relações e influências. Enquadrou-se como “exponencial”, conforme a categoria de Marcos A. Witt, a riqueza/família dos imigrantes alemães ou seus descendentes que se destacavam no plano socioeconômico/político.²⁷² Tal fator legou a essa família um caráter de pioneirismo evidenciado por memorialistas e genealogistas, buscando certas *distinções* e suprimindo aspectos negativos, estratégia recorrente entre descendentes de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul.

Conclui-se que eram comerciantes dedicados à especulação com compra e venda de terras e comerciantes e transportadores da produção agrária da região. A família também inseriu-se no contexto escravista com a compra de dois escravizados, por Miguel, em São Leopoldo no ano de 1875. Depreende-se que a família Ruschel se inseriu e se adaptou à sociedade brasileira, a ponto de comprar escravizados às vésperas da abolição, sem impedimento moral ou econômico. Portanto, inseriu-se na sociedade escravista mesmo em seus estertores. Nesse sentido, além de adquirirem poder econômico na comunidade através do

²⁷¹ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

²⁷² WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX).** 2008. 409 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

negócio da terra, também apostaram no prestígio das relações sociais, tanto na comunidade quanto com o mundo exterior, visível nos obituários.

Salienta-se a presença da segunda geração de germânicos, a partir do processo de enxamagem, com famílias assentando-se em áreas em que predominavam a mesma religião. Os filhos casam-se e partem para outras localidades, por vezes enriquecendo, tal como Miguel, que foi vereador e morador da sede do município de Estrela, ostentando o título de Capitão que demarcava sua posição social.

O caso dos Ruschel representou aspectos socioeconômicos/políticos experienciados pela parte dos imigrantes que enriqueceram, rompendo com a tese do isolamento social entre as Colônias e entre os alemães e seus descendentes com os vizinhos nacionais. Demonstrou-se a articulação política por cargos públicos, a inserção no negócio mais lucrativo da região (o comércio de terras) e a semelhança com os vizinhos nacionais através da compra e manutenção de escravos, transpondo a fase de subsistência. Dessa forma, a acumulação de capital proporcionada pelo comércio, seja de terras ou gêneros, influenciou no investimento em outros setores, isso tornou-se possível, primeiramente, pelos subsídios recebidos do governo pelos primeiros imigrantes, a base da qual se construiu a riqueza dos seus descendentes.

Por fim, investigou-se a população pobre de Estrela através de uma análise geral seguida de breves trajetórias de algumas famílias. Observou-se que, na mesma medida que certas famílias acumularam riqueza, gradativamente a pobreza também crescia.

Entre as naturalidades dos mais pobres encontrou-se a predominância de teuto-brasileiros, ao contrário dos mais ricos que eram, especialmente, germânicos. Conclui-se que a segunda geração não desfrutou de todas as oportunidades e subsídios recebidos pela primeira geração, como demonstra a historiografia recente da imigração e como se reitera ao longo desta pesquisa. A maioria dos pobres eram agricultores, a única ocupação destoante é de um sapateiro brasileiro. Temos a hipótese de que tratava de um ex-escravizado, apesar de a cor não estar registrada na documentação, pois desenvolvia um ofício urbano e tradicionalmente exercido por escravizados, naquele contexto.

Aqui também a região de colonização privada do Vale do Taquari assemelha-se à Colônia de Caxias do Sul, com uma maioria de agricultores que tinham por bens comuns: lote rural; casa; produção agrícola; e criação de animais. Além disso, a maioria das famílias pobres de Caxias era jovem e com filhos pequenos que imigraram logo após se formarem ou se formaram já no Brasil, dependendo dos benefícios governamentais para a formação da unidade econômica de subsistência.

Investigou-se com maior detalhamento e caráter representativo das famílias pobres e agricultoras, uma família de origem imigrante e em fase de subsistência. A família Markus, ainda jovem e com filhos pequenos, foi impactada pela morte do pai. A situação de pobreza foi identificada pelas dívidas contraídas para a compra das terras em que viveram. A hipótese que se levantou é de que, após a compra das terras, alguma fatalidade inesperada vitimou o pai da família e sua morte impediu que as dívidas fossem quitadas, liquidando com a prosperidade econômica da família. Augusta, a viúva, encontrou-se, portanto, sozinha com as dívidas, o trabalho e os filhos para alimentar. Aqui visualiza-se a face da colonização privada daqueles que compraram a terra, endividaram-se e empobreceram devido à alguma desventura no processo, que deveria ser de prosperidade.

Já a família Vargas foi escolhida para exemplificar a população pobre, urbana e nacional. Tratava-se de uma família jovem e com filhas pequenas, também vitimada pela morte do pai. A família vivia na parte urbana e o pai desempenhava o ofício de sapateiro. No início do inventário a viúva Rita Ignácia da Silveira de Vargas declarou serem muito pobres, afinal, Rita e sua filha herdaram somente o terreno e a casa na qual viviam.

As famílias que não tiveram bens para legar e deixaram Autos de Pobreza foram, em sua maioria, famílias jovens de germânicos, indicando a interrupção da vida familiar e patrimonial em seu princípio. A única família não germânica encontrada entre as que prestaram Auto de Pobreza foi a família Rocha, da qual se evidencia a atuação de Maria Angélica Rocha na finalização do inventário do falecido marido, já que estava legalmente impedida de recasar-se com tais pendências. Maria Angélica encontrou no recasamento uma estratégia de sobrevivência.

As margens físicas (do rio) e sociais do Vale do Taquari eram ocupadas, também, por ex-escravizados e seus descendentes, evidenciando as distinções dos processos socioeconômicos em voga. Nos inventários pesquisados, encontrou-se escravizados entre os bens semoventes de sujeitos de origem portuguesa e germânicos. Mesmo ali é possível observar laços familiares formados e as experiências dessa população: a permanência dos filhos do casal de escravizados Leopoldina e Jacintho no sistema de exploração após a Lei do Ventre Livre de 1871, demonstrando a liberdade precária que se estabeleceu; a liberdade sob condição dos escravizados Pulcheria e Adão, numa forma então comum de seguir com a exploração, colocando em xeque a falácia da Abolição em 1884 na província; e a manutenção do escravizado Guilherme, mesmo em uma família não afortunada de imigrantes. Conclui-se que as relações entre escravidão e imigração no Vale do Taquari, assim como a inserção econômica, política e social dos imigrantes, assemelha-os aos vizinhos nacionais.

Afirma-se a necessidade de desestabilizar aspectos socioeconômicos mesmo entre as classes subalternas a fim de compreender os processos geradores de distinções, segundo Daisy M. de Barcellos:

Negros e imigrantes, entretanto, desenvolveram suas identidades tendo como referência o grupo branco dominante – o luso-brasileiro. O imigrante, enquanto pequeno proprietário rural, trabalhador especializado e branco, apesar de cidadão de segunda classe pode situar-se mais favoravelmente, sendo-lhe possível desenvolver uma identidade auto-valorizada positivamente; isso também graças a presença do negro, que passou a representar o lado negativo da brasilidade.²⁷³

Situa-se a pobreza, portanto, tanto nos espaços rurais quanto urbanos, entre imigrantes/migrantes e nacionais. Mas, para o caso dos imigrantes/migrantes pobres de segunda geração no Vale do Taquari, importa considerar a capacidade inicial de aquisição de lotes, proveniente dos subsídios governamentais recebidos nas colônias oficiais por seus pais. O casal pobre com algum recurso possui, portanto, a *possibilidade* de se endividar e prosperar no futuro, a exemplo do que ocorreu com a família Ruschel e ao contrário do que ocorria com as perspectivas dos lavradores nacionais e ex-escravizados. Assim, considera-se essa *possibilidade* uma *distinção*, segundo a teoria de Bourdieu.²⁷⁴ Além disso, também considera-se uma *distinção* os acúmulos de riqueza de algumas famílias germânicas de primeira geração, como os Ruschel, tais riquezas possibilitaram que as novas gerações ocupassem o Vale do Taquari, superando as dificuldades e prosperando.²⁷⁵

²⁷³ BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. 1996. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 56

²⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.96, p. 105-115, julho de 2013.

²⁷⁵ Ver: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.

3. DIANTE DO FIM

Neste capítulo objetiva-se investigar e analisar experiências de famílias diante do fim de um determinado arranjo familiar. No primeiro subcapítulo o foco é o ciclo de vida familiar, a viuvez e a chefia feminina de famílias diante da morte do marido/pai, observando, de forma estrutural, as famílias jovens, maduras e velhas do Vale do Taquari. O segundo subcapítulo segue as situações de famílias chefiadas por mulheres, com filhos ou netos menores, atentando-se, especialmente, para a tutela e a luta das mães na garantia dos direitos dos filhos. Por fim, o último subcapítulo pretende ir “além de Frida”, ou seja, além de experiências de mulheres germânicas, a partir de um caso excepcional na população da pesquisa: a de uma mulher solteira, parda e parteira que buscou formas de garantir que suas descendentes tivessem acesso ao seu legado, testando e dispondo sobre a necessidade de um inventário, diante de sua própria morte.

3.1. Viuvez, chefia familiar feminina e ciclo de vida familiar no Vale do Taquari

Considerando as questões que atravessam a pesquisa, especialmente os aspectos socioeconômicos, evidencia-se as análises do economista e agrônomo russo, Alexander Chayanov, acerca da organização da unidade econômica campesina. Chayanov fez críticas pertinentes ao uso inadequado de categorias econômicas do capitalismo para a análise de outros sistemas, ao afirmar que parte da vida econômica ocorre fora das formas capitalistas de produção, especialmente o trabalho familiar campesino. O autor observa as relações entre capital, terra, trabalho e família, o equilíbrio econômico entre esses fatores e as dinâmicas produtivas e reprodutivas do núcleo familiar. Dessa forma, a composição e o tamanho da família definem os limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica. Daí a análise através de ciclos de vida familiar, que representam diferentes momentos do desenvolvimento familiar, como casamentos, nascimentos e mortes:

Cada familia, entonces, según su edad, constituye em sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja.²⁷⁶

²⁷⁶ CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 342 p.

Em fins do século XIX e início do século XX, a média de vida da população brasileira era de pouco mais de trinta anos, com isso as noções do que se considerava jovem, adulto ou velho, eram distintas das concepções atuais.²⁷⁷ A morte nas regiões de colonização germânica era um momento importante, em que se respeitava o luto e a família, além de representar a ocasião em que a comunidade se reunia nos velórios, conforme Telmo L. Müller:

Uma morte, na colônia, no passado, tinha enorme repercussão. Praticamente, todos se conheciam. O número de moradores não era tão grande assim [...]. Não havia, obviamente, avisos fúnebres impressos como é de hábito nas cidades. Um parente ou um vizinho saía a cavalo pela vila para dar a notícia.²⁷⁸

Sobre o luto, Norma T. Scheeren:

O luto era guardado por três meses a um ano. Para pais, filhos e irmãos durava um ano. Neste tempo, além do uso de roupa preta, as pessoas se privavam de danças e festas. Para os avós e netos, três meses. Para cunhados seis meses. Para anjinhos (?). Mais do que um sentimento, o luto era uma convenção social (privação de alegria). Quando alguém morria, geralmente algumas pessoas mais chegadas eram convidadas para dar banho no defunto e vesti-lo. As vizinhas cozinhavam e faziam cuca, tradição que veio da Alemanha. Embora a cuca tivesse sentido de festa, na ocasião era servido aos que velavam durante a noite e para os que chegavam de longe. O caixão era feito sob encomenda. Às vezes só chegava já próximo ao enterro.²⁷⁹

Dentre as causas de morte de adultos, com idades de 30 a 40 anos, em Conventos no fim do século XIX e início do século XX, Marcos A. Dal Cin destaca: fuzilados; esfaqueados; afogados; atingidos por árvore ou arma de fogo. Como exemplo, um dos inventariados da presente dissertação, Carl Armange, foi assassinado com facadas, aos 40 anos, em um baile de Kerb por outro colono²⁸⁰; já Phillip Deicke foi fuzilado em seu posto de guarda pelos federalistas quando tinha 37 anos.²⁸¹

²⁷⁷ SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 1. p. 14-34. p. 16.

²⁷⁸ MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: EST, 1981. p. 108.

²⁷⁹ SCHEEREN, Norma Theolina. **Perfis de uma pequena comunidade Arroio do Ouro – Estrela – RS: 150 anos do pioneirismo alemão: 1860-2010**. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2010.

²⁸⁰ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário post-mortem, Processo 162. Ano: 1895. Inventariado: Carl Armange. Inventariante: Elisabetha Armange.

²⁸¹ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de conventos/RS - 1860 a 1903**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uks.br/xmlui/handle/11338/2856>. Acesso em: 11 set. 2021. p. 112.

Por meio de necrológios, Gisela B. Lermen encontrou uma chacina da Revolução Federalista no ano de 1895, em Travesseiro (região então pertencente a Lajeado). Eram todos homens aparentados e deixaram esposas e filhos órfãos. Segundo Lermen:

[...] os moradores de Travesseiro tinham se organizado para defender a picada contra um possível ataque [...] no dia 28 de janeiro, os homens, distraídos, dedicaram-se a um jogo de carta. De repente, foram surpreendidos e atacados. Dos nove homens, sete foram assassinados no local, um fugitivo foi morto a facão e somente um conseguiu escapar da morte. Além dos cinco mortos mencionados no necrológio, o I Livro de Óbitos, no Cartório de Lajeado, registrou Mathias Rodrigues, filho de João Rodrigues Decadous e Catharina Schul. Esses seis foram sepultados no cemitério católico da capela de São Vendelino da Forqueta. No cemitério evangélico foram sepultados Adam Fuchs e Phillipp Deicke.

O necrológio de Phillipp Deicke diz o seguinte:

[...] aos 29 de janeiro, sepultamos dois queridos corpos num jazigo comum, nosso querido filho Adam Fuchs e nosso querido genro Phillipp Deicke. Ambos tiveram que perder sua vida por ocasião de uma investida, no dia anterior, cerca de 200 assim chamados federalistas. Conosco estão enlutadas 8 famílias, que, por ocasião desta incursão, perderam seu pai quem as sustentava. Estamos profundamente entristecidos e infelizes, aguardando o futuro próximo com medo e preocupação. Que o Senhor Deus se compadeça de nós, se a ajuda não vier logo. Nosso querido filho nasceu na Picada Baum, há 18 anos atrás, e nosso querido genro, que deixa à sua esposa enlutada 5 filhas e filhos, na Picada Café, há 37 anos. Damos graças a todos que ajudaram as demais famílias enlutadas, assim como também a nós, no sepultamento. Forqueta, aos 30 de janeiro 1895. Os pais enlutados: Johann Fuchs, Carolina Fuchs, nasc. Land, viúva Elisabetha Joh. Deicke, nasc. Fuchs.²⁸²

As famílias Fuchs e Deicke estavam relacionadas entre si por casamentos e foram atingidas, duplamente, pelo ataque dos federalistas. A situação das famílias jovens dos assassinados em Lajeado demonstram que essas famílias migraram das antigas colônias para Lajeado por volta da década de 1870. Com isso, vislumbram-se contextos familiares e histórias de mulheres em condições de guerra e revolução. Estas eram formas brutais de violência, mas também existiam as rixas por terras e brigas em bailes, a exemplo do que ocorrera com Carl Armange. Todas essas situações se refletiam nas experiências de viúvas.²⁸³

Segundo Lidia M. Possas, a condição da mulher viúva em discursos normativos do início do século XX era percebida como de reclusão e recato, diferentemente do homem viúvo. A autora percebe um certo silêncio em relação a essa temática na historiografia. Apesar de

²⁸² LERMEN, Gisela Büttner. **História de mulheres católicas alemãs imigrantes no sul do Brasil (1824-1939)**. São Leopoldo: Oikos, 2022. 434 p. p. 122 e p. 320.

²⁸³ *Ibid.*, p. 324.

vislumbrar a viuvez como uma prática social e um novo estado civil, não se aprofundou a questão em sua historicidade, significados e mudanças diante da sociedade brasileira.²⁸⁴

Para o início da República, entre 1889 e 1930, mulheres educadas e casadas que enviúvam enfrentavam um código estético e disciplinar segundo sua posição social e as limitações impostas por seu estado civil. Esse código era composto pela vida privada, reclusão social e recato em respeito à memória do falecido. Em síntese, a vivência do luto, vestida com trajés pretos, gestualidade contida e poucas demonstrações de felicidade; a viuvez transformada em estado social: “Mulheres sós e viúvas representaram uma constante preocupação das comunidades e quase sempre repetiam situações de conflito que perturbavam a ordem patriarcal estabelecida.”²⁸⁵

A viuvez é associada a normas e leis que garantem o acesso aos bens, com um tratamento específico para a “mulher viúva”. Por vezes, subversões de comportamentos de viúvas garantiram o enfrentamento às condições de isolamento e privação. Com a viuvez ocorreria um processo de empoderamento, pois, com a finalização de um ciclo de vida, assume-se uma troca nas relações de poder. Ao estar no controle de suas vidas, as viúvas poderiam planejar com autonomia suas necessidades e traçar objetivos e estratégias.²⁸⁶

Para o período de 1910 e 1945 em São Paulo, Possas identificou distintas situações de viuvez feminina. Por vezes, viu a esposa ocupando o lugar do marido frente aos negócios e fazendas, com mudanças de funções e representações, tanto em nível familiar quanto público. Em outras ocasiões, encontrou-as desamparadas, alvos de práticas de proteção e à mercê do proselitismo de partidos políticos. Nesse sentido, a autora reviu as representações da viuvez feminina considerada “clássica”, a fim de entender as construções do discurso jurídico e dos papéis sociais.²⁸⁷

Gisela B. Lermen afirma que ser viúva, pobre e idosa era outro fator determinante em uma sociedade agrária. Nos 315 registros de emigrações para o Brasil pesquisados pela autora, identifica-se cerca de 10% de mulheres viúvas com, em média, 51,6 anos. Algumas dessas viúvas já tinham participado de migrações quando jovens: as precárias condições de vida obrigaram-nas a migrar. Buscavam nas migrações melhores condições de subsistência. A

²⁸⁴ POSSAS, Lidia Maria Vianna. Sentidos e significados da viuvez: gênero e poder. **Dimensões**, Vitória, v. 23, p. 140-155, 2009.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 142.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 144.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 145.

maioria dessas mulheres amarravam suas vidas, ou eram amarradas, pelo “destino” da viuvez.²⁸⁸

As mulheres foram amplamente excluídas dos processos socioeconômicos vistos até aqui. Também eram excluídas dos processos de herança, como demonstra Giovanni Levi, não possuíam a terra, bem mais valioso, como herança ou dote.²⁸⁹ No entanto, este fato não demonstra a grande representatividade que tiveram como garantidoras da continuidade do núcleo familiar, já que eram usufrutuárias, juntamente com os filhos, do patrimônio herdado. Também, participavam, ainda que indiretamente, das tutelas dos filhos, podendo ser consideradas, na prática, chefes de família. Dessa forma: “Uma morte, porém, traz sempre um novo momento de devolução de bens, que, para deixar a situação ainda mais difícil, implica o saneamento de dívidas deixadas em suspenso durante muitos anos e que dizem respeito à família do marido [...]”.²⁹⁰

A capacidade para sustentar a família, trabalhando a terra e garantindo sua reprodução era um prestígio geralmente legado ao pai “chefe de família”; esse papel deveria ser exercido por eles sob pena de o homem sofrer comentários e prejuízos em outras áreas. Segundo Vendrame: “A opinião dos vizinhos tinha grande relevância, sendo um dos principais mecanismos de controle social dos comportamentos.”²⁹¹ Ainda, segundo a historiadora, as unidades econômicas deveriam ser autônomas e autossustentáveis, a mendicância da esposa significava o fracasso do marido, pois: “E se ele não conseguia sustentar o próprio lar, como os vizinhos poderiam contar com ele em outros momentos?”²⁹² Mas, se o homem sofria tais pressões como “chefe de família”, quais foram as experiências das mulheres que, diante da morte do marido, assumiram elas mesmas esse papel?

A fim de investigar o ciclo de vida familiar, a viuvez e a chefia feminina no Vale do Taquari, nos concentraremos naquilo que nossa fonte principal pode oferecer: os inventários indicam o patrimônio familiar em um determinado momento do que se compreende como “ciclo de vida familiar”. Conforme Chayanov o ciclo de vida familiar corresponde aos momentos previstos no desenvolvimento familiar, prevendo certas transições, marcadas por eventos que envolvem membros da família, como a morte e a saída de casa. Especialmente nas unidades

²⁸⁸ LERMEN, Gisela Büttner. **História de mulheres católicas alemãs imigrantes no sul do Brasil (1824-1939)**, *op cit.*, p. 122.

²⁸⁹ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. p. 106.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 117.

²⁹¹ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 345.

²⁹² *Ibid.*, p. 345-346.

econômicas camponesas, o equilíbrio econômico provém das relações econômicas entre capital, terra, força de trabalho e família, que depende das dinâmicas produtivas e reprodutivas do núcleo familiar.

Dessa forma, o número de trabalhadores e consumidores é relevante para a análise do ciclo de vida familiar, já que influencia a sobrevivência do grupo.²⁹³ As famílias em Caxias do Sul, por exemplo, eram, principalmente, jovens e com filhos pequenos de, no máximo, 10 anos. Além disso, eram famílias que imigraram logo após se formarem ou que se formaram já no Brasil. Essas famílias eram, em sua maioria, pobres e dependeram dos benefícios governamentais para a formação da unidade econômica de subsistência, conforme Márcia S. Stormovski.²⁹⁴

A viuvez e chefia feminina, consideradas para a análise nesta pesquisa, ocorreu na circunstância da morte do pai/marido, momento crucial de reconfiguração. Após o falecimento, os inventários contabilizavam o montante líquido que correspondia ao valor gerado pela venda de bens ou a dedução de custos e dívidas, ou seja, após a subtração ou adição dos valores necessários para a liquidação do montante. Nesse sentido, as famílias receberiam os encargos ou os apanágios oriundos da síntese final da vida de seu parente. Tal acontecimento era determinante para as causalidades vindouras.

O estudo das “etapas da vida”, com as noções de infância, juventude, vida adulta e velhice merece algumas considerações antes da análise propriamente dita. As etapas da vida conduzem à reflexão sobre a passagem do tempo, indicador cronológico de medição das sociedades e dos indivíduos diante do curso da vida. Esse processo não é somente físico ou biológico, é construção social e cultural, variando conforme local e época, segundo Ana S. V. Scott.²⁹⁵

Até o início da República, com as Ordenações Filipinas (1603-1916), a responsabilidade penal, por exemplo, ocorria a partir dos sete anos, com isenção de pena de morte, aplicada aos maiores de dezesseis. A imputabilidade penal, portanto, iniciava-se aos sete anos. Entre os dezessete e vinte e um anos haveria uma categoria de “jovem-adulto”, esses poderiam ser

²⁹³ CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 342 p. p. 6.

²⁹⁴ STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 94.

²⁹⁵ SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 1. p. 14-34. p. 23.

condenados à morte; mas a imputabilidade penal plena ocorria apenas após os vinte e um anos. Portanto, as concepções sobre as etapas da vida diferiam do que se vivencia atualmente.²⁹⁶

O estudo da família em perspectiva histórica deve considerar as concepções construídas acerca das etapas da vida e o estatuto ou função de cada grupo diante do contexto social; são, portanto, categorias arbitrárias. Para estudar essas etapas mobiliza-se o conceito de ciclo de vida, considerando a perspectiva longitudinal e a diacronia da família e dos indivíduos, a fim de compreender as dinâmicas familiares.²⁹⁷

Inicialmente, procedeu-se a busca no banco de dados por viúvas residentes em Estrela e Lajeado a partir dos anos selecionados da amostra principal, esse foi o grupo de interesse, diferentemente da população que participou da amostra no capítulo 2.1. Com isso, encontrou-se um total de 91 casos, e estes corresponderam à amostra que guiará as análises desse subcapítulo.²⁹⁸ Dos 91 casos verificou-se a quantidade de filhos, as respectivas idades e estado civil, a fim de estabelecer em que momento do ciclo de vida familiar cada uma encontrava-se diante da morte do pai ou marido.

A análise considerou alguns critérios a fim de estabelecer os parâmetros do ciclo de vida familiar. Tais critérios para a classificação resultaram em: infância; adolescência; vida adulta. A infância (0 a 12 anos): com filhos infantes que não trabalham; a adolescência (a partir dos 13 anos)²⁹⁹: com início da idade produtiva dos filhos a família contará com braços auxiliares; e, por fim, a vida adulta (a partir do casamento e saída da casa dos pais): neste caso pode ocorrer uma baixa no rendimento produtivo (com diminuição de braços para o trabalho e pelos auxílios dos pais para a formação dos novos núcleos familiares compostos por seus filhos) ou incremento produtivo (com a prosperidade proveniente do aumento e solidariedade entre os núcleos familiares).

Reitera-se que se reconhece que a classificação, a partir de idades, tem a característica evidente de que a mesma é transitória, portanto, os indivíduos estão em uma condição provisória. Mas, ainda que as etapas da vida não possam ser delimitadas com clareza, esses elementos dão o aporte para a compreensão do papel e do posicionamento dos indivíduos dos

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 24.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 25.

²⁹⁸ Dos cem casos de viúva encontrados no corpo documental desconsidereei aqueles que não apresentaram avaliação de bens.

²⁹⁹ A idade final da infância variava entre treze e quatorze anos, sendo a menina considerada apta para o casamento a partir dessas idades. Os meninos tornavam-se, sobretudo, trabalhadores rurais, e eventualmente, no mundo urbano, artesãos. As meninas não ficavam presas ao lar, lidavam com os animais e trabalhos agrícolas, além dos cuidados com a casa. DREHER, Martin N. Considerações sobre a História da Família Imigrante no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 11. p. 291-316. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

grupos de idade nas diferentes organizações familiares. Em sociedades com baixa expectativa de vida, as concepções sobre as idades, papéis e funções no contexto familiar e comunitário eram diferentes das atuais. Para o contexto imigratório³⁰⁰:

Não é demais lembrar também o fato de que conforme o estudo das migrações históricas (especialmente antes do século XX) era bastante comum embarcar crianças muito jovens, de oito, nove ou dez anos, para realizar travessias atlânticas e que inclusive poderiam viajar sozinhas.³⁰¹

Scott afirma ainda que o ciclo de vida familiar também deve considerar momentos de potenciais conflitos de interesses que tem relação com as “idades da vida”. Três períodos comportariam esses conflitos: a saída da casa dos pais pelos filhos para trabalhar fora; o momento de casamento; e o período em que os pais precisam de cuidados na velhice. Especialmente, os dois últimos momentos, envolvem o problema de transferência de propriedades entre as gerações:

É consenso entre os estudiosos que, em sociedades tradicionais, os interesses coletivos da família predominavam. Em sociedades onde o estado do bem-estar social ou estado-providência não estava consolidado, a família exercia importante papel para com seus membros mais dependentes e frágeis. Basicamente observando seu ciclo de vida, as gerações adultas percebem não apenas a necessidade de cuidar da prole menor, como também e, sobretudo, a primordial necessidade de que as novas gerações cubram suas necessidades econômicas a longo prazo, quando atingirem a “velhice”. Nesse sentido, entende-se que os pais tenham algum poder para conseguir o que precisam para garantir uma segurança mínima nas idades mais avançadas. No caso de não terem filhos ou se não houver algum tipo de controle ou poder sobre a prole, esses indivíduos ficariam à mercê de outras situações (caridade particular ou pública, por exemplo) para atender suas necessidades.³⁰²

Para a análise, tendo em vista a quantidade de filhos por casal, o que definirá o momento do ciclo de vida familiar em que cada família se encontra será a maior quantidade de filhos em situação de infância, adolescência ou vida adulta. Em caso de empate em mais de uma categoria, preferiu-se priorizar, respectivamente: vida adulta, adolescência e infância. Casos que apresentaram netos foram considerados famílias velhas.

A partir desses critérios estabeleceu-se três momentos de vida familiar: famílias jovens, famílias maduras e famílias velhas. A análise resultou em:

Tabela 5: Famílias encabeçadas por viúvas conforme o ciclo de vida, 1880-1910 (%)

³⁰⁰ SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**, *op cit.*, p. 26.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 28.

³⁰² *Ibid.*, p. 31.

Famílias jovens	Famílias maduras	Famílias velhas
48,3	31,8	16,4
Total		100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado, Inventário *post-mortem*.

A maioria das famílias eram jovens, seguidas por famílias maduras e velhas. Esses dados reiteram que o Vale do Taquari era uma região em crescimento pelo processo de enxameamento, no qual a segunda ou terceira geração, provenientes do processo de imigração original, passou a migrar das colônias velhas para outras regiões.³⁰³ A ruptura familiar provocada pela morte do pai se deu, especialmente, em famílias jovens, que representavam a maioria da região. Por representarem a maioria, as famílias jovens eram as mais vulneráveis a toda sorte de acontecimentos.

Observou-se a quantidade de filhos por grupo de ciclo de vida familiar, a fim de estabelecer a moda dessas séries. Verificou-se que a quantidade mais frequente de filhos fora, respectivamente: famílias jovens com 5 filhos; famílias maduras com 5 filhos; e famílias velhas com 9 filhos. Conclui-se que famílias velhas, por sua longevidade, contaram com maior quantidade de filhos, ao passo que maduras e jovens concentraram menor quantidade de filhos, por estarem ainda se constituindo. A maior quantidade de filhos entre famílias velhas se relaciona com a morte tardia do marido, ou seja, houve tempo de a família reproduzir-se.

Esses dados corroboram o estudo de Sheila S. Dreher que enfatiza que as famílias de teuto-brasileiros eram bastante numerosas, tendo em torno de dez filhos ou mais.³⁰⁴ Segundo Altiva P. Balhana e Cecília M. Westphalen *apud* Clevelario Júnior, nas regiões de imigração, os índices de natalidade eram elevados, elemento aqui corroborado:

[...] os imigrantes italianos e alemães apresentam altas taxas de crescimento vegetativo, devido à nupcialidade precoce, início da procriação também precoce e descendência numerosa. Segundo estudos, o número médio de filhos para as famílias de origem italiana no período entre 1888 e 1909 foi de 9,92 filhos/família; para as famílias de origem alemã, no período anterior a 1895, este número foi de 7 filhos/família.³⁰⁵

³⁰³ ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

³⁰⁴ DREHER, Scheila dos Santos. **“O pontinho da balança”**: história do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2007. p. 92.

³⁰⁵ BALHANA, Altiva P; WESTPHALEN, Cecília M. Dinâmica demográfica e sistema de herança no Brasil meridional. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro. **Anais**, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v.4, p. 2.175-2.195, 1984 *apud* CLEVELARIO JÚNIOR, J. A participação da imigração na formação da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 14, n. 1/2, p. 51–71, 1997. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/421>. Acesso em: 3 jul. 2023. p. 52.

Conforme Marcos A. Dal Cin, sobre o número de nascidos e batizados na localidade de Conventos, Lajeado: “Na tabulação dos registros de nascimentos, em Conventos, de 1861 a 1903, contabiliza-se o total de 2.550 batizados, sendo que, destes, 1.311 do sexo masculino e 1.239 do sexo feminino [...]”.³⁰⁶ Supostamente, havia uma dificuldade de alemães-protestantes batizarem na região, já que a presença de pastores ocorria somente quando algum estivesse de passagem pelas comunidades. A partir de 1895 a taxa de natalidade aumentou significativamente, um dos fatores seria a organização e crescimento econômico da Colônia, estruturada em 1880, quando começou a atrair um número significativo de famílias. Após 1900 houve uma redução no número de registrados em função da divisão interna da Colônia de Lajeado, em virtude da disputa entre as vertentes religiosas católica e protestante, e da autonomia adquirida por comunidades distantes.³⁰⁷

Ainda que a taxa de natalidade fosse alta, a morte na faixa etária de zero até cinco anos era grande, superior a outras faixas etárias. Dal Cin aponta que:

Entre zero e seis meses de idade, contabiliza-se 42 falecidos, que, se comparados ao total de registros, é um número considerável muito elevado, mas que não foge às estatísticas relacionadas a estudos e pesquisas, que apontam para o alto índice de mortalidade nesta faixa etária. Pode-se apontar como fatores deste elevado número de óbitos de crianças, com idade de zero a cinco anos, fatores relacionados à precariedade nas condições sanitárias e de habitação.³⁰⁸

Mas, lembremos que as famílias mais jovens são as que mais faziam inventários, já que eram obrigadas. Segundo Dreher, o grande número de filhos gerava preocupação quanto ao futuro, movendo homens e mulheres para o trabalho e organização da comunidade religiosa e escolar. Mulheres com crianças pequenas ficavam mais restritas ao lar, trabalhando na roça quando possível. A mortalidade infantil e de mulheres durante o parto gerava mais preocupações, ainda mais em ambientes rurais, em que não se dispndia de tempo para a recuperação pós-parto.³⁰⁹

Agora resta observar as relações entre o ciclo de vida familiar com a situação socioeconômica dessas famílias. Como hipótese inicial temos que famílias jovens tendem a ser pobres, pois contam apenas com os braços do casal como força de trabalho. Quando o evento

³⁰⁶ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de conventos/RS - 1860 a 1903.** 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/2856>. Acesso em: 11 set. 2021. p. 73.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 75.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 110.

³⁰⁹ DREHER, Scheila dos Santos. “**O pontinho da balança**”, *op cit.*, p. 92.

adverso acontece, encontrando-se ainda na fase de subsistência. Já as famílias maduras e velhas deveriam ter uma situação socioeconômica mais favorável, tendo em vista a quantidade de tempo para a acumulação de riqueza e de braços para o trabalho, sendo este último aspecto relativizado para famílias tardias.

Lembra-se que, ao menos para a localidade de Conventos, a maior concentração de casamentos, se dá na faixa etária de 17 e 24 anos. Porém, com frequência, as mulheres casavam-se já aos 16 anos e os homens aos 18 anos, tendo seu ápice dos 20 aos 24 anos. Ademais, o maior índice de casamento para noivas se dava dos 16 aos 23 anos, já o maior número de casamento para os noivos ocorria entre 19 e 26 anos. Casamentos ocorridos após os 30 anos, em sua maioria, eram de viúvos ou viúvas que acionavam a estratégia do recasamento.³¹⁰

Daiane S. Rossi considera que ser viúva, mãe e solteira eram pontos importantes no universo da pobreza, formando um coletivo de vulneráveis. A vulnerabilidade para as mulheres dava-se na infância, caso fossem órfãs e na velhice, se viúvas, mesmo que tivessem um trabalho remunerado, dificilmente sobreviveram somente com ele. As viúvas, no interior do Rio Grande do Sul, estavam desamparadas, com ofertas de trabalho restritas e salários precários, situação agravada pela existência de filhos.³¹¹

Partindo desses pressupostos, as famílias mais ricas, possivelmente, eram maduras; as economicamente médias, velhas; e as pobres, jovens. Ainda, uma segunda hipótese, é que se for comprovada a existência de famílias jovens ricas, isso ocorra em consequência de uma riqueza antecedente ao próprio núcleo familiar, em que uma rede socioeconômica familiar bem estruturada seja precedente e lhes possibilite uma herança, conforme Stormovski³¹²:

Os 10% que ocupavam o topo da pirâmide social da amostra de inventários apresentaram grande diversidade de atividades produtivas e comerciais, tanto rurais quanto urbanas. Também se diferenciavam pela provável origem sócio-econômica: enquanto algumas famílias estavam bem situadas economicamente quando ainda jovens, outras possivelmente apenas acumularam seu patrimônio durante toda sua existência. Parece que na verdade estes casos retratam momentos diferentes de um mesmo processo: as famílias mais abastadas conseguem favorecer a diferenciação social dos descendentes e, às vezes, temos um inventário daquela que possivelmente foi a primeira geração a alcançar melhores condições de vida, e em outros casos já se trata da segunda geração, que fora beneficiada pelos pais. Verifica-se assim, desde o início da colonização na região serrana, a reprodução e o aprofundamento da diferenciação na hierarquia social local.

³¹⁰ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã**, *op cit.*, p. 93.

³¹¹ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. 2019. 253 f. Tese (Doutorado) – Curso de História das Ciências e da Saúde, Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019. p. 124.

³¹² STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**, *op cit.*, p. 92.

Para verificar essas possibilidades procedeu-se a distribuição da riqueza inventariada de cada grupo de ciclo de vida familiar entre faixas de fortuna, a exemplo da análise empreendida para toda a população da amostra, no subcapítulo 2.1. A primeira análise é das famílias jovens:

Tabela 6: Distribuição da riqueza inventariada de famílias jovens chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910)

Monte-mor (libras)	Inventários (n.)	Inventários (%)	Fortuna (libras)	Fortunas (%)
menos de 100	17	38	615	5
de 100 a 500	22	50	4.930	46
de 500 a 1 mil	3	6	2.129	20
de 1 a 2 mil	2	4	2.930	27
de 2 a 5 mil	0	0	0	0
de 5 mil ou mais	0	0	0	0
Total	44	100	10.605	100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

Da análise depreende-se que as famílias jovens – 48,3% do total de famílias que sofreram a morte do marido/pai – eram, principalmente, pobres, já que 88,6% encontram-se nas duas primeiras faixas de fortuna (menos de 100 e de 100 a 500£). Já os 11,3% das famílias restantes encontram-se em faixas intermediárias de fortuna (de 500 a 1 mil e 1 a 3 mil£). Nenhuma família rica foi localizada (3 a 5 mil e 5 mil £ ou mais).

Da fortuna total de 10.605£ inventariada entre as famílias jovens, observa-se que 47,6% concentraram-se entre somente 11,3% dos inventários, localizados nas faixas intermediárias. Já os outros 52,2% da fortuna total estão distribuídos entre 88,6% de inventários. Verifica-se uma concentração de riqueza entre poucas famílias, essa concentração se dá em escalas de faixa de fortuna, com grandes diferenças entre uma e outra. Por exemplo, se dividida a fortuna das duas faixas intermediárias entre os cinco inventários dessas faixas, têm-se uma média de 1.011,89£ por família, já, se dividida a fortuna da segunda faixa (de 100 a 500) entre seus 22 inventários, a média da fortuna é de 224,13£. Ou seja, a fortuna das faixas médias é cinco vezes maior que a segunda faixa de fortuna. O mesmo contraste é visível se compararmos a segunda faixa (de 100 a 500£) com a primeira faixa (menos de 100£), quando a fortuna média por família da segunda faixa (224,13£) é seis vezes maior que a da faixa mais pobre (36£). Estes últimos, portanto, viviam em situação de extrema pobreza.

Agora, segue a análise das famílias maduras, com 31,8% do total de famílias da amostra:

Tabela 7: Distribuição da riqueza inventariada de famílias maduras chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910)

Monte-mor (libras)	Inventários (n.)	Inventários (%)	Fortuna (libras)	Fortunas (%)
menos de 100	2	7	102	1
de 100 a 500	19	70	5.262	50
de 500 a 1 mil	4	14	2.865	27
de 1 a 2 mil	2	7	2.220	21
de 2 a 5 mil	0	0	0	0
de 5 mil ou mais	0	0	0	0
Total	27	100	10.450	100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

Entre as famílias maduras obteve-se a riqueza total de 10.450£, distribuídas entre 27 inventários. A maioria das famílias, ou 70% do total, encontra-se na segunda faixa de pobreza (100 a 500£). Já 22% estão nas faixas intermediárias (500 a 1 mil e 1 a 3 mil£) enquanto somente 7% localizam-se na faixa mais pobre da análise (menos de 100£). Nenhuma família considerada rica foi encontrada.

Ao analisar as faixas de fortunas observa-se uma concentração de riqueza entre as faixas intermediárias, com 48,6% da riqueza distribuída entre somente 22% das famílias. Já a segunda faixa de fortuna, com 50,3% da riqueza, distribui-se entre 70% das famílias, o que diminui o patrimônio total por família. Aos integrantes da primeira faixa de fortuna restaram somente 1% da fortuna total, mas que está distribuída entre somente 7% dos inventários.

Essas situações evidenciam a concentração de riqueza entre as faixas intermediárias, que poderiam contar, em média, com 844£ por família. Já as famílias da segunda faixa de fortuna tinham em média 276£ de patrimônio total, à medida que para as famílias mais pobres restavam 51£. Verifica-se a concentração de riquezas entre poucas famílias e uma distribuição equilibrada da pobreza.

Por fim, segue a análise das famílias velhas, representando 16,4% do total de famílias chefiadas por mulheres:

Tabela 8: Distribuição da riqueza inventariada de famílias velhas chefiadas por mulheres por faixa de fortuna, Estrela e Lajeado (1880-1910)

Monte-mor (libras)	Inventários (n.)	Inventários (%)	Fortuna (libras)	Fortunas (%)
menos de 100	3	20	251	3
de 100 a 500	7	46	1.687	20
de 500 a 1 mil	4	26	3.466	41
de 1 a 2 mil	1	6	2.994	35
de 2 a 5 mil	0	0	0	0
de 5 mil ou mais	0	0	0	0
Total	15	100	8.399	100

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

As famílias velhas estão em sua maioria localizadas nas faixas de fortuna mais pobres (menos de 100 e de 100 a 500£), com 66,6% do total. Já 26,6% dos inventários encontram-se em faixa intermediária (de 500 a 1 mil£), ao passo que 6,6%, representados por somente um inventário, encontram-se na faixa intermediária mais rica (1 a 3 mil£).

A fortuna total das famílias tardias somou 8.399£, distribuídas entre 15 inventários. Observou-se que os 66,6% mais pobres acumularam 22,9% da fortuna total, já os 26,6% das faixas intermediárias somaram 41,2%, ao passo que somente um inventário, ou 6,6% do total, era dono de 35,6% da fortuna. Verifica-se a existência de desigualdades sociais e acumulação de riqueza, especialmente por uma única família. Por exemplo, se dividida a fortuna da terceira faixa entre os quatro inventários respectivos, têm-se, em média, 866,6£, ou 10,3% da fortuna total, enquanto a família rica sozinha possui mais que o dobro desse valor. Nenhuma família rica, conforme os padrões da região, foi encontrada.

Agora, vejamos as correlações entre o ciclo de vida familiar e as desigualdades econômicas representadas pela média de riqueza entre famílias jovens, maduras e velhas.

Tabela 9: Média (\bar{x}) de fortuna por família nos grupos de ciclo de vida familiar (£)

Faixa de fortuna	Famílias jovens (\bar{x})	Famílias maduras (\bar{x})	Famílias velhas (\bar{x})
menos de 100	36	51	83
De 100 a 500	224	276	241
De 500 a 1 mil	709	716	866
De 1 a 3mil	1.465	1.110	2.994
De 3 a 5 mil	0	0	0
De 5 ou mais	0	0	0

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

Na primeira faixa de fortuna observa-se uma equilibrada distribuição de pobreza por ciclo de vida familiar, sendo mais pobres as famílias jovens, seguidas por maduras e velhas. A pobreza também está equilibrada na segunda faixa de fortuna, mas segue a seguinte ordem: jovens, velhas e maduras. Observa-se o equilíbrio da distribuição da pobreza entre os ciclos de vida familiar, ainda que as famílias jovens sejam mais pobres nas duas faixas, não ocorrem dissonâncias relevantes.

Já na terceira faixa de fortuna observa-se uma diferença mais acentuada entre as médias de riqueza por ciclo de vida familiar. As famílias velhas são mais ricas, seguidas por famílias maduras e jovens. Por fim, na quarta faixa de fortuna observa-se um equilíbrio entre os ciclos de vida familiar jovem e maduro, com maior média de riqueza para o primeiro, já as famílias velhas apresentam uma riqueza fora do padrão, mas que se concentra somente em uma família, conforme observado na distribuição da fortuna por número de inventários.

Ao verificar as hipóteses de análise confirma-se que as famílias jovens eram as mais pobres. As famílias maduras, que supomos serem as mais ricas, podem ser consideradas como médias, economicamente. Já as famílias velhas são as mais ricas da análise, mesmo desconsiderando a família que foge ao padrão. Ainda assim, reitera-se que as diferenças entre os elementos da mesma faixa não são, em geral, significantes, e um equilíbrio entre a distribuição da média de patrimônio por faixa de fortuna foi encontrado.

Dessa forma, ao testar as hipóteses, verificou-se que as famílias jovens estavam, de fato, no princípio de acumulação de capital quando a morte do pai ou marido ocorreu. Já as famílias maduras e velhas não tinham uma situação econômica tão melhor que as famílias jovens, como pensou-se inicialmente. Ainda que as maduras apresentem melhores índices que as famílias jovens, por estarem em seu auge produtivo, seguiram uma lógica de crescimento modesto. As famílias velhas apresentaram-se na melhor posição social, o que indica o acúmulo de bens e tensiona a ideia de que os núcleos familiares separavam-se bruscamente como força de trabalho. Mas, a principal máxima, considerando os aspectos históricos que contemplam essa população, em sua maioria proveniente do processo de enxamagem, é que grande parte das famílias, independentemente do momento em que se encontravam no ciclo de vida familiar, estava no início ou com baixa acumulação de riqueza.

Conclui-se que, principalmente, famílias pobres dirigiram-se e ocuparam o Vale do Taquari, dentre essas, poucas prosperaram. Mas, é preciso considerar que na prática pequenas

diferenças podem ter impactos significativos na prosperidade econômica das famílias. Como observou-se existiam desigualdades importantes entre uma mesma faixa de fortuna, o que indica a proeminência de algumas famílias em relação às outras. Algumas poucas mulheres chefes de família desfrutaram de uma situação socioeconômica superior à maioria das outras. O padrão de desigualdade socioeconômica com a acumulação de riqueza entre poucas famílias repete-se entre os núcleos chefiados por mulheres independentemente do momento familiar, tal qual indicava a amostra geral da estrutura socioeconômica e patrimonial da região. Dessa forma, além de pobre, essa sociedade era bastante desigual.

A posição da maioria das viúvas era parecida com aquela investigada por Daiane S. Rossi para Santa Maria:

Havendo uma clara distinção de gênero no universo da pobreza estudado, podemos destacar que, do montante correspondente a 66,6% das mulheres, 13 são viúvas, 56,5% e, entre elas, 12, ou 92,3%, alegam viuvez justificada com mais algum outro motivo: “estado precário”, “estado de pobreza e falta absoluta de meios”, “pobre”, “doente”, “em extrema pobreza”.³¹³

Abordaremos uma família que ofereceu uma visão mais global de seu ciclo de vida familiar, pois investigou-se a sua situação no momento de morte do marido e da esposa, acessando, portanto, a viuvez e conseqüente chefia familiar feminina. O casal Jacob e Elisabetha Graebin e seus doze filhos e dez netos integram o grupo de famílias velhas e pobres do Vale do Taquari. Elisabetha tinha 54 anos em 1898. Jacob deveria ter uma idade aproximada, ainda que não declarada na documentação. Ambos foram enterrados em cemitério protestante, na picada São João, em Lajeado. Sabe-se que, ao menos Elisabetha, era teuto-brasileira – parte da população proveniente do processo de enxameamento.³¹⁴

O número de filhos condiz com a moda entre famílias velhas da região. Entre os filhos encontravam-se em 1898: uma infante; seis adolescentes; cinco adultos. Entre os adultos dois haviam falecido antes dos pais, cada um desses deixou cinco netos, o que caracterizou-os como família velha. Considerando a morte de ambos os filhos homens adultos e o casamento das três filhas adultas que, possivelmente, moravam fora de casa, têm-se a presença de nove consumidores e oito produtores (os filhos adolescentes e a mãe) no núcleo familiar. Dessa forma, mesmo sendo uma família velha, ainda se encontrava no auge produtivo, demonstrando que as situações diversificavam-se para além dos esforços de classificação.

³¹³ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**, *op cit.*, p. 123.

³¹⁴ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário post-mortem, Processo 247. Ano: 1898. Inventariado: Jacob Graebin. Inventariante: Elisabetha Graebin.

No dia 1º de janeiro de 1898 Jacob faleceu. Em abril do mesmo ano Elisabetha iniciou o inventário, para o qual foi nomeado o tutor *ad hoc* Antonio Gonçalves de Castro. A família possuía uma colônia e meia de terras na picada São João, com uma casa de madeira e benfeitorias. O caráter rural do inventário se dá pelas ocupações agrícolas, indicadas pela presença de animais como cavalos, vacas e porcos. Além disso, instrumentos como carroça, moinho de cana, serra de tábuas e latas de banha demonstram aspectos produtivos da família, como a produção de açúcar e banha.

O inventário dos bens deixados pela morte de Jacob totalizou 228£. A viúva solicitou que sua Meação fosse paga com os móveis, os semoventes e a casa, demonstrando o desejo de seguir com as condições econômicas anteriores, já que os animais, por exemplo, demandam cuidados cotidianos; reitera-se o auge produtivo da família, mesmo diante da morte do marido/pai. A partilha realizou-se em novembro de 1898, resultando a Meação da viúva em 113£, a legítima dos herdeiros filhos em 9,5£ e a legítima dos herdeiros netos em 1,9£.

A Meação de Elisabetha contou com os bens desejados, segue a lista com os respectivos valores:

Quadro 11: Meação de Elisabetha Graebin (1898)

Bens	Avaliação (£)
latas para banha	0,35
panela	0,44
arado	0,59
depósito de banha	0,59
serra	0,59
tacho de cobre	1,40
utensílios de cozinha	1,40
duas éguas	1,70
canoa	2,30
um boi	2,30
moinho de cana	2,50
três novilhas	3,50
carreta de quatro rodas	3,70
dois cavalos	3,80
dez porcos	5,90
três vacas	6,20
casa de moradia com benfeitorias	23,7
parte das terras	52,3
Total	113,26

post-mortem, Processo 247. Ano: 1898. Inventariado: Jacob Graebin. Inventariante: Elisabetha Graebin.

Os bens presentes na Meação demonstram que Elisabetha comandou os aspectos econômicos familiares após a morte de Jacob. Todos os bens de maior valor constaram em seu legado, como a maior parte das terras, a casa com benfeitorias e os animais. Dessa forma, após a morte de Jacob a chefia foi exercida por Elisabetha, com a administração dos bens e prosseguimento das atividades produtivas e agrícolas. Após a realização da partilha e o pagamento das custas do processo o inventário de Jacob foi encerrado, um ano após a sua morte, em janeiro de 1899. Sublinha-se que Elisabetha ficou com os bens que possibilitavam a produção de banha e de açúcar, o que caracteriza uma chefia familiar e produtiva.

Em 1908 Elisabetha informou que deixou de descrever no inventário um pedaço de terras localizado no terceiro distrito de Lajeado, falta que teria percebido nove anos após a realização da primeira partilha. A avaliação das ditas terras foi de 93,8£, divididas em uma Meação de 46,9£ e legítimas de 9,3£. O processo de inventário foi novamente concluso após a partilha e o pagamento das taxas e custos.

Já em 1909 Elisabetha procurou o Cartório como tutora nata de seus filhos menores de idade. Informou que vendeu uma parte das terras que cabia às legítimas de seus filhos por pensar serem parte de sua Meação, ao que propôs permutar essas terras por outras que ela possuía e que seriam mais interessantes para ressarcir os herdeiros. Cita, então, vantagens para seus filhos menores, como maior extensão das terras permutadas e por ficarem próximas das terras que já possuíam, para que mais tarde fossem ocupadas por todos. Além disso, informou que todos os seus filhos menores já plantavam nessas terras, pois supunham que as pertencessem. O mais velho teria, inclusive, edificado e estabelecido roças. Por fim, a permuta foi concedida e o inventário concluso.

Importante salientar que em 1909 seus filhos menores já estavam mais velhos: Bertha que era infante no momento da morte do pai já tinha 21 anos de idade; Idalina, 23; Carlos, 25. Portanto, ainda que esses filhos ou mesmo netos não fossem casados, já ocupavam as terras e tinham suas próprias produções. Carlos, por exemplo, já estaria estabelecido naquelas terras. Com essas informações, temos que Elisabetha exerceu a chefia familiar e produtiva da família por, ao menos, onze anos; além disso, suas negociações eram, provavelmente, estratégias para beneficiar seus filhos.

Em 1912, Carlos Graebin, o único filho homem vivo, então com 28 anos, informou o falecimento de sua mãe, ocorrido em 3 de abril de 1911, aos 67 anos. Elisabetha morreu 13 anos após seu marido, período em que geriu a família e a produção. Iniciou-se, com isso, o

processo de inventário de Elisabetha que contou com os mesmos herdeiros, filhos e netos do casal, os menores, nesse momento, eram apenas os netos. No dia 19 de julho de 1912 realizou-se a avaliação dos bens deixados por Elisabetha:

Quadro 12: Avaliação do inventário de Elisabetha Graebin (1912)

Bens	Avaliação (£)
terras	166,40
casa de moradia e benfeitorias	19,90
Total	186,3

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário post-mortem, Processo 247. Ano: 1898. Inventariado: Jacob Graebin. Inventariante: Elisabetha Graebin.

Os 13 anos que distanciam a morte de Jacob e de Elisabetha demonstram modificações nos bens familiares, os itens produtivos, agrícolas e os animais desaparecem. Não é possível saber se Elisabetha desfez-se dos bens, se eles estão omitidos do inventário ou se foram repassados para os filhos em vida. Mas, verifica-se que sua Meação, que foi de 113£ na morte do marido, recebeu um incremento de 73,3£, já que o total da avaliação de seus bens após sua morte foi de 186,3£. O valor das terras também aumentou em 114£, o que pode ter ocorrido pela ocupação crescente das terras na região.

Dessa forma, Elisabetha permaneceu somente com os bens de raiz, o que pode significar o fim dos trabalhos agrícolas e produtivos daquele núcleo familiar, expandindo-se, então, para os filhos e netos. Há, ainda, a possibilidade de Elisabetha ter se mudado para a casa de algum dos filhos, tendo em vista que mesmo itens como panelas e demais utensílios de cozinha não foram arrolados. Mesmo sem uma conclusão definitiva sobre o que ocorreu no fim de sua vida, é válido observar seu desejo inicial de conduzir os aspectos agrícolas e produtivos da família, administrando os bens em favor dos herdeiros até, pelo menos, dois anos antes de sua morte.

Além disso, restaram algumas dívidas:

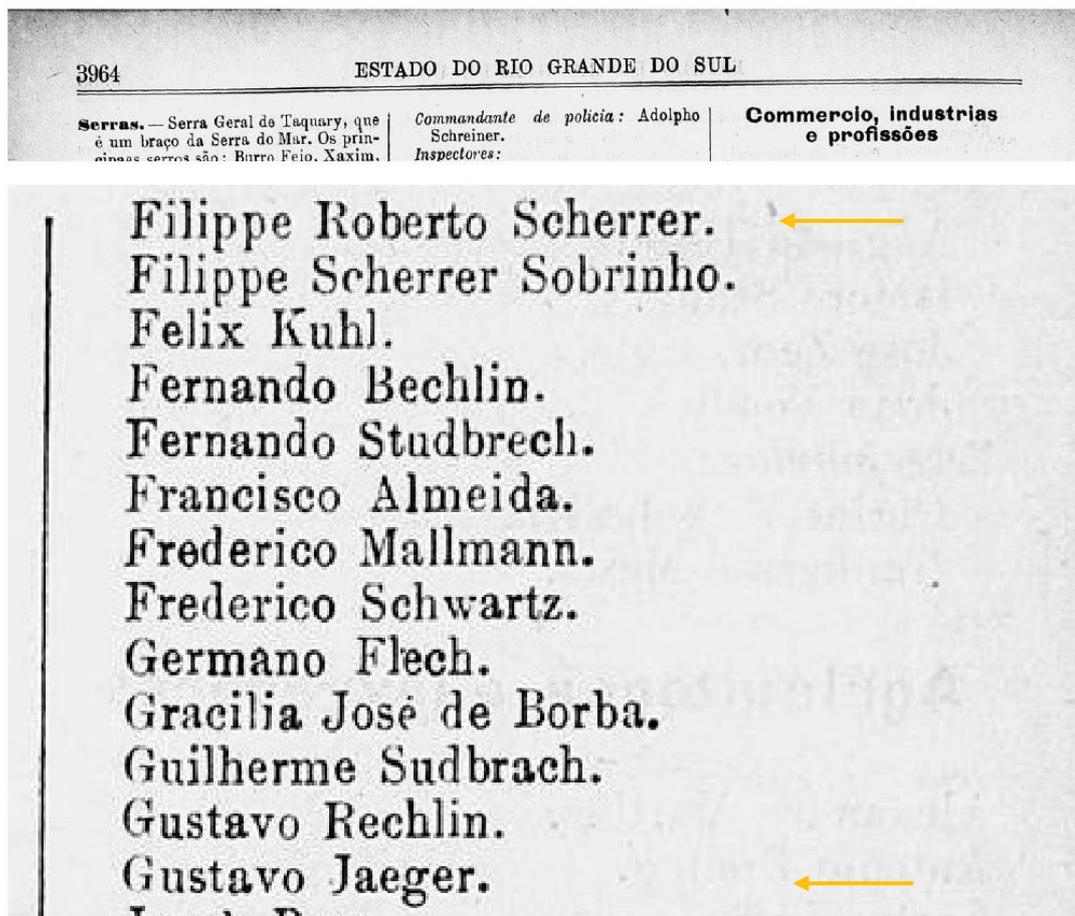
Quadro 13: Dívidas passivas de Elisabetha Graebin

Dívidas passivas	Motivo	Avaliação (£)
Felipe Roberto Scherer	gêneros alimentícios	5,3
Gustavo Jaeger	saldo de contas	12,8
Total		18,1

Fonte: APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário post-mortem, Processo 247. Ano: 1898. Inventariado: Jacob Graebin. Inventariante: Elisabetha Graebin.

As dívidas passivas são indício de que Elisabetha não se dedicava mais à produção, pois adquiria créditos para a compra, especialmente de gêneros alimentícios, ou seja, não duráveis. Ao pesquisar em bases de dados online verificou-se que Felipe Roberto Scherer e Gustavo Jaeger atuavam no comércio local, no ramo de secos, molhados e fazendas:

Figura 16: Comércios de Felipe Roberto Scherer e Gustavo Jaeger



Fonte: ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Rio de Janeiro, 1891-1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=47863&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Dessa forma, as dívidas e impostos foram subtraídos do Monte-mor do inventário de Elisabetha, resultando em um Monte partível de 145£, valor ainda superior de sua Meação de 113£. Divididas em legítimas para os filhos no valor de 12£ e dos netos no valor de 2,4£. Os filhos e netos herdeiros ficaram em posse de todo o legado do casal Jacob e Elisabetha, totalizando as heranças de 21,5£ para cada filho herdeiro e 4,3£ por cada neto herdeiro. O genro do casal, Felisberto Schnell, casado com Catharina Graebin, foi quem arcou com as dívidas passivas de Elisabetha antes da partilha de bens. Na partilha, Felisberto e Catharina foram

ressarcidos pelo pagamento das dívidas com a casa e benfeitorias, além da parte das terras correspondente à divisão. Aos outros filhos e netos restaram, proporcionalmente, as respectivas partes das terras.

Verificou-se com esse caso a divisão dos meios de produção, das benfeitorias, da terra e da força de trabalho, resultante das dinâmicas reprodutivas do núcleo familiar, ou seja, a grande quantidade de herdeiros. Também, quando Jacob faleceu seu Monte-mor (228£) estava localizado na segunda faixa de fortuna das famílias tardias, ao passo que o Monte-mor resultante da morte de Elisabetha (145£) deixou a família somente 45£ distante da faixa mais pobre.

Ainda que Elisabetha não tenha enriquecido, a divisão do patrimônio deve ter possibilitado o estabelecimento inicial da família dos filhos. Conclui-se, portanto, que a família Graebin experienciou uma baixa acumulação de capital e dissolução das terras adquiridas, mesmo considerando sua longevidade, portanto, não foi parte das famílias velhas e ricas; ainda assim, os legados disponíveis devem ter complementado as rendas dos novos núcleos familiares formados por seus herdeiros.

3.2. “Diz a viúva...”: tutoria e declarações de mulheres chefes de família no Vale do Taquari

Em fins do século XIX e início do século XX o cotidiano das mulheres no interior do Rio Grande do Sul era marcado por permuta de favores; “obséquios”; redes de solidariedades; e estratégias de sobrevivência em um mundo eminentemente masculino. Laços de parentesco, comadrio e vizinhança eram importantes em momentos de agruras, resultando em uma ampla rede de relações e trocas de favores que permitiam negociar diante de um contexto hostil. Acentua-se que as experiências das mulheres não foram passivas ou reativas, mas propositivas, utilizando os espaços cabíveis para ampliar e alterar as margens de negociação, conforme defende Nikelen Witter.³¹⁵

Iniciemos com as tutorias. A situação das famílias que contavam com menores resolvia-se no Juizado de Órfãos, sendo obrigatória tal resolução. Essa instituição é de origem portuguesa, proveniente das Ordenações Manuelinas e significativa nas Ordenações Filipinas,

³¹⁵ WITTER, Nikelen A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, no século XIX. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 3. p. 53-66. E-book.

em que se formaram os códigos jurídicos a partir de 1580. Até o século XVIII o juízo era exercido pelo Juiz Ordinário, sem formação em Direito, conforme José C. Cardoso.³¹⁶

No período colonial, com o crescimento da população, regulamentou-se o cargo de Juiz de Órfãos no Brasil, em maio de 1731. Em Porto Alegre o Juiz de Órfãos existia desde 1806, criado pela Real Resolução, estendendo-se até o período republicano, com criação e substituição pelo Juizado de menores, em 1933. O Juizado de Órfãos, do período colonial até o início da República, foi a mais importante instituição para questões que envolviam crianças e famílias, atuando, especialmente, na proteção aos menores.³¹⁷

Inicialmente, cuidava-se dos menores da elite, especialmente, acerca de sua herança, renda e bens. Posteriormente, a atenção voltou-se para o cuidado dos menores populares, a partir do ideal de que as crianças seriam “o futuro da nação” e cidadãs da República. O Juízo buscava mediar as ações familiares, já que se pensava que, a partir da família, seriam construídos os comportamentos sociais. Os processos provenientes desse Juízo são os Autos de Tutela, em geral, sucintos, em que um indivíduo solicita a tutela de um menor ao Juiz de Órfãos.³¹⁸

A tutela geralmente ocorria quando os pais demonstravam não ter condições financeiras ou morais para cuidar dos filhos. O tempo de resultado do processo variava, demorando mais quando o número de “candidatos” à tutoria era maior, como pais, parentes e terceiros. Em síntese: “a tutela era um encargo conferido pelo Juiz de Órfãos a uma pessoa para que gerenciasse os bens e cuidasse da integridade física do menor, representando-o tanto em juízo como fora deste.” A finalidade, como supracitado, era regulamentar a família e “modelar” os futuros cidadãos.³¹⁹

Trabalhar com inventários do Cartório de órfãos e ausentes implica saber que havia, ao menos, um menor envolvido no processo de herança, seja filho ou neto. Para o caso do Vale do Taquari se investigará os processos de tutoria constantes nos inventários *post-mortem*, a fim de analisar as experiências e estratégias de mães ou avós diante de um novo ciclo de vida familiar, representado pela morte do marido e pai. Para tanto, compõem a amostra de pesquisa os 91 casos de viúvas com filhos ou netos menores selecionados no subcapítulo anterior,

³¹⁶ CARDOSO, José Carlos da Silva. Enredos da vida: a organização das famílias porto-alegrenses por meio da justiça (início do século XX). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 10. p. 264-290. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos). p. 264 *et seq.*; APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário post-mortem, Processo 171. Ano: 1895. Inventariado: Felipe Deicke. Inventariante: Elisabetha Deicke/Jorge Fuchs.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 264 *et seq.*

³¹⁸ *Ibid.*, p. 264 *et seq.*

³¹⁹ *Ibid.* p. 272.

considerando as divisões em momento de ciclo de vida familiar, correspondendo a famílias jovens, maduras e velhas.

Inicialmente, buscou-se estabelecer quem, usualmente, tornava-se responsável pela tutoria, se a mãe, parentes ou entes designados pelo próprio cartório:

Tabela 10: Tutoria no Vale do Taquari (1880-1910)

Ciclo de vida familiar	Tutoria externa (%)	Tutoria familiar (%)	Tutoria não localizada (%)	Total (%)
Famílias jovens	45	21	35	100
Famílias maduras	18	51	29	100
Famílias velhas	62	18	18	100

APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

Verifica-se que em boa parte dos casos a tutoria não foi localizada no inventário *post-mortem*, o que não significa sua inexistência, pois poderiam/podem se encontrar em outro fundo documental. Mas, dentre os casos que apresentaram tutoria, observam-se similaridades entre famílias jovens e velhas, nestas a maioria das tutorias eram exercidas por agentes externos, já entre as famílias maduras sobressai a tutoria familiar.

Não há como precisar as causas dessas diferenças, mas supomos que para famílias jovens e velhas havia menor disponibilidade de familiares para a tutela, enquanto para famílias maduras existiria uma disponibilidade maior. Justifica-se essa hipótese se considerar que as famílias jovens eram provenientes do processo de enxameamento e, portanto, suas famílias encontravam-se distantes; e para famílias velhas, por sua longevidade, menos parentes vivos ou morando perto disponíveis como tutores; já famílias maduras poderiam contar tanto com parentes mais velhos, contemporâneos ou mais jovens, como os próprios irmãos que já eram maiores. Outra possibilidade está relacionada, ao menos para as famílias jovens, à condição financeira ou “moral” para tutelar as crianças, que seriam o “futuro da nação”, pois, como visto no subcapítulo 3.1 a maioria das famílias jovens eram pobres.

Um dado interessante de destacar é que, entre as tutorias localizadas, 98% foram exercidas por homens, ou seja, conclui-se que, apesar de essas mulheres estarem exercendo a chefia familiar diante da morte do marido, estavam, independente da medida com que ocorria, tuteladas por homens, reiterando os aspectos patriarcais dessa sociedade. Também os agentes externos designados para a tutoria se repetem, o que indica que deveriam existir certos cidadãos

que se dispunham a essa função, sendo reiterativamente indicados pelo juiz de órfãos. Foram agentes externos das representações: Antonio Gonçalves de Castro, Deodato Borges da Silva, João Carvalho de Barcellos, Leonardo Kortz e Theobaldo Ruschel.

Pesquisou-se acerca desses sujeitos. Nenhuma informação foi encontrada acerca de Antonio Gonçalves de Castro e João Carvalho de Barcellos, mas sabe-se que Deodato Borges da Silva deve ter tido certa proeminência social, já que uma rua da cidade de Lajeado possui seu nome. Já Leonardo Kortz foi um negociante estrelense que teria vendido, ao menos, 25 lotes coloniais da Colônia Progresso para famílias italianas em 1912.³²⁰ Por fim, sabe-se que Theobaldo Ruschel era sobrinho de Miguel Ruschel, que teve sua trajetória discutida no primeiro capítulo dessa pesquisa, portanto, possivelmente vivia uma boa situação socioeconômica na região.

É notório, com isso, que eram escolhidas pessoas importantes naquele para exercer a função de tutelar. Tais personalidades foram tutores de 45% das famílias jovens, de 18% das famílias maduras e de 62% das famílias velhas. Infere-se que o cargo de tutor externo designado pelo juizado de órfãos era entregue para cidadãos com alguma proeminência na região, que deveriam representar certos aspectos da moral naquele contexto. Todavia, não há indícios de que os agentes externos designados pelo cartório desempenhassem, de fato, a função, pois não se encontrou, em nenhum desses casos, a prestação de contas da tutoria, elemento característico que demonstrava o acompanhamento do caso pelo tutor. O máximo de atuação dava-se em vistas do processo.

Os casos que apresentaram tutoria familiar, em sua maioria famílias maduras e em menor número jovens e velhas, foram representados por irmãos, avós, tios e padrastos. Somente nesses casos foram encontradas prestações de contas. Selecionou-se algumas dessas a fim de analisar seu conteúdo. A escolha se deu pela disponibilidade documental, resultando em três casos, todos de famílias jovens, sendo uma pobre, uma média e uma abastada economicamente.

O primeiro caso ocorreu em 1883, quando a viúva Anna Kortz iniciou o inventário dos bens deixados pela morte de seu marido Henrique Kortz; o casal teve quatro filhos, todos menores de sete anos. O tutor, indicado por Anna, foi Leonardo Matte, avô paterno. Tratava-se de uma família pobre de lavradores com o patrimônio total avaliado em 115£. No ano de 1886 o avô tutor foi intimado para prestar contas de sua tutela. Informou que a casa e a meia colônia que constaram na partilha dos netos não renderam nada, já que lá se encontravam morando

³²⁰ SCHIERHOLT, José Alfredo. **Abrindo o Baú**. [20--]. Disponível em: http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/2011/11/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_10.html. Acesso em: 25 jan. 2023.

Anna, seus filhos e o padrasto. O casal estaria cuidando da educação e da subsistência dos menores. Além disso, declarou, conforme a retórica da época, que gozavam de sanidade e boa conduta.³²¹

O segundo caso também ocorreu em 1883, quando a viúva Bárbara Eckert foi intimada para dar abertura ao inventário do seu falecido marido, Felipe Eckert. O casal tinha nove filhos. Desses, uma filha já estava casada e os outros eram menores de dezoito anos. Tratava-se de uma família jovem e economicamente média de lavradores; o patrimônio total foi avaliado em 348£. O tutor dos menores foi Henrique Eckert, tio dos órfãos. No ano de 1886 ele foi intimado para a prestação de contas da tutela dos sobrinhos. Informou que uma das sobrinhas já estava casada e em posse de sua herança, outra estava com casamento “tratado”. Os herdeiros menores se encontravam em companhia da mãe e frequentavam a aula pública de primeiras letras, com boa saúde e conduta. Não tinham rendimentos provenientes da herança, por serem bens de raiz dos quais não se via vantagem em arrendar.³²²

O terceiro caso aconteceu em 1888, quando Catharina Scherer iniciou o processo de inventário de seu marido Henrique Scherer, falecido em Porto Alegre. Do casamento ficaram sete filhos, todos menores de dezessete anos. O tutor nomeado foi o Tenente Luiz Jäeger, tio materno, indicado por Catharina. Era uma jovem e rica família proprietária de terras no Vale do Taquari e em Porto Alegre, possivelmente atuando no seu comércio, já que o patrimônio legado por Henrique foi de 1.671£. No ano de 1892 o tutor solicitou licença para vender os imóveis localizados em Estrela, por ser favorável e lucrativo aos órfãos, o pedido foi aceito. Por fim, os tutelados declararam terem recebido suas partes da herança.³²³

Algumas análises foram provenientes dos três casos discutidos. Na história de Anna, observa-se a autonomia na escolha de seu pai como tutor, possivelmente a segunda figura paterna de que dispunham seus filhos após a morte de Henrique. Identifica-se, com isso, que apesar de 98% dos casos serem de tutoria masculina, havia possibilidade de as mulheres indicarem alguém para esse papel, não se infere com isso uma situação melhor em aspectos patriarcais, mas visualiza-se um espaço para atuação. Posteriormente, observa-se o recasamento de Anna, reconfigurando as relações de paternidade dos menores, ao que o avô infere a prosperidade familiar, indicada pela subsistência e saúde dos netos. Também, importa salientar

³²¹ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 30. Ano: 1883. Inventariado: Henrique Kortz. Inventariante: Anna Kortz.

³²² APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 28. Ano: 1883. Inventariado: Felipe Daniel Eckert. Inventariante: Bárbara Eckert.

³²³ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 70. Ano: 1888. Inventariado: Henrique Scherer. Inventariante: Catharina Scherer.

a preocupação do avô em declarar que os netos recebiam educação e tinham boa conduta, elementos considerados importantes perante o juízo de órfãos.

Já o caso de Bárbara mostra que precisou ser intimada para dar abertura ao processo de inventário de bens do falecido marido, demonstrando que a busca pelas vias legais não partiu dela. Aqui verifica-se um tutor que representava o lado paterno da família, o irmão do falecido Henrique. Na prestação de contas de tutoria, encontra-se o início de novos ciclos familiares, com o casamento das sobrinhas e a tomada de posse dos bens da herança para tanto. Além disso, também se verifica a preocupação em indicar que os sobrinhos estavam estudando, gozavam de saúde e tinham boa conduta social, ou seja, elementos representativos de uma tutela de sucesso perante o juízo.

Por fim, o caso de Catharina demonstra uma família inserida no comércio e gozando de sucesso socioeconômico. A posição de Tenente do tutor, irmão de Catharina informa que a família materna era próspera, ou seja, a riqueza do casal, possivelmente, precedia a formação do núcleo familiar, o que justifica o fato de ser uma família jovem e rica. A solicitação de venda dos bens dos menores pelo tutor indica a preocupação em investir e aumentar o patrimônio familiar. Nesse caso, ao contrário do que ocorreu com as famílias menos abastadas, não há informações sobre a educação, saúde ou conduta dos tutelados, indício de que tais valores fossem prescindíveis de confirmação, já que por se tratar de uma família rica, ficavam subentendidos como intrínsecos.

Ao pensar na parte patrimonial, percebe-se que, em geral, priorizavam-se os bens de raiz, ou seja, eram estes os mais valiosos. Sabe-se que a região do Vale do Taquari teve como principal fator econômico a colonização privada das terras. Tal fator pode ter impulsionado as famílias chefiadas por mulheres tanto para a riqueza, quanto para a pobreza. Dessa forma, se observará as relações econômicas das famílias pobres com a terra, a fim de vislumbrar situações enfrentadas por mulheres chefes de família e seus desenlaces. Segundo Vendrame:

A terra era um bem de extrema importância no universo camponês, pois não só permitia a sobrevivência da família, como também significava fonte de investimento e reserva econômica em caso de apuros futuros. Havia sempre a perspectiva de ampliar a propriedade, mas comprando pequenos lotes, e não grandes, pois os recursos eram limitados para as famílias. Contudo, aumentar a propriedade podia demorar anos, e dependia de uma série de fatores positivos, como uma sequência de boas colheitas, acordos familiares e entre vizinhos. Pelo volume de transações encontrado na região colonial de Silveira Martins os imigrantes e os primeiros descendentes muito fizeram para melhorar a situação de suas terras.³²⁴

³²⁴ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 224.

Conforme as tendências verificadas, veremos os comportamentos das famílias jovens e pobres chefiadas por mulheres (menos de 100 e de 100 a 500£), ou seja, as mais pobres da amostra (88,6% das famílias jovens), a fim de analisar os fatores que liquidaram com as possibilidades de prosperar. Verificou-se a quantidade de bens de raiz (colônias e terrenos) por família e a representatividade percentual desses bens nos respectivos patrimônios totais.

Obteve-se que, entre as famílias pobres jovens, 51,2% possuíam um bem de raiz, 28,2% dois, 15,3% nenhum, 2,5% três e 2,5% quatro bens de raiz. Compreende-se, portanto, que mais da metade das famílias tinham posse somente do local em que moravam, ao passo que outras conseguiram investir em mais de um bem de raiz e outras, ainda, sequer possuíam bens de raiz. Quanto à situação rural ou urbana desses bens, verificou-se que 79% concentravam-se em espaço rural, enquanto os outros 7% estavam em meio urbano.

Ao calcular a representatividade percentual desses bens nos patrimônios totais das famílias que tinham, ao menos, uma propriedade, obteve-se:

Tabela 11: Representatividade percentual dos bens de raiz no patrimônio de famílias jovens pobres

Representatividade dos bens de raiz no Monte-mor (%)	Inventários (n)
76 até 100	19
51 até 75	11
até 50	2
Total	32

APERS, Acervo do Judiciário. Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela e Lajeado. Amostra de inventários *post-mortem*.

Esses índices demonstram que os bens de raiz tinham grande representatividade nos patrimônios familiares, já que a maioria possuía mais de 50% do seu montante empenhado em terras, principalmente colônias, considerando o contexto germânico. Portanto, perdê-los era significativo para a liquidação da prosperidade familiar. A fim de observar famílias jovens pobres que perderam o bem mais valioso – as terras – destacaremos aqui dois casos. O primeiro de uma família que teve seu patrimônio liquidado por dívidas de compra de gêneros e o segundo de uma família que teve o patrimônio liquidado por dívidas de compra das próprias terras.

O único inventário que teve a avaliação da propriedade superior ao montante total, que fora liquidado por dívidas (mais de 100%) é de Guilherme Haas, aberto em 1903, que deixou viúva Silvesdina Haas e órfãos os filhos: Otília (7 anos); Luiz (5 anos); Maria Margarida (4

anos); Edwino (2 anos); Adolpho (6 meses). Guilherme era sapateiro, fato observado pelos bens móveis deixados: duas facas para sapateiro; dois martelos; trinta pares de formas para sapatos de diversos tamanhos. Os bens de raiz eram quatro terrenos no povoado de São Gabriel, considerados urbanos e que corresponderam à 29£.³²⁵

Nas declarações finais do inventário, a viúva Silvesdina diz que a herança é devedora e não possui meios para arcar com as custas do processo, pede que os bens sejam postos em praça para venda e pagamento das dívidas. Dessas, 23£ foram absorvidas no pagamento a Carlos Naschold e Cia, negociantes de Porto Alegre, dos quais a família Haas teria adquirido “gêneros”. A empresa Carlos Naschold e Cia. atuava no ramo de secos e molhados e fazia também importações e exportações de produtos e máquinas:

Figura 17: Anúncio Carlos Naschold

Carlos Naschold
Seccos e Molhados en gros.

<p>Produktenhandel auf feste Rechnung und in Konfignation.</p> <p>Import und Export für eigene Rechnung sowie für dritte in Kommission.</p> <p>Telegr.-Adr.: Naschold.</p>		<p>Vermittlung von Verzollungen</p> <p>Spezialität: Alle Bedarfsartikel für Bier- brauer, wie Malz, Hopfen, Korfen, Haufenblase, Bier- foulcur, Maschinen, usw.</p> <p>Telephon: Nr. 400</p>
---	--	---

Telegraphen-Kodex: A I, ABC 4. und 5. Ed, Staudt, Hundios, Ribeiro.

Praça Pinto Bandeira Nr. 4
PORTO ALEGRE.

Fonte: **KALENDER FÜR DEUTSCHEN IN BRASILIEN**. São Leopoldo: Verlag von Rotermund, v. 27, 1907. Anual. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kalender-fur-die-deutschen-in-brasilien/829544>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Duas testemunhas foram inquiridas acerca do conhecimento dos fatos, as quais responderam afirmativamente, confirmando o necessário pagamento da dívida. Após quatro praças, todos os bens foram vendidos: 12£ foram para o pagamento das taxas do processo e o restante entregue para Carlos Naschold e Cia.

³²⁵ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 775. Ano: 1903. Inventariado: Guilherme Haas. Inventariante: Silvesdina Haas.

Observa-se, nesse caso, uma família jovem e pobre, na qual o marido e pai desempenhava um ofício, possivelmente com o auxílio da esposa. Os terrenos estavam quitados, já que não consta dívida por terras. Considerando que a empresa Carlos Naschold e Cia. trabalhava com importações e exportações, pode-se ter como hipótese que os meios de trabalho para o ofício de sapateiro foram adquiridos dela, além de gêneros de outra natureza, como secos e molhados. Dessa forma, a família Haas adquiriu uma dívida que não conseguiria arcar diante de um acontecimento como a morte precoce de Guilherme, deixando cinco filhos de tenra idade. Restou somente para a viúva Silvesdina vender todos os bens e reconfigurar o sustento de sua família. Conclui-se que eram dívidas importantes para iniciar ou prosseguir a vida de uma jovem família, mas que, diante da morte do pai, perdeu-se tudo, inclusive o bem mais valioso, sua residência.

O segundo caso aqui investigado é de Jacob Marmitt Sobrinho, que deixou viúva Maria Magdalena Marmitt, nascida Schneider. Na certidão de óbito verifica-se que Jacob tinha apenas 25 anos quando faleceu de Tifo. Era agricultor, natural do Rio Grande do Sul e morador da Picada Delfina. O casal teve três filhos: Elisabetha Rosa Filóca Marmitt (4 anos); Valentim Walter Marmitt (2 anos); Clemente Anibal Marmitt (4 meses).³²⁶

Entre seus bens encontravam-se elementos característicos da agricultura, como instrumentos agrícolas e animais. Além disso, possuíam terras na picada Delfina, com casa, paiol, galpão, estrebaria e cozinha, todos de madeira. Os bens somaram 175£, desses, as terras somaram 138£, representando 79% do total. Todavia, esse patrimônio foi liquidado a fim de pagar doze empréstimos que, como informa a viúva, foram contraídos para adquirir as terras e construir as benfeitorias. Os bens foram colocados em praça pública para venda e quitação das dívidas.

Vê-se, portanto, uma família jovem, pobre e agricultora, como a maioria da região, iniciando sua vida familiar. Como observado, o patrimônio familiar foi adquirido a partir de empréstimos por tempo indeterminado de pequenas quantias, aparentemente, com vizinhos e parentes. A morte prematura de Jacob interrompeu a construção do patrimônio familiar, pois os empréstimos, que antes seriam pagos por tempo indeterminado, foram cobrados em inventário. Dessa forma, Maria Magdalena Marmitt, assim como Silvedina, viu seu patrimônio e de seus filhos esvaziar-se, e precisou encarar um momento de reconfiguração.

³²⁶ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 426. Ano: 1903. Inventariado: Jacob Marmitt Sobrinho. Inventariante: Maria Magdalena Marmitt.

Algumas dessas viúvas que foram chefes de família e tutoras deixaram declarações em inventários que serão agora analisadas qualitativamente. Duas viúvas, Fanny Fleck e Catharina Hennemann ocuparam o momento em que dispunham de espaço para fazer valer possíveis desejos e necessidades em relação aos bens disponíveis da família. Se verá como dispunham dessa oportunidade em relação às terras, patrimônio material e de negócio mais importante das famílias.

O primeiro caso é o de Fanny Fleck e se destaca por sua atuação na permuta dos bens de seus filhos. Fanny era moradora de Lajeado e foi tutora de seus quatro filhos com o finado Jacob Fleck. Eram uma família de lavradores. Procurou o Juízo de órfãos no ano de 1903, a fim de permutar as terras e uma casa no valor de 42,2£ pertencentes à herança dos menores por outras terras de igual valor, oferecidas por seu vizinho Jorge Bernstein. A suplicante considerou a troca vantajosa, já que as terras que receberiam na permuta eram maiores e com igual qualidade. Em relação à casa informou que somente perderia o valor com o passar do tempo. Com isso, aceitou a oferta do vizinho e fez requerimento do alvará de licença para legalizar a permuta por meio de escritura pública e no mesmo ano a licença foi concedida.³²⁷

Verifica-se a preocupação de Fanny, no desempenho de papel de tutora, realizando a oficialização de uma permuta que considerou vantajosa aos seus filhos, justificando que o momento era o ideal para a realização do negócio, considerando a desvalorização que incidiria sobre a casa. A tutela, a administração dos bens dos filhos, a negociação com os vizinhos e busca dos meios legais, diante da morte do marido, demonstram agência e autonomia diante das circunstâncias do momento de vida familiar vivido.

O segundo caso é o de Catharina Hennemann, inventariante dos bens deixados por seu marido Wendelino Hennemann Filho, curadora do herdeiro ausente Wendelino Hennemann e tutora de sete herdeiros menores, a família era dona de uma casa comercial. Catharina foi intimada, no ano de 1905, para prestar a hipoteca legal dos seus bens para a garantia dos bens dos tutelados. Informou que o valor total dos bens dos menores e do ausente atingiram somente a quantia de 320,2£, excetuando os bens imóveis, ao passo que seus próprios bens somaram 1.632,9£. Dessa forma, a fim de não serem todos os bens submetidos por ônus da hipoteca legal, Catharina ofereceu doze colônias de terras no município de Guaporé, no valor de 392£,

³²⁷ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inventário *post-mortem*, Processo 727. Ano: 1903. Permuta de bens. Autora: Fanny Fleck.

esperando que se aceitasse, independentemente das formalidades da especialização de hipoteca, diminuindo possíveis custas.³²⁸

Catharina foi inquirida acerca da importância das dívidas ativas, das mercadorias e da espécie de bens que cabiam aos herdeiros na partilha da herança de Wendelino. Respondeu que em relação às dívidas passivas restou a cada herdeiro 38,3£, e 1,7£ em mercadorias, já os bens foram somente imóveis. Também foi questionada sobre quantas colônias de terras de Guaporé foram legadas para sua Meação, por quanto foram avaliadas essas terras e em que época foi feita a avaliação. As respostas foram que Catharina herdou vinte colônias de terra em Guaporé, avaliadas, no ano de 1905, em 653£. O ministério público julgou suficientes as doze colônias de terra, desoneradas e com valor total de 391,9£. Não se encontrou inconveniente, independente das formalidades da especialização de hipoteca a que estava sujeita.

Salienta-se todos os papéis vivenciados por Catharina, que foi inventariante, curadora e tutora dos filhos, papéis incomuns às mulheres naquele contexto. Sabe-se que se tratava de uma família rica, atuante no comércio e que investia em colônias de terras, isso pode ter influenciado na autonomia da qual dispunha Catharina, devido à sua posição social. Destaque aqui para suas negociações, ao dispor das colônias de Guaporé para a prestação da hipoteca legal, assim como sua preocupação em diminuir as custas desse processo. Além disso, atendeu aos questionamentos e pedidos do juízo, fazendo valer suas intenções. Assim como no caso de Fanny, verifica-se sua agência e autonomia diante da nova configuração familiar, representada pela morte do marido.

Enfim, o fator mais relevante para impulsionar as famílias chefiadas por mulheres, para a riqueza ou pobreza, foi a terra, o patrimônio mais valorizado no contexto de colonização privada do Vale do Taquari. Sendo assim, ela foi o alvo de negociações de viúvas que exerceram a função de tutoras e visavam garantir o melhor para seus tutelados. Conclui-se que dispuseram de autonomia na administração do patrimônio familiar, com a busca dos procedimentos legais, negociações e estratégias. Demonstra-se como, apesar de incomum, algumas dessas viúvas acessaram e manejaram o instrumento de que então dispunham, a tutoria.

3.3. Além de Frida: Luiza de Quadros Machado

³²⁸ APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Inscrição de responsabilidade, Processo 714. Ano: 1905. Autora: Catharina Hannemann

Os testamentos trazem fragmentos de histórias de vida filtrados pela iminência da morte, ou seja, podem ser considerados como um primeiro passo na preparação para a morte. Tais fragmentos serão o eixo inicial de análise de um caso “excepcional” selecionado na documentação, aliado com a busca nominal em outros documentos, como inventário *post-mortem*, registro de óbito e carta de liberdade. Aqui dedico-me a compreender acerca da vida e morte de Luiza de Quadros Machado, mulher solteira, parda e parteira, a fim de observar suas experiências, atuações e desejos diante de sua própria morte. As análises serão embasadas pela investigação socioeconômica realizada nos subcapítulos e capítulos precedentes. Por tratar-se de um testamento relativamente curto e, especialmente, para acessar de forma mais íntima suas últimas vontades, se fará a transcrição da fonte e a análise por trechos.³²⁹

Caso de Luiza de Quadros Machado (trecho de testamento):

Saibam quantos este público instrumento de escritura testamentária virem que sendo no ano de mil novecentos e cinco, aos vinte e sete de novembro, nesta vila da Estrela, em casa da testadora onde eu Notário fui vindo, aí compareceu a testadora que reconheço estar em seu juízo perfeito, e disse que sendo solteira, sem descendentes nem ascendentes, por isso quer que por sua morte digo seu falecimento, testava como herdeiros universais todos seus bens imóveis aos menores Joana, Elisa e Maria, filhos legítimos de sua sobrinha Rosária, casada com Ortêncio Oliveira [...].³³⁰

No ano de 1905, na vila de Estrela, realizou-se a escritura testamentaria de Luiza de Quadros Machado, em sua própria casa. Verifica-se, inicialmente, a declaração de Luiza acerca do seu estado civil – o fato de ser solteira pode ter contribuído na decisão de testar – bem como a falta de descendentes e ascendentes diretos. De certa maneira, Luiza justifica a existência do testamento com a falta de herdeiros diretos, possivelmente a fim de ter respaldo na garantia do registro de suas vontades.

Interessante notar que legou seus bens, indiretamente, para a parenta sanguínea mais próxima, Rosária, que no inventário descobrimos ser também sua afilhada. A escolha de dispor como herdeiras suas sobrinhas-netas, filhas de Rosária, demonstra sua preocupação com o futuro das filhas nascidas e não nascidas da família que deveriam ser beneficiadas por seu

³²⁹ Os trechos estarão citados de forma direta como opção metodológica para melhor visualização. Testamento anexo ao inventário: Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Lajeado, Inventário *post-mortem*, Processo: 535. Ano: 1908. Inventariado: Luiza de Quadros Machado. Inventariante: João Ubaldino Nery.

³³⁰ No decorrer do inventário de Luiza assinala-se o erro cometido no nome de uma das herdeiras, Elisa, na verdade, chamava-se Lydia Oliveira.

legado. Em dezembro do ano de 1911 Rosária informa que, em 1906 (ano da morte de Luiza), nasceu Manoela Rosa de Oliveira, incluída no rol de herdeiras.³³¹ Em seguida, são dispostas as cláusulas do testamento, ou seja, as últimas vontades de Luiza:

[...] com as seguintes cláusulas: Tendo Ortêncio Oliveira e sua mulher o usufruto de todos os bens enquanto viverem. Segundo: Tendo os mesmos pais o direito de vender como tutores natos de seus filhos tantos bens quanto forem precisos para o enterramento e inventário.

Nesse trecho, nota-se a preocupação de Luiza com Rosária e Ortêncio, pois apesar de indicar como herdeiras universais as sobrinhas-netas, aconselha que o casal tenha o usufruto dos bens enquanto viverem. Ainda, a recomendação de vender os bens que fossem necessários para o enterramento e inventário demonstra a preparação econômica de Luiza diante da morte, ou seja, ela própria preocupou-se em arcar com as despesas de seus ritos fúnebres e legais. Isso demonstra sua organização diante das causalidades e mesmo sua agência sobre os eventos que aconteceriam. Luiza pensou, dispôs e registrou acerca de seu enterramento e posterior abertura de inventário.

Terceiro: Tendo todos os filhos do mesmo casal que nascerem o mesmo direito proporcionalmente na herança.

Percebe-se a intencionalidade em relação aos herdeiros ainda não-nascidos: o cuidado de registrar que seu legado deveria ser proporcionalmente dividido entre toda a nova geração da família. Mas, sobretudo, ressalta-se o zelo com a menor Felícia que foi criada por Luiza e era filha de Delfina, uma mulher negra já falecida:

Quarto: Obrigando-se ditos pais a sustentar e educarem a menor Felícia, filha da falecida crioula Delfina, cuja Felícia foi criada pela testadora, sustentando-a enquanto for menor, tratar dela como se fossem pais.

Sublinha a importância ou “obrigação” de Ortêncio e Rosária em sustentar e educar a menor *como pais*, enquanto Felícia fosse menor de idade, demonstrando a relação maternal entre as duas. Se Luiza sustentava e educava Felícia como filha, nada mais justo que seus herdeiros se comprometessem a sustentar e educar a menina da mesma forma que fazia. Se

³³¹ Na certidão de nascimento de Manoela (sobrinha-neta de Luiza), anexa ao inventário de Luiza, descobre-se o nome dos pais de Ortêncio Oliveira (marido de Rosária, sobrinha de Luiza): Romão Franco e Joanna Verônica de Oliveira; e de Rosária Oliveira (sobrinha de Luiza): Manoel Jacintho e Maria da Conceição. Pela falta de sobrenomes dos pais de Rosária não é possível inferir se Luiza era sua tia materna ou paterna. Mas, salienta-se que todos esses sujeitos foram, provavelmente, escravizados; o que oferece para estudos posteriores a possibilidade de aprofundar-se nesse núcleo familiar.

Felícia era menor de idade quando o testamento foi registrado, temos que nascera, no máximo, no ano de 1888, portanto, provavelmente, não era uma menor de ventre livre. Têm-se aqui uma família negra estendida no período pós-abolição. Segue o trecho em que Luiza indica os agentes do processo de inventário:

Nomeava seus testamentários para dar execução ao presente testamento e suas cláusulas, em primeiro lugar o Capitão João Ubaldo Nery, em segundo Francisco Ferreira de Brito, terceiro lugar o Alferes Arthur Reinaldo Voges; e pede que cumpram seu testamento que é de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento algum. Por não saber ler nem escrever pediu ao cidadão Ernesto Zietlov para assinar a seu rogo perante as testemunhas João Rodrigues de Castro, Leonardo Pereira, Jorge Fischer, Manoel Pereira de Miranda, Manoel Pontes Filho, perante mim Adolfo Martins Ribeiro, Notário que escrevi, assino e dou fé.

Por fim, ao nomear seus testamenteiros, Luiza dá indícios de suas relações sociais. A presença de um capitão e um alferes entre eles dá a tônica de sua inserção nessa sociedade. Além disso, entre testamenteiros e testemunhas percebe-se a presença de diferentes origens étnicas, a partir dos sobrenomes, indicando que suas relações se estendiam por todas as comunidades dessa região predominantemente germânica.

O registro de óbito de Luiza traz mais algumas informações sobre sua vida. Era filha natural de Joaquina de Quadros; faleceu cerca de um ano após a escrita do testamento, no dia 1 de julho de 1906, sem assistência médica, com 54 anos; seu sepultamento foi realizado em cemitério católico; era natural do Rio Grande do Sul; seu ofício era parteira; e a designação racial de Luiza no registro de óbito é parda. Tal cor refere-se, em um primeiro momento, à pele mais clara, mas Hebe Mattos verifica em sua pesquisa que esse designativo era dado, especialmente, para nascidos livres, como fator de diferenciação social.³³² Deste modo, tal termo não referenciava, necessariamente, a cor de pele “mestiça”, mas era uma forma de demarcar uma diferenciação social.

Sabe-se que se Luiza tinha 54 anos quando faleceu, em 1906, portanto, nasceu no ano de 1852, ainda no período escravista. Temos, portanto, o caso de uma mulher que experienciou o período de transição da escravidão para a liberdade. Não há referência direta sobre o local do nascimento de Luiza, apenas que foi no Rio Grande do Sul. Considerando a fundação de Taquari, em 1849, e a emancipação de Estrela em 1876, temos como hipótese que Luiza, possivelmente, nasceu em Taquari.

³³² MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013. p. 41.

No Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade do município de Taquari, localizei uma carta de alforria que acredito ser de Luiza. O conteúdo da carta é o seguinte: “Luiza; parda; Sr. Antônio Cardoso da Silva; dt. conc. 02-12-76; dt. reg. 17-01-77 (Livro 1, p. 16v). Desc.: A carta foi concedida “sem cláusula ou condição”.³³³

Se tal carta for de Luiza, sua liberdade foi concedida quando tinha 24 anos, em 1876, ou seja, Luiza viveu a maior parte de sua vida livre. Em 1888, ano da abolição da escravidão, Luiza tinha 36 anos. Não se encontrou informações acerca do senhor, Antonio Cardoso da Silva, mas supõe-se que era parte da elite portuguesa que viveu em Taquari. A concessão da carta sem cláusula ou condição é outro indício da pertença de Luiza, já que tenho como hipótese que não precisou ficar em companhia do senhor e sua família, seguindo para a área urbana de Estrela. Por fim, a carta reitera a racialização de Luiza como parda.

Já o designativo de “crioula” referido à Delfina (mãe de Felícia), era reservado aos escravizados e forros nascidos no Brasil, conforme Mattos.³³⁴ Não localizei nenhuma carta com indicação de que Delfina tenha sido liberta antes da abolição. É provável que ambas as mulheres tenham convivido durante e após o período de cativo e que, com a morte de Delfina, Felícia tenha sido criada por Luiza.

Na pesquisa de Karen Pires menciona-se uma escravizada de nome Delfina que teria pertencido à Umbelina Maria dos Santos, de Taquari. Conforme as informações de compra e venda, Delfina teria entre 25 e 28 anos em 1875. No mesmo ano em que comprou Delfina, Umbelina vendeu-a novamente ao antigo senhor, Manoel Garcia de Azevedo, pelo mesmo valor pelo qual havia comprado, 500 mil réis. Confrontando as idades de ambas, supomos que Delfina possa ter sido mãe de Felícia, ainda que tardiamente, por volta dos 40 anos.³³⁵

Talvez Luiza tenha realizado o parto de Delfina e que essa não tenha resistido, ficando a pequena Felícia sob a guarda de Luiza. Mas estas são suposições não verificáveis. Sabe-se que a solidariedade feminina foi um importante instrumento em momentos de perigo como o parto, o cuidado de crianças, o luto e o desamparo, como enfatiza Nikelen Witter: “Mães, avós, comadres, vizinhas, primas, madrinhas e afilhadas, curandeiras e parteiras pertenciam a este

³³³ SCHERER, Jovani de Souza; ROCHA, Marcia Medeiros da (org.). **Documentos da escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. 2 v. p. 1149

³³⁴ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013., p. 42-43.

³³⁵ Todavia, na mesma pesquisa aparecem outras “Delfinas”, como uma nascida em 1809 que pela idade não é a provável mãe de Felícia. Outro registro é de uma Delfina, também designada como crioula, que em 1852 batizou um filho de nome Abel que tinha como pai Jorge, de Moçambique; ainda que com idade avançada, essa pode também ter sido a mãe de Felícia, ao lado de seu pai e irmão. PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família**: escravizados, libertos e livres na Paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul. 2021. 167 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2021. p. 67-102-112.

mundo feminino relacional, que se movia dentro do espaço da casa e dominava os saberes sobre as mazelas do corpo e da vida das outras mulheres.”³³⁶

Também, sabe-se, por intermédio do registro de óbito, que Ortêncio, marido de Rosária, foi designado como “preto”, referência a africanos. Desta maneira, em um mesmo grupo familiar encontrou-se três termos diferentes para demarcar cor e raça, designações que poderiam representar uma hierarquia social. Em vista disso, ser considerada “parda” pode ter facilitado a inserção social de Luiza:

Desta forma, o qualificativo “pardo” sintetizava como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se “pardos”, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. Mesmo que a prática, por diversas vezes, não correspondesse à representação, a cor da pele tendia a ser por si só um primeiro signo de *status* e condição social para qualquer forasteiro.³³⁷

Por fim, tenho a hipótese de que Luiza tinha a pele mais clara, já que mesmo em sua carta de liberdade consta tal cor. Ser parda provavelmente contribuiu para sua inserção social, e seu ofício pode ter sido um fator distintivo para essa designação. Vale evidenciar que o contexto social e político regional não era estático e inerte aos movimentos que ocorriam em nível nacional. No Vale do Taquari, por exemplo, a campanha abolicionista se fez presente: no ano de 1887 foi criada uma comissão abolicionista em Taquari, formada por cidadãos que possuíam cargos importantes. Já em Estrela, também em 1887, o jornal *O Taquaryense* destacou o sermão do Padre Eugenio Steinhart na igreja matriz, em festa de Nossa Senhora do Rosário, em que pediu liberdade aos escravizados, o padre era parte da comissão abolicionista de Estrela. Tal prática e posicionamento ocorriam no mesmo período em que se desenvolvia o movimento abolicionista no país.³³⁸

Ao investigar o inventário no todo se enriquece a história de Luiza, considerando a sua inserção e ascensão social, que creio provir de seu ofício de parteira e dos potenciais que ele oferecia diante dessa comunidade. Segundo Nikelen Witter, as parteiras exerciam importantes

³³⁶ WITTER, Nikelen A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, no século XIX. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 3. p. 53-66. E-book. p. 54.

³³⁷ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**, *op cit.*, p. 42-43.

³³⁸ PIRES, Karen Daniela. **“O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX”**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 20 dez. 2016. p. 98-110.

laços de afinidade com suas clientes e seus filhos. Não raro tornavam-se comadres, pediatras, ginecologistas e conselheiras das mães.³³⁹

Em abril de 1908 em vista da falta do primeiro testamenteiro e inventariante, o advogado João Ubaldo Nery e da mudança de Rosária e suas filhas de Estrela para Lajeado após a morte de seu cônjuge³⁴⁰, o advogado Frederico Schardong assume, sob procuração de Rosária, o papel de inventariante. Ali encontra-se uma escritura de permuta entre Luiza e Eloy Joaquim de Moraes, e sua esposa Francisca Gomes de Moraes (moradores de Lajeado), do ano de 1899.

Luiza já era moradora de Estrela quando permutou três terrenos do distrito de São Gabriel de Lajeado por seis terrenos frente à Rua da Praia em Estrela.³⁴¹ Eles eram os seguintes: na quadra número cinco encontravam-se os números 39, 41, 43 e 44; na quadra número seis o terreno 49; e mais uma “sobra de terreno” frente à Rua da Praia e fundos ao rio Taquari. A rua da Praia passou a se chamar Marechal Deodoro a partir de 1899 e atualmente se chama Rua Arnaldo José Diel.

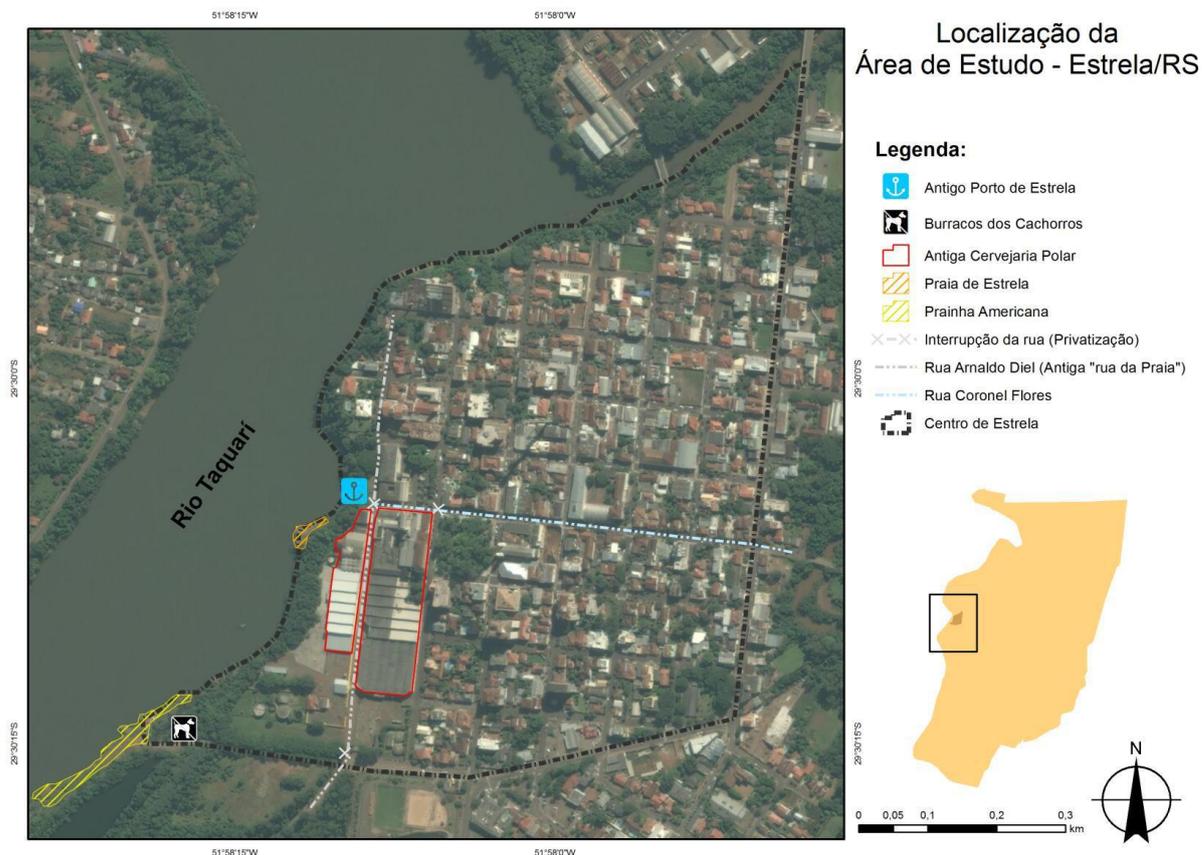
Não se sabe a origem dos terrenos que Luiza possuía em São Gabriel/Lajeado, quando fechou o negócio com o casal Moraes. Posteriormente, encontra-se a escritura de compra de dois terrenos realizada por Luiza em 1905, por 13£. Os vendedores foram Canuto da Cunha Bitencourt e sua esposa Maria Isabel Dillon Bitencourt, moradores do Rio de Janeiro; os terrenos também se localizavam na quadra número cinco, fazendo frente à Rua Marechal Deodoro e fundos ao rio Taquari, sendo seus números 47 e 48. Também constam comprovantes de pagamentos realizados por Luiza para a Intendência Municipal de Estrela em 1906, são esses: 0,47£ de imposto predial urbano correspondente a sua casa na Rua Marechal Deodoro; e 0,7£ de imposto predial urbano de sua casa na Rua Coronel Flores (possivelmente são os mesmos terrenos comprados em 1905).

Esses dados informam a mudança de Luiza de São Gabriel para Estrela, corroborando a hipótese da migração rural para a área urbana de Estrela. Ademais, sublinha-se o número elevado de terrenos comprados. Ao examinar os mapas a seguir, observa-se a possibilidade de os terrenos permutados por Luiza ficarem no espaço rural, ao passo que os terrenos da Rua da Praia/Marechal Deodoro e Coronel Flores faziam, de fato, parte do espaço urbano.

³³⁹ WITTER, Nikelen A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, no século XIX. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 3. p. 53-66. E-book. p. 56.

³⁴⁰ O registro de óbito está anexo ao inventário, foi usado para comprovar a maioria das filhas no final do processo.

³⁴¹ SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **A rua da Praia, o rio Taquari e suas paisagens (Estrela/RS): incorporações, ciclos e representações**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 73.



Fonte: SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **A rua da Praia, o rio Taquari e suas paisagens (Estrela/RS)**, *op cit.*, p. 16.

O fato de as ruas terem nomes de figuras históricas importantes (Coronel Flores e Marechal Deodoro) indica que se localizavam no centro da vila, elemento reiterado pela imagem da rua Coronel Flores (a seguir) que contava com prédios característicos dos centros municipais. A rua Coronel Flores fazia esquina com a rua da Praia, localizada nas margens do rio Taquari, onde se estabeleceu o porto de Estrela, local de atividades urbanas, segundo Lucas P. Schneider.³⁴² Segue imagens de ambas as ruas:

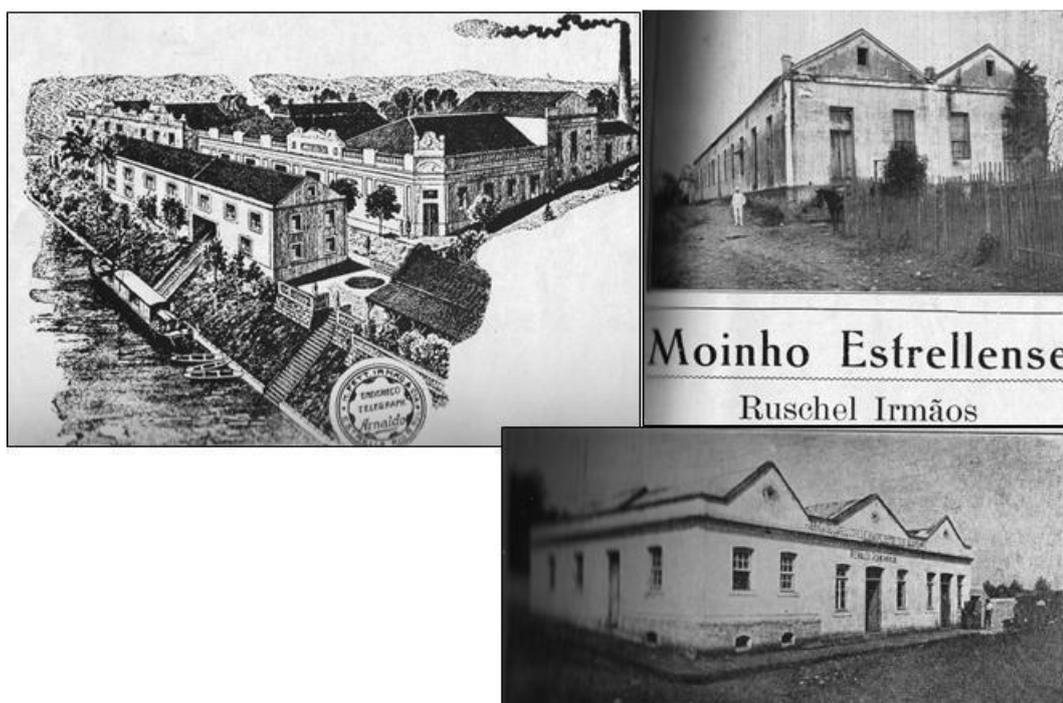
Figura 20: Rua Coronel Flores

³⁴² *Ibid.*, p. 75.



Fonte: SANTOS, Airton E. **Imigração Alemã para Estrela – Rio Grande do Sul**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrelars.blogspot.com/2012/06/imigracao-alema-para-estrela-rio-grande.html>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

Figura 21: Rua da Praia



Fonte: Fonte: SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **A rua da Praia, o rio Taquari e suas paisagens (Estrela/RS)**, *op cit.*, p. 76.

Na rua da Praia, Luiza era vizinha da propriedade de Miguel Ruschel, o mais rico inventariado de Estrela nessa pesquisa. A paisagem era composta pelas atividades do porto e pelo comércio, que se estabelecia, sobretudo, por germânicos, em empresas como a transportadora de gêneros Alfredo Arenhart; a agência de navegação Companhia de Navegação Arnt; o moinho Estrellense (da família Ruschel); a fundição A. Mylius/Bilich; a fábrica de café

Schwambach e Cia.; as casas pré-fabricadas Max Lauer e Cia.; a fábrica de banha e manteiga H. Fett e Cia.; e a Cervejaria Estrella.³⁴³

Também ali se encontravam escravizados e libertos que prestavam serviço por empreitada ou realizavam tarefas no centro e no porto operavam atividades de carga e descarga. Conforme Pires, muitos desses indivíduos seguiam com as embarcações e se fixavam nas proximidades de Porto Alegre. Salienta-se que próximo ao rio se localizava o bairro Oriental, que servia como um segundo porto, este tratava-se de uma zona modesta que sofria com inundações. Os portos e o rio certamente eram áreas efervescentes, tanto para as atividades econômicas, quanto para o estabelecimento das relações sociais entre negros e brancos.³⁴⁴

Demarca-se com essas informações a presença de uma mulher parda na região central da vila de Estrela, possivelmente criando vínculos com a elite local e com a própria comunidade negra. No total, Luiza teve nove terrenos nessa região, que também é conhecida por seus “barrancos”, o que fez com que seus moradores ficassem conhecidos como “barranqueiros”. Talvez Luiza tenha sido uma das primeiras “barranqueiras” da região.

Luiza acionou o recurso analisado por Mattos sobre a população livre após a abolição: o recurso à mobilidade espacial. Com isso, mudar-se para uma área central pode indicar a presença de padrões culturais que nortearam a estratégia adotada: “A mobilidade em liberdade representava, assim, uma potencialidade de romper o desenraizamento e de reinserção social no restabelecimento da trama de relações pessoais e familiares.”³⁴⁵ A autora, ao observar o perfil das testemunhas (pessoas que tinham ocupação urbana) presentes em suas fontes de pesquisa, destaca a presença feminina, ainda que minoritária, mas relevante.

Os inventários de mulheres solteiras pesquisados por Mattos, mesmo que de grupos abastados, não configuravam, em geral, unidades produtivas, não possuíam casas ou lavouras, apenas bens móveis e escravizados. O caso de Luiza espelha, em parte, essa situação, já que também não possui uma unidade produtiva, o usual da região (conforme capítulo 2), mas nesta documentação sobre Luiza se faz menção a um ofício independente de circunstâncias espaciais, situação que a levou para a vida urbana. Ao contrário dos teuto-brasileiros que tinham recursos ou crédito para se endividar na compra de terras, Luiza, sem ascendentes que dessem esse respaldo, pode ter tomado seu ofício e a vida urbana como única opção para prosperar³⁴⁶:

³⁴³ *Ibid.*, p. 75.

³⁴⁴ PIRES, Karen Daniela. "O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX", *op cit.*, p. 55.

³⁴⁵ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, *op cit.*, p. 40.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 70.

A difusão de fogos de mulheres sós, reiteradamente registrados pelas pesquisas demográficas, parece-me que responde por uma realidade essencialmente urbana e frequentemente associada à migração, que se apresentava como a única opção para aquelas mulheres que perdiam o respaldo familiar legal ou costumeiro [...].³⁴⁷

Essas mulheres teriam o trânsito facilitado nesse espaço predominantemente masculino, como a rua, o trabalho e a venda, travando complexas relações pessoais nas vilas do interior, estabelecendo comunidades com escravizados, libertos, livres, forros e seus descendentes.³⁴⁸ Todas as relações de Luiza podem ser encaixadas nessa proposição. Tanto sua relação com a família sanguínea, representada por Rosária (sobrinha), quanto sua relação com Delfina e Felícia (a protegida de Luiza e sua mãe). Essas relações eram provenientes, possivelmente, do seu passado em cativoiro.

[...] a valorização da memória geracional, com a constituição de linhagens, na maioria dos casos femininas, bem como das relações de compadrio, reforça o peso das relações familiares para os cativos, mesmo na ausência da figura paterna. [...] É sobre a mulher cativa e seus filhos crioulos (nascidos no Brasil) que se constrói a possibilidade da família escrava.³⁴⁹

Karen Pires investigou o território de Taquari entre os anos de 1787 e 1850 a fim de analisar os laços de compadrio e as famílias negras escravizadas e libertas. Seus resultados mostraram as redes formadas a partir dos batismos de escravizados adultos com o apadrinhamento de forros e libertos, observando os laços de parentesco espiritual e extensivo da propriedade na qual viviam. Os batizados de filhos naturais nos quais as mães buscavam, especialmente, padrinhos e madrinhas libertos e livres e o baixo índice de uniões legítimas que se davam, sobretudo, entre nubentes da mesma condição jurídica.³⁵⁰

Em setembro de 1908 realizou-se a avaliação dos terrenos e casa de Luiza, resultando em 178£. As dívidas de impostos prediais urbanos com a Intendência importaram, no ano de 1909, no valor de 7£, cobradas em inventário. Outras dívidas foram: 1,2£ para o escrivão João Rodrigues de Castro, por custas e selos da certidão de óbito e do testamento; 91£ para o juiz de órfãos Adolpho Martins Ribeiro por “diversas contas que pagou pela falecida” e 1,8£ pela escritura testamentaria; e 37£ de serviços médicos prestados por Moysés Menezes, formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, sendo 82 visitas, 2 consultas, 10 análises de urina e 5 exames de fezes, no ano de 1906.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 72.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 58.

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 133-134.

³⁵⁰ PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família**, *op cit.*

Essas avaliações trazem importantes constatações. Com 178£ de Monte-mor, Luiza encaixa-se na segunda faixa de pobreza do município de Estrela, conforme as faixas de fortuna analisadas no subcapítulo 2.1. Sua avaliação patrimonial se assemelha com a maioria da população inventariada, já que nessa faixa de fortuna se encontram 66% dos inventariados, contudo, Luiza é a única pessoa não-branca encontrada.

O fato de Luiza ter sido intensamente consultada pelo médico Moysés Menezes, formado na então capital do Brasil, além de ter feito exames laboratoriais, é surpreendente. Segundo Eduardo Relly, somente por volta da década de 1930 a profissionalização e os serviços médicos profissionalizantes foram difundidos na região do Vale do Taquari, em que predominavam as práticas de cura e o curandeirismo.³⁵¹

Ao pesquisar os registros de óbito em Marques de Souza, então 5.º Distrito de Lajeado, entre os anos de 1916 e 1929, Diogo A. Gheno e Neli T. Machado identificaram a presença de cinco médicos, todos germânicos. Ressalta-se que 77,36% dos óbitos em Marques de Souza ocorreram sem assistência médica, o que demonstra que a experiência de Luiza não era usual, especialmente se considerarmos a grande quantidade de atendimentos pelos quais passou. Entendemos que esses cuidados foram provenientes da distinção social experimentada por Luiza, fruto, possivelmente, de sua inserção social como parteira e dos níveis de relações domésticas desfrutados por esse ofício.³⁵²

O médico Moysés Alves de Menezes (1878-1950) era filho de imigrantes portugueses. Nascido em Porto Alegre, formou-se em Farmácia e Medicina no ano de 1903, na cidade do Rio de Janeiro e depois retornou para Porto Alegre. Iniciou a vida profissional em Estrela, permanecendo até 1906, portanto, no período da enfermidade e morte de Luiza. Em seguida, assumiu cargos na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Como médico atuou nas áreas de cirurgia, ginecologia, obstetrícia e oncologia. Em 1925, correspondeu-se com Marie Curie e adquiriu um equipamento para a aplicação de *radium*, aposentou-se em 1942 e faleceu em 1950 e é patrono da cadeira n.º 52 da Academia Sul-riograndense de Medicina³⁵³:

Figura 22: Moysés Alves de Menezes

³⁵¹ RELLY, Eduardo. **Floresta, Capital Social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013. p. 127.

³⁵² GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Causa Mortis e taxas de mortalidade: aspectos históricos a partir de registros de óbitos, 1916-1929. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 892-902, nov. 2013.

³⁵³ MEDICINA, Academia Sul-Rio-Grandense de. **Moysés Alves de Menezes**. 2023. Disponível em: <https://academiademedicinars.com.br/cadeiras/moyses-alves-de-menezes/>. Acesso em: 10 maio 2023.



Fonte: MEDICINA, Academia Sul-Rio-Grandense de. **Moysés Alves de Menezes**, *op cit*,

Ainda que estivesse no início de sua vida profissional, pode-se supor que Luiza esteve bem amparada em sua doença, considerando a formação e atuação destacada do médico. Mas, a dívida contraída dos tratamentos gerou divergências e testemunhas foram chamadas para questionamentos no ano de 1909. O representante dos herdeiros de Luiza, Frederico Schardong, por exemplo, discordou da dívida, pois não estava acompanhada de uma autorização para o pagamento – além de não achar que fosse legalmente bem justificada.

Entre as testemunhas, Ernesto Zietlov disse que morava em frente à casa de Luiza e afirmou que ela teria pedido diversas vezes ao intendente municipal que mandasse o médico Moysés Menezes tratar dela, já que se achava doente e acamada. Destacamos, aqui, sua agência na busca por tratamentos. Ernesto teria visto por inúmeras vezes o médico visitar a doente, momentos em que receitava, dava remédios e prestava demais serviços profissionais. Importante lembrar o que indica Maíra I. Vendrame acerca das vizinhanças:

Na vizinhança, o indivíduo estabelecia laços de solidariedade e reciprocidade essenciais para garantir a sua sobrevivência. A interação entre as casas era feita a partir de cumplicidades e auxílios, sem excluir, contudo, os antagonismos. Apesar de agirem com o propósito de garantir a ordem e a harmonia local, era nesse ambiente que surgiam os conflitos e julgamentos mais graves.³⁵⁴

Outra testemunha, João Rodrigues de Castro, informou saber que o médico foi “por muito tempo”, por volta de dezembro de 1905 a maio de 1906, assistente médico de “Dona” Luiza de Quadros Machado, quando também exercia seus trabalhos profissionais com uma pessoa da família de João. Dessa forma, por muitas vezes, teria visto o médico entrar na casa da inventariada para os “mysteres” da sua profissão. O fato de João referir-se à Luiza como “Dona” demonstra uma distinção social.

³⁵⁴ VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 387.

Também Amaro Leonardo Pereira afirmou que Moysés era assistente médico de Luiza e viu-o por muitas vezes ir à casa dela, no período em que se achava doente. Teria visto, inclusive, o referido sair da casa de Luiza e ir para a farmácia buscar remédios, elemento comprovado por um extrato de compras de “remédios e tratamento médico” da “Farmácia e Drogaria Estrellense” de 1905 a 1906. Por fim, o médico e as testemunhas convenceram o juízo acerca dos atendimentos realizados e a dívida de 37£ foi paga.

Ainda em 1909 os seguintes bens de Luiza foram colocados em praça pública para o pagamento das dívidas: uma casa com terreno na quadra número 29 e uma casa na rua Coronel Flores, terreno de número 32, avaliados em 169£ (aparentemente os terrenos comprados no ano de 1905). Não houve nenhum interessado, então esses bens foram para a partilha. Constaram ainda dois terrenos de número 39 e 41, frente à rua Marechal Deodoro, avaliados em 4,6£ cada um (dois dos que foram permutados em 1899). Para esses o maior lance foi dado pelo médico Gabriel Schlatter, então residente de Estrela. Por 6,2£ cada um desses últimos terrenos, o médico arrematou ambos por 12,5£.

No mesmo ano foi concebido como clínica médica o local denominado “Castelinho”, atual Memorial de Estrela. O responsável pelo estabelecimento foi o médico austríaco Gabriel Schlatter. Segundo o memorialista Airton Santos, a clínica abrigou a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul.³⁵⁵ Um fato interessante pode provir dessa informação, mas da qual não temos confirmação. Provavelmente a clínica médica, a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul, e o atual Memorial de Estrela foram construídos nos terrenos ou próximos dos terrenos que pertenciam à Luiza, que, quem sabe a tal ponto já fossem reconhecidos como espaço dedicado ao parto pela atuação de Luiza, sua proprietária. Gabriel, sabendo dessas informações, teria apenas dado prosseguimento ao trabalho no local.

A escola criada por Gabriel contava com um instrumento médico, obstétrico e pedagógico chamado *Phantom*³⁵⁶, criado a partir de objetos inventados pela parteira francesa Angélique Marguerite Le Boursier du Coudray (1712-1794) e teve sua vida útil entre 1895 e 1910, segundo Juarez Fraga Junior.³⁵⁷ Com a escola, visava-se diminuir o índice de mortalidade entre mulheres e crianças no parto, sobretudo, pelo combate à febre puerperal, causada por infecções provenientes da falta de assepsia. Gabriel atuou em Estrela e Lajeado e,

³⁵⁵ SANTOS, Airton E. **Dr. Gabriel Schlatter criou em Estrela a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://lajeadors.blogspot.com/2018/07/dr-gabriel-schlatter-criou-em-estrela.html>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

³⁵⁶ Atualmente o *Phantom* é parte do acervo tridimensional do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM).

³⁵⁷ FRAGA JUNIOR, Juarez. *Phantom Schlatter e a trajetória de um instrumento médico, obstétrico e pedagógico no interior do Rio Grande do Sul (Brasil)*. **XIII Fórum Fapa**, Porto Alegre, p. 227-288, fev. 2014.

posteriormente, estabeleceu-se em Feliz, local em que fundou um hospital em 1909. Com as leis restritivas de 1930 ficou impossibilitado de clinicar, seu filho assumiu o lugar e ele seguiu para Poço das Antas, onde atuou “clandestinamente”, segundo René Gertz.³⁵⁸ Não encontrei informações conclusivas sobre a profissionalização de Gabriel, se tinha um diploma ou imigrou sem.

Ainda que Luiza, provavelmente, não tenha sido aluna da escola, é possível que tenha conhecido ou atuado com o médico Gabriel Schlatter. Se considerar que a vida útil informada para o *Phantom* se inicia em 1895, é possível que Luiza tenha conhecido as práticas obstétricas ensinadas por Gabriel, já que, segundo Santos, o médico formara dezenas de parteiras que se espalharam pelo Rio Grande do Sul³⁵⁹; ou pode ser que ele próprio tenha aprendido com Luiza e seus saberes geracionais, na casa que, posteriormente, adquiriu. Com a imagem a seguir, sabe-se que mulheres de diferentes etnias se formaram como parteiras na escola idealizada pelo médico austríaco:

Figura 23: Alunas da escola de parteiras de Gabriel Schlatter



Fonte: SANTOS, Airton E. **Dr. Gabriel Schlatter criou em Estrela a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul**, *op cit.*

³⁵⁸ GERTZ, René E. Médicos alemães no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX: integração e conflito. História, Ciências, **Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 141-157, 20 fev. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702013005000002>.

³⁵⁹ SANTOS, Airton E. **Dr. Gabriel Schlatter criou em Estrela a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul**, *op cit.*

Não consta a data exata de tal imagem, mas identifico ao menos uma mulher não germânica. Com isso, abre-se o precedente de que Luiza tenha entrado em contato com a escola ou depreende-se, ao menos, o prestígio da profissão em Estrela e Lajeado, parte dos processos de profissionalização que desenvolviam-se no Rio Grande do Sul. Também, deparei-me no blog de Santos com um registro de parteira em Estrela:

Figura 24: Ficha de Parteira

Departamento Estadual de Saúde
 RIO GRANDE DO SUL
 UNIDADE SANITARIA Posto de Higiene de Estrela
 Serviço de Higiene Pré-Natal
FICHA DE PARTEIRA CURIOSA
 MATRÍCULA N.º _____
 NOME FRANCISCA DOS SANTOS

	Apelido <u>Chica</u> Idade <u>13/5/884</u> Cór. <u>Mixta</u>
	Residência <u>Rua Dr. Tostes - N/Cidade</u>
	Nacion. <u>Brasileira</u> Est. civil <u>Casada</u>
	Gráu de instrução _____

SANTOS, Airton E. **Bisavó de Airton Engster dos Santos era Parteira em Estrela-RS**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrelars.blogspot.com/2012/06/imigracao-alema-para-estrela-rio-grande.html>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

Na imagem acima, o ano de registro profissional não é informado, mas, considerando que Francisca Santos nasceu em 13 de maio de 1884, supomos que pode ter atuado nesse ofício em anos comuns aos de Luiza. No inventário de Luiza se encontra o pagamento de 0,7£ para a Fazenda do Estado para a liberação do exercício profissional de parteira por dois semestres, em 1905 – ano em que testou. Ou seja, Luiza possuía registro profissional como parteira, ao menos no período em que já se encontrava mais velha.

Percebe-se, portanto, a profissionalização do ofício, comandado pelo Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, da Unidade Sanitária do Posto de Higiene Estrela e de um Serviço de Higiene Pré-Natal próprio. A ficha ainda destaca a categoria “parteira

curiosa”, sugerindo a falta de formação específica, mas ainda assim, registrada. Também as cores de Francisca e de Luiza destacam a presença de mulheres racializadas atuando no parto. Enquanto Luiza foi identificada como parda, Francisca, com traços indígenas, foi designada como “mixta”. Além disso, ambas moravam no centro de Estrela, Luiza na Rua da Praia/Marechal Deodoro e Coronel Flores e Francisca na Rua Dr. Tostes.

Gisela B. Lermen encontra parteiras na região colonial desde meados do século XIX, com a memória transmitida através de necrológios e de anúncios de agradecimentos pelos serviços prestados. Além dessas publicações de caráter particular, a autora não encontra casos de reconhecimento ou elogio público às atividades dessas mulheres. Os anos de 1907 e 1908 são marcados pelo começo dos trabalhos de Schlatter em prol do que se acreditava como “formação adequada” de parteiras na região colonial alemã.³⁶⁰

Com isso, Lermen fez uma relação de necrológios provando a existência de parteiras respeitadas na maioria das antigas paróquias e nas “novas regiões de colonização”. Todas as parteiras relacionadas pela autora são germânicas, uma delas é Helena Math Spieker de Tamanduá (localidade atual de Marques de Souza). Ao pesquisar a respeito das parteiras na Alemanha nos séculos XVI e XVIII a autora defende que as características essenciais das parteiras do interior rural alemão continuaram presentes no ambiente colonial do Brasil.

Nos séculos XVI e XVIII as parteiras do interior se originavam de famílias residentes na localidade, somente a partir do século XIX se encontram mulheres naturais de outras localidades. Os pais e maridos de parteiras pertenciam à classe média rural, especialmente artesãos ou ocupantes de cargos comunitários. Após se casarem, as futuras parteiras continuavam em seu meio de origem, convivendo com as famílias de parentesco, quase todas tinham muitos filhos. As atividades iniciavam por volta dos 40 e 50 anos, exercendo também em caso de viuvez. Quando reconhecidas como parteiras, gozavam de reconhecimento e respeito social, acompanhando mulheres de diferentes localidades.

Agora, vejamos outras possibilidades de análise provenientes do ofício de parteira. No Rio Grande do Sul, com o decreto-lei de 30 de dezembro de 1891, o Governo Provisório determinou a “autonomização das práticas regionais”, relativas à saúde. Com isso, os estados eram responsáveis pelas ações sanitárias regionais, com descentralização administrativa que permitia liberdade profissional e religiosa, diferentemente de outros estados brasileiros. Tal fator teria permitido uma variada implantação de práticas de cura. Posteriormente, na

³⁶⁰ LERMEN, Gisela Büttner. **História de mulheres católicas alemãs imigrantes no sul do Brasil (1824-1939)**., *op cit.*, p. 337.

Constituição estadual, de 1892, a liberdade do exercício profissional consagrou-se, segundo Beatriz T. Weber.³⁶¹

O corpo feminino no século XIX era, sobretudo, atendido por parteiras. Nesse contexto, a medicina ainda não conhecia suficientemente seu funcionamento e técnicas de parto e cesariana não estavam desenvolvidas. Portanto, os médicos formados eram dispensáveis e atuavam, sobretudo, em casos complicados ou de mulheres ricas. Os médicos usavam tratamentos dolorosos e violentos devido ao desconhecimento. Em casos complicados a regra era a morte, conforme Weber.³⁶²

Marcos A. Dal Cin informa que para a comunidade Conventos, em Lajeado, o número de óbitos durante o parto era significativo, atingindo a faixa etária de mulheres desde os 18 até os 41 anos, mas especialmente, após os 25 anos.³⁶³ Entre as inventariadas da presente pesquisa, Catharina Eckhardt, nascida Arndt, faleceu no parto do décimo terceiro filho aos 41 anos de idade, em 1888.³⁶⁴

O conhecimento para o exercício do ofício de parteira era prático e geracional. Cuidavam da saúde das mulheres e dos partos, inserindo-se no cotidiano do espaço doméstico e concentrando certa autoridade, por conta de seus saberes. Dentre suas atividades, destaca-se o tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, inflamações e abortos. A gravidez indesejada envolve aspectos da moral que não serão aqui abordados, mas salienta-se que tal ofício fomentava o compartilhamento da intimidade e das dificuldades vivenciadas por mulheres, por isso as parteiras eram mais aceitas que os médicos.³⁶⁵

Segundo Vendrame o ofício de parteira era condenado por alguns sacerdotes, especialmente quando não havia formação. Assim sendo: “As parteiras, em muitas situações, não tinham experiência suficiente para exercer o trabalho, mas era a proximidade, a confiança e as relações de parentesco ou vizinhança que faziam com que os imigrantes as escolhessem.”³⁶⁶ Na ex-Colônia Silveira Martins, o clérigo Francisco Schwinn teria observado

³⁶¹ WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928**. 1997. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p. 49.

³⁶² *Ibid.*, p. 278-279.

³⁶³ DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de conventos/RS - 1860 a 1903**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. p. 108-109.

³⁶⁴ *Ibid.*, p. 114.

³⁶⁵ WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**, *op cit.*, p. 281.

³⁶⁶ VENDRAME, Maíra Ines. **“LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 194.

irregularidades no serviço de parteiras, tolerando somente aquelas formadas que deveriam atuar sob os preceitos médicos e não “rituais e mágicos”.

Também nesse caso, a pesquisadora indica que não eram raros os casos de colonos de diversas etnias que recorriam aos benzedores e rezadores negros. Para o caso do Vale do Taquari estendemos essa procura por parteiras. Isso ocorria, segundo Vendrame, pela aproximação da população negra e imigrante nos espaços rurais, maior do que com o clero europeu e de cultura letrada, presente nos centros urbanos.³⁶⁷ Ainda, convém evidenciar o tabu representado pelo parto para parte da comunidade germânica, segundo Telmo L. Müller:

[...] Um dia me contaram que lá em casa havia chegado um nenê, “n Meedche”, uma menina [...]. Recordo que ao chegar em casa tive vergonha de ver minha mãe. Não sei por quê. Mas recordo com absoluta certeza de que senti vergonha de entrar no quarto. espiei pela fresta da porta [...]. Depois fui chegando. Aí eu soube que “das Meedche iss von dea Kiwitzebach komm”, a menina veio do arroio dos quero-queros. [...] Quero-queros eram capazes de uma coisa dessas, pois quando eles sobrevoavam a casa dizia-se que vinha visita e que, às vezes acontecia numa coincidência de dar espanto. Então, que dúvida? a Heliet foi trazida por eles.³⁶⁸

Sobre como eram vivenciados o parto e o pós-parto, embebido nas crenças e tradições dessa comunidade:

A mulher que tinha um filho, ficava nove dias de cama, um por cada mês de gestação, para que todos os órgãos voltassem ao seu lugar e passasse o perigo de... uma série de coisas. Os nenês ficavam de olhos vendados por alguns dias para que a claridade não prejudicasse os olhos. Eu nunca vi uma criança sem touca, na colônia, “dass’e net Oohre weeh kriiht”, a fim de que não ficasse com dor de ouvidos.³⁶⁹

Relações íntimas eram estabelecidas. Nas regiões rurais, afastadas geograficamente do centro da Vila, as parteiras poderiam permanecer nas casas das parturientes durante as semanas necessárias, desde antes do parto até o período de resguardo, conforme Witter.³⁷⁰ Luiza deve ter desempenhado o ofício de parteira desde seu período em cativo, com conhecimentos advindos da convivência com outras mulheres parteiras escravizadas. Seu ofício consistia, portanto, em saberes geracionais acumulados. Sua inserção na comunidade germânica deve, ainda, ter ampliado seus conhecimentos e modos de manejar o parto e o pós-parto, segundo as crenças e tradições dessa comunidade. Seu ofício pode ter facilitado sua inserção social com

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 196

³⁶⁸ MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: EST, 1981. p. 11.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 12.

³⁷⁰ WITTER, Nikelen A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, no século XIX, *op cit.*, p. 56.

todas as etnias da região, desde os portugueses de Taquari até os germânicos de Estrela e a própria comunidade negra, considerando a importância social dos seus testamenteiros. O caráter intimista do ofício deve ter possibilitado que Luiza se movimentasse no interior dessa sociedade, incluindo o interior das casas, adquirindo confiabilidade e respeitabilidade que certamente influenciaram sua ascensão social:

Ser “parteira”, como vimos significava ser portadora de um conhecimento especial, próximo e frequentemente vinculado à magia. Não havia uma distinção clara entre os domínios da religião e os da magia. A religião católica que se espalhou pelo Rio Grande do Sul no final do século XIX foi, principalmente, o elo de união entre os imigrantes que se instalaram no Estado. [...] A população aproximou-se de um universo que era seu conhecido, confiável e amparado na tradição, que oferecia resposta as suas angústias, que era mais próximo de suas práticas e, enfim, que oferecia alguma esperança.³⁷¹

Por fim, ressalta-se, com isso, a atuação de Luiza exercendo seu ofício, pouco tempo após a abolição. Mesmo sem saber ler ou escrever, Luiza comprou e permutou bens na área urbana de Estrela. Ou seja, sua atuação também é marcante nos negócios, como os estabelecidos com Adolpho Martins Ribeiro, de quem pegou empréstimos em dinheiro por diversas vezes, possivelmente para os gastos com o médico Moyses Meneses e remédios. Possivelmente essas transações econômicas eram provenientes de relações e afinidades.

Ao que consta, muitas foram as visitas, consultas e exames realizados no tratamento de sua doença. Essa preocupação com a saúde, na busca de um médico, poderia ser proveniente dos conhecimentos adquiridos sobre o corpo no desempenho do ofício de parteira. Luiza era uma mulher cujo ofício era cuidar de outras mulheres, o que pode ter constituído relações e experiências que transcendiam a gestação e o parto. Dessa forma, seu ofício teria desempenhado uma *distinção* social e econômica nessa sociedade.

Voltando ao processo de inventário, o dinheiro no cofre dos órfãos, somado aos bens imóveis, resultou em 106,4£. A partilha ocorreu somente no ano de 1917. O Monte-mor total foi de 237,6£, com deduções de taxas o Monte partível foi de 106£. A legítima de cada herdeira foi de 26,5£. Foi realizada uma sobrepartilha no ano de 1918 no valor de 41£, resultando na legítima de 10£ por herdeira. Em 1922, Rosária vai ao juízo solicitar os juros das importâncias depositadas no cofre de órfãos, necessários a sua manutenção e das menores.³⁷²

³⁷¹ WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**, *op cit.*, p. 287-286.

³⁷² Em 1910, Rosária, como tutora dos herdeiros pediu vistas ao processo de inventário; com isso a audiência de partilha ocorreria em dezembro de 1911, entretanto, foi cancelada em virtude do processo que corria na justiça do credor Adolpho Martins Ribeiro, parte dos bens estavam penhorados no Tribunal do Estado. Em 1914 uma atualização do caso feita pelo novo inventariante Manoel Francisco Guerreiro informa que os terrenos arrematados por Gabriel Schlatter foram mais tarde vendidos, juntamente com os de número 43,44, 45 e 47 para Antonio F. de

Em 1929 as herdeiras procuraram o Juízo para informar que completaram a maioria e que querem tomar posse dos bens. Tal aspecto é interessante ao relacionarmos com os germânicos que participaram do processo de enxamagem. Esses, em geral, tinham créditos ou algum recurso proveniente de suas famílias para adquirir, ao menos, uma colônia de terras. Ao testar e deixar a herança para suas descendentes, Luiza garantiu que também elas tivessem o recurso inicial para “começar” a vida.

Felícia, que fora criada por Luiza, não foi mais citada no inventário, o que pode ter ocorrido por não ser herdeira, não se excluindo a possibilidade de ter sido criada por Rosária. O laço familiar criado entre Luiza e sua protegida Felícia, registrado em testamento e conformado por uma rede familiar de sororidade e solidariedade, é único entre os documentos analisados. Demonstra-se uma evidente diferença entre as relações estabelecidas entre famílias provenientes do processo de pós-abolição e de imigração, pois mesmo entre os autos de tutela não se encontrou casos parecidos com uma adoção. Entre as famílias alemãs encontra-se, sobretudo, a preocupação com os descendentes em linha reta, ao passo que a experiência de Luiza extrapola a ideia de núcleo padrão familiar. Nossa conclusão parece com a de Ana M. L. Rios:

O que a pesquisa indicou é que, no ano de 1889 muitos ex-escravos conseguiram preservar e ampliar suas famílias, reproduzir relações comunitárias e obter uma situação de relativo controle sobre seu trabalho [...] Tanto o trabalho familiar quanto o concurso e auxílio de seus pares eram fundamentais na conquista e manutenção de uma situação relativamente independente.³⁷³

Mesmo adoentada e na velhice, Luiza preocupou-se com o futuro de seus entes: atuou na compra e venda de bens e também na busca dos procedimentos legais. Supomos que isso foi possível devido à *distinção* que seu ofício proporcionou diante dessa comunidade. Ainda que não fosse rica, pode concentrar um capital social que permitiu sua ascensão, visível entre os testamenteiros, testemunhas e nos créditos adquiridos entre esses.

Portanto, apesar de se situar economicamente entre os pobres da região, Luiza teve uma experiência social que permitiu acumular e preservar seu patrimônio, pensando no auxílio e ampliação da família. Uma das suas principais agências diante dessa estrutura foi o fato de

Azevedo por 207£; esse valor usado para quitar as dívidas com Adolpho Martins Ribeiro, o restante, 72£ foram recolhidas ao cofre dos órfãos. Portanto, não é possível afirmar que o consultório de Gabriel foi, de fato, construído sob os terrenos que pertenciam à Luiza.

³⁷³ RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transição: famílias negras em paraíba do sul, 1872-1920. 1990. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. p. 93-94.

buscar os procedimentos legais, testando e registrando que parte dos seus bens fossem usados nas despesas do seu inventário. Com isso, garantiu que, mesmo 23 anos após sua morte, as suas descendentes pudessem desfrutar de seu legado. Tal garantia é excepcional diante de uma estrutura em que inventariar, por si só, já era um privilégio, pois demonstrava que havia algum bem a legar. Tal excepcionalidade aumenta diante de uma comunidade predominantemente branca e após a abolição. Além disso, se não fosse o desejo e o esforço de Luiza no registro de suas vontades e organização do seu pós-morte, não teríamos acesso à sua experiência e não seria possível contar essa história.

Conclusão

Tendo por base o ciclo de vida familiar proveniente dos estudos sobre economia camponesa de Chayanov, investigou-se a chefia feminina e a viuvez diante da morte do marido e pai. Totalizou-se para a amostra de estudos 91 casos. Verificou-se, através da quantidade de filhos, suas idades e estado civil, o momento do ciclo de vida familiar em que cada família encontrava-se: 48,3% eram famílias jovens; 31,8% famílias maduras e 16,4% famílias velhas. Portanto, a maioria das famílias com chefia familiar feminina no Vale do Taquari eram jovens, seguidas por maduras e velhas, reiterando o processo de enxameamento experimentado pela região, composta, especialmente, pela segunda ou terceira geração de imigrantes, sujeitos a toda a sorte de acontecimentos.

Sobre a quantidade de filhos por família, as modas foram de cinco filhos para famílias jovens e maduras e nove filhos para famílias velhas, possibilitando a correlação entre o momento do ciclo de vida familiar e a situação socioeconômica dessas famílias, considerando o número de produtores e consumidores. Para tanto, testaram-se algumas hipóteses: pensamos que famílias jovens tendiam a ser pobres diante da morte do marido/pai, encontrando-se na fase de subsistência, já que contavam, até aquele momento, com a centralidade dos braços dos pais nesse processo; já famílias maduras deveriam ter uma situação mais favorável, pois dependesse um equilíbrio entre produtores e consumidores; por fim, as famílias velhas também estariam amparadas, devido ao maior tempo para a acumulação de riqueza, ainda que apresentassem uma decadência no número de produtores, em vista do casamento e saída de casa dos filhos. Portanto, supomos que as famílias mais ricas fossem as maduras, as velhas fossem as economicamente médias e as jovens, as mais pobres. Na existência de famílias jovens ricas se pressuporia uma rede familiar precedente, de onde viria uma herança.

Testando as hipóteses, verificou-se que as famílias jovens eram as mais pobres; as famílias maduras, que supomos serem as mais ricas, eram as médias economicamente; e as famílias velhas foram as mais ricas da análise. Com isso, as famílias jovens estavam, de fato, no início da acumulação de riqueza, mas as diferenças de média de fortuna não foram, em geral, significantes; assim, mesmo que as jovens fossem as mais pobres, não havia uma diferença considerável. As famílias maduras apresentaram riquezas modestas; já as famílias velhas experimentaram as melhores situações, indicando o acúmulo de bens e o auxílio, mesmo após a saída de casa dos filhos.

Ainda assim, a principal conclusão foi de que, independentemente do momento em que se encontravam no ciclo de vida familiar, a maior parte das famílias estava no início ou com baixa acumulação de riqueza, portanto, especialmente famílias pobres dirigiram-se para o Vale do Taquari e, dentre essas, poucas prosperaram. Poucas chefes de família desfrutaram de boa situação socioeconômica. Verifica-se um padrão de desigualdade socioeconômica entre chefes de família, com acumulação de riqueza entre poucas famílias alcançando todos os momentos do ciclo de vida familiar, da mesma forma que ocorreu na estrutura socioeconômica geral da região.

Ao analisar detidamente o caso da família da viúva Elisabetha Graebin, integrante do grupo de famílias teuto-brasileiras, rurais, velhas e pobres do Vale do Taquari, verifica-se que era composta por nove consumidores e oito produtores, após a morte do marido e pai, Jacob. Mesmo sendo uma família velha, pela existência de netos, encontrava-se em seu auge produtivo, portanto, deparamo-nos com uma realidade mais complexa que os esforços de classificação.

A viúva solicitou diante na justiça que a sua Meação fosse paga com os móveis, os semoventes e a casa, demonstrando o desejo de seguir com as condições anteriores a morte de Jacob, reiterando o auge produtivo então experienciado. Na posse desses bens, comandou os aspectos econômicos familiares, administrando e prosseguindo com as atividades produtivas, caracterizando uma chefia familiar econômica e produtiva. Durante esse período vendeu e permutou terras, encabeçando os negócios por, ao menos, onze anos, desde a morte de Jacob em 1898 até sua última aparição no inventário, em 1909.

Elisabetha faleceu em 1911, treze anos após Jacob. Ao observar os bens arrolados depois de sua morte se percebem modificações quanto à natureza/concentração dos mesmos. Os itens produtivos, agrícolas e os animais desapareceram, mas o valor total dos bens recebeu um incremento, com o aumento do valor das terras. No fim da vida, a viúva permaneceu somente

com os bens de raiz. Os trabalhos agrícolas e produtivos do seu núcleo familiar devem ter acabado, expandindo-se para o núcleo familiar dos filhos.

Uma das possibilidades de análise é a de que Elisabetha tenha se transferido para a casa de um dos filhos, já que não constaram nem utensílios de cozinha entre seus bens. Não há uma conclusão definitiva sobre o que ocorreu no fim de sua vida, contudo, sabe-se que administrou os bens em favor dos herdeiros até pelo menos dois anos antes de sua morte. As dívidas passivas que ficaram em seu inventário corroboram a hipótese de que ela não se dedicava mais à produção, pois tinha créditos para a compra de gêneros alimentícios.

Mesmo com a dedução das dívidas, o seu montante foi maior do que sua Meação. Todavia, o legado de Jacob e Elisabetha se esfacelou no pagamento das heranças aos filhos e netos; ainda que não tenha ocorrido um enriquecimento, o patrimônio recebido deve ter proporcionado o estabelecimento inicial desses. Esse “incentivo”, na prática, era uma *distinção* em relação àqueles que não possuíam bem algum proveniente de herança.

Concluiu-se, com o primeiro subcapítulo, que as famílias chefiadas por mulheres viúvas eram, sobretudo, pobres, independentemente do momento do ciclo de vida familiar em que estavam. Restavam melhores possibilidades para famílias velhas e maduras e as piores situações para famílias jovens. Algumas poucas mulheres em todos os momentos de ciclo de vida familiar desfrutaram de uma melhor situação econômica. O caso de Elisabetha Graebin demonstra que, mesmo diante da pobreza experienciada pela sua família, a tomada de iniciativas na administração familiar e produtiva foram diferenciais para o futuro da família; mesmo com o esfacelamento da herança entre muitos herdeiros, diante de uma comunidade pobre, um pequeno incremento poderia ser uma *distinção*.

No subcapítulo 3.2 trabalhou-se com os momentos do ciclo de vida familiar delimitados no subcapítulo 3.1, ou seja, famílias jovens, maduras e velhas. A análise se deu entre os 91 inventários de viúvas com filhos ou netos menores, atentando-se aos casos que apresentaram os processos de tutela anexos, a fim de analisar a tutoria e dispositivos acionados por mães em prol de seus desejos e necessidades durante a chefia familiar.

Ao estabelecer quem usualmente era tutor, observou-se que para famílias jovens e velhas as tutorias eram, sobretudo, exercidas por agentes externos. Isso pode ter ocorrido pela falta de familiares para exercer esse papel, considerando a distância dos parentes devido ao processo de enxameamento. Ainda, para famílias jovens, o juízo pode ter considerado questões

financeiras ou morais, já que eram, em sua maioria, pobres, conforme o que indica Cardoso e o nosso subcapítulo 3.1.³⁷⁴

Destaca-se que 98% das tutorias eram exercidas por homens, demonstrando os aspectos patriarcais dessa sociedade. Os agentes externos designados como tutores repetiam-se: eram cidadãos com certa proeminência social que deveriam representar aspectos morais naquele contexto, mesmo que, pela falta constatada da prestação de contas de tutoria não desempenhassem, de fato, o papel de tutores. A tutoria familiar ocorria, especialmente, entre as famílias maduras e, em menor número, entre as famílias jovens e velhas. Geralmente era exercida por avós, tios e padrastos. Nos casos estudados de tutoria familiar, encontraram-se as prestações de contas das tutorias, das quais três foram analisadas, todas de famílias jovens, sendo uma pobre, uma média economicamente e outra rica.

As análises demonstraram que apesar de serem, principalmente, tuteladas por homens, as mulheres tinham a possibilidade de indicar o tutor. Isso não ameniza os aspectos patriarcais dessa sociedade, mas demonstra um espaço de atuação que deve ter sido aproveitado. O recasamento era outro dispositivo a ser acessado, acima de tudo, para auxiliar na subsistência de famílias jovens e pobres. Outro aspecto das prestações de contas das tutorias são as indicações acerca da boa conduta, saúde e educação dos menores, conforme preocupações da retórica jurídica da época, indicadas por Cardoso.³⁷⁵

Precisamente, os processos de tutela auxiliaram na visualização do início de novos momentos do ciclo de vida familiar, como o casamento e a tomada de posse da herança pelos herdeiros. Ademais, a presença de familiares proeminentes ocupando a posição de tutores entre as famílias jovens ricas demonstra a riqueza antecedente à formação do núcleo familiar, acompanhada da preocupação em investir, aumentar e prolongar a riqueza da família para seus descendentes. Nos casos desta dissertação, não se encontrou registros sobre aspectos da moral dos herdeiros, que deveriam ser considerados intrínsecos à família.

Quanto ao patrimônio, em geral se priorizava o cuidado com os bens de raiz, valiosos em uma região de colonização privada das terras, como o Vale do Taquari. Procurou-se compreender, através da análise patrimonial, quais fatores liquidaram com as possibilidades de as famílias jovens e pobres – que representaram 88% das famílias jovens – prosperarem, considerando os bens mais valiosos, os de raiz.

³⁷⁴ CARDOSO, José Carlos da Silva. Enredos da vida: a organização das famílias porto-alegrenses por meio da justiça (início do século XX). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional**, *op cit.*, p. 272.

³⁷⁵ *Ibid.*

Ao verificar a quantidade de bens de raiz e sua representatividade nos patrimônios totais, obteve-se que mais da metade das famílias tinham posse de um bem, o local em que residiam. Poucas famílias tinham mais de um bem de raiz. Outras, ainda, não tinham nenhum. A maioria se encontrava em espaços rurais, o usual da região conforme o capítulo 2. Esses bens eram representativos nos patrimônios familiares: a maioria das famílias estava com mais de 50% de seu patrimônio empenhado em bens de raiz, perdê-los, portanto, era prejudicial para a prosperidade familiar.

Alguns casos foram discutidos. A família Haas contraiu dívidas para dar início ou prosseguimento da vida familiar, mas diante da morte do pai e marido perdeu tudo para pagá-las, inclusive o local de moradia. A família Marmitt, diante da morte do marido e pai perdeu todos os bens – em especial as terras, que representavam 79% do seu patrimônio – para pagar empréstimos contraídos na compra dessas mesmas terras e benfeitorias perdidas. Vê-se como a morte prematura interrompeu a construção dos patrimônios familiares, ocasionando momentos de reconfiguração, assim como ressalta a importância da terra no impulso para a riqueza ou pobreza.

Por fim, analisaram-se declarações feitas nos inventários por duas viúvas e tutoras de herdeiros menores, a fim de identificar como elas utilizavam desse espaço para fazer valer seus desejos e necessidades, particularmente em relação às terras. Identificaram-se as atuações das mesmas na permuta de bens, negociação com vizinhos e na busca dos procedimentos legais, alcançando os resultados que consideravam mais vantajosos para os herdeiros, exercendo o papel de tutoras e demonstrando agência e autonomia. Dessa forma, apesar de incomum, é necessário afirmar que algumas mulheres acessaram e maneжaram a tutoria como instrumento para a prosperidade familiar diante da morte do marido e pai.

No subcapítulo 3.3 explorou-se um caso excepcional, partindo de um testamento anexo ao inventário, a fim de discutir a vida e a morte de Luiza de Quadros Machado, mulher solteira, parda e parteira, a única com tais características presente no corpo documental desta pesquisa, predominantemente germânico. Analisou-se detalhadamente seu testamento, verificando seu desejo em registrar suas últimas vontades, legando seus bens para seus descendentes e garantindo a preparação econômica dos ritos fúnebres e legais de sua morte.

Destaca-se a relação maternal com a menor Felícia, filha da finada Delfina. Sobre a mãe da menor sabemos somente a designação racial de “crioula”, o que nos faz supor que a relação entre ambas as mulheres seja proveniente da comunidade escravizada e liberta do Vale do Taquari. Luiza foi designada como parda e, por ter falecido em 1906 com 54, anos sabemos

que vivenciou tanto a escravidão como a liberdade. Com isso, identificamos esse caso como de uma família estendida no pós-abolição.

Encontrou-se uma carta de alforria que supomos ser de Luiza, na qual também é referenciada como parda, o que pode ter sido um fator de diferenciação social, bem como, a menção ao seu ofício de parteira. Luiza permutou e comprou terras, partindo, do que parece ter sido o interior de Lajeado, para o centro da Vila de Estrela, onde foi vizinha de comércios importantes, como de Miguel Ruschel, analisado no subcapítulo 2.2 dessa dissertação. Também, morava perto do efervescente porto, onde se realizava a navegação fluvial e conviviam pessoas de diferentes origens étnicas e econômicas, considerando a proximidade do modesto bairro Oriental.

Luiza acionou o recurso econômico à mobilidade espacial, criando raízes em uma comunidade e se inserindo socialmente nela, dispondo de um ofício independente de circunstâncias espaciais, pois não tinha uma unidade produtiva. Seu ofício e a vida urbana devem ter sido a melhor opção para prosperar, facilitando seu trânsito social, visível nos sujeitos participantes do seu processo de inventário.

Luiza se encontrava na segunda faixa de pobreza de Estrela e suas dívidas revelaram informações sobre sua enfermidade e distinção social. São cobradas consultas com o médico Moysés Menezes, além de exames laboratoriais. Esses recursos não eram usuais na região, local em que predominavam práticas de cura e curandeirismo. Sua inserção social como parteira e as relações sociais estabelecidas devem ter proporcionado esses atendimentos diferenciados.

A fim de pagar as dívidas, os bens de Luiza foram colocados em praça pública, de onde provém mais uma interessante constatação: o comprador de dois de seus terrenos foi o médico austríaco Gabriel Schlatter, que concebeu, no mesmo ano em que adquiriu os terrenos, uma clínica médica no local denominado “Castelinho” hoje um atual Memorial da cidade de Estrela. Nesse local teria se estabelecido a primeira escola de parteiras do Rio Grande do Sul e tudo indica que a clínica/escola tenha sido construída próxima ou nos terrenos que pertenciam à Luiza o que, possivelmente, fazia com que esse local já fosse reconhecido como espaço de saúde e parto.

Luiza não foi aluna da escola, mas provavelmente conheceu Gabriel, podendo, inclusive, ter trocado conhecimentos com ele. Verificou-se, através de uma foto da escola e de uma ficha de registro profissional de uma mulher que teve a cor designada como “mixta” que mulheres de diversas etnias frequentaram a escola e atuaram como parteiras na escola de Gabriel. Também, encontrou-se um pagamento para a Fazenda do Estado por exercício

profissional de Luiza, demonstrando que ela vivenciou e participou da profissionalização do seu ofício.

Diante disso, tenho fortes indícios de que ser parteira facilitou a inserção social de Luiza com todas as etnias da região, pelos movimentos e o caráter intimista que o ofício proporcionava no interior dessa sociedade, fazendo-a adquirir confiabilidade e respeitabilidade, é possível compreender que Luiza desfrutava de uma *distinção* socioeconômica. Seu legado foi, de fato, usufruído por suas descendentes, desde a menoridade até a maturidade, auxiliando-as a iniciar a vida adulta. Usualmente verifica-se, nas documentações, que isso ocorria entre os germânicos que participaram do processo de enxamagem, pois suas famílias tinham recursos e créditos para auxiliá-los.

Não se encontrou nenhuma menção sobre Felícia além do testamento de Luiza, mas o laço familiar entre ambas é único na documentação, extrapolando o núcleo familiar padrão, usual entre os germânicos. Ainda assim, reitera-se a preservação e ampliação dos laços familiares e as relações comunitárias entre a população proveniente do pós-abolição. Neste caso importa, sobretudo, a agência de Luiza na busca dos procedimentos legais, garantindo que suas descendentes desfrutassem de seu legado, aspecto excepcional diante de uma estrutura em que inventariar já era um privilégio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa não pretendeu encerrar as análises acerca das famílias e mulheres no Vale do Taquari, mas ser um ponto de partida para a compreensão de aspectos antes enevoados. Portanto, espero que tenha contribuído para o avanço do conhecimento de todas as temáticas que foram abordadas, partindo do estudo de mulheres e famílias no fim do século XIX e início do século XX, desde a sociedade germânica que experienciou o processo de enxamagem, até a resistência da comunidade negra nesse contexto predominantemente branco.

Muitas mudanças ocorreram desde o projeto de dissertação até a versão que agora temos em mãos, desde temáticas a metodológicas e documentais. Os elementos mais perenes da pesquisa foram o desejo de expandir os conhecimentos acerca da História das Mulheres e a certeza de que este estudo proviria, especialmente, dos inventários *post-mortem*. Buscou-se, sobretudo, explorar todos os potenciais apresentados por esta fonte, traduzidos nas suas informações massivas, homogêneas e recorrentes e ampliados pelas “pérolas” representadas pela documentação anexa.

Desde o princípio pensei em aliar o estudo estrutural e a Micro-história. Esse caminho se fez necessário por compreender que, para alcançar os casos excepcionais e as experiências das mulheres, se fazia necessário saber, antes, como funcionava essa sociedade. Para tanto, tateei seus elementos, buscando não tomar nenhuma informação como dada. Por isso a necessidade de verificar, por exemplo, se, de fato, tratava-se principalmente de camponeses teutos/germânicos de segunda ou terceira geração no Brasil. Fiz esse esforço a partir da construção de conhecimentos “iniciada do zero”; li sobre a vasta historiografia da imigração alemã; analisei uma quantidade considerável de documentos; e questioneei acerca da presença de outras etnias.

No princípio, pretendia investigar unicamente a categoria “mulheres”, mas no decorrer dos estudos e amadurecimento da pesquisa verifiquei que tal categoria isolada não diria nem sobre ela mesma, fazia-se necessário relacioná-la, o que levou a necessidade de acionar a categoria “família”. Tal arranjo complexificou o estudo estrutural e micro-histórico, de modo que o resultado da pesquisa não foram histórias individuais, mas familiares.

Os problemas de pesquisa também guiaram essas escolhas. Para responder ao último problema – “é possível fazer uma crítica aos padrões imaginados sobre as mulheres em contexto familiar em áreas marcadas pela imigração europeia?” era necessário saber quais eram, de fato, as experiências e agências dessas mulheres diante da sociedade – “quais as experiências e agências das mulheres diante da ordem socioeconômica estabelecida?” – e para saber sobre

suas experiências e agências se fazia necessário, antes, compreender qual era essa ordem socioeconômica estabelecida: “qual o perfil socioeconômico das famílias no Vale do Taquari (1880-1910)?”.

No decorrer das análises, percebi que essa ordem socioeconômica era, acima de tudo, desigual. Daí a necessidade de investigar as *distinções*, que, para os germânicos, foram, principalmente (mas não unicamente), fruto dos subsídios recebidos do governo para o estabelecimento no Rio Grande do Sul. Logo, enquanto uma maioria lutava por subsistência, outra parcela lutava por distinção diante da sociedade brasileira. Reiterando que suas distinções originaram-se de investimentos, negociações e conflitos. Distinções acumuladas desde a chegada da primeira geração ao Brasil e transmitidas aos seus descendentes, através de capital econômico, político e simbólico, com fortunas agrárias e/ou mercantis. Mesmo entre a população pobre, as distinções foram percebidas: as famílias pobres de germânicos, em sua maioria, tiveram alguma *possibilidade* de prosperar, com recurso ao crédito.

Verificou-se a concentração da riqueza entre poucas famílias em Estrela e Lajeado, com desigualdades econômicas intraclasse. Menos da metade da fortuna de Estrela distribuía-se entre 80% da população, já em Lajeado, 50% da riqueza se concentrava entre uma pequena parcela de ricos. Esses dados demonstram uma significativa pobreza e desigualdade econômica em uma região periférica da província. Ao comparar com o caso dos imigrantes italianos de Caxias do Sul, constata-se uma semelhança socioeconômica relativa à pobreza da maioria dos imigrantes e da concentração de capital entre poucos. As desigualdades construídas nas colônias oficiais se expandiram para as colônias privadas.

Dentre a população pobre, a maioria conformava a pequena propriedade camponesa, já as faixas intermediárias se encontravam nos centros urbanos desenvolvendo o artesanato e o comércio. Os ricos eram, sobretudo, especuladores de terra. A família Ruschel é exemplar na constatação da importância das redes de relações e influências e do destaque de certos imigrantes no plano sócio-econômico-político. Inseriram-se no negócio mais lucrativo da região: a especulação com compra e venda terras, além do comércio e transporte da produção agrícola da região e, mesmo, no contexto escravista.

Com isso, também graças aos subsídios recebidos do governo, adaptaram-se à sociedade brasileira, sem impedimentos morais ou econômicos. Comprova-se a presença da segunda geração de germânicos, provenientes do processo de enxameamento, enriquecendo e ostentando títulos que demarcavam sua posição social, como de “Capitães”. Rompe-se com a tese do isolamento social e demonstra-se a articulação política e inserção no comércio de terras,

assemelhando-se aos vizinhos nacionais, transpondo a fase de subsistência, investindo em outros setores e construindo a riqueza dos seus descendentes.

Enquanto uma pequena parcela da população enriquecia, a maioria permanecia pobre. Portanto, a maioria dos lavradores teuto-brasileiros de segunda geração não desfrutou das oportunidades e subsídios recebidos pela primeira geração que vivia nas colônias velhas. A pobreza do Vale do Taquari situava-se em espaços rurais e urbanos e entre imigrantes e nacionais. Todavia, os teuto-brasileiros pobres de segunda geração tinham a capacidade inicial de aquisição de lotes, provenientes dos subsídios governamentais recebidos por sua família nas colônias oficiais, ou mesmo o acesso ao crédito. Para estes existia, portanto, a possibilidade de endividar-se e prosperar no futuro, ao contrário do que ocorria com lavradores nacionais e escravizados. Essa possibilidade era uma distinção.

Desse cenário depreendo que o caso dos Ruschel ilustra como algumas famílias de primeira geração nas colônias velhas conseguiram e souberam repassar capital econômico, político e simbólico. A transição da imigração patrocinada para o negócio da imigração privada se refletiu para essa população, especialmente, no crédito que a segunda geração teve para adquirir os lotes de terra. Nesse contexto, algumas famílias prosperaram, ao passo que outras, devido a eventualidades como a morte de um ente, empobreceram.

Essas possibilidades ou variáveis poderiam ser alteradas por toda a sorte de acontecimentos, destacamos aqui a morte repentina do cônjuge, fazendo com que as famílias encontrassem dificuldades, às vezes, insuperáveis que levavam à falência, ao desaparecimento ou à reconfiguração. Tal foi o caso da família Markus, que ainda jovem e com filhos pequenos, foi impactada pela morte do pai. A pobreza que viveram se deu devido às dívidas contraídas para a própria compra das terras em que viveram. A fatalidade da morte do pai impediu a quitação das dívidas, liquidando com a prosperidade econômica da família, a qual era prevista, caso o pai seguisse vivo.

Ao estudar viuvez, chefia familiar feminina e ciclo de vida familiar, sublinha-se o quanto as mulheres foram excluídas dos processos socioeconômicos, ao mesmo tempo em que, ainda assim, encontravam brechas para garantir a continuidade do núcleo familiar. Sua participação (mesmo que indiretamente) na tutela dos filhos transformou-as, na prática, em chefes de família.

Nesta dissertação analisei 91 casos de viúvas e seus filhos e netos, estabelecendo três momentos de vida familiar: famílias jovens, famílias maduras e famílias velhas. Obtive que a maioria das famílias do Vale do Taquari eram jovens, seguidas por maduras e velhas, reiterando o processo de enxamagem. Além disso, a ruptura familiar, representada pela morte do pai, deu-

se, sobretudo, entre famílias jovens, a maioria vulnerável a toda a sorte de acontecimentos. A quantidade de filhos por família resultou em uma moda de cinco filhos para famílias jovens e maduras e nove filhos para famílias velhas.

Economicamente, verificou-se que as famílias jovens estavam, de fato, no início da acumulação de capital quando a morte do pai ou do marido ocorreu. Já famílias jovens e velhas não tinham uma situação econômica tão melhor e, ainda que as famílias maduras apresentem melhores índices por estarem em seu auge produtivo, seguiram uma lógica modesta de crescimento. As famílias velhas apresentaram a melhor posição social.

Com isso, dispomos que grande parte das famílias provenientes do processo de enxameamento, independentemente do ciclo de vida familiar, estava no início ou com baixa acumulação de capital, portanto, eram principalmente famílias pobres que se dirigiam ao Vale do Taquari. O caso de Elisabetha Graebin – uma viúva com doze filhos e 10 netos, integrante do grupo de famílias velhas, pobres e teuto-brasileiras – demonstra como ela comandou os aspectos econômicos e produtivos familiares, exercendo a chefia familiar feminina, resultando em um incremento de 73,3 libras no total da avaliação no intervalo da morte do marido até a sua morte.

Apurou-se a divisão dos meios de produção, das benfeitorias, da terra e da força de trabalho entre os herdeiros, assim como, a possibilidade que o patrimônio do casal teve para o estabelecimento inicial dos filhos. Ao analisar as tutorias constantes entre os 91 casos de viúvas com filhos ou netos menores, observou-se que entre famílias jovens e velhas a maioria das tutorias eram exercidas por agentes externos, já entre famílias maduras sobressaiu a tutoria familiar. Supõe-se que para famílias maduras existia uma maior disponibilidade de familiares para tutelas, enquanto para famílias jovens e velhas não. Obtive o dado de que 98% das tutorias eram exercidas por homens, reiterando aspectos patriarcais dessa sociedade. Os agentes externos designados como tutores repetiam-se, mas presume-se que eram escolhidos, devido à proeminência social, já que eram figuras importantes nas cidades, representantes de aspectos da moral naquele contexto, ainda que não desempenhassem de fato a função, pois não havia prestação de contas de tutela

Já a tutoria familiar ocorria por irmãos, avós tios e padrastos, nesses casos, localizei prestação de contas, possibilitando a análise de seu conteúdo. Identifiquei que ainda que predominasse a tutoria masculina, havia um espaço de ação para as mulheres indicarem os tutores, além disso, o recasamento significava a prosperidade da viúva e dos filhos diante das circunstâncias, quando eram asseguradas a educação e a boa conduta dos menores. Entre os

mais ricos, vê-se a preocupação em administrar os bens dos menores para que prosperassem ainda mais, priorizando os bens de raiz, mais valiosos.

De fato, a colonização privada das terras tornou esse o negócio mais rentável da região. Nesse sentido, a terra poderia impulsionar famílias chefiadas por mulheres tanto para a riqueza quanto para a pobreza. Assim, analisei as relações econômicas de famílias pobres chefiadas por mulheres com a terra. Obteve-se que, entre as famílias pobres jovens, 51,2% possuíam um bem de raiz, 28,2% dois, 15,3% nenhum, 2,5% três e 2,5% quatro bens de raiz. Ou seja, mais da metade tinha em posse somente o local em que morava, sendo que 79% estavam em espaço rural. A representatividade percentual dos bens de raiz nos patrimônios familiares demonstrou que a maioria possuía mais de 50% do total empenhado em terras, especialmente colônias, portanto, perdê-los era significativo.

Analisei dois casos de famílias jovens e pobres que perderam suas terras. Silvesdina Haas teve a avaliação de sua propriedade superior ao montante total, liquidado por dívidas. O marido falecido era sapateiro e o casal tinha cinco filhos. Silvesdina disse que a herança tinha dívidas com as quais não conseguia arcar, por isso, pediu que os bens fossem postos em praça para a venda e pagamento das dívidas. Sobretudo, a dívida era para pagar comerciantes de Porto Alegre de quem supomos terem adquirido o maquinário da sapataria. A família Haas, portanto, adquiriu uma dívida que não conseguiria quitar diante de um acontecimento como a morte do pai e marido. Sobretudo, eram dívidas importantes para iniciar ou prosseguir a vida de uma jovem família, mas que diante da morte perdeu tudo, inclusive sua residência.

Já o caso da viúva Magdalena Marmitt, que perdeu o marido Jacob Marmitt Sobrinho, com quem tinha três filhos, demonstra uma família de lavradores, moradores da área rural que perderam todo seu patrimônio a fim de quitar empréstimos que foram adquiridos para a compra das próprias terras e construção das benfeitorias. Ou seja, o patrimônio adquirido a crédito por tempo indeterminado para pagar o início da vida familiar, foi cobrado imediatamente diante da morte prematura de Jacob.

Já viúvas como Fanny Fleck e Catharina Hennemann foram vistas permutando, administrando bens e desempenhando papel das tutoras, demonstrando agência e autonomia diante do momento familiar vivido. Depreende-se que, assim como para o total da população, para as viúvas também a terra foi um importante fator impulsionador para a riqueza ou pobreza.

Ao derrubar mitos que pregam uma história única sobre as mulheres no Vale do Taquari, conhecendo suas experiências, desejos, escolhas e ações, compreendeu-se como o próprio grupo colocava-se diante dessa sociedade, estabelecendo-se e organizando-a à sua maneira. Acima de tudo, as mulheres e famílias foram “desestabilizadas”, verificando que não

correspondiam à imagem de “Frida”, pois não eram acessórias e destituídas de agência, já que inúmeras vezes chefiaram suas famílias e fizeram valer suas vontades diante da comunidade e do Juízo. Longe de serem passivas, recorreram e protestaram por seus interesses e de seus descendentes.

Portanto, sim, é possível fazer uma crítica aos padrões imaginados sobre as mulheres em contexto familiar em áreas marcadas pela imigração europeia, pois não foram passivas e acessórias e, também, não foram as únicas mulheres que vivenciaram esse contexto. Os imigrantes e seus descendentes não prosperaram graças ao seu pertencimento étnico, mas tal pertencimento influenciou sua prosperidade, diante de um contexto escravista que os beneficiou. Já a população negra, a exemplo do caso de Luiza de Quadros Machado, conquistou melhores condições individualmente, em situação urbana.

Se faz necessário pensar os problemas da dissertação para a única mulher solteira, parda e parteira de todo o corpo documental. Qual o lugar na estrutura socioeconômica dessa sociedade? Economicamente, vimos que era pobre, como muitas das alemãs, segundo seu patrimônio total. Considerando que experienciou a escravidão e a liberdade e não tinha o recurso econômico familiar acionado por muitos dos germânicos, é surpreendente sua ascensão. Economicamente pobre, mas com um capital social, que supomos ser proveniente do ofício de parteira e das possibilidades de transitar no interior dessa sociedade que ele oferecia, tal capital pode ter sido determinante, por exemplo, para os créditos adquiridos que possibilitaram seu atendimento médico.

Luiza estava no mesmo patamar econômico de pobreza de mulheres germânicas e nacionais, mas é a única mulher parda, portanto, é a ponta do *iceberg* do mundo que emerge da escravidão. Suas experiências e agências diante de uma ordem socioeconômica excludente podem ser visualizadas na preocupação em testar e inventariar, ou seja, garantir que suas descendentes e sua protegida acessassem seu legado, tendo, em consequência, possibilidades de prosperar partindo de um recurso inicial, que, como citado, era característico entre alguns germânicos.

Luiza agiu como alguns germânicos na tentativa de gerir seus bens e garantir o legado aos descendentes. Ao buscar os procedimentos legais e garantir recursos para sua família, agiu diante de uma comunidade branca em que realizar um inventário já era uma distinção de privilégio. A existência, as experiências e a agência de Luiza são, em si, uma crítica aos padrões imaginados para as mulheres em contextos familiares em áreas marcadas pela imigração europeia, *desestabilizando Frida*. Os comportamentos, portanto, dependiam do contexto,

situando-se conforme os referenciais contextuais, étnicos e materiais, não pré-definidos e transitando pela sociedade para além da etnicidade, mas que poderiam beneficiar-se dela.

FONTES MANUSCRITAS

APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari. Cartório de Órfãos de Estrela. **Inventário *post-mortem***. Amostra total de 103 inventários *post-mortem*, tomados dos anos: 1883, 1888, 1893, 1898, 1903, 1908.

APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari. Cartório de Órfãos de Lajeado. **Inventário *post-mortem***. Amostra total de 110 inventários *post-mortem*, tomados dos anos: 1883, 1888, 1893, 1898, 1903, 1908.

APERS, Acervo do Judiciário. Comarca do Alto Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes de Estrela, Permuta de bens, Processo 727. Ano: 1903. Autora: Fanny Fleck.

LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Croquis dos Municípios do Vale do Taquari**. Mapoteca.

FONTES IMPRESSAS

Acervo da Casa de Cultura de Lajeado. 2023.

LAJEADO, Arquivo Histórico de. **Mapa do RS: centenário da colonização – 1924**. Centenário da Colonização – 1924. 2010. Mapoteca.

A FEDERAÇÃO, Orgam do Partido Republicano (RS) – 1884 a 1937. Porto Alegre: Herança de Maria D. Schneider, n.165, 190. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=13124>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Rio de Janeiro, 1891-1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=47863&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BRASIL, Registros Paroquiais de Óbito, Estrela 1877-1898, índice e imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8QZ-KR?cc=2177295>). Acesso em: 07 jun. 2022.

ESTATÍSTICA, Fundação de Economia e. **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981. 332 p.

DIAS, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos. **FamilySearch**. 2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 27 out. 2021.

FAMILYSEARCH. **Surname**. 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/surname>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FURTADO, Wilton Xavier. **Descendentes de Sebastian Ruschel**. 2021. Disponível em:

<http://www.arvore.net.br/r%FCschel/d1.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

IPEADATA. **Taxa de câmbio média mensal da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ)**. 2007. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 out. 2021.

KALENDER FÜR DEUTSCHEN IN BRASILIEN. São Leopoldo: Verlag von Rotermund, v. 27, 1907. Anual. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kalender-fur-die-deutschen-in-brasilien/829544>. Acesso em: 08 dez. 2022.

LAJEADO, Prefeitura de. **História**. [20--]. Disponível em: https://www.lajeado.rs.gov.br/?titulo=Lajeado&template=conteudo&categoria=931&codigoCategoria=931&idConteudo=3028&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO. Acesso em: 08 set. 2010.

LAMPERT, Leandro. **Meus escritos**. 2021. Os Ruschel - origem, história e genealogia. Disponível em: <http://leandrolampert.blogspot.com/2021/04/osruschel-origem-historia-egenealogia.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

MALLMANN, Orestes Josué. **Relação de sepultados no Cemitério Católico de Arroio do Ouro, Estrela - RS**. Disponível em: <https://www.familiasdelajeado.com/post/cemit%C3%A9rio-catolico-de-arroio-do-ouro-estrela-rs-mapeado-fotografado-e-catalogado>. Acesso em: 02 set. 2021.

_____. **Relação de sepultados no Cemitério Evangélico de Conventos, Lajeado**. Disponível em: <https://www.familiasdelajeado.com/post/relacao-de-sepultados-no-cemiterio-evangelico-de-conventos-lajeado>. Acesso em: 02 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (1890). Lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890. **Lei Sobre O Casamento Civil: das pessoas que podem oppor impedimentos, do tempo e do modo de oppol-os, e dos meios de solvel-os**. Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

ROCKENBACK, Família. **Família: Sebastian Ruschel / Anna Maria Mayer**. [20--]. The Next Generation of Genealogy Sitebuilding. Disponível em: <http://familiarockenbach.com.br/genealogy/familygroup.php?familyID=F148&tree=Rockenbach>. Acesso em: 11 out. 2021.

SCHERER, Jovani de Souza; ROCHA, Marcia Medeiros da (org.). **Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006. 2 v.

SILVIO. **Parentesco múltiplo**. 2010. Disponível em: <http://ruschelheberle.blogspot.com/2010/04/parentesco-multiplo.html>. Acesso em: 11 set. 2021.

UNISINOS., Instituto Anchietano de Pesquisas -. **Acervo Benno Lermen**. [20--]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinis.br/acervos/acervoBL/principal.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). **Império: a corte e a modernidade nacional**. 9. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2008. Cap. 6. p. 232-290. (História da Vida Privada no Brasil).

AREND, Silvia M. F.; MOURA, Esmeralda B. B. de. Um norte comum: infância no sul do Brasil na produção historiográfica brasileira. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 2. p. 35-56.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. 2.ed. Lisboa: Teorema, 1989.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

BALHANA, Altiva P; WESTPHALEN, Cecília M. Dinâmica demográfica e sistema de herança no Brasil meridional. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro. **Anais**, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v.4, p. 2.175-2.195, 1984 *apud* CLEVELARIO JÚNIOR, J. A participação da imigração na formação da população brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 14, n. 1/2, p. 51–71, 1997. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/421>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BALLER, Gisele Inês. **Espaços de memória e construção de identidades: estudo de dois casos na região de colonização alemã no rs**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14927>. Acesso em: 08 set. 2021.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. 1996. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Migrações internacionais: mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. Cap. 9. p. 202-230.

BERNARDES, Nilo. **Bases Geográficas do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unijuí, 1997. 140 p. (Coleção Ciências sociais, Coleção Ciências sociais (Ijuí, Brasil)).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Capital Simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.96, p. 105-115, julho de 2013.

CARDOSO, José Carlos da Silva. Enredos da vida: a organização das famílias porto-alegrenses por meio da justiça (início do século xx). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 10. p. 264-290. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

CERUTTI, Simona. “A Contrapelo”: diálogo sobre método. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Inês (org.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Cap. 3. p. 59-68.

_____. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Inês (org.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Cap. 2. p. 39-58.

_____. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Cap. 8. p. 173-201. Tradução de: Dora Rocha.

_____. Quem está embaixo? Uma releitura de E. P. Thompson, historiador das sociedades modernas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Inês (org.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Cap. 4. p. 69-98.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 342 p.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. 353 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito: a trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. Cap. 13. p. 311-341.

COUTINHO, Carlos Alberto Tavares. **Fábrica de Cerveja João Ruschel / Cervejaria Ruschel / Polka**. 2015. Disponível em: <http://cervisiafilia.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifen, 2004.

_____. Crenshaw, Kimberlé W. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.

DAL CIN, Marcos Alberto. **O cotidiano em área de imigração alemã: análise dos livros de registro de ofícios eclesiásticos da localidade de conventos/RS - 1860 a 1903**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/handle/11338/2856>. Acesso em: 11 set. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p. Tradução de: Regina Candiani.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Cap. 2. p. 63-96. Tradução: Jeferson Luiz Camargo.

DREHER, Martin N. Considerações sobre a História da Família Imigrante no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 11. p. 291-316. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

DREHER, Scheila dos Santos. **“O pontinho da balança”**: história do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2007.

ECKHARDT, Sandra M. R. **Lavouras de sustento**: Demografia e estrutura agrária de São José do Taquari, 1765-1808. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [S.l.]: Boitempo, 2019. 196 p.

FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

_____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, [S.l.], v. 15, n. 28, p. 57-72, 13 mar. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1983-201x.7958>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7958>. Acesso em: 27 out. 2021.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficante de Sueños, 2018.

FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz: Testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas (Mestrado) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS. 2006.

FLORES. Hilda Agnes Hübner. **História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

FRAGA JUNIOR, Juarez. Phantom Schlatter e a trajetória de um instrumento médico, obstétrico e pedagógico no interior do Rio Grande do Sul (Brasil). **XIII Fórum Fapa**, Porto Alegre, p. 227-288, fev. 2014.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1780-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____.; PITZER, Renato R. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. **Revista Arrabaldes**, Petrópolis, ano I, n. 2, p. 29-52,

set./dez. 1988

FRANZ, Eloísa. **O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo**. 2014. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/495>. Acesso em: 11 set. 2021.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia madre de deus de porto alegre (1772-1822)**. 2017. 379 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FURTADO, Wilton Xavier. **Descendentes de Sebastian Ruschel**. 2021. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/r%FCschel/d1.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

GERHARDT, Marcos. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**, vol. IV. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015, p. 249.

GERTZ, René E. **Bibliografia sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. 2023. Disponível em: <https://www.renegertz.com/17-outros-textos/textos/76-bibliografia-imigracao-colonizacao-alema-rs>. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____. Médicos alemães no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX: integração e conflito. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 141-157, 20 fev. 2013. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702013005000002>.

GEVEHR, Daniel Luciano. Da roça para a cidade: representações de gênero sobre as mulheres teuto-sul-riograndenses na passagem do século XIX para o século XX. *Dimensões*, v. 36, p. 55-81, 2016.

_____. **Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (re)significados**. 2007. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Causa Mortis e taxas de mortalidade: aspectos históricos a partir de registros de óbitos, 1916-1929. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 892-902, nov. 2013.

GINZBURG, Carlo. O nome o como. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989. Cap. 5. p. 169-178.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4). p. 64.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

GREGORY, Josemir José. **Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX**. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, dez. 2015.

GREGORY, Júlia Leite. **O processo de patrimonialização dos monumentos históricos: a Casa do Morro de Cruzeiro do Sul/RS**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 28 nov. 2016.

_____. **Terra, Fortuna e Família**: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX). 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8978>. Acesso em: 08 set. 2021.

_____. **Uma história social da colonização privada**: Empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX) [recurso eletrônico] / Júlia Leite Gregory -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.250 p.

HILL COLLINS, Patrícia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. (Parte III - Capítulo 4 – Mammies, matriarcas e outras imagens de controle).

IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 79.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli T. G. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Lajeado: UNIVATES, 2017. 85 p.

KRILOW, Letícia. S. W. (2019). Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina Do Historiador**, 12(1).

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na província de são pedro (santa maria, rs, século xix). 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e Colonização: os alemães no rio grande do sul. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4).

_____. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**: uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

LERMEN, Gisela Büttner. **História de mulheres católicas alemãs imigrantes no sul do Brasil (1824-1939)**. São Leopoldo: Oikos, 2022. 434 p.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S.A., 2000. 272 p.

_____. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 1. p. 12-31. E-book.

LOWY, Ilana. Carlo Ginzburg: O gênero escondido na micro-história. In.: CHABAUDRYCHTER, Danielle et al (Orgs.) **O Gênero nas Ciências sociais**. Releituras

críticas de Max Weber a Bruno Latour. Tradução Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Unesp; Brasília: Universidade de Brasília, 2014, p. 199-213.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. 2006. 418 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Janete Rocha. Empreendedorismo teuto-rio-grandense: o caso das empresas Bromberg & cia. **RIHGRGS**, Porto Alegre, v. 1, n. 155, p. 77-104, dez. 2018.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999. 140 p.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MEDICINA, Academia Sul-Rio-Grandense de. **Moysés Alves de Menezes**. 2023. Disponível em: <https://academiademedicinars.com.br/cadeiras/moyses-alves-de-menezes/>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENEZES, Andressa da Silveira. **História e memória: Comunidade Católica São José dos Conventos/RS (de 1855 aos dias atuais)**

. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 11 jul. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1367>>.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EduFscar, 2016, capítulo 5.

MOREIRA, Paulo Roberto S. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativo (Taquari - RS - século XIX). **Encontro Estadual de História, Memória e Patrimônio**, XI.; 2012, Rio Grande. Anais eletrônicos. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#P>>. Acesso em: 22 set. 2019.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4).

MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: EST, 1981.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do rio grande do sul. 2009. 632 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NICOLINI, Cristiano. **Entre histórias e memórias**: o pensamento histórico e as narrativas sobre a regionalidade na educação básica do vale do taquari-rs. 2019. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19186>. Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no rio grande do sul. 2017. 393 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PEÇANHA, Natália Batista. O Serviço doméstico e o mundo do trabalho carioca: uma análise das relações de trabalho de criadas nacionais e estrangeiras na passagem do século XIX para o XX. **Revista Marcanan**, Rio de Janeiro, n.21, p. 11-28, maio/agosto. 2019.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias e resistência através dos testamentos. São Paulo: ANNABLUME, 2009.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli et al (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Cap. 1. p. 9-33. (Série Documentada 4).

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Rio Grande do Sul, século XIX Imigração Alemã e Construção do Estado nacional brasileiro**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 85-97, jul. 1997.

PIRES, Karen Daniela. **Compadrio, parentesco e família**: escravizados, libertos e livres na paróquia de são josé de taquari/rio grande do sul. 2021. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2021.

_____. "**O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX**". 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 20 dez. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1601>>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação** – as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. Sentidos e significados da viuvez: gênero e poder. **Dimensões**, Vitória, v. 23, p. 140-155, 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (1890). Lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890. **Lei Sobre O Casamento Civil: das pessoas que podem oppor impedimentos, do tempo e do modo de oppol-os, e dos meios de solvel-os**. Rio de Janeiro.

RADÜNZ, Roberto; VOGT, Olgário Paulo. Relações de poder e o luteranismo em Santa Cruz do Sul - século XIX. **PLURA** - Revista de Estudos de Religião, [s. l], v. 4, n. 1, p. 4-19, jan. 2013.

RAMBO, Arthur Blásio. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

RAMOS, Eloisa. H. C. da Luz. As cidades e seus monumentos: um estudo sobre a imigração

italiana em Buenos Aires e Caxias do Sul 1910 - 1954 – 2016. **Almanack**, [s. l.], n. 17, p. 224-247, 2017.

_____. WITT, Marcos A. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 3. p. 57-83.

REIHEIMER, Dalva Neraci. **A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público**: ações e implicações dessa relação. 2007. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

RELLY, Eduardo. **Floresta, Capital Social e comunidade**: imigração e as picadas teuto-brasileiras. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. Cap. 1. p. 15-38. Tradução de: Dora Rocha.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição**: famílias negras em paraíba do sul, 1872-1920. 1990. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

RITTER, Samanta. Mulheres imigrantes alemãs no Rio Grande do Sul: uma análise das construções e discursos. **Ágora**, Santa Cruz do Sul: UNISC, vol. 20, n. 1, p. 102-111, 2018.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. (vol. 1 e 2). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROSA, Cibele Caroline da. **Dos Açores ao Vale do Taquari**: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 15 dez. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1900>>.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **ALÉM DA INVISIBILIDADE**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). 2014. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. 2019. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

RUPERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**: época colonial (1626-1822). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/_/ZxGXgcZk-9IC?hl=pt-BR&gbpv=0&kptab=getbook. Acesso em: 08 set. 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. 195 p.

_____.; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 169 p.

SANTOS, Airton E. **Chuck e Ruth restaurados e prontos para o 53º Festival do Chucrute em Estrela-RS**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrela-riograndedosul.blogspot.com/2018/04/chuck-e-ruth-restaurados-e-prontos-para.html.html>.

Acesso em: 06 de jun. 2023.

_____. **Estrela-RS – Enchente de 1941 – 70 anos**. Blog do Airton: notícias de Estrela. Disponível em: <https://estrela-riograndedosul.blogspot.com/2011/06/estrela-rs-enchente-de-1941-70-anos.html>. Acesso em: 11 de out. 2021.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. **Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam**: Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (comarca de rio pardo, século XIX). 2020. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SCHEEREN, Norma Theolina. **Perfis de uma pequena comunidade Arroio do Ouro – Estrela – RS**: 150 anos do pioneirismo alemão: 1860-2010. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2010.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Abrindo o Baú**. [20--]. Disponível em: http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/2011/11/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_10.html. Acesso em: 25 jan. 2023.

_____. **Estrela**: ontem e hoje. Estrela: Novak - Editora Multimídia, 2002. 1213 p.

_____. **Lajeado I**: povoamento, colonização, história política. Lajeado: Editora do Autor, 1992. 357 p.

SCHMITT, Fernanda Chemin. **Escravidão e Imigração**: conflitos e disputas na sociedade escravista do vale do taquari no período imperial. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SCHMITT, Gabriela. **Nas Margens do Taquari**: estudo socioeconômico de estrela (1870-1900). 2019. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SCHNEIDER, Lucas Porfírio. **A rua da Praia, o rio Taquari e suas paisagens (Estrela/RS)**: incorporações, ciclos e representações. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 1. p. 13-39. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

_____. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora

Contexto, 2013. Cap. 2. p. 15-49.

_____. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOSO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. Cap. 1. p. 14-34.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação**: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio, Marcos Chor (org). Raça, ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. **“Eles viram que o índio tem poder, né!”** o protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 19 dez. 2016. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVIO. **Parentesco múltiplo**. 2010. Disponível em: <http://ruschelheberle.blogspot.com/2010/04/parentesco-multiplo.html>. Acesso em: 11 set. 2021.

SOARES, Ubirathan Rogério. **Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX**: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade. 2006. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SÔNEGO, Aline. Para além do verniz europeu: considerações sobre as gentes e cores na ocupação territorial do município de Cachoeira/RS. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/17309>. Acesso em: 16 ago. 2022.

_____. **“Sob a condição que continue em nossa companhia”**: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (cachoeira, 1871/1889). 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias - 1875-1910. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4410?locale-attribute=es>. Acesso em: 11 out. 2021.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SP. EDUNICAMP,

2001. (Capítulo: Algumas observações sobre classe e falsa consciência).

_____. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2000. 424 p

TROMBINI, Janaíne. **Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari**: história ambiental e práticas culturais. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 15 dez. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1599>>. Acesso em: 09 set. 2021.

VARGAS, Jonas. **Pelas Margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

_____. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários *post-mortem*. In: (APERS), Clarisse de Lourdes Sommer Alves (org.). **Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2013. p. 153-180.

VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, S.L., n. 3, p. 63-84, 1994.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos**: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí. 100 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **“LÁ ÉRAMOS SERVOS, AQUI SOMOS SENHORES”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1979. (1ª ed.1955).

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928. 1997. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

WEBER, Cátia A. Brizola. **Sombras do Ferrabrás**: história(s) da(s) história(s). 1999. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

WEBER, Simone Elisa. **Colonização Germânica no Vale do Taquari**: os colonos católicos de Santa Clara (século XIX). 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 28 nov. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1551>. Acesso em: 09 set. 2021.

WILLEMS, Emilio. Sexo e família: observações gerais. In: WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos Alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. Cap. 13. p. 420-462.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX). 2008. 409 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. Família(s) no âmbito da imigração alemã. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. Cap. 12. p. 317-335. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

_____. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3352/2688>. Acesso em: 13 nov. 2022.

WITTER, Nikelen A. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, no século XIX. In: VENDRAME, Maíra Inês et al (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. Cap. 3. p. 53-66. E-book.

WOODRUM, Robert H. **Everybody was Black Down There**: Race and Industrial Change in The Alabama Coalfields. Chapter One: Race, Class, Gender and Community before 1941. pp. 11 – 43.

ZARTH Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Fidene-Unijuí, 1997.

_____. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.